

Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social

José Manuel Sobral
Jorge Vala
(organizadores)

Atitudes Sociais dos Portugueses

Colecção dirigida por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral

Volumes publicados:

1 Trabalho e Cidadania

Organização: Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e João Freire

2 Religião e Bioética

Organização: José Machado Pais, Manuel Villaverde Cabral e Jorge Vala

3 Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça

Organização: Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire

4 Ambiente e Desenvolvimento

Organização: Luísa Lima, Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e Alice Ramos

5 Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa

Organização: Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos

6 Contextos e Atitudes Sociais na Europa

Organização: Jorge Vala e Anália Torres

7 Família e Género em Portugal e na Europa

Organização: Karin Wall e Lígia Amâncio

8 Ética, Estado e Economia: Atitudes e Práticas dos Europeus

Organização: Luís de Sousa

9 Trabalho e Relações Laborais

Organização: João Freire

10 Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa

Organização: José Machado Pais e Vítor Sérgio Ferreira

Acesso à base de dados

Os dados que serviram de suporte aos capítulos que constituem o presente volume são de acesso livre e podem ser obtidos através do seguinte endereço electrónico: www.atitudessociais.org

**Identidade Nacional,
Inclusão
e Exclusão Social**

José Manuel Sobral
Jorge Vala
(organizadores)

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Identidade nacional , inclusão e exclusão social / organizadores
José Manuel Sobral , Jorge Vala. - Lisboa : ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2010. - (Atitudes sociais dos portugueses ; 11)
ISBN 978-972-671-281-7
CDU 323



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Soares de Almeida
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 320328/10
1.ª edição: Dezembro de 2010

Índice

Os autores	13
Introdução	17
<i>José Manuel Sobral e Jorge Vala</i>	
Parte I	
Dimensões da representação da identidade nacional	
Capítulo 1	
Pátria, nação e nacionalismo	33
<i>Fernando Catroga</i>	
Capítulo 2	
Ser português: um orgulho relativo	67
<i>João Leal</i>	
Capítulo 3	
Dimensões étnicas e cívicas e glorificação do passado em representações da identidade nacional portuguesa numa perspectiva comparada	81
<i>José Manuel Sobral</i>	
Capítulo 4	
Identidade nacional e individualismo cultural	111
<i>Miguel Cameira e José Marques</i>	

Parte II

Identidade nacional, conflitos e integração

Capítulo 5

Identidade nacional, inclusão social e exclusão na história da América	133
<i>Don Doyle</i>	

Capítulo 6

Imigração, União Europeia e identidade nacional: será a Suíça um caso especial?	155
<i>Dominique Joye, Nicole Schöbi e Eva Green</i>	

Capítulo 7

Identidade nacional, regional e europeia: identidade comparativa e diferenciações regionais em Espanha	173
<i>Carmen Huici, Ángel Gómez e Antonio Bustillos</i>	

Capítulo 8

Atitudes face à imigração e identidade nacional	191
<i>Jorge Vala, Cícero Pereira, Rui Costa-Lopes e Jean-Claude Deschamps</i>	

Nota metodológica	211
------------------------------------	-----

Referências bibliográficas	215
---	-----

Índice de autores	231
------------------------------------	-----

Índice de quadros e figuras

Quadros

2.1	Critérios para a atribuição da nacionalidade em Portugal e na UE (15).....	72
2.2	Orgulho genérico na nacionalidade em Portugal e na UE (15).....	76
2.3	Fontes de orgulho nacional em Portugal e na UE (15)	76
3.1	Ser-se verdadeiramente um nacional.....	100
4.1	Dimensões de identidade nacional para os países em análise	118
4.2	Dimensões de identidade nacional por país.....	120
4.3	Dimensões da identidade nacional, individualismo e PNB.....	122
4.4	Índice de individualismo (Hofstede 2001) e PNB <i>per capita</i> (em dólares; UNDP 2005) por país.....	123
4.5	Orgulho no sistema, protecção e pertença simbólica nos diversos grupos de diversos países e em Portugal.....	124
4.6	Individualismo, desenvolvimento económico e tolerância à diversidade	126
4.7	Individualismo, colectivismo e tolerância à diversidade nos diversos grupos de países e em Portugal	126
4.8	Individualismo, colectivismo e participação política	128
6.1	Identificação local, regional, nacional e supranacional em nove países europeus.....	159
6.2	Critérios determinantes da nacionalidade	160
6.3	Concepções de nacionalidade	161
6.4	Percepções sobre a imigração	162
6.5	Atitudes face aos imigrantes.....	162
6.6	Atitudes face à abertura internacional.....	164
6.7	Abertura internacional.....	165
6.8	A UE devia ter mais poderes do que o governo nacional	166
6.9	Adesão ou saída da UE.....	167
6.10	Adesão à UE, Suíça.....	168
6.11	Modelo completo – Suíça.....	171

8.1	Efeitos da identidade nacional e dos aspectos instrumentais e simbólicos na oposição à imigração em Portugal e na Suíça	199
8.2	Efeitos da identidade comparativa e dos aspectos instrumentais e simbólicos na oposição à imigração em Portugal e na Suíça	199
8.3	Património e nacionalismo como preditores das atitudes face à imigração.....	208

Figuras

2.1	Primeiro grupo com que mais se identifica	70
2.2	Grau de identificação com a localidade, a região e o país.....	71
2.3	Importância de falar a língua do país	73
2.4	Importância de ter antepassados do país	73
2.5	Importância da religião.....	74
2.6	Importância de ter nascido no país	74
3.1	Ser verdadeiramente português.....	91
3.2	Importância do respeito pelas leis e instituições	93
3.3	Importância de ter antepassados nacionais	95
3.4	Importância de ter nascido no país	96
3.5	Importância da religião.....	98
3.6	Comparação do posicionamento dos países em termos de um indicador de nacionalismo cívico (respeitar leis e instituições) e étnico (ter antepassados).....	101
3.7	Comparação do posicionamento dos países em indicadores de nacionalismo étnico (ter antepassados) e cívico (nacionalidade decorrente do nascimento).....	102
3.8	Fontes de orgulho nacional em Portugal	105
3.9	Orgulho na história.....	107
5.1	«O rio Ganges da América: os padres e as crianças», de Thomas Nast, <i>Harpers Weekly</i> , 30 de Setembro de 1971	150
5.2	«O voto do ignaro – uma honra fácil», de Thomas Nast, <i>Harpers Weekly</i> , 9 de Dezembro de 1876	151
5.3	«O dia que nós celebramos», de Thomas Nast, <i>Harpers Weekly</i> , 6 de Abril de 1867	152

5.4	«A sociedade de propagação – mais livres que bem-vindos», de Nathaniel Currier (c. 1885).....	153
5.5	«A maneira irlandesa habitual de fazer as coisas», de Thomas Nast, <i>Harpers Weekly</i> , 2 de Setembro de 1871	154
6.1	Modelo teórico.....	169
6.2	Representação gráfica do modelo.....	170
8.1	Relação entre os valores e a oposição à imigração na Suíça, mediada pela identidade comparativa	201
8.2	Relação entre os valores e a oposição à imigração em Portugal, mediada pela identidade comparativa	201
8.3	Relação entre os valores e a oposição a imigração na Polónia, mediada pela identidade comparativa	201
8.4	Análise factorial confirmatória das dimensões de conteúdo da identidade nacional	206
8.5	Nacionalismo: comparação entre países.....	206
8.6	Patriotismo (sistema): comparação entre países	207
8.7	Patriotismo (história): comparação entre países.....	207

Os autores

Antonio Bustillos

Professor na Universidade Nacional de Educação à Distância, Madrid. O seu trabalho de investigação tem-se centrado no processo de activação automática de estereótipos e nos aspectos da identidade social relacionados com a categorização social e os estereótipos.

Miguel Cameira

Doutorado em Psicologia Social pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (2005) e professor auxiliar da mesma faculdade, tem desenvolvido investigação sobre processos intragrupais e intergrupais, nomeadamente reacções ao desvio, conformidade a normas e discriminação social.

Fernando Catroga

Historiador e professor catedrático da Universidade de Coimbra, tem-se dedicado principalmente à história das ideias, da cultura, das mentalidades e da política, bem como à história da história. O seu domínio temporal situa-se principalmente nos últimos dois séculos. Tem investigado, entre outros objectos, o republicanismo, o positivismo, as ciências sociais, as atitudes perante a morte, o papel dos rituais e das práticas comemorativas na construção da memória nacional e o nacionalismo.

Rui Costa-Lopes

Doutorou-se, em 2009, em Psicologia Social pelo ISCTE-IUL, em colaboração com a University of Colorado at Boulder. Colabora com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) desde 2004 no âmbito de projectos na temática do preconceito, discriminação e atitudes face à imigração. Desde 2009, desenvolve investigação pós-doutoral no ICS-UL em colaboração com a Radboud University Nijmegen (Holanda).

Jean-Claude Deschamps

Professor jubilado da Universidade de Lausana. A sua investigação centra-se nas relações e representações entre grupos, identidade e epistemologia do senso comum. No domínio das representações sociais, abordou ainda as concepções sobre o amor, as representações sobre a SIDA, sobre a insegurança, sobre o envelhecimento e o passado.

Don H. Doyle

Don H. Doyle é «McCausland Professor of History» na Universidade da Carolina do Sul e director da ARENA (The Association for the Research on Ethnicity and Nationalism in the Americas). Historiador social e cultural, dedicou-se, entre outros assuntos, à história urbana e à história do Sul da América, com uma ênfase particular na obra de William Faulkner, e tem pesquisado ultimamente sobre nacionalismo e etnicidade.

Eva Green

Professora e investigadora no Centro de Investigação de Metodologia, Desigualdades e Mudanças Sociais da Universidade de Lausana. Os seus interesses associam a psicologia social e a psicologia política em domínios como o estudo do preconceito, relações entre identidade étnica e nacional e difusão da ciência. Actualmente, estuda os factores individuais e contextuais que influenciam as atitudes face à imigração na Suíça.

Ángel Gómez

Professor na Universidade Nacional de Educação à Distância, Madrid. No seu trabalho de investigação tem estudado as representações mútuas entre grupos, analisando simultaneamente as respectivas auto-avaliações e o seu impacto no preconceito. Tem publicado em diversas revistas internacionais de psicologia.

Carmen Huici

Professora catedrática de Psicologia Social na Universidade Nacional de Educação à Distância, Madrid. O seu trabalho tem estado centrado na área da identidade social e, em particular, nas relações entre as regiões autonómicas e o Estado nacional em Espanha, assim como nos processos sócio-psicológicos que se desenvolvem nas relações com os imigrantes.

Dominique Joye

Professor de Sociologia na Universidade de Lausana, especializou-se em sociologia das desigualdades, da mudança social e em metodologia.

É coordenador nacional da implementação de diversos inquéritos internacionais (ESS, ISSP e EVS). Os seus trabalhos de investigação relacionam o contexto, a posição social e as identidades, com atenção particular ao impacto das categorias usadas para medir os fenómenos sociais.

João Leal

Professor associado com agregação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e vice-presidente do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), tem trabalhado sobre culturas populares e identidades e sobre a história da antropologia em Portugal. Os projectos que tem em curso incidem sobre identidades nacionais e regionais na diáspora portuguesa e açoriana no Brasil, EUA e Canadá.

José Marques

Professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, doutor em Psicologia pela Universidade de Lovaina (1986), tem trabalhado em psicologia social dos processos identitários, nomeadamente sobre relações inter e intragrupais. Os projectos que tem em curso estudam as reacções ao desvio nos grupos restritos e nas grandes comunidades e as suas consequências ao nível da adesão aos valores que fundamentam a identidade desses grupos.

Cícero Pereira

Investigador auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, doutor em Psicologia Social pelo ISCTE-IUL, tem-se dedicado ao estudo dos métodos quantitativos e à análise dos factores legitimadores do preconceito e da discriminação.

Nicole Schöbi

Psicóloga, trabalha actualmente no Gabinete Federal de Estatística da Suíça. Anteriormente colaborou durante mais de dez anos na equipa que implementou diversos inquéritos internacionais na Suíça (ESS, ISSP, EVS, entre outros). Os seus interesses de investigação vão das metodologias de inquirição ao estudo da tradução e disseminação de resultados de inquéritos.

José Manuel Sobral

Investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, doutorou-se em Antropologia pelo ISCTE-IUL em 1993 com

uma tese sobre o espaço rural português. Tem-se dedicado ultimamente ao estudo do nacionalismo e do racismo, da alimentação e da cozinha, da memória social, das epidemias, do género e da história da antropologia em Portugal.

Jorge Vala

Investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, doutor em Psicologia pela Universidade de Lovaina (1984), tem trabalhado em psicologia social dos processos sócio-cognitivos. Os projectos que tem em curso estudam o racismo e o preconceito no contexto das migrações, as atitudes políticas, a justiça social e a validação do conhecimento quotidiano.

José Manuel Sobral
Jorge Vala

Introdução

Como se mostra e comenta nos vários capítulos desta obra, a identidade nacional não está em declínio. Para o bem e para o mal, como carga a suportar ou como valor a desenvolver, a identidade nacional permanece como desafio social e estímulo ao conhecimento científico. Os resultados do ISSP de 1995 e de 2003 mostram que nos países europeus a identidade nacional mantém uma saliência elevada: apresenta um nível de identificação igual ou maior do que a identificação local, regional ou europeia.¹

Neste contexto, falar em identidade nacional obriga-nos a ter em conta diversas dimensões do facto nacional que têm suscitado, ao longo de algumas décadas, uma forte controvérsia. Para alguns, a nação e os sentimentos de que é referente são algo cujas raízes devem procurar-se na evolução da própria espécie humana; para outros constituem uma invenção muito recente. Para uns, a ideologia do nacionalismo, algo de moderno, associa-se a processos através dos quais ocorre a criação da nação; para outros, esta ideologia, ligada à acção do Estado, cria verdadeiramente a nação.

Um debate em aberto

Podemos tentar ordenar as interpretações do facto nacional em várias linhas argumentativas, partindo dos que o associam, em última instância, à natureza humana ou às suas organizações sociais fundamentais e situando no outro pólo os que o concebem como uma realidade histórica próxima. Van Den Berghe, por exemplo, avança com uma explicação sócio-biológica, segundo a qual os grupos étnicos e raciais – raça no seu sentido social,

¹ A única excepção é a Espanha, em 1995, onde a identificação local era mais forte do que qualquer dos outros níveis, incluindo o regional. Esta excepção desaparece, porém, em 2003. Note-se, por outro lado, que a Bélgica não participou nos inquéritos ISSP de 1995 e 2003. O Eurobarómetro apresenta dados mais recentes sobre esta questão. Porém, estes dados não são úteis para o nosso problema porque não se dispõe de perguntas independentes para a identidade europeia e nacional.

note-se – obedecem a princípios de selecção do parentesco em que se procura favorecer quem se encontra geneticamente mais próximo. A nação é vista como uma extensão do favoritismo étnico (nepotismo étnico) dos próprios, e o etnocentrismo possui uma base biológica. O facto de o parentesco invocado ser fictício não terá relevância, pois seria suficientemente real para servir de base aos sentimentos designados como tribalismo, nacionalismo, racismo, etnocentrismo (Van Den Berghe 1978).

Outros autores atribuíram um peso decisivo já não à natureza humana, mas a certos laços que possuiriam propriedades «relacionais significantes», como os vínculos de parentesco ou de sangue (Shils 1975 [1957], 122), ou presumivelmente de «sangue», «raça» (fenótipos), «linguagem», «região», «religião», definidos como *laços primordiais* (Geertz 1963, 107-113). Uma reformulação mais recente do *primordialismo* argumenta que, embora a nação se reporte à crença em elementos primordiais, como a descendência de grupos de parentesco que habitam um determinado território, o facto importante não reside na existência empírica destes, antes na sua valorização como elementos de constituição da comunidade (Grosby 2002 e 2005).

Podemos também, na esteira de Smith (1998), distinguir os *perennialistas*, assim chamados por assumirem que a nação é uma forma antiga ou «perene» de organização, pois aparece nos tempos pré-modernos. Para Armstrong (1982), por exemplo, a nação é apenas o equivalente na modernidade de grupos étnicos anteriores dispersos pela história humana – o que não significa que não houvesse nações a emergirem no período pré-moderno. Todavia, tal como no grupo anterior, agregam-se aqui posições muito variadas, havendo, inclusivamente, quem conjugue a ênfase em critérios primordiais com a classificação como nações de entidades políticas antigas, como Israel nos tempos bíblicos (Grosby 2002).

O entendimento dos *modernistas* sobre a emergência da nação é radicalmente distinto, embora também se registem diferenças no seu seio. O que têm em comum é a recusa, em termos cronológicos, de aceitar que a nação é anterior à época moderna. Situam, em geral, a sua emergência a partir da segunda metade do século XVIII, quando se manifestam os primeiros efeitos da revolução industrial ou quando movimentos políticos e discursos de carácter revolucionário surgem a invocar a nação como fonte de legitimidade política. Para Ernest Gellner (1983), as nações são o produto do nacionalismo – e não o contrário –, sendo este uma crença apropriada às necessidades de padronização cultural e desenvolvimento da literacia acarretadas pelas necessidades da industrialização. Eric Hobsbawm (1994), simpatizando com a interpretação sociológica

de Gellner, coloca a ênfase na criação do Estado moderno ligada a uma (nova) noção de soberania popular e à influência de filosofias, como a de Herder, que postulavam a existência de colectivos dotados de um carácter (espírito) próprio. Um Estado, aliás, criador de tradições nacionais. A ênfase nas ideias e no potencial criativo do nacionalismo enquanto ideologia inventada no século XIX já havia sido anteriormente sublinhada (Kedourie 1960). Anderson (1983) concebe a nação como comunidade imaginada, pois os seus membros não se conhecem, sendo a imaginação do colectivo possibilitada pela conjunção entre capitalismo e tipografia. Os livros, a primeira mercadoria a ser produzida em massa e em língua vernácula, são um dos instrumentos dessa imaginação, tal como os jornais. Podemos dizer que a posição pós-modernista, encarnada por um Bhabha (1990), por exemplo, se inscreve ainda nas posturas modernistas, distinguindo-se pela importância que confere à linguagem e à retórica na criação das culturas nacionais.

Entre estas posições podemos situar aqueles que recusam ver a emergência das nações como algo decorrente da natureza humana – um prolongamento dos vínculos de parentesco – ou como invenção moderna sem precedentes. De alguma maneira, até modernistas como Eric Hobsbawm (1994) – ou Michael Mann (1994) – chamaram a atenção para a existência do protonacionalismo, traduzido em sentimentos de identificação com um território, línguas, etnia ou religião. Os que se designam como *etno-simbolistas* – Smith (1991), Hutchinson (2005), por exemplo – aceitam o carácter moderno da nação, mas entendem ser a mesma precedida por etnias, isto é, grupos culturais, distinguidos por um nome próprio, elementos culturais, como a língua ou a religião, e um mito de ancestralidade comum, ligados a um determinado território, memórias partilhadas, sendo a nação criada a partir dessa base étnica. O Estado seria um factor de importância fulcral nessa criação. Outros, chamando a atenção para articulação entre etnicidade, nação e nacionalismo, sublinham a existência de nações no período medieval europeu (Hastings 1997), mesmo que distingam, como Llobera (1994), entre a criação da ideia de nação como comunidade imaginada partilhada por uma minoria – círculos de letrados, círculos da corte – e o seu potencial como crença de massas, que seria moderno, chamando a atenção para o facto de só depois da Revolução Francesa o princípio da soberania nacional se tornar o mais forte pilar do Estado (Llobera 1994, 120).² A emergência de sentimentos

² Tanto Hastings como Llobera foram classificados recentemente como «neoperenialistas» por Smith (2008).

nacionais na Idade Média – e recorde-se que o que se passa na Europa, em particular na Europa ocidental, não pode ser exportado para outros locais – já havia sido antes destacada por historiadores como Johan Hui-zinga (1984 [1959], 97-155). De qualquer modo, a existência de realidades de tipo nacional anteriores à formação da nação moderna havia sido reconhecida por alguns dos estudiosos clássicos do nacionalismo, como Carlton Hayes (1931) ou Hans Kohn (2005 [1944]). Este último, con-quanto identificasse a hegemonia e o triunfo do ideal da nação como co-lectividade política e o do nacionalismo como algo de moderno, apontou para a existência de sentimentos de nacionalidade antes da era do nacio-nalismo (que emerge no século XVIII).

Qualquer que seja a interpretação que adoptemos sobre a génese da nação e do nacionalismo, é indiscutível que os últimos séculos foram mar-cados pela sua preeminência. As lutas contra os impérios coloniais no sé-culo XIX e no século XX foram conduzidas em nome da nação que contri-buíram para construir. O século que passou foi marcado por guerras a uma escala global e por genocídios sem precedentes, umas e outros conduzidos em nome da nação. Mas os avanços da democracia e do liberalismo esti-veram igualmente ligados à crença na existência de colectivos nacionais. O nacionalismo, quer seja o do Estado-nação, quer o da nação que aspira a um Estado próprio ou a alguma espécie de autonomia no seio do Estado, continua vivo nos nosso tempo, mesmo que este seja também marcado por um cosmopolitismo sem precedentes e pela criação recente de uma comunidade política supranacional sem antecedente histórico como a União Europeia. Triunfou a ideia de que a um Estado deveria corresponder uma nação. Os Estados, por sua vez, procuraram, por diversos meios – através da actuação do aparelho escolar e do saber por ele veiculado, do exército, da promoção de rituais cívicos, de comemorações, de símbolos –, de maneira doce ou violenta, amplificar o sentimento de que os seus ha-bitantes possuíam algo em comum: uma identidade nacional. Essa inter-venção, a que se juntam a da *intelligentsia* e a dos meios de comunicação de massa, é decisiva na configuração das opiniões recolhidas no inquérito do *International Social Survey Programme-2003*, que aqui analisamos.

Para alargar o debate

As posições que acabámos de apresentar e contrastar sobre a génese da identidade nacional e os seus significados são fundamentais para o entendimento dos discursos sociais do tempo presente sobre esta dimen-

são da identidade e constituem um dos pilares das representações sociais contemporâneas activas que nesta obra são estudadas em contexto comparativo.

Subjacentes às diferentes abordagens da identidade nacional que nesta obra são desenvolvidas encontram-se princípios analíticos básicos dos processos identitários. Um que os associa a factores sócio-cognitivos e motivacionais (nível de análise micro, associado a contextos breves ou de curta duração), onde podem convergir preocupações oriundas da psicologia social (teorias sobre as identidades sociais) com preocupações provenientes da antropologia relativamente aos sentimentos subjectivos de identidade étnica e nacional. Outro que se refere a processos históricos (nível macro e de longa duração) (e. g. Mattoso 1985 e Bethencouff 1991), como os que respeitam à evolução da ideia de nação, das identidades e da consciência nacional – cujo estudo caberá a uma história das ideias e das mentalidades – e à evolução das várias estruturas do nacionalismo na modernidade, que muito influem na configuração da identidade nacional.³ Ou a uma sociologia histórica, como a de Elias (1996), na prática pouco distinta da interrogação histórica de que falamos. De resto, o estudo do nacionalismo e das identidades nacionais tem constituído um campo que transcende as fronteiras de múltiplas disciplinas, como a psicologia social, a antropologia, a história, a sociologia, a ciência política ou os estudos culturais.

A abordagem da identidade, e especificamente da identidade nacional, no contexto sócio-cognitivo e motivacional propõe que se tome como ponto de partida o processo de categorização social, um processo básico na construção do conhecimento que se refere à organização do meio ambiente em classes de objectos, acontecimentos e grupos de pessoas. A relação entre a categorização social e a identidade social, ou a identificação com grupos sociais, foi originalmente proposta por Tajfel (1972). É no quadro dessa relação que este autor define a identidade social como o reconhecimento da pertença a certos grupos ou categorias sociais, reconhecimento esse que é acompanhado de significações emocionais e avaliativas. Assim, as identidades e os grupos sociais não são essências ou entidades, são construções sociais essencializadas e objectivadas no processo de construção social do conhecimento sobre os fenómenos sociais e os grupos humanos. No quadro desta epistemologia do conhecimento quotidiano, a própria ideia de continuidade das categorias sociais (como,

³ A sistematização feita aqui dos contributos da teoria antropológica e da história corresponde a sugestões de Josep Llobera (2004, 188).

por exemplo, a nação) será o resultado do processo de essencialização e objectivação próprio do senso comum e das suas dinâmicas contextuais (para uma discussão, v. Billig 1995, Leyens *et al.* 2002, Rothbart e Taylor 1992, Prentice e Miller 2007 e Reicher e Hopkins 2001).

Se a categorização social permite compreender a construção dos grupos sociais, é através da sua articulação com o processo de comparação social e o processo de identificação (Tajfel e Turner 1979) que podemos entender como os indivíduos aprendem e integram os atributos que tornam distinta uma categoria de outra, ou que dão sentido a uma dimensão da identidade social. Porém, comparar não implica apenas descrever, mas também avaliar (e. g., Vala 2007). É nesta avaliação que se valoriza o nosso grupo relativamente a outros, daí decorrendo a associação entre o nosso grupo e emoções positivas. Daqui deriva uma pergunta básica: o amor pelo grupo implica o ódio pelo «outro»? Foi desta forma incisiva que Brewer (1999) interrogou a associação recorrente entre identificação nacional e exclusão e ódio pelo «outro». Esta é uma das questões fundamentais que enquadram as análises aqui desenvolvidas.

Ainda no quadro da análise da identidade nacional no contexto do processo de categorização social, importa referir que as identidades, quer pessoais, quer sociais, são geralmente latentes e só se tornam conscientes quando nos comparamos em contextos relevantes. Por exemplo, a identidade nacional portuguesa pode ser um aspecto central da nossa identidade, mas só é saliente e activa, com consequências emocionais e comportamentais, em situações de comparação colectivamente importantes, como situações de exaltação ou discriminação nacional. Ora hoje vivemos num mundo globalizado em que as comparações entre países são recorrentes nos *media*, nos fóruns internacionais, no desempenho económico, em indicadores de todo o tipo. Tais factos activam, pois, constantemente, a identidade nacional e por isso não admira que esta seja frequentemente mais saliente do que identidades infra-ordenadas (como a identidade com o local ou a identidade regional) ou identidades supra-ordenadas (como a identidade europeia). Ainda neste quadro analítico, a saliência de conteúdos identitários decorrentes de comparações específicas pode ser tão incisiva que oculta a força de factores crónicos de ordem ideológica ou emocional. De facto, apesar de nos textos que apresentamos descrevermos e explicarmos conteúdos sobretudo crónicos e normativos, não podemos deixar de sublinhar a sua maleabilidade e adaptação às pressões comparativas contextuais.

Os estudos antropológicos (e. g., Llobera 2004, Holy 1996 e Cole e Wolf 1974) e sociológicos (e. g., Smith 1991, Calhoun 2001 e McCrone

1998), por sua vez, podem contribuir de vários modos para o estudo das identidades nacionais, para além da análise dos processos cognitivos.

No caso concreto da teoria antropológica, na opinião de Llobera (2004), o seu contributo mais importante deve residir na análise dos sentimentos das identidades étnicas e nacionais. A este nível pode destacar-se o carácter inovador e pioneiro do trabalho de Tambiah (1996) sobre os conflitos etno-nacionalistas na Ásia contemporânea, em que se debruça precisamente sobre as crenças, o comportamento e os rituais em motins, procurando entender as dimensões emotivas dessa acção. A mesma atenção às dimensões emotivas da identificação nacional encontra-se na obra de Benei (2008) sobre a produção e incorporação de sentimentos nacionais na Índia.

Um dos contributos mais salientes e influentes oriundos da teoria antropológica deve-se a Barth (1969), que insistiu no carácter transaccional e relacional das identidades. Barth entendia que estas se formam, não no isolamento, mas através da interacção, insistindo na importância da existência de delimitações (*boundaries*) – linguagem, religião, cultura – entre os grupos para a constituição de identidades.

As identidades são processuais; por isso deve-se falar em identificações, que possuem uma carácter flexível, situacional e negociável (Jenkins 2008, 131), posição que também tem sido desenvolvida na psicologia social a partir dos trabalhos de Tajfel e Turner (1979). Todavia, ao colocar a ênfase da análise na construção da diferença, lembra Jenkins, Barth (1969) negligenciou os processos de construção da semelhança. Estes atraíram, pelo contrário, a atenção dos historiadores, que estudaram a influência das elites, do Estado e dos intelectuais nacionalistas na construção do facto nacional através do reviver e mesmo da criação – invenção – de tradições (Hobsbawm e Ranger 1983).⁴

Diferença e semelhança são as faces da mesma moeda – passe a metáfora – na construção dessas identidades específicas que são as identidades nacionais. Estas devem ser entendidas como os resultados inacabados de processos conflituosos (Sobral 2006, 34-36). Não são algo de fixo, mas também não são algo a que se possa facilmente escapar, pois, como escreveu Michael Billig, «podemos comer comida chinesa amanhã e turca no dia seguinte, podemos mesmo vestir-nos à moda chinesa ou turca,

⁴ A imensa obra colectiva dirigida por Pierre Nora, *Les lieux de mémoire* (Paris: Gallimard, 1984-1992), oferece uma perspectiva sem paralelo relativamente aos processos envolvidos na construção de uma identidade nacional a partir da observação do caso da França.

mas ser-se chinês ou turco não é uma opção viável» (Billig 1995, 193). Para entender estes processos será necessário estudar histórica e comparativamente o fenómeno nacional, atendendo aos quadros diferenciados da sua génese. Somos de opinião que é possível ultrapassar através da pesquisa histórica alguns dos becos sem saída a que a discussão teórica descontextualizada tem conduzido os estudos neste campo.

Nesta breve revisão de literatura não foi nossa intenção apresentar uma síntese sobre os problemas da identidade nacional e do nacionalismo, nem a nível global, nem no que respeita a Portugal, mas argumentar em favor das perspectivas teóricas adoptadas nesta obra. Por isso, muitos dos trabalhos que tratam de dimensões mais localizadas do nacionalismo ou dos movimentos políticos e culturais que lhe estiveram associados não são aqui mencionados.

Um guião de leitura

Esta obra encontra-se dividida em duas partes, e os textos apresentados movem-se num contexto comparativo e pluridisciplinar. Na parte I analisam-se questões tão importantes para o estudo da identidade nacional como a evolução de ideias-força como as de pátria, nação, nacionalismo, orgulho nacional e representações «cívicas» e «étnicas» da nação, bem como as ancoragens sociais destas representações. Na parte II são exploradas as possíveis associações entre identidade nacional e processos de exclusão e integração.

No capítulo 1 da parte I, Fernando Catroga debruça-se sobre a genealogia dos vocábulos de pátria, nação e nacionalismo, mostrando que estes possuem uma história e sentidos distintos, o que não constituirá um impedimento ao seu inter-relacionamento em determinados contextos históricos. Sustenta que as ideias de pátria e patriotismo, cuja génese primordial situa no mundo greco-romano, são os propulsores do movimento que desagua na nação moderna, afirmando igualmente que o sentimento de apego à pátria – a «terra» dos pais – é anterior, em várias dimensões, aos que se nutrirão pela nação e pelo Estado. A história das ideias que leva a cabo, em que os textos são reportados aos seus contextos de emergência, vai da Antiguidade aos nossos dias – em que o nacionalismo se afirma ao mesmo tempo que entidades transnacionais –, mostrando como as mudanças de vocabulário – que analisa, inclusive, nos dicionários portugueses – são sintomas preciosos que nos permitem entender o sentido dos projectos político-ideológicos em confronto, como

aqueles que opõem concepções «orgânicas» e «cívicas» da nação, mostrando ao mesmo tempo a contaminação entre estas concepções dicotómicas.

João Leal (capítulo 2) começa por passar em revista as principais concepções da nação e por chamar a atenção para o facto de a identidade nacional poder ser entendida como uma ideologia internacional que concebe as nações como um colectivo dotado de um conjunto de atributos nos quais se fundamentaria a singularidade nacional. Menciona dois discursos principais de abordagem da identidade nacional: o formulado pelos eruditos (historiadores, cientistas políticos, etnólogos e outros estudiosos das tradições nacionais ou do «carácter nacional») e o formulado pelas teorias *folk*. Logo em seguida a ter abordado, através do exame dos resultados do ISSP-2003, dimensões importantes das respostas portuguesas, como a importância da concepção etno-genealógica da nação, assinala um contraste entre o orgulho muito positivo no que designa como as razões simbólicas, como a história, e as respostas, abaixo da média europeia, no que se reporta a itens práticos como a economia ou o funcionamento da democracia. Por fim, debruça-se sobre os pontos de contacto entre discursos eruditos e teorias *folk*.

No seu capítulo, José Manuel Sobral (capítulo 3) toma como ponto de partida a influente dicotomia do historiador Hans Kohn, que, reportando-se à Europa e à América do Norte, dividiu o nacionalismo em dois tipos, racionalista e irracionalista – ou «cívico» e «étnico», forma como a dicotomia se tornou conhecida –, para interpretar os dados do inquérito. Centrando-se na análise do caso português, mas alargando-a a uma abordagem mais ampla, constatou, na esteira de outros autores, que as dimensões étnicas e cívicas coexistem nas respostas, não existindo, na prática, a oposição postulada por Kohn. Todavia, as respostas de alguns países fazem-nos aproximar mais de uma ou de outra dimensão. Analisando depois alguns dos elementos que configuram o modo como se identificam os portugueses, detecta uma forte dissonância entre o orgulho extremo na sua história – que poderá ser visto como acentuando uma dimensão étnica – e uma grande divisão nas suas percepções do presente, cuja genealogia, em sua opinião, nos remete não apenas para factores conjunturais, mas para percepções mais antigas do país.

Que factores sociais e individuais subjazem à saliência das diferentes dimensões da identidade nacional? Miguel Cameira e José Marques (capítulo 4) exploram esta questão no último capítulo desta parte I, examinando o peso que os factores económicos (PNB) e o individualismo/colectivismo como dimensão cultural podem representar na saliência de

um certo número de aspectos da identidade nacional. Os resultados mostram a importância da pergunta e das hipóteses formuladas, salientando-se uma correlação positiva entre o individualismo e o «orgulho no funcionamento do sistema» e entre este e o PNB. Da mesma forma, os resultados apresentam uma correlação positiva entre o apoio à diversidade cultural, o PNB e o individualismo cultural. No entanto, relativamente às outras dimensões da identidade nacional estudadas, não foram encontradas as correlações esperadas, o que deixa em aberto, nomeadamente, a importância dos factores económicos para explicar valores e crenças colectivos.

Na parte II deste trabalho analisa-se o impacto do sentimento de pertença a uma nação e dos significados associados a essa pertença nas atitudes e comportamentos de exclusão e integração. Sempre em contexto comparativo, examinam-se quatro empirias diferenciadas: os Estados Unidos da América e a sua relação no tempo longo com os imigrantes; a Suíça como uma possível excepção europeia; a Espanha e as identificações regionais; a identificação com Portugal e as atitudes face aos imigrantes.

Esta parte II abre, assim, com um texto de Don H. Doyle (capítulo 5) sobre os imigrantes nos Estados Unidos da América. Doyle parte da «propaganda ideia nacionalista de que pessoas muito diferentes não podem viver em comum» para se perguntar «por que razão escapou a América a este destino? E será que escapou mesmo?». São estudadas, nomeadamente, as reacções aos imigrantes irlandeses, que Doyle evoca a partir do filme de Martin Scorsese *Gangues de Nova Iorque*. Um segundo eixo de análise fixa-se nas relações entre afro-americanos, imigrantes e «outros brancos». As reacções aos imigrantes irlandeses são analisadas no quadro das crenças «nativistas», «do americanismo autêntico» e da percepção de «ameaça católica». O papel negativo dos irlandeses na relação entre afro-americanos e imigrantes brancos (por exemplo, mediterrânicos, eslavos e judeus) é discutido numa perspectiva crítica. De acordo com Doyle, o declínio da discriminação étnica e religiosa coincidiu com o Movimento dos Direitos Cívicos e a eleição de um presidente de origem irlandesa, John F. Kennedy. No conjunto, o texto descreve as tensões entre o ideal nacional americano universalista, favorável à inclusão de imigrantes sem atender à etnicidade e à religião, e interpretações nacionalistas centradas no protestantismo, que postulavam atitudes de exclusão assentes no medo de verem subvertida a sua própria interpretação da nacionalidade. A nova questão que agora emerge é a da integração de novos imigrantes não europeus. Resistirá o nativismo, de novo emergente, ao igualitarismo e às necessidades práticas da economia?

Retomando o argumento histórico e sociológico de Doyle, Dominique Joye, Nicole Schöbi e Eva Green perguntam-se se a Suíça será de facto uma excepção europeia no que toca, nomeadamente, ao grau de identificação nacional e às atitudes face aos imigrantes (capítulo 6). Uma vez que a Suíça é um Estado federal com línguas e culturas diferentes, poderíamos esperar que a identificação regional fosse mais saliente do que a identificação nacional comparativamente com um número significativo de países europeus com outras tradições constitucionais. Os resultados do ISSP – 2003 mostram que não é esse o caso. Na Suíça, tal como noutros países europeus, a identidade nacional é mais saliente do que a identidade regional. Surpreendentes são também os resultados relativos às atitudes face aos imigrantes. Estes mostram que os suíços se encontram entre os países europeus menos xenófobos, posição que é reforçada pelos resultados obtidos noutros indicadores de atitudes de exclusão.

Se Doyle (capítulo 5) e Joye *et al.* (capítulo 6) analisam a relação entre a identidade nacional e a exclusão, sublinhando os contextos históricos e institucionais, Carmen Huici, Angel Gomez e António Bustillos (capítulo 7) sublinham o papel dos factores simbólicos e motivacionais e os processos de natureza cognitiva que lhes subjazem.

Propõe-se, assim, no capítulo 7 uma reflexão sobre a identidade nacional no quadro da identificação com categorias sociais que apresentam diferentes graus de inclusividade. Carmen Huici e co-autores partem da hipótese de que a maior identificação com uma categoria menos inclusiva do que com uma mais inclusiva (por exemplo, maior identificação com a Galiza do que com a Espanha) terá impacto nas relações com os membros de outras categorias e na valoração dessas categorias (por exemplo, nas relações com os castelhanos). Assim, estes autores chamam identidade comparativa à maior identificação com uma categoria social do que com outra que se situa a um nível de inclusividade diferente. Num dos estudos que apresentam mostram que na Escócia, onde verificaram uma elevada identidade comparativa (alta identificação com a região e baixa com a nação), as relações conflituais entre as regiões e o Estado estavam associadas a uma reduzida identificação com o Reino Unido e à identificação com a Europa. Porém na Andaluzia, onde observaram uma baixa identidade comparativa (igual identificação com a região e com a Espanha), a identidade europeia apresentava-se dissociada de percepções de conflito e associada a benefícios para a região, para a Espanha e para a relação entre ambas. Desta forma, os autores deste capítulo propõem que é no quadro da identidade comparativa que devem ser entendidos a cooperação ou o antagonismo decorrentes das identificações nacionais.

No capítulo 8, Jorge Vala, Rui Costa-Lopes, Cícero Pereira e Jean-Claude Deschamps procuram responder à seguinte questão: será que a saliência da identificação com o país e os significados da identidade nacional estão associados a atitudes face aos que não partilham a mesma nacionalidade, especificamente face aos imigrantes? A este propósito formulam dois conjuntos de hipóteses. O primeiro conjunto de hipóteses retoma, nomeadamente, os estudos sobre a *identidade comparativa* (Huici e co-autores, capítulo 7) e analisa o seu impacto nas atitudes face à imigração. Para isso são comparados resultados do ISSP-2003 recolhidos na Suíça e em Portugal. O segundo conjunto de hipóteses incide no estudo do impacto dos significados da identidade nacional nas atitudes face à imigração. Concretamente, com base em dados recolhidos num conjunto alargado de países europeus, os autores contrastam o efeito da identidade nacional pensada como patriotismo *vs.* nacionalismo na atitude face à imigração. Os autores argumentam que as consequências da identidade nacional nas atitudes intergrupais serão melhor compreendidas quando a identidade nacional é estudada em contexto comparativo e propõem que tão ou mais importante do que o impacto do grau de identificação nacional nas atitudes intergrupais serão os conteúdos de que é investida a identidade nacional.

Conclusões

No painel que decora a estação de metro da Cidade Universitária, em Lisboa, a pintora Vieira da Silva lembra-nos uma máxima de Sócrates: «Não sou ateniense, nem grego, mas um cidadão do mundo.» Nela está patente uma recusa de confinamento do filósofo a uma identidade particular e podemos interpretar legitimamente esta afirmação como uma invocação pela pintora de uma condição universal acima das pertenças localizadas, como o são as nacionais. De facto, Vieira da Silva, nascida em Portugal, e o seu marido, Arpad Szenes, judeu de origem húngara e «apátrida», em termos de cidadania, sentiram bem a dimensão discriminatória representada de modo extremo pelos exclusivismos étnicos e nacionais. Ameaçados pelo nazismo, refugiaram-se em Portugal, mas, apesar de Arpad se ter convertido ao catolicismo, o casal não conseguiu obter a nacionalidade portuguesa – que Vieira da Silva havia perdido ao casar com Arpad – e teve de se instalar no Brasil. Enfrentaram, sem dúvida, a dimensão mais sombria dos nacionalismos. Mas o nacionalismo não se reduz a esta dimensão nem ela lhe é necessariamente inerente. A mobi-

lização de uma parte da população mundial contra os nacionalismos racistas e totalitários no decurso da Segunda Guerra Mundial, e que permitiu a sua derrota, recorreu também ao apelo de identidades nacionais, identificadas na circunstância com a causa da democracia e da liberdade. Nesta obra mostramos como processos históricos, factos institucionais e políticos, mecanismos cognitivos e emocionais e análises científicas e de senso comum se têm conjugado para que as identidades nacionais permaneçam. Alguns falam do nacionalismo e das identidades nacionais como um fenómeno passado. Nós mostramos a sua persistência ubíqua, difusa, banal.⁵

Agradecimentos

Os organizadores deste volume agradecem a contribuição valiosa prestada à sua edição por Alice Ramos, da Comissão Executiva do Programa «Atitudes Sociais dos Portugueses», Cátia Nunes e Susana Cabaço. Agradecem igualmente à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa o financiamento que permitiu a realização deste projecto. Estendem, finalmente, os seus agradecimentos a todos quantos participaram no 9.º Seminário das Atitudes Sociais dos Portugueses, onde foram apresentadas as intervenções agora reunidas neste livro.

⁵ Com esta referência ao nacionalismo banal queremos homenagear Michael Billig, já citado nesta introdução.

Parte I
Dimensões da representação
da identidade nacional

Capítulo 1

Pátria, nação e nacionalismo*

I

Tem-se por certo que o apego à pátria é *ôntica, lógica e cronologicamente* anterior ao sentimento que se nutrirá para com o Estado e a nação, prioridade que, levada em conta, pode ajudar a compreender melhor o processo de organização política das sociedades europeias e os respectivos sentimentos de pertença, pelo menos desde a Antiguidade clássica até aos nossos dias, conjuntura em que, nestes domínios, se tem assistido a aceleradas e profundas metamorfoses.

A patria loci

Recorde-se que é costume situar a genealogia do vocábulo «pátria» em Homero, onde *patris* (e os seus derivados: *patra*, *patrôos*, *patrios*, *patriôtês*) (Cuchet 2007) remete para a «terra dos pais» (*bê patris*) e possui uma semântica que engloba tanto o enraizamento natálico como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia. Pensando bem, o termo arrasta consigo uma forte carga afectiva, resultante da sobredeterminação sacro-familiar que o recobre, ancestralidade que tinha o seu ponto nodal no culto dos túmulos. E esta prática não se cingia ao âmbito privado, pois também possuía um valor cívico e ideológico imprescindível, dado que visava inculcar o reconhecimento e unir eficazmente a pequena comunidade, em ordem a conduzir os indivíduos a aceitarem os imperativos do grupo, doação que podia ir até ao sacrifício da própria vida.

* Este ensaio faz parte de um estudo mais geral, em elaboração, intitulado *Geografia dos Afectos Pátrios*. Daí a ausência de maiores explicitações em alguns temas, aqui somente sintetizadas, bem como a dispensa de alongamentos no aparato bibliográfico.

Entende-se, assim, que o efeito conotativo mais marcante da palavra se traduza na suscitação de sentimentos «quentes», função protectora bem plasmada pela configuração *antropomórfica* e *antropopática* que lhe dá corpo. É que, se, literalmente, ela insinua a presença memorial do «pai» – a «terra dos pais» –, a linguagem mais lírica, afectiva e interpeladora que a exprime metaforiza-a como um corpo moral, mítico e místico, num jogo semântico que, evocando um acto pristino, visa interiorizá-la, sobretudo, como *mátria*. O que, em simultâneo, transubstancia a «população» numa *fratria de compatriotas*, na qual os «irmãos», os «patrícios», são incitados a reconhecerem-se como «filhos da pátria» e, por conseguinte, a aceitarem, em nome da honra e do juramento, o cariz sacrificial do devotamento à «mãe comum de todos» (Cícero). Como lapidarmente cantou Horácio (*Odes*, 3, 2, 13): «*Dulce et decorum est pro patria mori.*»

De tudo isto decorre uma consequência relevante: será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais. Compreende-se. É que, se estas implicam a partilha de características comuns (os mesmos mitos de origem, a mesma língua, um mesmo território, a mesma memória colectiva), é indiscutível que a sua pedra-de-toque se situa na ancestralidade. Bem vistas as coisas, como «terra dos pais» (e dos respectivos mitos), a «pátria» é a *origem* de todas as *origens*, húmus sacralizado que, se gera, também *filia* e se impõe, quase de um modo holístico, como uma *herança* e como um dever de *transmissibilidade*, ou melhor, como um *destino*, ou mesmo como uma *vocação*.

Se a narrativa que liga estas características pontualiza a *temporalização* da ideia de «pátria», surge como lógico que ela igualmente organize as apropriações afectivas do *espaço*, trabalho projectivo através do qual o *território*, ou, como se dirá a partir de Montesquieu, o *meio*, será reconhecido como *paisagem*. Percebeu-o bem o romantismo e pensadores como Ortega y Gasset, para quem «el patriotismo es ante todo la fidelidad al paisaje», ou melhor, «la patria es el paisaje» (Ortega y Gasset 1988, 49 e 53). Neste horizonte, entende-se que a geografia dos afectos pátrios não seja tanto a traçada pelo determinismo físico, ou pelo império das fronteiras gizadas pelo poder político, mas a cartografada pela interiorização dos sentimentos de pertença. Daí que o uso, ainda corrente, de designações como «pátria chica», «terra», «chão», «terruño», «Heimat», «homeland», seja fruto desta capacidade aparentemente contraditória: se, no seu registo mais primitivo, o afeiçoamento pátrio está umbilicalmente ligado a um tempo e a um espaço concretos, a sua função de *enraizar*, *filiar* e *criar identidades*, demarcando *diferenças* e *prometendo escatologias históricas*, sobrevive, mesmo

sob os efeitos da desterritorialização (desterro, exílio, emigração) contemporânea, seja como nostalgia (um exemplo milenar encontra-se na diáspora do povo judaico) e saudade, seja como identidade cultural afirmada por razões de auto-estima, de resistência ou de negociação do direito a novas reterritorializações perante outros patriotismos hegemónicos. Deste modo, poder-se-á concluir que, ao privilegiar a *origem* e a *herança*, a pátria é, sobretudo, *memória*, instância que enlaça, retrospectivamente, os vivos e os mortos, numa cadeia de solidariedade através da qual os indivíduos se reconhecem como *compatriotas* de uma mesma *Vaterland*, característica que foi durante séculos repetida. E mesmo em finais do século XIX, numa época em que algum internacionalismo exagerado decretava a sua irreversível ultrapassagem, um republicano-anarquista como Heliodoro Salgado replicava que afirmar isso equivalia a «mentir à própria consciência», porque «não pode morrer o patriotismo no coração humano, enquanto a *memória*, repositório das nossas recordações, for uma das faculdades do nosso espírito» (Salgado 1889, 70).

Esta radicação é decisiva, já que, se a *fatherland* parece ter um estatuto essencial, ou emanar da ordem da natureza, a sua intrínseca dimensão memorial faz dela, como acontece com toda a actividade anamnésica, um processo em construção. Sendo assim, a *pátria também é a polis feita recordação (e comemoração)*, característica donde deriva esta outra consequência: quando se passa da esfera subjectiva para a pública, ela não pode ser pensada fora das políticas da memória e das suas finalidades apelativas, integradoras e escatológicas, como sobejamente o demonstram os múltiplos usos e abusos ideológicos a que a sua ideia esteve (e está) sujeita.

No seu sentido mais estrito, englobaria, portanto, um território específico sacralizado pelos seus deuses (os *lares patrii*), onde se circunscreve um sentimento de pertença inclusivo e com fronteiras traçadas pela inserção e filiação dos indivíduos nos grupos de tipo comunitarista, dado que estes envolviam tanto os vivos como os mortos e os que hão-de vir. E é esta herança, imperativa e apelativa, que confere todo o significado às palavras que, segundo Ésquilo, os combatentes gregos lançaram no começo da batalha de Salamina (480 a. C.): «Avante filhos dos Gregos, libertai a vossa Pátria, libertai os vossos filhos e as vossas mulheres, os santuários dos deuses dos vossos pais e os túmulos dos vossos antepassados: a luta, hoje, é por tudo isto!».¹ Em tal frase se tem visto a prefigu-

¹ Ésquilo, *Persas*. Introdução, tradução do grego e notas de Manuel de Oliveira Pulquério, Lisboa, Edições 70, 1998, p. 36. A primeira representação desta peça data de 472 a. C.

ração dos futuros hinos patrióticos e nacionais (a *Marselhesa*) e, como o posicionamento do indivíduo no grupo era análogo ao do seu lugar no cosmos familiar, a elevação do modelo fontanal a símile de fidelidades colectivas mais extensas.

Com os romanos não advieram alterações relevantes imediatas: «pátria» continuará a referir-se à «terra dos pais». Como ensina Fustel de Coulanges, a «pequena pátria» era o «campo fechado da família, com o seu túmulo e o seu lar», entidade fundacional da «pátria grande» (a *patria communis*), que, no entanto, ainda só abraçava toda a «cidade com o seu pritanato e os seus heróis, com o seu recinto sagrado e o território demarcado pela religião» (Coulanges 1971, 324-325). Na verdade, parece indiscutível que esta visão clássica estava exclusivamente ancorada numa espécie de «patriotismo religioso», de cunho comunitário e modelado pelo paradigma familiar, numa confirmação da velha tese aristotélica que definiu o homem como um animal naturalmente político.

A patria civitatis

Todavia, há que perguntar se, a par deste entendimento de pátria e dos sentimentos que ela desperta, não medrou um outro, de índole jurídico-política, no seio da experiência histórica que os romanos designaram por *res publica*, modo de traduzir a *politeia* grega e de realizar o bem comum e a liberdade.² Tendo como norma a busca destes dois objectivos, ela distinguir-se-á de outras esferas (a *privata*, a *domestica*, a *familiaris*), pois pressuporá uma diferenciação qualitativa entre, por um lado, a esfera pública – que corresponde, no grego antigo, às formas substantivadas do adjectivo *koinós* (comum, público) e, modernamente, à expressão italiana *il commune* e ao alemão *die Gemeinde* – e, por outro lado, a esfera privada, acepção que foi bem definida por Cícero ao precisar que a *res publica* dizia respeito ao bem do povo, entidade que, porém, não podia ser confundida com a multidão, mas devia ser vista como uma associação pausada pelo *consensus iuris* (o consenso do direito) e a *communis utilitatis* (a comum utilidade) (Lefer 1989, 2). O que requeria a concomitante participação dos interesses da plebe e da aristocracia no negócio equilibrado da «coisa pública». Este regime «misto» seria o mais adequado à realização da virtude cívica.

² Sobre tudo o que se segue, v. a obra fundamental de Maurizio Viroli (2001, 23 e segs.), *Per amor della patria. Patriotismo e nazionalismo nella storia*. Uma boa síntese do tema encontra-se em Juan José Laborda (1999), «Patriotismo».

Por outras palavras: a sobredeterminação da virtude pela adesão voluntária aos ditames da lei e do direito requeria um novo tipo de afecto pátrio, mais extenso e, de certo modo, mais abstracto, logo, distinto do que promanava da «natureza» e do «território». E ele seria irrealizável sob a monarquia, a aristocracia ou a democracia. Modo de dizer que a «cidadania» era criada pela lei, fruto da «ponderação» dos poderes, e não pelo sangue e pelo território. Consequentemente, seria redutor cingir o título de *patria communis* aos habitantes de Roma. Por palavras que Cícero pôs na boca de Marco em *As Leis*: «Eu por mim entendo que [...] todos os que são dos municípios têm duas Pátrias, uma por natureza, outra por cidadania», ou, dito de outra maneira, existiriam, em simultâneo, «uma pátria geográfica e outra de direito». Porém, importa salientar que esta coexistência estribava-se numa hierarquização qualitativa de sentimentos, pois punha no posto de comando o afecto para com os valores da *res publica*, cujos antónimos eram, precisamente, a tirania (inerente ao governo de um só), a oclocracia (decorrência necessária da aristocracia) e a demagogia (efeito inevitável da democracia). Ao contrário, na república todos se esforçariam por ser virtuosos, servindo a suprema «pátria comum», porque esta seria a de «toda a cidade, pela qual devemos morrer e dar-nos a ela por inteiro, em que devemos colocar e, por assim dizer, a ela consagrar, todos os nossos bens».³

Um mais cabal entendimento do que ficou escrito passa pela explicitação do que Cícero pensava acerca da constituição política. Retomando a divisão que vinha de Heródoto, de Aristóteles e de Políbio, o grande orador distinguiu três formas: «quando está nas mãos de um só a totalidade do poder, chamamos rei a esse único homem e monarquia a essa instituição política; quando está nas mãos de pessoas escolhidas, diz-se que essa cidade é governada pela vontade de uma aristocracia (*optimates*)»; e seria «uma democracia (*civitas popularis*) – pois é assim que a denominam – aquela onde tudo reside no povo».⁴ Nenhuma delas oferecia, porém, uma solução exclusiva e «perfeita» (ainda que, em certas condições, todas pudessem servir a comunidade, desde que os detentores do poder não caíssem na «iniquidade e ambição»). Quais as razões que aconselhavam a adopção de um sistema «misto»? Na primeira, os cidadãos estariam à margem da participação jurídica e deliberativa; na segunda, a

³ Cícero, *As Leis*, II.2.5 (trad. Maria H. R. Pereira, *Romana. Antologia da Cultura Latina*, Porto, Asa, 2005, p. 49). Os itálicos são nossos.

⁴ *Id.*, *A República*, I.26.41-27.43 (trad. Maria H. R. Pereira, *ibid.*, 33-34). Os itálicos são nossos.

multidão só escassamente teria acesso à liberdade, pois estava privada de todo o poder deliberativo; na democracia, ainda que tudo fosse «governado pelo povo» de um modo «justo e moderado», a equidade seria desigual, uma vez que não existiriam graus para distinguir os méritos.

Tais prevenções ajudam a explicar a sua adesão, na linha de Políbio, a uma via «mista» e «moderada». A constituição mais virtuosa seria um produto, não da vontade individual de um legislador (como Minos, Licurgo, Teseu ou Sólon), mas de uma herança histórica, e a sua superioridade proviria da mistura de características das restantes. O que permitiria não só alcançar uma certa repartição dos poderes, da qual «os cidadãos livres dificilmente poderão prescindir durante muito tempo», mas também garantir «a estabilidade, pois as formas primitivas facilmente deslizam para defeitos opostos, de o rei se converter em tirano, os aristocratas em facção, o povo em confusa turbamulta; pois as formas do governo mudam com frequência para outras». ⁵

A esta experiência, que teria trazido a felicidade romana, chamava-se *Res publica*. Dito de outro modo: «se os povos forem detentores dos seus direitos, diz-se que não há nada melhor, de mais livre, de mais feliz, uma vez que são senhores das leis, dos julgamentos, da guerra, da paz, das alianças, da vida de cada um, dos haveres. Entende-se que é esta a que verdadeiramente se deve chamar república, isto é, governo do povo pelo povo». ⁶ Contudo, este seria moderado por uma espécie de convenção, dado que, «quando as pessoas se temem umas às outras, o homem ao homem e a classe à classe, então, uma vez que ninguém se fia em si mesmo, *faz-se uma espécie de pacto* entre os povos e os poderosos, donde se origina aquela forma mista de constituição que Cipião elogiava». ⁷

Do que ficou escrito se retira esta outra ilação: se o primeiro nível de patriotismo tem um cariz comunitarista, o segundo é polarizado, predominantemente, por valores jurídico-políticos, perspectiva que, reactualizada, virá a ser fundamentadora da ideia de patriotismo cívico de raiz contratual e, por extensão e transformação, do conceito moderno de «nação cívica». Por sua vez, embora a primeira acepção pudesse coabitar com a segunda, ela funcionará, sobretudo, como o molde por excelência, quer da concepção mais holística, étnico-cultural e territorial dos sentimentos de pertença, quer da sua expressão mais totalizadora como «nação orgânica».

⁵ *Id.*, *ibid.*, I.45.69-46-70 (trad. Maria H. R. Pereira, *ibid.*, 35-36).

⁶ *Id.*, *ibid.*, I.45.69-46.79 (trad. Maria H. R. Pereira, *ibid.*, 35).

⁷ *Id.*, *ibid.*, III.13.23 (trad. Maria H. R. Pereira, *ibid.*, 38-39). Os itálicos são nossos.

Seja como for, desde logo é detectável a existência de características transversais às duas dimensões de pátria, já que a *patria iuris* explorará, igualmente, a analogia com a *patria loci, naturae*, ao mesmo tempo que porá em acção uma similar «gramática» apelativa que o discurso político romano levará às suas últimas consequências. Esta dimensão encontra-se bem personificada na prosopopeica figura da «mãe pátria» (por exemplo, nas *Catilinárias* de Cícero, em que ela irrompe a admoestar o seu transviado filho Catilina), assim como na sacralização cívica dos «pais da pátria» e dos «filhos da pátria», em contextos sintagmáticos que visavam radicar o «amor da pátria», em ordem a levar os indivíduos à voluntária disposição de por ela morrerem quando estivesse em causa o bem comum, lutando, contra as traições, as tiranias e as usurpações, pela defesa da lei e do direito.

Aos olhos da nova religião judaico-cristã, tudo isto soará a idolatria e a crença numa errada promessa de glória – a fama –, essa ilusão de imortalidade. A salvação eterna residiria, não na *Cidade dos Homens*, mas na de *Deus* (Santo Agostinho). Pelo que os exaltadores da virtude cívica pagã entravam em contradição: se tudo o que é humano está sujeito à corrupção e, tarde ou cedo, ao esquecimento, só a eternidade, situada para além da história, traria a verdadeira glorificação e imortalidade. Daí a insensatez do *pro patria mori*, ideal cantado por Virgílio («Vencerá o amor da Pátria e do louvor a desmedida ambição»),⁸ ou da acção de homens como Bruto, que deixou sacrificar os próprios filhos às aras da pátria. Os cristãos não deviam aspirar a tais louvores, pois o único martírio digno seria o sofrido em nome de Deus.

É certo que Tolomeu da Luca, no seu *De regimine principum* (livro imediatamente atribuído a S. Tomás de Aquino), sustentou a compatibilidade entre o honrar-se a pátria terrestre e a fé na pátria celeste. No entanto, esta não virá a ser a tendência dominante. Quer a soteriologia e a escatologia semeadas pela nova religião, quer ainda a teorização teológica sobre as origens da soberania e dos elos entre o poder espiritual e o poder temporal, farão diminuir o mérito de todo o comprometimento com o mundo que não aspirasse à salvação transcendente. Assim sendo, o sacrifício pelas pátrias terrestres somente se impunha quando o governo destas estivesse subordinado ao amor pela pátria celeste. Caso contrário, justificava-se o direito de resistência e até o recurso ao tiranicídio.

Por outro lado, convém salientar que, quando o vocábulo passou a ter um curso mais secular, se referia, sobretudo, à pátria incorporada na

⁸ Virgílio, *Eneida*, VI.823 (trad. Maria H. R. Pereira, *ibid.*, 163).

pessoa do monarca, detentor de um poder que, indirectamente (*translatio imperii*), ou directamente (absolutismo), provinha de Deus. Deste modo, os vassallos e os cavaleiros que davam a sua vida pelo senhor, pelo imperador, ou pelo rei, sacrificavam-se *pro domino*, mas não *pro patria*, isto é, honravam um vínculo de fidelidade ou de fé (*fidelitas*, ou *fides*), mas não cumpriam um dever cívico para com valores impessoais e equivalentes ao requerido pela devoção clássica à «coisa pública» (Kantorowicz 1989).

Cícero e o seu discípulo Maquiavel são comumente apresentados como dois «momentos» altos do patriotismo *res publicano* e, por conseguinte, de um ideal de patriotismo terreno que ultrapassava o quadro comunitarista (Viroli 2004). Com efeito, para o autor dos *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio* – e tal como para os seus mestres romanos –, o amor da pátria significava, antes de tudo, o amor pela *res publica* e pelas suas leis. Em tal horizonte, a *cidade-estado* funcionaria como um meio que devia estar ao serviço da harmonização dos interesses particulares com os da comunidade, e não exigir que a parte ficasse submetida pelo todo. O patriotismo identificava-se, por isso, com a *virtu*, ao concitar os cidadãos a anteporem o bem comum acima dos seus interesses egoístas e a compreenderem que esse seria o melhor caminho para poderem gozar, no máximo, os seus próprios direitos. E acreditava-se que o auto-governo e o *officium* no cumprimento dos deveres cívicos os levariam, sempre que ameaçados, a sacrificarem-se pela pátria (Rosati 2000).

Em termos sintéticos, poder-se-á dizer que, posteriormente, a maior autonomização das bases da ética, da sociabilidade e das finalidades políticas desencadeou mudanças na fundamentação dos afectos e fidelidades ajuramentadas. Dir-se-ia que se passou de um plano em que estas se hierarquizavam sob o carisma de uma legitimidade sacro-social – presumindo, por conseguinte, a existência de vínculos interpessoais e sinálgmáticos – para um outro, mais horizontal (porque centrado nos ideais de liberdade, igualdade, contrato social e bem comum), cada vez mais identificado com o secularizado interesse da vontade geral.

Il n'est point de patrie dans le despotique (La Bruyère)

Ao postular-se uma origem imanente para a sociedade política, dentro de uma concepção de tempo irreversível, qualitativo e substancial, assistiu-se ao questionamento não só da corrupção provocada pelo devir, mas também do estatuto (natural ou pactível) de entidades colectivas como «sociedade», «nação», «Estado», «pátria». E os seus nexos irão passar por

transformações, sobretudo quando aquela experiência aparece concretizada em novos reordenamentos políticos, com jurisdição sobre territórios mais extensos e sobre populações mais numerosas, tendência que levará à formação dos Estados-nações e à reformulação do próprio conceito de império, herdado da matriz romana e continuado pela Igreja ou por ordenamentos políticos que ela sacralizava, como foi o caso de Carlos Magno e do Sacro Império Germânico. Cada vez mais *imperium* se distingue de *dominium* e passará a representar uma soberania inalienável, porque pertencente à nação, ou, para outros, ao Estado (Vattel). Mudança que estadualizou, sobretudo após Vestefália (1648), este velho princípio, em elaboração desde o século XIV: «*Rex est imperator in regno suo*».

Neste contexto, é lógico que os mediadores tradicionais da «pátria comum» – a *urbis*, a república, o império, a Igreja, o monarca sacralizado – tenham perdido força aglutinadora como consequência de se terem aberto janelas à crença de que a acção humana poderia domar a «fortuna» (Maquiavel) e acrescentar à natureza algo de novo. E, não obstante se continue a aceitar que as afectividades pátrias são ditadas pela natureza, a vertente jurídico-política virá a ser a mais valorizada, nível que, por inclusão ou por subordinação, procurava integrar as primeiras, mas com o propósito de as pôr ao serviço dos desafios decorrentes do aumento da consciência histórica e da assunção livre das responsabilidades cívicas, como, segundo John Pocock (1975), já se encontra em Maquiavel. E esta herança teve várias apropriações modernas (a inglesa, a dos países do Brabante, a americana, a francesa).

Quanto a esta última, é sabido que Montesquieu (Felice 2000) partiu dos ensinamentos da cultura política neo-romana e, em particular, de Cícero, Maquiavel e dos exemplos anglo-saxónicos e que, à sua luz, retomou a tese das três formas de constituição política (monarquia, aristocracia, democracia). E virá a ter grande repercussão a sua destrinça entre a de tipo monárquico e a de orientação *res publicana*, bem como a ilação que daí extraiu em 1716: «le sanctuaire de l'honneur, de la réputation et de la vertu, semble être établi dans les républiques et dans les pays où l'on peut prononcer le mot *de Patrie*» (Montesquieu 1964, 109). Esta virtude distinguir-se-ia das demais porque, ao garantir a divisão e o equilíbrio dos poderes – e não o domínio de um só, ou o de todos –, podia dirigir-se «au bien générale», por ser «l'amour de l'égalité et de la frugalité». Com efeito, no «avertissement» inserto em *De l'esprit des lois*, o publicista francês escreveu: «Il faut observer que ce que j'appelle la *vertu* dans la république est l'amour de la patrie, c'est-à-dire l'amour de l'égalité. Ce n'est point une vertu morale, ni une vertu chrétienne, c'est la vertu *politique*;

et celle-ci est le ressort qui fait mouvoir le gouvernement républicain, comme *l'honneur* est le ressort qui fait mouvoir la monarchie. J'ai donc appelé *vertu politique* l'amour de la patrie et l'égalité» (Montesquieu 1964, 528). Com isto se defende que Montesquieu constituiu um momento forte da «recepção» francesa da cultura *res publicana* neo-romana, filão que receberá novas mediações e sínteses em pensadores como Rousseau e Jaucourt e, no seu uso próprio, em Marat, Robespierre, Saint-Just e outros revolucionários.

Em Rousseau, o sentimento patriótico supunha o cariz pactual da sociedade política e aparece como o complemento afectivo e sociabilitário que terá de ser desenvolvido para se evitarem os riscos de queda no atomismo social, inerentes a uma sociedade centrada no indivíduo. Para isso propunha-se «santificar» o contrato social com o recurso ao que se designou por «religião civil», conjunto deístas de crenças, ritos e símbolos indissociável de um projecto de educação nacional. Como assinalámos noutra estudo» (Catroga 2006, 127-132), para ele, «c'est l'éducation qui doit donner aux âmes la force nationale [...] Un enfant en ouvrant les yeux doit voir la patrie et jusqu'à la mort ne doit voir qu'elle. Tout vrai républicain suçait avec le lait de sa mère l'amour de sa patrie, c'est-à-dire des lois et de la liberté. Cet amour fait toute son existence; il ne voit que la patrie, il ne vit que pour elle; sitôt qu'est seul, il est nul: sitôt qu'il n'a plus de patrie, il n'est plus et s'il n'est pas mort, il est pis» (Rousseau 1964, 966).

Quer isto dizer que, para o autor do *Contrato Social*, o máximo patriotismo não brotava espontaneamente da sociabilidade natural e da relação imediata dos indivíduos com a terra em que nasceram (Leliepvre-Botton 1996). Pelo que ter uma pátria não derivava do *ius solis*, nem do *ius sanguinis*, mas teria de morar, como teoria e prática da virtude, no coração dos cidadãos. Porém, para que tal fosse possível seria insuficiente uma *religação* meramente racional e abstracta à sociedade, como propugnava o cosmopolitismo iluminista. Por outro lado, as possibilidades de desenvolvimento do patriotismo seriam inversamente proporcionais à extensão dos Estados. Na linha de Montesquieu, também em Rousseau o universal exigia o particular, a fim de se enraizar o *re-conhecimento* e o *con-sentimento*. O que dá sentido a este desejo, formulado, em 1755, no seu *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*: «Si j'avais eu à choisir le lieu de ma naissance, j'aurais choisi [...] un État, où tous les particuliers se connaissant entre eux, les manœuvres obscures du vice, ni la modestie de la vertu, n'eussent pu se dérober aux regards et au jugement du public, et où cette douce habitude de se voir et de se connaître, fit de l'amour de la Patrie l'amour des Citoyens plutôt que celui de la terre» (Rousseau 1964, 204).

E pelo mesmo diapasão afinava Voltaire ao escrever no *Dictionnaire philosophique* (1764): quanto mais a pátria «devient grande, moins on l'aime, car l'amour partagé s'affaiblit. Il est impossible d'aimer tendrement une famille trop nombreuse qu'on connait à peine» (Voltaire 1994, 418).

Antes de prosseguir, uma clarificação terá de ser feita. Se, em Rousseau, e, depois, nos seus seguidores jacobinos, a apologia da virtude *res publicana* apostava na edificação de um regime político republicano, no sentido estrito do termo, noutros, porém, não existia essa correlação, como mostra o caso de Montesquieu. Este tinha os olhos postos no modelo monárquico inglês e situava-se na linha daqueles que, nos séculos XVII e XVIII, pensavam que a monarquia, desde que respeitasse os princípios que os clássicos defendiam como necessários para a concretização da virtude – a saber: a devoção ao bem comum, a ponderação, o «equilíbrio», a participação dos vários grupos sociais no poder –, podia ser patriótica. E será a crença nesta possibilidade que moverá a primeira fase da Revolução Francesa (materializada na Constituição monárquica de 1791) e que, depois do aceleração da republicanização dos valores *res publicanos* (com o Terror), reaparecerá nas resistências a Napoleão (qualificado pelos seus opositores como déspota, tirano e usurpador, estatuto que, só por si, justificava o direito de rebelião, tal como este tinha sido teorizado pela escolástica peninsular), bem como nas independências de várias colónias americanas e nas revoluções europeias posteriores, mormente em Espanha e Portugal, onde, em nome de um patriotismo mediado pela fidelidade à aliança entre o trono e o altar, ocorrem levantamentos populares.

O vocábulo «patriotismo»

Sugere-se, assim – e por mais estranho que possa parecer –, que, se o século XVIII foi o século do *cosmopolitismo*, ele também foi o do *patriotismo*. De facto, terá sido no contexto da cultura *res publicana* britânica que este último termo surgiu (em 1726), donde passou, na década de 1750, para o francês e para o castelhano. Entre 1770 e 1792, a todos os propagadores dos movimentos revolucionários, em todos os países, foi dado o nome de «patriotas» e, depois, de «jacobinos» (Godechot 1983, 33). E os textos de Montesquieu e de Rousseau ajudaram a popularizar nos meios cultos o novo conceito de pátria. Nesta matéria, um papel importante coube tanto ao abade Coyer como a Jaucourt, autor dos verbetes insertos na *Encyclopédie* (1765) sobre vocábulos como «nation», «patriote», «patriotisme» (Dziembowski 1998).

Ora, por Coyer (*Dissertation pour étres lues: la première, sur le vieux mot de patrie: la second sur la nature du peuple*, 1755) fica-se a saber que, neste período, aquele último termo não gozava então de grande dignidade, pois seria palavra que «un galant homme n'aurait pas écrit, ni prononcé» (Monnier 2006, 7-8). Por sua vez, a síntese que Jaucourt escreveu para a *Encyclopédie* tinha presentes as lições de Montesquieu, Rousseau, Voltaire, Coyer, mas também não se esquecia dos ensinamentos dos antigos (sobretudo de Esparta e de Licurgo), ao relembrar que, em vez de um liame geográfico, a palavra «pátria» exprimiria, sobretudo, «le sens que nous attachons à celui de famille, de société, d'État libre, dont nous sommes membres, et dont les lois assurent nos libertés et notre bonheur». E, glosando o célebre aforismo de La Bruyère (1950 [1694], 185),⁹ rematava: «il n'est point de patrie sous le joug du despotisme».¹⁰

Conquistá-la implicava, portanto, lutar por ela, ou então – e como mostrava a heroicidade cívica grega e romana, encarnada em figuras como Catão e Caio Bruto – «mourir pour la conserver». Pelo que o amor da pátria seria a primeira das virtudes, ou melhor, o mais fundo sustentáculo da sociedade política. Por palavras de Jaucourt: «l'amour qu'on lui porte conduit à la bonté des moeurs, et la bonté des moeurs conduit à l'amour de la patrie; cet amour est l'amour des lois et du bonheur de l'État». Isto explica a caracterização que, na *Encyclopédie*, ele deu de «patriote»: «c'est celui qui dans un gouvernement libre chérit sa patrie, et met son bonheur et sa gloire à la secourir avec zèle, suivant ses moyens et ses facultés». Cícero não disse algo muito diferente. E, lembrando a recente origem britânica do vocábulo, Jaucourt precisava, em inglês: «The patriot is one Who makes the welfare of mankind, his care, Tho'still faction, vice, and fortune crost, Shall find the generous labour was not lost».¹¹

O termo popularizou-se no decurso da Revolução Francesa (Monnier 2006, 11-63) e na linguagem das elites cultas e politizadas de finais do século XVIII e princípios de Oitocentos. Na verdade, as lutas contra o absolutismo e o imperialismo napoleónico, assim como os movimentos que levarão à génese de novas nações (em particular a partir de antigas colónias da América) (Belissa e Cottret 2005), despertaram várias acep-

⁹ «Il n'y a point de patrie dans le despotique»

¹⁰ In *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, t. XII, Neuchatel, chez Samuel Faulche & Compagnies, Libraires & Imprimeurs, 1765, p.178. Os itálicos são nossos.

¹¹ *Ibid.*, 181.

ções de sentimentos patrióticos¹² como atitude de resistência, mesmo naqueles que o fizeram por fidelidade às suas «constituições» históricas e aos garantes tradicionais da pátria comum (a Igreja e a monarquia, como aconteceu nos países ibéricos durante as lutas contra Napoleão, «o usurpador»).¹³ Todavia, esses processos acabarão por conduzir a mudanças políticas e sociais que vieram reforçar a sinonímia entre liberal, patriota e revolucionário. Tendência que no Sul do Velho Continente se objectivou quer nas reacções italianas que não deixavam de convocar a memória *res publicana* (Simondi 1996) romana contra o domínio francês (1796-1799) – donde sairá a carbonária, associação secreta que irá agir prioritariamente em nome do patriotismo –, quer nas revoluções da Espanha (1808-1812) e de Portugal (1820-1822), movimentos que, para além das intenções do seu ponto de partida, desaguarão nas primeiras constituições políticas peninsulares elaboradas em termos modernos. E, sintomaticamente, ambas serão escritas sob o signo das ideias de pátria e de patriotismo, ainda que em articulação com as de nação e de Estado.

II

Na modernidade, os vocábulos «pátria», «nação» e «Estado» referenciam uma dada população e um dado território em que esta habita (ou a que, míticamente, está ligada, ou que reivindica), podendo os dois primeiros denotar, ou não, um ordenamento político concreto. Deste modo, as suas diferenças não têm tanto a ver com a completa ausência de qualquer deles, mas dizem mais respeito à maneira como se articulam e hierarquizam entre si. Logo, compreender um obriga a relacioná-lo com os outros, «car ses mots font couples. Il ne faut pas les étudier seulement en eux-mêmes, pour eux-mêmes. Il faut les étudier par rapport aux mots avec qui ils s'accordent, [aux mots auxquels] ils s'opposent» (Febvre 1996, 64).

¹² Para o caso brasileiro, uma boa amostragem do que se afirma, v. trabalho de Denis António de Mendonça Bernardes (2006), *O Patriotismo Constitucional Pernambucano, 1820-1822*.

¹³ Termos como «pátria», nas suas várias acepções, e «patriotismo» atravessam os escritos e declarações políticas do período das invasões francesas e, depois, prolongar-se-ão durante a Constituinte vintista. Em termos de mera amostragem, leiam-se: *Defeza dos direitos nacionaes e reaes da monarchia portuguesa*, 2 ts., Lisboa, Na Imprensa Regia, 1816; José Viriato Capela et al. (2008), *O Heróico patriotismo das províncias do Norte. Os Concelhos na Restauração de Portugal de 1808*.

Pátria, nação, Estado

Como se viu, no significado de pátria, a população e, em certa medida, o território tendem a sobrepor-se à faceta institucional e a sua funcionalidade é dita numa linguagem lírica, afectiva e maternal que antropomorfiza tanto o território, transformando-o em *paisagem*, como a população, que se metamorfoseia numa comunidade fraternal de com/patriotas.

Por sua vez, o Estado alude, predominantemente, à dimensão institucionalizada do poder que se exerce sobre uma população – que ele divide entre governantes e governados – e sobre um dado território, lugar onde a sua soberania traça e defende «limes» externos, ao mesmo tempo que procura eliminar os internos. Para isso exige deter o monopólio da violência, pelo que não admira que a sua linguagem seja de cariz técnico-jurídico e «fria» (mormente quando comparada com a da «pátria» e a da «nação»), características que diminuem ou neutralizam a sua força apelativa, embora exprimam bem o cariz coercivo do poder que ele, através da lei e da polícia, exerce sobre os indivíduos e os grupos.

Com o tempo [para alguns, desde finais da Idade Média em sociedades como a inglesa (Hastings 1997), ou portuguesa; para outros, desde os séculos XVII e XVIII em muitos países da Europa], o termo «nação» passou a aludir a uma população quando sintetizada como uma identidade colectiva, ou melhor, como um «nós». Mas, com os nacionalismos dos séculos XIX e XX, o seu entendimento moderno como corpo moral «construído», ou de origem pactual secular (contrato social), foi sendo secundarizado a favor de uma caracterização étnico-linguística (Herder, Fichte), orientação que veio a ter significativos efeitos no domínio das teorias sobre Estado e sobre a própria ideia de pátria e de patriotismo. Daí o surgimento de duas teorias, excessivamente «puras», a nosso ver, dos processos de construção dos Estados-nações modernos: a que defende que se caminhou *from State to nation* e a que sustenta o percurso inverso: *from nation to State*.

A não confusão entre os campos semânticos de «pátria», «nação» e «Estado» é igualmente aconselhada quando se analisa a densidade dos sentimentos colectivos, campo em que parece ter pertencido à ideia de nação o papel de «instância de conexão» entre a de pátria e a de Estado, caldeando a «frieza» deste com a «quentura» que a conotação daquela irradia. Divisão de trabalho que também recebeu dissemelhantes traduções no domínio da retórica política. Com efeito, não é raro encontrar-se o Estado metaforizado como um «navio» (e o governante como um «piloto», ou como um «timoneiro»), ou então como uma «máquina», enquanto a nação é amiúde

comparada a uma «família» ou a um «corpo moral» que consensualiza ou unifica os indivíduos que a encarnam.¹⁴

Estas definições devem ser entendidas, porém, como qualificações-tipo de experiências que conduziram, nos séculos XVIII e XIX, à consolidação do comumente designado por Estado-nação. Ora basta atentar na maneira como este se legitimou e conseguiu mobilizar as massas para se verificar que a sua força ideológica propulsora foi a ideia de patriotismo (e de pátria). No entanto, talvez devido aos abusos que estes dois termos sofreram no período contemporâneo, a sua problematização tem estado praticamente ausente do debate acerca da gênese das nações, seja nas teorias que as vêem como construções modernas – ainda que erguidas a partir de elementos que elas caracterizam como «protonacionais» ou «pré-nacionais» –, seja nas que lhes atribuem uma origem mais essencial, perene e, portanto, mais antiga.¹⁵

Uma coisa é certa: os conceitos de pátria e de nação têm origem e significados diferentes. É que o primeiro supõe o acto de concepção, enquanto o segundo indica o de nascimento. Todavia, na sua evolução semântica, é um facto que eles se cruzam. A nação *está* na pátria, pelo que exige um *território* (real ou imaginário) e uma *população*. Em simultâneo, para se afirmar como um «nós» ela ter-se-á de narrar como um destino sacral, ditado pelas origens. Por isso, todos os mitos estruturantes das identidades nacionais reivindicam uma «linhagem como fase da comunidade política» (Smith 1997, 11). E sabe-se que a pátria é o alfa fundador de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para contornos escatológicos.

A esta luz, parece claro que a «nação» é ôntica e cronologicamente posterior à «pátria», tal como o mundo criado vem depois da criação. É a terra onde se nasceu (como filho) que ela refere, conforme o com-

¹⁴ Sobre o que se expôs, v. Javier Fernández Sebastián, *Estado, Nación y Patria en el Lenguaje Político Español. Datos Lexicometricos y Notas para Una Historia Conceptual*, 36 páginas (www.ejercito.mde.es/IHYCM/revista/07-javier-fernandez.html, 17 de Dezembro de 2006).

¹⁵ Como é lógico, referimo-nos, por um lado, às teorias expandidas, entre outros, por politólogos como Elie Kedourie, Breuille, Paul Brass, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson e, por outro lado, por Pierre van den Berghe, Geertz, Fischmann, Stokes, Kiernan, etc., bem como às soluções de «terceira via», exemplarmente representadas por Hastings e, sobretudo, por Anthony Smith, Hutchinson, Llobera e Dieckott. Sobre todas estas controvérsias, v. Anthony Smith (2000), *Nacionalismo y Modernidad*, id. (1971), *Theories of Nationalism*, id. (2006), *Nacionalismos*, Lich Greenfeld (1992), *Nationalism. Three Roads to Modernity*, Antoine Roger (2001), *Les grands théories du nationalisme*.

prova a divisão dos estudantes nas universidades medievais, onde «nação» podia designar os naturais de uma região ou cidade ou os falantes de uma mesma língua. Logo, não será excessivo colocar a hipótese segundo a qual na Europa influenciada pela cultura greco-romana e, depois, pelo cristianismo o conceito de *patria communis* serviu de alicerce para a metamorfose do uso tradicional de nação no seu significado moderno, em que esta aparece como uma instância detentora de uma soberania auto-suficiente e que, vocacionalmente, aspira (ou os que por ela falam) a ser Estado. Mas também não será exagero defender que, em termos tipificados, a concepção comunitarista de pátria é o modelo em que as explicações essencialistas, perenealistas, orgânicas e historicistas da génese da nação melhor se encaixam, como não será erro afirmar que o ideal de *patria civitatis* não terá sido inteiramente estranho à emergência da «nação cívica».

Levar-nos-ia longe discutir a pertinência, quer da dicotomia entre «nação orgânica» e «nação cívica», quer da geografia (Europa central e oriental a primeira, Europa ocidental a segunda) que, com frequência, lhes é atribuída, pelo menos, desde Hans Kohn (1945 e 1955).¹⁶ Para o intento de agora basta dizer que a fundamentação da «nação orgânica» (Herder) é facilmente integrável nas componentes étnicas, culturais e simbólicas que terão estado subjacentes à génese das nações modernas (Anthony Smith) e que aquelas são caracterizáveis pela compartilha de uma mesma língua, de uma mesma religião e de mitos pátrios de origem. Ora este pano de fundo virá a ser alargado nas nações modernas (em geral, nascidas de miscigenações de vários grupos étnico-culturais ou da imposição do domínio de um sobre os demais) com o fomento de um patriotismo nacional, logo transformado em nacionalismo, seja no contexto das lutas para a ascensão de povos ao estatuto de Estados-nações, seja devido à necessidade que estes sentiam de responder às contradições no seu interior, seja por causa das suas pugnas pela conquista de hegemonias políticas regionais ou internacionais de cunho imperialista. Em qualquer dos casos, é um facto que se assistiu a uma acelerada secundarização, aculturação e folclorização dos patriotismos locais (Rosanvallon 2004), em nome do fomento de fidelidades menos personalizadas e de uma mais forte fusão da ideia de pátria com a de nação.

Como na perspectiva cívica ter pátria significava ser livre e viver sob o império do direito, percebe-se que ela facilmente incorporasse a tradição romana de *patria civitatis* e que o seu consequente ideal de patriotismo

¹⁶ V. neste volume o capítulo 3, de Sobral.

se situasse para além dos determinismos étnicos e geográficos. E essa recuperação ocorreu tanto na versão anglo-saxónica (sobretudo, a desenvolvida pela revolução americana) como naquela outra que resultou de certas facetas da teorização de Rousseau e da experiência da Revolução Francesa e que dará origem ao modelo «jacobino» de «pátria grande», baluarte afectivo do conceito de nação una e indivisível. Em qualquer dos casos, a evolução da linguagem política mostra que foi a ideia de pátria e de patriotismo a propulsar o movimento que desaguará na nação moderna (no Estado-nação), e não o contrário, ilação que, porém, não invalida que este último não tenha procurado promover (sistema educativo; serviço militar) um renovado patriotismo comum, tendo em vista transformar os indivíduos em cidadãos, bem como a população num «povo». Compreende-se, assim, que também tenha sido este trabalho mobilizador a dar conteúdo à definição de nacionalismo, quando antes de meados do século XIX essa ligação não ocorria.

Tudo o que ficou escrito, sem dispensar o enquadramento histórico, pretendeu sintetizar ideias-tipo. Ora já Lucien Febvre chamou a atenção, a propósito de alguns dos conceitos aqui em causa, para que «la définition théorique n'est pas de grand secours pour nous, historiens. Elle n'existe à vrai dire qu'en dehors de nos études. Ce qui vaut pour nous, c'est l'histoire du mot, faite avec précaution. Savoir que tel mot est vieux dans la langue ou qu'au contraire, il n'y a fait que récemment son apparition, que nos pères, nos grand-pères tout au plus l'ont engendré pour leur usage, voilà qui ne nous est pas, certes, indifférent, à plusieurs conditions» (Febvre 1996, 34). Por isso mesmo, aquelas teorias e aqueles vocábulos são aqui convocados pelo seu valor meramente instrumental, já que, na prática dos discursos dos actores políticos, será difícil encontrar defensores da nação cívica absolutamente libertos de pressupostos de teor orgânico ou, pelo menos, historicista. Relembre-se que o próprio Renan, tido pelo mais genuíno representante da ideia contratualista de nação, a definiu, em *Qu'est qu'une nation* (1882), e contra o organicismo germânico (Th. Mommsen, Treitschke), como um «plébiscite de tous les jours». Todavia, não deixava de sublinhar que esse desejo não prescindia da memória, embora todas as nações necessitassem de esquecer as suas origens, comumente violentas – «l'oubli, et je dirai même l'erreur historique sont un facteur essentiel de la création d'une nation» –, em ordem a que a sua existência pudesse ser «une affirmation perpétuelle de vie».¹⁷

¹⁷ Renan, *Qu'est qu'une nation* (http://ourword.compuserve.com/homepages/bib_lisieux/nation01.htm, 12 de Junho de 2008).

Porém, e apesar da propensão em contrário, muitos apologistas da tese sobre a origem orgânica e étnico-cultural de nação recorreram a argumentos de teor cívico, em particular nos movimentos independentistas que irão surgir nos inícios de Oitocentos, numa primeira onda antecedida pela criação dos EUA e, numa segunda, depois de 1945. É que, se, nestes casos, parece óbvio que se está perante processos que caminham *from State to nation*, os discursos dos seus ideólogos não deixarão de apostolar a realidade de uma nação preexistente, mesmo que esta não passasse de uma realidade «imaginada» pela sua elite político-intelectual, tendo em vista colocar o efeito como a causa da sua causa. Como Anthony Smith tem sublinhado, «todos os nacionalismos modernos contêm elementos cívicos e étnicos em vários graus e formas diferentes» (Smith 1997a, 27).¹⁸ Pelo que a questão não estará tanto nas explicações «puras», mas no modo e nas finalidades que elas visaram fundamentar.

Maneira de dizer que a justificação mais comunitarista de patriotismo e de nação orgânico-cultural, se, historicamente, conduziu a soluções autoritárias, nacionalistas e totalitárias, noutros casos foi mola que, completada com elementos cívicos, impulsionou independências e a emancipação de povos. Em simultâneo, se parece ser indiscutível que a qualificação dos sentimentos de pertença e de identidade feita à luz de princípios jurídico-políticos legitimados pelo contrato social se compagina melhor com ordenamentos de base demoliberal, não se pode esquecer, porém, que existem experiências históricas em que os princípios contratualistas e o patriotismo cívico desaguaram no terror, como aconteceu com os «inocorrupíveis» jacobinos, ou em imperialismo, como o da III República francesa a partir das últimas décadas de Oitocentos.

Vendo bem as coisas, ainda que articuladas com a de nação e, em menor grau, com a de Estado, foram as ideias de pátria e de patriotismo que desempenharam o papel nuclear no que respeita à mobilização dos sentimentos e fidelidades mais colectivos, realidade bem expressa tanto nas acções políticas de resistência aos poderes qualificados como tirânicos, despóticos ou usurpadores como nas sublevações antinapoleónicas, nas revoluções de cunho liberal e nos movimentos anticoloniais dos séculos XVIII-XIX. E nos nossos dias a mesma função se surpreende na «restauração» e formação de Estados-nações na Europa após a queda do muro de Berlim.

Também nos movimentos anticoloniais novecentistas, mesmo quando o quadro ideológico privilegiado era de âmbito internacionalista (mar-

¹⁸ V. também neste volume os capítulos 3, de Sobral, e 8, de Vala *et al.*

xismo-leninismo), se assistiu à sua mescla com o nacionalismo e o patriotismo, ainda que a pátria imaginada fosse multiétnica e multicultural e se apontasse para uma territorialidade com fronteiras desenhadas pelo próprio colonizador, pulverizando as dos povos dominados. Mas, uma vez conquistado o poder, foi forte o investimento (educativo, propagandístico e repressivo) na radicação de um patriotismo nacional através da «invenção» de uma «religião civil» que, como todas as outras, postula a sacralização dos mitos de origem e de fundação, bem como dos respectivos heróis, e põe em cena ritos e símbolos (hinos, bandeiras, feriados, história ensinável oficial, etc.), de molde a adunar-se a diversidade e a fidelizarem-se sentimentos de pertença «destribilizados». O que, não raro, tem feito do almejado *patriotismo nacional* um *patriotismo de Estado*. E, frise-se, a própria União Soviética, se foi erguida em nome de um ideal internacionalista, cedo se transformou numa modalidade imperial multiétnica. E, como se sabe, esta procurou cimentar-se através do culto dos heróis fundadores e da propagação de um «patriotismo soviético», mas que não deixava de ter subjacente o velho mito da Grande Rússia (Fusi 2004, 418 e segs.).

Não se pode pensar a nação sem a colocar numa pátria (real ou imaginária). Mas o contrário não é verdadeiro, pelo menos até à Revolução Francesa e, sobretudo, a partir do século XIX. Existem pátrias que não são nem querem ser nações, conquanto se saiba que outras, em determinados estádios, serviram de «matéria-prima» para a emergência de nações, tanto culturais como políticas. Neste contexto, a hipótese aqui formulada é concorde com a opinião daqueles para quem «‘nazione’ è la comunità politica che tramite apposite istituzioni organizza una popolazione insediata su un determinato territorio, tutelandola all’esterno e rappresentandone la proiezione ‘identitaria’ in senso forte», e a «‘patria’ *invence è qualcosa che le sta dietro, che la precede logicamente e anche cronologicamente*: è il luogo fisico dove l’ambiente e il paesaggio – costruiti o modificate dalla *vita attiva* delle generazioni – svolgono una funzione primaria di protezione e assicurazione esistenziale, e dove una cultura non semplicemente verbale produce affinità, consonanze, parentele ideali e morali; non solo, è anche un luogo principe dell’immaginario, dove simboli e miti garantiscono quell’ autorappresentazione senza la quale nessun gruppo sociale è in grado di vivere e di sopravvivere» (Lanaro 1996, 15).¹⁹

Aceita-se, igualmente, a tese dos que enraízam a moderna ideia de nação nas mais profundas exigências afectivas e identitárias do homem.

¹⁹ Os primeiros itálicos são nossos.

Logo, a sua historicidade e «artificialismo» são inseparáveis da aplicação de uma estratégia de aculturação e, por conseguinte, de homogeneização de sentimentos de pertença que lhe são anteriores. É esta anterioridade que Edgar Morin igualmente reconhece ao caracterizá-la como «um complexo» cuja «componente psico-afectiva fundamental pode ser definida como matripatriótica», ou melhor, como «materna-feminina, enquanto mãe-pátria que os seus filhos devem amar e proteger», e como «paterno-viril, enquanto autoridade sempre justificada, imperativa, que chama às armas e ao dever» (Morin 2008, 26). Pensando bem, se faz sentido apelar-se a «morrer pela pátria», já será menos convincente clamar-se ser necessário «morrer pela nação» e, muito menos, pelo «Estado». E os poderes de todos os tempos não necessitaram de estar à espera da teoria para o saberem e praticarem. Disse-o, por todos, Robespierre no «Rapport sur les principes du gouvernement révolutionnaire», apresentado à Convenção em 25 de Dezembro de 1793: «Le patriotisme est ardent par nature. Qui peut aimer froidement la patrie?».²⁰

Se é erro iludir a questão da(s) pátria(s) quando se equaciona a da nação, também o será fundir ambos os conceitos. Fazê-lo implica torná-los equivalentes e reduzir a pluralidade dos sentimentos pátrios ao único e hegemónico patriotismo nacional, o qual, devido ao seu cariz político e menos espontaneamente ligado à vida social, requer, a montante, a doutrinação de «intelectuais» (ao nível individual ou «orgânico») e, a jusante, o comprometimento destes coadjuvado pela acção produtora e reprodutora de ideias, valores e símbolos (sistema educativo) do Estado. E a subsunção do patriotismo das «pequenas pátrias» no seio deste novo patriotismo comum, será tanto mais intensa quanto mais o tipo de Estado-nação implantado for de cariz unitário e homogeneizador, modelo que teve a sua expressão cimeira na solução «jacobina» e, depois, nas suas versões mais totalitárias do século XX.

No entanto, também se assistiu à contestação desta via. E, se algumas alternativas tinham por objectivo salvaguardar as fidelidades históricas e a ordem social e política que elas garantiam, outras procuravam implantar as modernas formas de legitimação do poder sem se extinguir a vida local. Estão no primeiro caso, não obstante as diferenças entre si, as alternativas conservadoras de Edmund Burke, ou os projectos contra-revolucionários de Barruel, Joseph de Maistre e De Bonald, publicistas que, contra a tendência monopolizadora do novo patriotismo cívico e nacional da Revo-

²⁰ <http://membres.lycos.fr/discours/gouvernement%20revolutionnaire,htm>, 10 de Junho de 2008.

lução Francesa (seiva do conceito de nação una e indivisível), queriam o regresso às constituições históricas, pois estas teriam respeitado a autonomia e os patriotismos das «pequenas pátrias», no seio de um comum apego filial à religião e ao rei.

Diferentemente, na republicanização e neutralização religiosa do poder, que norteou a experiência histórica dos EUA, o patriotismo comum e nacional surgirá materializado numa constituição de origem pactual e de cariz federativo. Por isso, o novo patriotismo nacional seria a resultante sinérgica da federação dos patriotismos municipais e regionais, modelo que se adequaria melhor à realização do bem comum, isto é, ao cumprimento dos valores nucleares da cultura *res publicana*, incluindo a *virtù* e o *selfgovernment*. Esta via chegou à Europa através das teorizações de alguns «pais fundadores» e do conhecimento dos textos constitucionais das colónias (incluindo a Declaração dos Direitos do Homem), assim como da própria lei fundamental que selou a independência. Mas é um facto que ela teve um novo curso, no Velho Continente, com o impacto da obra de Tocqueville *Da Democracia na América*, saída em 1840. Na verdade, este texto, em conjugação com publicações de teor descentralista que, como reacção ao modelo «jacobino», surgiram em França a partir da década de 1820, passará a ser uma das referências maiores para todos aqueles que procuravam compatibilizar as esferas mais extensas de fidelidade com a revivificação político-administrativa dos sentimentos de pertença à ciceriana *patria municipalis*.

No entanto, quer nos movimentos de independência política que procurarão transformar as colónias em novos Estados-nações, quer nas revoluções liberais europeias dos inícios de Oitocentos (em particular nas do Sul da Europa), o paradigma «jacobino» exerceu uma atracção tanto maior quanto mais forte foi a consciência, confessada ou não, de que, perante as resistências e as fidelidades «antigas», se era impossível ir-se *from State to nation* de um modo absoluto, ter-se-ia de usar, pelo menos, o poder político como instrumento eficaz para se «restaurar» (Espanha), «regenerar» (Portugal) ou fazer «ressurgir» (Itália) a nação, tida por decadente ou adormecida.

No *discurso manifesto* destes activismos sugerira-se o contrário mediante o recurso a argumentos historicistas e culturalistas. E a partir de meados do século XIX assistiu-se à explícita convocação do nacionalismo, apresentado como sinónimo ou mesmo como o gerador do patriotismo comum, com o fito de absorver o seu calor conotativo e de o pôr ao serviço da política de nacionalização das massas. Esta inoculação de sentimentos colectivos, capazes de criarem consenso, cresceu, em boa parte,

devido ao aumento da urbanização e da conflitualidade social no interior dos Estados-nações e às suas rivalidades imperialistas. Porém, como a matéria-prima sobre a qual todos os nacionalismos trabalharão tinha muito a ver com a ideia de pátria, ter-se-á de concluir que «il linguaggio del nazionalismo moderno é nato come una transfigurazione o un addattamento del linguaggio del patriotismo» (Viroli 2001, 11).

Patriotismo e nacionalismo

Tal como se afirmou para o elo entre pátria e nação, também se pode defender que *o patriotismo é ôntica, lógica e cronologicamente anterior ao nacionalismo*, tese que poderá aduzir, como prova da sua pertinência, esta outra conclusão: *se todo o nacionalismo se escuda num patriotismo (porque toda a nação requer uma pátria, pelo menos), nem todo o patriotismo foi (e é) um nacionalismo*. Como pulsão «quente», o sentimento de pertença é detectável mesmo antes da existência de nações politicamente organizadas, ou com uma consciência explícita da sua identidade, ou mesmo da sua superioridade com destino. Com efeito, não foi por acaso que o uso e a dicionarização de palavras como «nacionalista» e «nacionalismo» vieram muito mais tarde do que as de «pátria», «patriota», «patriotismo». Para se certificar o que ficou dito atente-se na história do vocábulo «nacionalismo».

Sabe-se que, na Grã-Bretanha, o adjectivo «nationalist» data de 1715, sendo inicialmente usado para nomear os defensores da «national church». Porém, tanto ele como o substantivo «nationalism» estão ausentes do dicionário de Samuel Johnson, de 1773, onde constam termos como «nation», «nationless», «national» e «nationally». E tudo indica que, também nesta região, a palavra «nationalism» só se expandiu a partir de meados de Oitocentos e que foi na última década desse século que ela entrou nos dicionários, embora não estivesse fixada nas edições de 1902 e 1910 da célebre e influente *Encyclopedia Britannica* (Girardet 1996, 11). De facto, em 1833, «nationalism» ainda é registado no *Oxford English Dictionary* para designar a «doutrina segundo a qual certas nações são o objecto da preferência divina». Contudo, uma acepção mais política, aplicada à qualificação das reivindicações e aspirações das «nacionalidades» submetidas a uma dominação estrangeira, aparece em 1844.

Em francês, a invenção do substantivo «nationalisme» é comumente atribuída a Barruel, que o terá aplicado, em 1798, para denunciar o «patriotismo jacobino». Esta informação merece reservas. De facto, nas suas célebres *Mémoires pour servir à l'histoire du jacobinisme*, o abade contra-re-

volucionário, no seu ataque à franco-maçonaria e às sociedades secretas, utilizou o termo, mas para traduzir a expressão alemã correspondente, usada por um dos principais alvos do seu camartelo: Adam Weishaupt, o fundador, em 1776, da sociedade secreta e esotérica «Iluminados da Baviera». Com efeito, num dos textos que este escreveu para ser lido aos iniciados dizia-se (a tradução é de Barruel): «*A l'origine des Nations et des peuples, le monde cessa d'être une grande famille, et un seul empire; le grand lien de la nature fut rompu [...]. A l'instant où les hommes se réunirent en nation, le nationalisme, ou l'amour national prit la place de l'amour général. Il fut permis de mépriser les étrangers, de les tromper et de les offenser. Cette vertu fut appelée patriotisme.... Diminuez, retranchez cet amour de la patrie; les hommes de nouveau apprennent à se connoître, et à s'aimer comme hommes. Ajoutez au contraire à ce patriotisme; vous apprenez à l'homme qu'on ne sauroit blâmer un amour qui se resserre encore, se borne à la famille, et se réduit enfin au simple amour de soi, au plus triste egoïsme*» (Barruel 1798, 248-249). Passo que o tradutor comentou assim: «L'initié que séduisient ces mot d'amour universel, se livre à la stupide admiration. Il ne s'aperçoit pas que son maitre déteste l'amour national et patriotique, uniquement parce qu'il hait les lois des Nations e celles de sa patrie [...] Il nous dit aimer toute d'un pôle à l'autre, pour n'aimer rien autour de lui» (Barruel 1798, 249).

A citação foi longa, mas necessária, a fim de se tentar esclarecer melhor esta afirmação de Raoul Giraudet: «Le mot nationalisme est pour la première fois signalé dans la langue française à la fin du XVIII^e siècle. Il s'agit d'un texte de l'abbé Barruel [como se viu, o escrito é de Weishaupt], daté de 1798 et où le terme est employé pour stigmatiser l'immoralité du 'patriotisme jacobin'» (Girardet 1996, 11). Mas em que contexto surgiu o vocábulo? Giraudet não explica. Ora a finalidade última de Barruel visava descredibilizar os jacobinos, acusando-os de hipocrisia, pois, se, em público, exaltavam o patriotismo, em privado estariam a conspirar contra ele em nome do cosmopolitismo.

Como se vê, a rejeição do nacionalismo, do patriotismo e do *localismo* (esta expressão também é do alemão) não é de Barruel, mas de Weishaupt. E este fê-lo em nome do universalismo jusnaturalista e do cosmopolitismo propugnado pelos filósofos, ideias esgrimidas para vituperar a monarquia, a religião e a propriedade. Para o abade, esse modo de pensar era o propagandeado pelas sociedades secretas, as grandes inspiradoras da Revolução Francesa, pois os seus principais agentes foram os jacobinos, não por acaso os melhores discípulos franceses de Weishaupt e dos seus seguidores. Com essa aliança, ter-se-ia iniciado, na denúncia de Bar-

ruel, «la quatrième époque de l'Iluminisme Bavarois; celle qui va donner à la secte tous les Frères dont elle avait besoin, et nous montrer les grands acteurs de la Révolution, les *Jacobins* sortant de la coalition de tous les mystères, de tous les complots des Sophistes, des Franc-Maçons et des Illuminés» (Barruel 1798, 379).

Vertido para francês, o vocábulo «nationalisme» não teve um sucesso imediato, ao invés do que aconteceu com «patriotisme». Pela pena de Mazzini depara-se com ele num artigo que, em 1836, o patriota italiano escreveu para o jornal *Jeune Suisse*, utilizando-o, porém, num sentido pejorativo, a saber: para contestar as manifestações do imperialismo monárquico contrárias às aspirações das nacionalidades oprimidas. Em 1848, Lamartine convocou-o num sentido mais positivo. Todavia, a palavra ainda não aparece na *Grande Encyclopédie* de Marcellin Berthelot nem no primeiro *Littré*, bem como no *Dictionnaire de l'Académie française* de 1878, embora a edição de 1835 já registasse «nationalité». A dicionarização francesa de «nationalisme» somente aconteceu em 1874, no *Grand Dictionnaire universel*, de Pierre Larousse (Girardet 1996, 11-12).

Sintomaticamente, nesta obra, a sua explicitação fixava os vários significados subjacentes à recente revalorização do termo como arma de luta político-ideológica. É que, se, por um lado, se acolhia a sua conotação mais «chauvinista» – agudizada pelo impacto do desfecho da guerra franco-prussiana –, pois ele era caracterizado como a «préférence aveugle et exclusive pour tout ce qui est propre à la nation à laquelle on appartient», por outro lado, também se dava guarida a uma semântica mais positiva e emancipalista, pois referenciava «l'existence propre des peuples à l'état de nations». Dir-se-ia que, com isto, ficava recoberta a nomeação das experiências históricas desencadeadas pelos vários processos de afirmação dos novos Estados-nações e respectivos choques e rivalidades, cenário agudizado, no espaço europeu, a partir da guerra de 1869-1870.

De qualquer modo, em finais do século XIX e princípios do século XX, a este campo semântico juntou-se um terceiro, que medrou com a teorização de Barrès e Maurras. Postulando um conceito perenealista de pátria e de nação orgânica, e enaltecendo as virtudes regeneradoras do enraizamento das comunidades nas suas «pequenas pátrias» locais e provinciais (*pays*), a corrente contra-revolucionária dava continuidade, na linha de Barruel, De Bonald, De Maistre e, mais recentemente, de Taine, às críticas à Revolução Francesa, com o objectivo de anatematizar os pressupostos das teorias que alicerçavam a ideia de nação cívica. E o fenómeno não acontecia somente em França, já que foi nessa conjuntura que o nacionalismo europeu, de contornos mais organicistas e agressivos em relação

ao *outro* e ao diferente, começou a ganhar terreno, mediante uma doutrinação e propaganda em que, contra a decadência, as promessas de regeneração de uma sociedade que estaria a entrar em crise aparecem cada vez mais interpretadas a partir de argumentos racionais e de soluções alternativas que pretendem enterrar, definitivamente, não só o demoliberalismo, como os vários socialismos (Girardet 1996, 12).

A dicionarização de «patriotismo» e «nacionalismo» em Portugal

Na sua temporalidade própria, em Portugal também se comprova o delineamento que acabou de ser sintetizado, quer em relação a termos como «patriota» e «patriotismo», quer a «nacionalista» e «nacionalismo», pois outros, como «pátria» e «nação», tinham uma vigência muito antiga. Analisem-se então aqueles dois primeiros vocábulos.

Viu-se que *patriotism* apareceu na Grã-Bretanha em 1726, donde terá irradiado para a França e a Espanha na década de 1750. Por outro lado, a circulação de obras de publicistas que o explicitavam (Montesquieu, Rousseau), a leitura da *Encyclopédie* e, depois, o entusiasmo patriótico que espoletou a Revolução Francesa devem ter contribuído para a sua divulgação nos meios mais cultos e mais politizados da Europa e das Américas. E Portugal não fugiu à regra, bem como ao inevitável desfasamento entre a utilização das palavras e a sua entrada nos dicionários. Com efeito, o mais importante de então – o de António de Morais Silva –, nas suas sucessivas edições (1798, 1813, 1823, 1832), não contemplava os vocábulos em apreço.

A de 1844 registava «nação», o adjetivo «nacional», o verbo «nacionalizar» e o seu participípio passado «nacionalizado». Pelo primeiro substantivo entendia «a gente de um país, ou região, que tem língua, leis, e Governo à parte», numa curiosa síntese entre uma caracterização de índole cultural – a língua –, que articulava com uma outra, de base cívico-política: as leis e o governo. Todavia, não deixava de dar continuidade às acepções tradicionais, quando relembrava o velho significado de «*Gente de Nação*; descendente de Judeus, Cristãos Novos», bem como ao sentido figurado que remetia para «raça, casta, espécie». Por sua vez, o francesismo «nacionalizador» queria dizer «fazer da nação, do seu interesse, empenho», assim como «fazer que alguma coisa goze direitos, e privilégio de nacional», enquanto este último vocábulo tinha uma função identitária demarcatória: «Da Nação, próprio dela, é não estrangeiro». Mas, como se vê, ainda não havia lugar para expressões como «nacionalista» e «nacionalismo».

Finalmente, a proliferação de expressões de cunho patriótico, que tiveram uma grande utilização durante as invasões francesas e, depois, no decorrer da revolução liberal de 1820-1822, recebia guarida no dicionário. De facto, na edição em causa, se o registo de «pátria» se referia, tão-somente, à «terra donde alguém é natural», ou, em sentido figurado, à «pátria celeste», o mesmo não acontecia a outros termos da mesma família: «patriarca»; «patricídio»; «patrício»; «património» e «patrimonial»; «pátrio»; «patriota» («pessoa dotada de patriotismo»); «patrioticamente»; «patriótico» («De ânimo dotado de patriotismo. *Sociedades patrióticas*; as que são instituídas para promover o bem comum dos cidadãos»); «patrizar» («haver-se como bom patriota»); e «patriotismo».

Pormenorize-se este último significado. Avocando o *Glossário* de Frei Francisco de S. Luís (1812), o *Morais* informava os leitores de que «*Patriota, Patriótico, e Patriotismo* são vocábulos modernos deriv. Do Fr. ou Ingl». Dizia, igualmente, que o uso geral os tinha apostolado e, na linha da cultura *res publicana*, «antiga» e «moderna», bem como da sua propagação no contexto político assinalado, definiu o patriotismo como o «Amor, e zelo do bem comum da pátria, clássica, e dos seus naturais, e patricídios: amor do bem de Roma, da pátria: acção patriótica».

Esta riqueza terminológica contrasta com a pobreza dos derivados de «natio». Ora, na edição de 1878 do *Morais*, o panorama manter-se-á, quer no atinente aos vocábulos da família de «pátria», quer aos de «nação». No entanto, foram introduzidas algumas alterações que faziam eco da discussão em curso sobre o princípio das nacionalidades e da distinção entre nação e povo, tema reactualizado pelo pensamento romântico e pelo debate entre as concepções orgânicas e as de orientação mais cívica.

Não deixa de ser significativo que o texto de 1878, depois de reproduzir a anterior caracterização de «nação», tenha sentido necessidade de esclarecer o leitor do seguinte:

Enquanto a nação, no seu sentido literal e primitivo, indica uma relação comum de nascimento, de origem, o termo «povo» aponta para uma relação de número e de reunião. Por isso, se, analogicamente, a nação é comparada a uma «dilatada família», o «povo» limitar-se-ia a ser «uma grande reunião de seres da mesma espécie». E daqui deriva esta outra diferença: enquanto a génese da nação é o ventre da pátria, pois ela «consiste nos descendentes de um mesmo pai», o «povo», por sua vez, somente teria a ver com a «multidão de homens reunidos em um mesmo sítio». Logo, a nação podia ser multigeográfica e multiétnica, porque, se «diversos povos, ligados por diferentes relações comuns em um único país, formam uma *nação*», esta era passível de divisão em «vários *povos*, diversos uns dos outros por diferenças locais e físicas,

ou políticas e sociais». Em suma: a nação é impensável sem um país, pois, pela cultura, «ela o possui»; ao invés, «o *povo* está no país; ele o habita». Por outro lado, possui uma dimensão cívica, enquanto o «povo» está determinado pelo posicionamento social, ou, dito de outro modo, «a nação é o corpo dos cidadãos; o *povo* é a reunião dos reinícolas; uma *nação* divide-se em muitas classes; o *povo* é uma delas: é a parte mais numerosa de que *nação* é o todo».

A par deste conteúdo, o conjunto lexical ligado à última expressão, para além de manter a ausência de «nacionalismo» e «nacionalista», somente apresenta como novidade a entrada do vocábulo «nacionalidade», termo já acolhido em dicionários de outras línguas e então muito em voga na Península Ibérica entre 1868 e 1873 e após a publicação da obra de Pi y Margall *Las Nacionalidades* (1877). Este texto repercutiu-se nos meios intelectuais portugueses, e o *Morais* deu a «nacionalidade» uma acepção muito próxima da visão romântica de «nação», ao caracterizá-la como «carácter nacional; espírito nacional; jacobinismo».

Em 1890, o quadro mudou um pouco, já que a nova edição dava uma maior ênfase a «patriota», que define, *res publicamente*, como «pessoa dotada de alto patriotismo; pessoa dominada pelo sublime ideal das grandes virtudes cívicas, ama desinteressadamente a sua pátria, e, desejando servi-la, trabalha pelo seu progresso, dedicando-se até ao sacrifício desejoso de concorrer para a sua grandeza, para a sua glória». Se o «amor da pátria» e o *pro patria mori* estão aqui subliminarmente convocados, será relevante notar que se depara com uma melhor clarificação dos vários significados do vocábulo «nação», pois o seu sentido tradicional aparece subordinado à sua semântica política. De qualquer maneira, se entrou o advérbio «nacionalmente», vocábulos como «nacionalista» e «nacionalismo» continuavam a não ser registados.

Dir-se-ia que se confirma a consolidação (e a quase redução) da ideia de nação à de Estado-nação. De facto, o primeiro significado que a versão de 1890 releva é a qualificação como o «conjunto dos cidadãos, e também o território ou circunscrição política que constitui um Estado independente, regido por leis próprias com um governo absolutamente autónomo». Só depois vem a explicitação do seu significado étnico-cultural: «a comunidades de indivíduos, que embora vivendo em vários países, e sob diversos regimes políticos tem uma origem comum, falam a mesma língua, seguem os mesmos costumes, a mesma religião, etc.: *v. g.* a nação *hebreia*», bem como outros sinónimos mais primitivos: «a pátria, país natal»; «raça», «casta», «espécie»; «*gente de nação* (ant.); descendentes de judeus, cristãos novos». E o verbete termina com a análise comparativa entre «nação» e «povo».

Um bom indicador acerca das incidências das lutas e transformações políticas e ideológicas na história das palavras em causa encontra-se na comparação entre a sinonímia e o conteúdo dos mesmos temas na nova reedição do *Morais*, que só saiu em 1945, muito corrigida e aumentada.²¹ Com efeito, aí, finalmente, «nacionalismo» é definido como a «preferência, por vezes exclusiva, por tudo o que diz respeito à nação de que se depende». Mas também quer dizer «doutrina do partido político, que fez desta preferência o seu princípio de acção». (Relembre-se que, em Portugal, Jacinto Cândido havia fundado, no ano de 1903, um «Partido Nacionalista»). E, repercutindo o papel emancipatório desempenhado por alguns nacionalismos desde a segunda metade do século XIX, acrescentava que o termo podia igualmente ser aplicado para caracterizar «as reivindicações políticas de nacionalidade oprimida». Por outro lado, devido ao impacto da revolução russa de 1917, não se esquecia dos seus reflexos na economia quando o referia a uma «política de nacionalização de todas as actividades económicas de um país». Mas também não se olvidava a leitura contra-revolucionária que, como se assinalou, ganhou força em finais de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX. Tendo como pano de fundo os movimentos lançados por Charles Maurras e por António Sardinha (1914) nos respectivos países, o dicionário especificava que o vocábulo «nacionalismo» indicava, igualmente, o «conjunto de doutrinas de um agrupamento político em Portugal como em França».

Neste contexto, não surpreende que termos como «nacionalista» apareçam com um significado enriquecido. Como substantivo, ele diz respeito ao adepto do nacionalismo, enquanto, como adjectivo, designa o «relativo à independência e aos interesses nacionais», pelo que equivale a «patriota».

Quanto a «pátria», relevava-se a sua dimensão política, mormente quando se escrevia: «país ou Estado em que cada indivíduo nasceu e ao qual pertence como cidadão». Porém, este sentido não diluía a presença das «pátrias pequenas», ao sublinhar-se que ela também queria dizer «Província, cidade, vila, etc., em que alguém nasceu; terra natal», ao mesmo tempo que consignava o ideal de pátria por opção: a «pátria» também é o «país, terra, região, localidade que se considera como melhor». Além do mais, e ao contrário do que acontecia nas edições oitocentistas, dedicava-se uma entrada autónoma à agostiniana «pátria celeste», caracterizada como «Céu (considerado como a habitação dos bem-aventurados)».

²¹ Ela foi dirigida por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado.

Como é lógico, «patriota» aparece como o «amigo dedicado de sua pátria», como «pessoa que é da mesma pátria», e como «aquele que ama a sua pátria e deseja servila», enquanto «patriotismo» define «a qualidade de quem é patriota; amor da pátria». Nada de novo. Todavia, o *Morais* de 1945 inseria uma especificação de «patriota», ditada pela conjuntura, que merece ser sublinhada, ao escrever, referindo-se às guerrilhas contra o nazismo: «na Segunda Guerra Mundial deu-se esta designação a guerrilheiros que, diversamente armados, por vezes com artilharia ligeira e carros de combate, atacavam no seu próprio país as forças que o ocupavam». Prova de que o antigo elo entre o patriotismo e a luta, em nome da pátria, contra a usurpação e a dependência ainda se mantinha válido, não obstante alguns desses movimentos (como o de Tito) estarem imbuídos de ideais internacionalistas.

Uma outra novidade diz respeito à inclusão de uma série de verbetes que cristalizavam, entre a ironia e a jocosidade, as críticas aos excessos retóricos e às hipocrisias subjacentes à exploração dos termos citados. Alguma literatura (portuguesa e brasileira) das últimas décadas de Oitocentos teve um papel importante na sua criação e divulgação – lembrem-se, entre todos, Eça de Queirós, Rui Barbosa, Fialho de Almeida –, e a posterior catolicização da ideia de pátria, realizada pelo Estado Novo (Deus, Pátria e Família), transformou-os ainda mais em armas de luta ideológica. E os revisores do *Morais* não se esqueceram de os dicionarizar, ao fixarem termos em que a própria fonética insinua a sua intenção conotativa. Foram eles: «patriotaça», «patriotada», «patriotador», «patriotagem», «patriotarrecá», «patriotasno», «patrioteiramente», «patrioteiro», «patriotice», «patriotinheiro», «patriotista».

Qual a síntese que, numa escala de média duração, pode ser feita de todo este processo e das correlações entre os termos em causa? Quanto a «patriotismo», embora fosse antigo o sentimento que ele veiculava, é um facto que a palavra é moderna e que a sua dicionarização foi tardia. Por outro lado, ela não tinha uma acepção única, acompanhando, assim, os vários matizes do vocábulo «pátria». Por isso, possuía uma aptidão para ser apropriada por ideologias distintas e até antagónicas entre si. De qualquer modo, no seu significado mais político, tudo aponta para esta evidência: desde as últimas décadas do século XVIII até quase ao fim de Oitocentos, o patriotismo foi sendo hegemonizado pela cultura *res publicana*, remetendo, por conseguinte, para um conceito predominantemente cívico de nação. Todavia, naquele último período, a intensificação das lutas entre os Estados-nações – devido, em boa parte, às suas estratégias imperiais – obrigou-os a acelerar a nacionalização das massas, tendo em

vista o reforço, quer do consenso interno, quer da predisposição para a guerra, caso fosse necessário. E esse foi o período em que o nacionalismo começou a subsumir o patriotismo, cujo momento forte veio a ser a Primeira Guerra Mundial, para muitos a última «guerra das pátrias».

Não se estranha que esta tendência fosse uma das faces do enfraquecimento da ideia de nação cívica a favor da concepção orgânica e historicista, fenómeno que trazia consigo uma crítica aos fundamentos que tinham estribado as sociedades demoliberais. Com este movimento não só se atacavam as teses contratualistas, como se pretendia significar que a nação tinha prioridade absoluta sobre a sociedade política e os indivíduos, pois ter-se-ia caminhado *from nation to State*, e não ao contrário. Por isso se assistiu a uma reactualização das teses comunitaristas, muitas vezes feita à luz do paradigma rácico e darwinista, o mais ajustado para legitimar o novo assomo imperialista (atente-se na Conferência de Berlim de 1885), bem como o direito que o mais forte teria para conquistar o espaço vital (*Lebensraum*, conceito teorizado por Ratzel entre 1897 e 1901) exigido pelo pleno desenvolvimento das suas capacidades civilizadoras. E, quando não parecia ser assim – como no caso de Mussolini –, a tese *from State to nation* servia para justificar, quer a estadualização da sociedade, quer a necessidade de a Itália ter igualmente um império (Abissínia).

É verdade que aquele primeiro modo de ver foi mais característico, e relevante, nas sociedades do Centro e Leste europeu, com particular destaque para a Alemanha. Tendo este país por alvo, Habermas sublinhou, no contexto da *Historikerstreit* (1986-1988), que aqui o nacionalismo cresceu contra o espírito republicano e cedo acentuou a sua vertente racia lista, tendência que virá a deflagrar no Holocausto. Na verdade, pelo menos desde a vitória na guerra franco-prussiana até 1945, «nação» significou, antes de tudo, unidade e pureza, nem que para isso fosse necessário expulsar, ou marginalizar, os inimigos da comunidade nacional (*Volksfremde*). Entende-se, assim, que os defensores do «patriotismo constitucional» (Dolf Sternberger, Habermas)²² lastimassem a imbricação que se deu, após as últimas décadas de Oitocentos, entre o republicanismo e as ideias étnico-culturais subjacentes aos vários nacionalismos, conver-

²² Sobre a génese desta proposta no contexto alemão e a sua possível aplicabilidade à constitucionalização de ordenamentos políticos pós-nacionais (mormente a União Europeia), v. Frédéric-Guillaume Dufur (2001), *Patriotisme constitutionnel et nationalisme. Sur Jürgen Habermas*, Patrizia Nanz (2006), *Europolis. Constitutional Patriotism beyond the Nation-State*, Olivier Costa e Paul Magnette (dir.) (2006), «Le patriotisme constitutionnel et l'union européenne», e Jean-Werner Müller (2007), *Constitutional Patriotism*.

gência que desaguou nesta situação: a história do nacionalismo europeu entre 1871 e 1914, tal como a do «nacionalismo integral» do século XX, ilustra, de um modo bem trágico, como é que esta miscigenação serviu menos para confortar a lealdade das populações para com o seu Estado constitucional (assente no contrato e na permanente vigilância crítica da opinião pública) e mais para mobilizar as massas a favor de objectivos que nada tinham já a ver com os princípios republicanos. E, perante tal legado, impunha-se desembaraçar o Estado-nação «du potentiel ambivalent qui, jadis, a été pour lui une force motrice» (Habermas 1998, 238).

Ora, aquela abdicação não será devidamente compreendida se não for ligada à dimensão eurocêntrica, e, por isso mesmo, imperialista, que a sustentava. Tratava-se de um «imperialismo em movimento», de cariz expansionista, onde a hegemonia detida no espaço europeu era a condição essencial para o exercício do domínio mundial. Daí as suas incidências no continente, mesmo quando estas assumiam formas que almejavam salvaguardar coexistências multinacionais, como foi o caso do Império Austro-Húngaro (1864-1914) (Bérenger 1980, 311-336). Pesando bem as coisas, facilmente se aceita que a nova versão imperial já não tinha ilusões acerca da possibilidade de se repetir uma duradoura *pax romana*, nem sobre a *pax christiana*, definitivamente descredibilizada depois das guerras religiosas. Estava-se na «era das nações», e os objectivos hegemónicos, ou se reduziam ao projecto da fusão de um dado império com um único Estado (Napoleão III, Império Alemão), ou então concretizavam-se através da subordinação de vários povos e reinos ao domínio, directo ou indirecto, de um Estado-nação mais forte. Pelo que, em vez da paz, a solução trazia em si a contradição que iria pôr em choque o princípio das nacionalidades, que reivindicavam a sua autonomia soberana contra as políticas expansionistas dos Estados que agiam como impérios.

Com efeito, nos seus registos e especificidades próprios, a emergência de novas nações, quer na Europa, quer nas áreas colonizadas, surgirá escudada no princípio wilsoniano segundo o qual a cada nação deve caber um Estado e irromperá dos escombros dos impérios multiculturais (o Austro-Húngaro, o Soviético, sobreposto ao mítico Império Russo (Besançon 1980, 365-378) e coloniais, onde que também envolveu o Império Otomano e, depois, o Britânico, o Belga, o Italiano, o Francês e, por fim, o Português. E pelo que ficou expandido mais facilmente se percebe por que é que os nacionalismos contemporâneos, de cunho emancipatório, que conduziram à génese de novos Estados, foram propulsados pela luta anti-imperialista ou nasceram da implosão de impérios, bem como do conseqüente reordenamento geoestratégico que isso implicou.

Sabe-se que existiram três momentos fortes neste processo: o que se seguiu à Conferência de Versalhes de 1919; o que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial e a institucionalização de uma nova ordem internacional bipolar, mas fomentadora das independências dos povos colonizados; o que teve lugar a partir de finais da década de 1980 e que, depois do desmoronamento da União Soviética e da Jugoslávia, deu origem a um fenómeno em que mesmo o desejo de integração em estruturas transnacionais passou (e passa ainda) pela constituição de novos Estados-nações. Donde esta consequência só aparentemente paradoxal. Na Europa, nas últimas décadas do século XX e inícios do seguinte, surgiram mais Estados-nações do que em todo o século XIX, mesmo que isso tenha sido feito em nome da assunção, real ou imaginada, de autonomias políticas outrora existentes. Por outro lado, no seio de alguns Estados há muito em consolidação, activos movimentos autonomistas e nacionalistas,²³ ditos periféricos, têm ganho expressão através de reivindicações que têm ido desde o regionalismo e o reconhecimento do seu estatuto de «nação cultural» até à luta pela sua separação do Estado central.

No entanto, todas estas manifestações caminham em correlação com o desejo de entrada em organizações transnacionais mais alargadas. Sinal de que, não obstante as suas metamorfoses e a alienação de parcelas da sua soberania, o Estado-nação (centralizado ou, sobretudo, descentralizado) continua a ser uma instância importante de racionalização e integração social e, portanto, um mediador significativo – quando democratizado e com garantias de participação política – nas várias escalas, internas e externas, de inserção social dos indivíduos, bem como na negociação dos seus interesses colectivos, mormente em sociedades que o fazem coexistir com novos ordenamentos económicos e políticos de âmbito pós-nacional (Habermas 2002 e 2007), como é o caso da União Europeia. E lembre-se que a própria Organização das Nações Unidas, apesar do nome, é ainda, e sobretudo, uma organização de Estados-nações unidos.

²³ Para alguns autores, na Europa, o nacionalismo é uma manifestação de etnicidade politizada que, na sua expressão moderna, tende a ganhar duas formas essenciais: em primeiro lugar, a de um nacionalismo estadualista ou maioritário, que ocorre quando nação e Estado se geminam, ou quando se deu um alto grau de assimilação dos vários grupos étnico-culturais que habitam o território onde ela exerce a sua soberania; em segundo lugar, a de um nacionalismo minoritário, ou periférico, fenómeno que tem emergido quando se deu uma má assimilação étnica e política nos processos de construção da estadualidade, o que tem levado as comunidades subestadauais a lutarem pela criação de estruturas políticas de autogoverno [cf. Luís Moreno Fernandez (2008), *La Federalización de España. Poder Político e Território*, 28-29].

Por outro lado, os sentimentos de pertença estão mais autónomos no que respeita à sua fixidez num território único e definitivo. As sociedades contemporâneas são mais complexas, intercomunicativas e migrantes, o que faz delas realidades multiétnicas e multiculturais e cria problemas aos projectos de uniformização monolítica das consciências. Todavia, como ter pátria também é ter *memória* (vivida, ou socializada, como imaginário, pelo grupo de origem), cada indivíduo é um complexo de afectividades colectivas adquiridas que podem entrar numa coabitação conflituosa entre si quando as lógicas de poder, na pátria de acolhimento, de nascimento, ou de opção, não permitem integrações equitativas, ou quando se digladiam interesses fundamentais que obrigam a definir prioridades. De qualquer modo, hoje a geografia dos afectos pátrios é mais plural e beduína, embora o patriotismo (nacional e de origem) continue a ser uma das suas componentes fortes. Realidade que os propugnadores do «patriotismo constitucional» não podem esquecer, sob pena de fazerem da *cosmopolis* um universal sem outras mediações que não sejam as do indivíduo atomizado (Bilbeny 2007).

Capítulo 2

Ser português: um orgulho relativo

Os discursos de identidade nacional apresentam algumas grandes constantes. Todos eles partem de algum tipo de avaliação acerca da importância da nacionalidade como fonte de identidade no mundo contemporâneo. Anderson afirmou que a «a nacionalidade é o mais universal valor legítimo da vida política do nosso tempo» (1991 [1983], 3): nessa medida, qualquer discurso de identidade nacional faz seu um ponto de vista sobre o grau de universalidade e de legitimidade das nações no mundo contemporâneo. Todos eles contêm também uma teoria sobre o que é ser nacional, que pode, por exemplo – recorrendo a Smith (1991) –, privilegiar critérios de tipo cívico-territorial em detrimento dos de tipo étnico (ou etno-genealógico), e vice-versa (v. Sobral e Vala na introdução a este volume). No primeiro caso, a nação tende a ser vista como um conjunto de cidadãos que partilham um conjunto de direitos e deveres comuns e que habitam o mesmo território, ao passo que, no segundo caso, a ênfase é colocada na nação como uma comunidade de descendência, unificada por uma língua e traços culturais comuns. A tematização da nacionalidade passa também pelo discursar das especificidades – reais ou imaginárias – do que é ser nacional. Como sublinhou Löfgren, a identidade nacional pode ser vista como uma ideologia internacional importada para fins nacionais, de acordo com a qual cada nação deve possuir um certo número de elementos que a qualifiquem justamente como distinta e singular:

[...] uma língua comum, um passado e um destino comuns, mas também uma cultura popular nacional, um carácter ou uma mentalidade nacional, valores nacionais, talvez ainda alguns gostos nacionais e uma paisagem nacional [...], uma galeria de mitos e de heróis (e vilões) nacionais, um conjunto de símbolos, incluindo bandeira e hino, textos e imagens sagradas, etc. [1989, 9].

Finalmente, os discursos de identidade nacional assentam também numa avaliação dessas especificidades. Estas são geralmente objecto de uma avaliação positiva, algo que distingue cada nação no duplo sentido da expressão: algo que não só singulariza a unidade nacional mas que a torna também superior às suas congéneres. Mas – particularmente em momentos de crise – essas singularidades podem, pelo contrário, ser discursadas negativamente, como defeitos que impedem a plena afirmação do colectivo nacional. Como mostrou Herzfeld (1997), em muitos casos, as avaliações positiva e negativa da nação podem mesmo coexistir: a primeira destina-se sobretudo a consumo externo, ao passo que a segunda circula em espaços sociais – marcados pela «intimidade cultural» – reservados a *insiders*.

Estas e outras características dos discursos de identidade nacional têm sido maioritariamente analisadas com base em fontes escritas ligadas à produção intelectual ou ao discurso político. Historiadores, cientistas políticos, sociólogos e antropólogos têm vindo assim a contribuir para o mapeamento dos modos discursivos da afirmação nacional no mundo contemporâneo. No caso da antropologia – no seguimento dos estudos pioneiros de Wilson (1976) e Herzfeld (1986) –, a análise tem privilegiado os discursos eruditos que, no âmbito de tradições nacionais de estudos demóticos e folclóricos, tematizaram, ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX, a articulação entre cultura popular e identidade nacional. No caso português são já importantes as contribuições para esse exame crítico do modo como a identidade nacional portuguesa foi historicamente pensada a partir de tópicos como a literatura e as tradições populares, as alfaias agrícolas e a cultura material, o «carácter nacional», etc.¹

Mas simultaneamente a esses discursos eruditos existem teorias *folk* sobre o que é ser nacional. Estas têm vindo a ser pesquisadas pelos antropólogos em contextos variados. Um dos mais produtivos tem sido constituído pelos movimentos nacionalistas, área onde, na sequência das contribuições seminais de Handler (1988), McDonald (1989) e Heiberg (1989), continuam a ser produzidas importantes contribuições.² No caso português, o recente desenvolvimento de uma antropologia de fronteira tem vindo também a articular-se com um interesse pelos discursos *folk*

¹ Entre esse estudos, v., por exemplo, Pina Cabral (1991), Branco e Oliveira (1993) e Leal (2000, 2006).

² Cf., por exemplo, o estudo de Zulaika (1992) sobre o nacionalismo basco e o livro de Danforth sobre o nacionalismo macedónio (1995). Sobre o nacionalismo galego, cf. Medeiros (2006).

sobre a identidade nacional. Alguns estudos sobre a emigração portuguesa na Europa têm também abordado os modos populares de tematização da identidade nacional portuguesa em contexto de diáspora.³

Em todos estes casos, o estudo das representações *folk* sobre a identidade nacional tem privilegiado contextos micro. Mas essas representações podem também ser trabalhadas em contextos mais abrangentes. É justamente para um contexto deste último tipo que nos remete o módulo *Identidade Nacional* do *International Social Survey Programme* (ISSP - 2003). A minha contribuição – assente numa comparação entre os resultados portugueses e os resultados europeus (UE-15) do referido inquérito – propõe-se justamente tratar os resultados do inquérito como uma espécie de teoria *folk* sobre o que é ser português, com atenção particular aos grandes itens que comecei por pôr em evidência. Assim, passaremos sucessivamente em revista o modo como é avaliada a importância da nacionalidade em Portugal, os critérios julgados mais pertinentes para a sua definição e o modo como os inquiridos avaliam – positiva ou negativamente – a identidade nacional portuguesa. No final do capítulo proponho-me ainda confrontar a teoria *folk* sobre a identidade nacional portuguesa resultante do inquérito com alguns tópicos centrais dos discursos eruditos sobre Portugal.

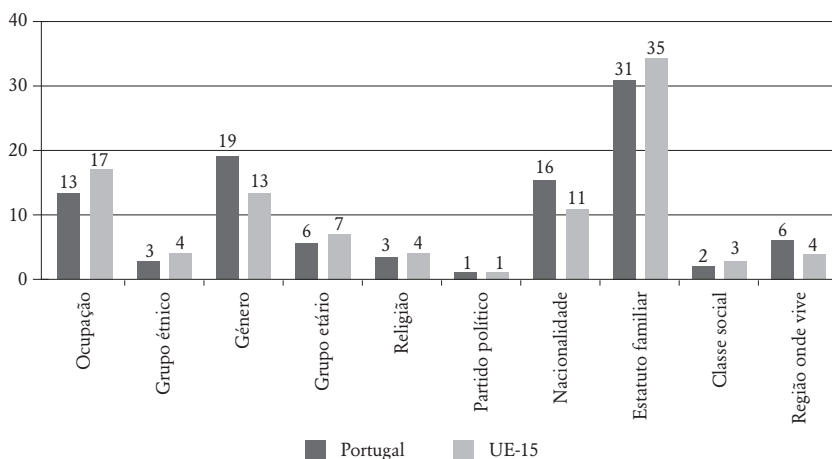
Nacionalidade: uma importância moderada

A primeira grande ideia que emerge dos resultados do inquérito sobre a identidade nacional tem a ver com a importância moderada que, em Portugal, é dada à nacionalidade como fonte de identidade dos indivíduos.

De facto, quando interrogados sobre o grupo mais importante para a autodefinição pessoal (figura 2.1), os inquiridos portugueses colocam como primeiro grupo mais importante a família (31%) e o género (19%) e só depois – em terceiro lugar, com 16% – aparece a nacionalidade. Nas respostas acerca do segundo e do terceiro grupo mais importantes de identificação, a tendência é idêntica, surgindo a nacionalidade em 4.º e 3.º lugares, respectivamente. Comparativamente à Europa, o grau de

³ Os estudos mais importantes em antropologia de fronteira em Portugal são os de Godinho (2005 e 2007). Para o estudo das representações da identidade nacional em contexto de fronteira, cf. ainda Silva (2000). Quanto aos estudos sobre modos de tematização da identidade nacional portuguesa entre a diáspora, v., nomeadamente, as contribuições de Strijhorst dos Santos (2002a e 2002b).

Figura 2.1 – Primeiro grupo com que mais se identifica
(percentagens)



identificação dos portugueses com o seu país é ligeiramente superior (16% contra 11%), mas a diferença é, de qualquer modo, pouco significativa. Na pergunta anterior procurava-se saber qual a importância de uma série de grupos para a «autodefinição pessoal». ⁴ Numa outra, que passamos a analisar, examinava-se o grau de identificação com a localidade, a região e o país. ⁵

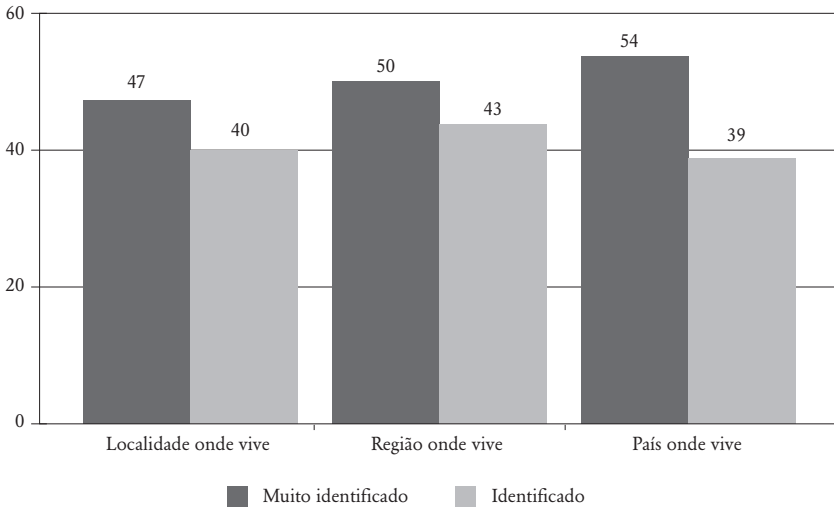
Nas respostas a essa pergunta (figura 2.2) encontramos uma tendência similar: 93% dos inquiridos portugueses sentem-se identificados ou muito identificados com o país onde vivem, número ligeiramente superior à média europeia, que é de 89%. Embora a identificação com Portugal seja estatisticamente mais elevada do que com a localidade e a região, os valores, como se pode verificar na figura 2.2, são pouco expressivos. Assim, 87% dos inquiridos portugueses sentem-se identificados ou muito identificados com a localidade onde vivem e 93% sentem-se identificados ou muito identificados com a região onde vivem.

O quadro que emerge da resposta a estas duas questões – indicativas do grau de importância atribuído pelos portugueses à sua nacionalidade – caracteriza-se, pois, pela moderação.

⁴ «Qual é o grupo que considera mais importante para descrever quem você é?»

⁵ «Em que medida se sente ligado ou identificado com... (a localidade; a região; o país onde vive)»

Figura 2.2 – Grau de identificação com a localidade, a região e o país
(percentagens)



Ser português é algo de relativamente exigente

Apesar dessa importância moderada da nacionalidade, ser português é, entretanto, para os inquiridos portugueses do inquérito sobre a identidade nacional, algo de relativamente exigente.

É, de facto, esse o quadro que emerge das respostas dadas a uma segunda bateria de questões relacionadas com os critérios que os inquiridos julgam importantes ou muito importantes para a definição da nacionalidade: «ter nascido no país»; «ter a nacionalidade do país»; «falar a língua»; «religião»; «respeitar as leis e instituições políticas»; «sentir-se do país»; «ter antepassados do país».

Da análise comparada das respostas, e levando em linha de conta a percentagem de inquiridos que consideram importantes ou muito importantes os sucessivos critérios propostos para a definição da nacionalidade, emergem duas ou três linhas de força principais. Uma primeira tem a ver com o modo como as respostas portuguesas apresentam, em geral, valores superiores à média europeia. Se em alguns casos – «importância de respeitar as leis e instituições do país» (+2%), «importância de ter a nacionalidade do país» (+7%) – essas diferenças não são muito marcadas, nos restantes critérios elas atingem valores mais significativos, situados entre os 8% e os 35%.

Quadro 2.1 – Critérios para a atribuição da nacionalidade em Portugal e na UE (15)
(percentagem de respostas importante/muito importante)

	Portugal	UE-15	Diferença
Importância...			
Da religião	68,4	32,9	+35,5
De ter antepassados do país	83,4	56,1	+27,3
De ter nascido no país	91,4	69,4	+22,0
De ter vivido no país a maior parte da sua vida	89,0	72,0	+17,0
Que dá em sentir-se do país	94,9	85,4	+9,5
De falar a língua do país	94,7	86,4	+8,3
De ter a nacionalidade do país	92,5	85,9	+6,6
De respeitar as leis e instituições políticas do país	91,9	90,4	+1,5

Uma segunda linha de força tem a ver com a maior importância relativa que entre os inquiridos portugueses têm critérios – como a língua, os antepassados ou a religião – relacionados com uma concepção etno-cultural (ou etno-genealógica) da nação. Como foi sublinhado no início deste capítulo, essa concepção de nação está ligada, segundo Smith (1991), a duas ideias principais: a nação como uma comunidade de descendência e a nação como uma comunidade cultural. Nesse sentido, a concepção étnica seria relativamente distinta da concepção cívico-territorial de nação, baseada na ideia de que ser nacional é habitar um território comum e obedecer às mesmas leis e instituições (v. capítulos 3 e 8 neste volume). Ora bem, o que vale a pena sublinhar é o modo como os critérios etno-culturais, como a língua (+8%), os antepassados (+27%) e a religião (+36%), apresentam em Portugal valores por vezes consideravelmente superiores à média europeia (figuras 2.3, 2.4 e 2.5). Se, no que diz respeito à língua e à religião, a ênfase é posta em traços definidores de uma cultura nacional portuguesa, a importância atribuída aos antepassados remete, por seu lado, para uma concepção do país como uma comunidade de descendência. É no mesmo sentido que vai, de resto, a importância que os inquiridos portugueses atribuem ao facto de se ter «nascido no país» na definição do que é ser português (+22%).

Em comparação com uma concepção de nacionalidade relativamente mais aberta – mais multicultural –, como a que prevalece na Europa, a concepção portuguesa de nacionalidade aparece, pois, como relativamente mais monocultural e fechada, claramente impermeável também à crescente diversificação objectiva da paisagem cultural do país.

Figura 2.3 – Importância de falar a língua do país

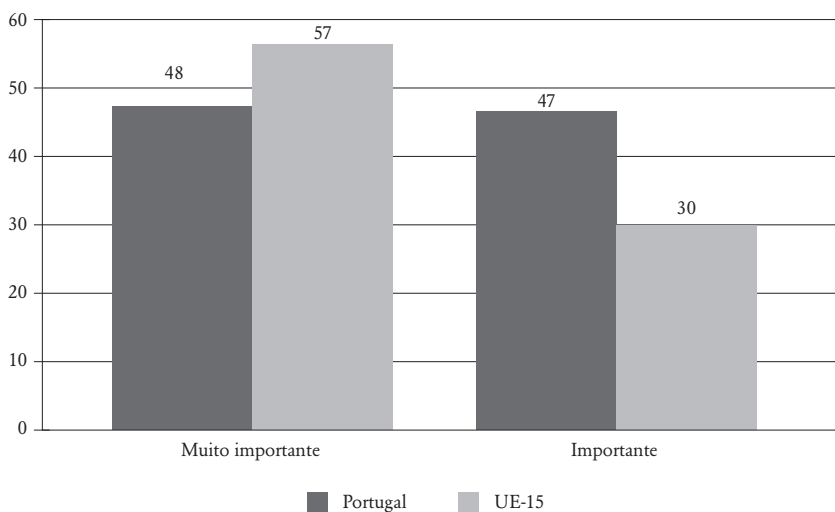


Figura 2.4 – Importância de ter antepassados do país

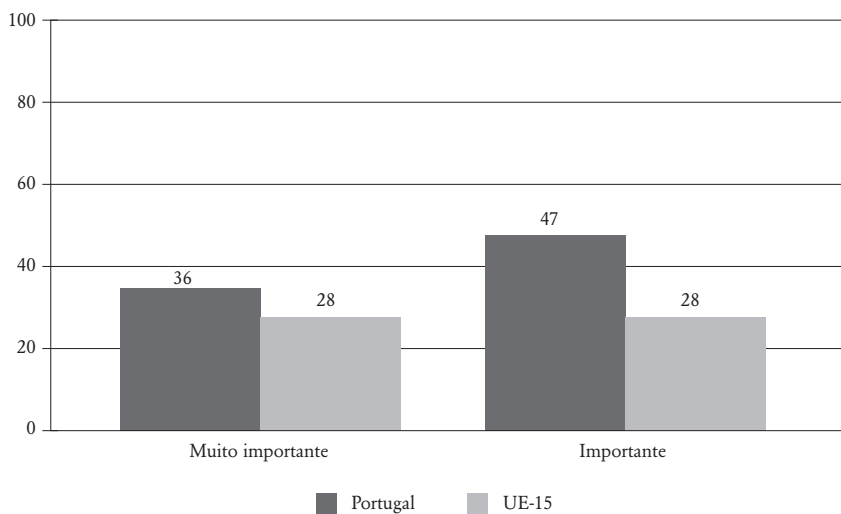


Figura 2.5 – Importância da religião

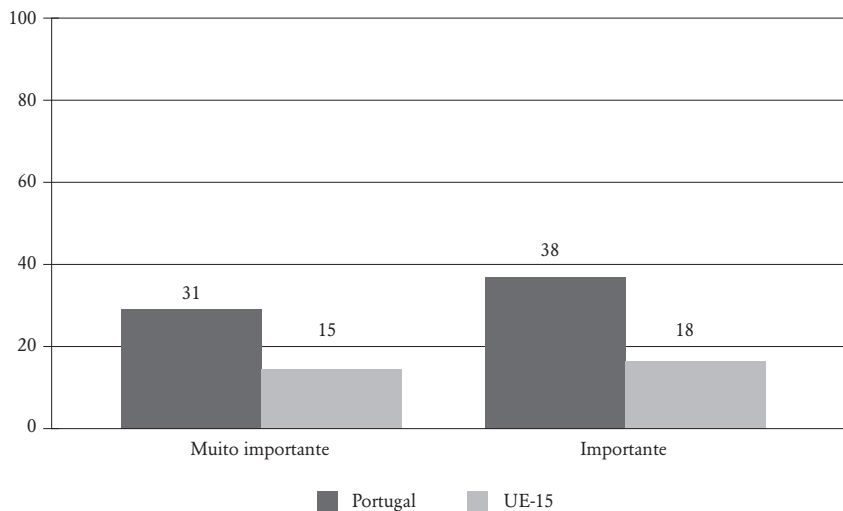
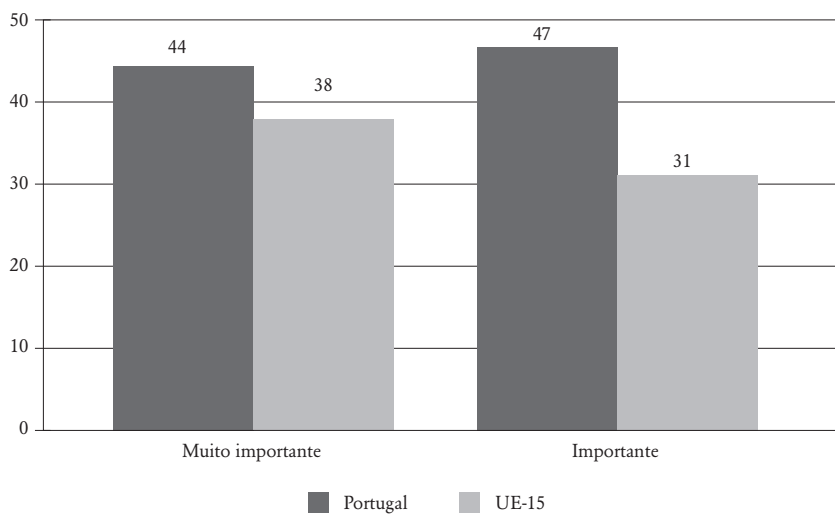


Figura 2.6 – Importância de ter nascido no país



Ser português: um orgulho relativo

Um terceiro grande motivo que pode ser detectado no inquirido tem a ver com a relação que os portugueses têm com a sua própria nacionalidade: ser português é algo que se assume com orgulho, mas com um orgulho ambíguo, indeciso, vacilante. Um orgulho, em suma, contraditório.

É, de facto, nesse sentido que apontam as respostas dos inquiridos a perguntas relacionadas com o orgulho genérico que os portugueses têm no país: «prefiro ter a nacionalidade do país do que ter outra nacionalidade qualquer»; «hoje em dia há coisas que acontecem no país que me fazem sentir vergonha» de ser nacional; «de uma forma geral, o país é melhor do que a maioria dos outros países»; «as pessoas devem apoiar o país mesmo quando toma uma decisão errada»; «gostaria de sentir mais vezes orgulho no país».

Em certos itens – «as pessoas devem apoiar o país mesmo quando tomou uma posição errada» (+27), «o mundo seria melhor se as pessoas dos outros países fossem parecidas com» os portugueses (+12), «prefiro ter a nacionalidade portuguesa» (+11%) – os inquiridos portugueses evidenciam de facto um maior índice de orgulho nacional do que a média europeia. Mas noutros itens – «há coisas que acontecem no país que me fazem sentir vergonha de ser» português (+8%), Portugal «é melhor do que a maioria dos outros países» (-11%) e sobretudo «gostaria de sentir mais vezes orgulho em ser» português (+44%) – verifica-se, afinal, que esse orgulho é relativo, atingindo índices menos elevados do que na Europa.

Razões práticas e simbólicas do orgulho nacional

Uma das expressões dessa ambiguidade do orgulho nacional português tem a ver com o modo como são avaliados – negativa ou positivamente – alguns factores distintivos da identidade nacional portuguesa. Pode, de facto, dizer-se que em Portugal as razões simbólicas para o orgulho nacional se sobrepõem claramente às razões práticas para esse mesmo orgulho.

Assim, itens com valor prático, como o orgulho no «sistema de segurança social» (-50%), no «desenvolvimento da economia» (-40%), no «desenvolvimento tecnológico e científico» (-30%), na «forma como a

Quadro 2.2 – Orgulho genérico na nacionalidade em Portugal e na UE (15)
(percentagens de concordo/concordo totalmente)

	Portugal	UE-15	Diferença
Prefiro ter a nacionalidade do meu país do que ter a nacionalidade de qualquer outro país do mundo	83,2	71,8	+ 11,4
Hoje em dia há coisas que acontecem no meu país que me fazem sentir vergonha de ser da nacionalidade do país	62,9	55,0	+ 7,9
O mundo seria um lugar melhor se as pessoas de outros países fossem parecidas com as do meu país	42,2	30,7	+ 11,5
De uma forma geral, o meu país é melhor do que a maioria dos outros países	41,2	52,6	- 11,4
As pessoas devem apoiar o seu país mesmo quando o país tomou uma posição errada	50,5	26,9	+ 23,6
Gostaria de sentir mais vezes orgulho em ser do meu país	85,1	40,8	+ 44,3

Quadro 2.3 – Fontes de orgulho nacional em Portugal e na UE (15)
(percentagens de respostas «orgulho»/«muito orgulho»)

	Portugal	UE-15	Diferença
Orgulho...			
No sistema de segurança social	18,9	68,7	- 49,8
No desenvolvimento da economia	21,6	61,7	- 40,1
No desenvolvimento tecnológico e científico	52,8	83,2	- 30,4
Na forma como a democracia funciona	38,7	65,2	- 26,5
Na forma justa como todos os grupos sociais são tratados	35,2	51,9	- 16,7
Na influência política que tem no mundo	39,4	51,3	- 11,9
Nas Forças Armadas	52,5	58,6	- 6,1
Na qualidade dos seus artistas e escritores	84,8	80,0	+ 4,8
Nos resultados no desporto	86,5	78,8	+ 7,7
Na história	91,9	78,4	+ 13,5

democracia funciona» (-27%), na «forma justa como todos os grupos sociais são tratados» (-17%), na «influência política no mundo» (-12%), nas «Forças Armadas» (-6%), situam-se sistematicamente abaixo da média europeia, enquanto itens como o orgulho nos «artistas e escritores» (+5%), nos «resultados no desporto» (+8%) e na «história» (+14%) – cujo valor é essencialmente simbólico – se situam acima da média europeia. O orgulho na história, em particular, deve ser sublinhado: não se trata apenas da principal fonte de orgulho nacional para os inquiridos (92% de respostas concordantes e muito concordantes), como a diferença

dos valores portugueses em relação à média europeia – de 14% – é a mais vincada de todas.

As razões simbólicas para o orgulho nacional português são, pois, para os inquiridos, claramente superiores às razões práticas.

Reflexões eruditas e teorias *folk*

Importância moderada da nacionalidade combinada com critérios exigentes, sobretudo do ponto de vista étnico-cultural, para se ser português, um orgulho contraditório no país em que os factores simbólicos se sobrepõem claramente aos factores práticos de orgulho nacional, eis, pois, o quadro desenhado pela teoria *folk* sobre a identidade nacional esboçada no inquérito que temos vindo a analisar.

Estruturada em torno destes grandes tópicos, esta teoria *folk* dialoga de forma interessante com alguns dos grandes tópicos que têm vindo a estruturar a produção erudita sobre a identidade nacional em Portugal. Nesta última podemos encontrar algumas ideias recorrentes. Uma delas, por exemplo, tem a ver com a suposta «hiperidentidade» portuguesa: um tema caro, por exemplo, a Eduardo Lourenço, que o trabalhou de forma particularmente detalhada num ensaio consagrado à história literária portuguesa dos séculos XIX e XX. Para Lourenço, essa história – e, como o autor sugere, «se calhar todas as nossas outras ‘histórias’» (1978, 89) – seria marcada justamente por um excesso identitário. Ela seria «orientada ou subdeterminada consciente ou inconscientemente pela preocupação obsessiva de descobrir *quem somos e o que somos como portugueses*» (id., *ibid.*).

No interior dessa preocupação obsessiva pela «permanente interpelação» (id., *ibid.*) de Portugal, ou – para retomar uma formulação posterior e mais alargada de Lourenço – no interior dessa «estrutura de *hiperidentidade* que desde pelo menos o século XVI nos caracteriza» (1988, 22), podem depois detectar-se vários temas recorrentes. Um deles tem a ver com a ideia de «Portugal como um problema», uma ideia originalmente formulada por Fernando Pessoa (1978) e recentemente retomada no título de uma colectânea em quatro volumes organizada por Calafate dedicada a textos fundamentais que tematizaram ao longo da história a identidade nacional portuguesa (Calafate 2006). «Portugal é (aqui) um problema» na medida em que é fruto de indagações preocupadas, contraditórias, marcadas frequentemente por um certo dramatismo, no qual se inscreveria um sentimento de «fragilidade ôntica» ou mesmo uma «estrutura de pânico anímico» (Lourenço 1978, 92) em relação à identidade nacional

portuguesa. Portugal é aqui um problema no sentido do famoso verso de O'Neill: «Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo».⁶

Um último tema, estreitamente associado ao anterior, tem, finalmente, a ver com o modo como, a par de avaliações positivas, Portugal é frequentemente tematizado – particularmente em certas conjunturas – de uma forma pessimista por intermédio de *tropos* como o atraso português, a decadência nacional, etc. Tendo-se desenvolvido de forma mais sistematizada no decurso do século XIX, esta tematização pessimista da identidade nacional portuguesa afirmou-se como um dos grandes *leit-motifs* do pensamento nacional português a partir do clássico ensaio de Antero de Quental sobre *A Decadência dos Povos Peninsulares*, que não deixou desde então de perseguir muitos dos diagnósticos sobre o problema nacional, oscilantes entre a constatação pessimista da inevitabilidade da decadência e a vontade optimista de a superar por intermédio de um esforço e de programas capazes de regenerarem o país.

Embora estes – e outros – temas sejam recorrentes – e alguns deles relativamente bem estudados – no modo como Portugal tem sido pensado pelos seus intelectuais e políticos, sabemos pouco sobre o modo como eles circulam – se circulam – para além desses círculos mais restritos. É, pois, tentador analisar os resultados do inquérito, procurando nele os eventuais – e possíveis – ecos desses temas.

Começemos pelo tema da «hiperidentidade». Os resultados do inquérito (ISSP-2003), embora apontem para uma maior importância relativa do «facto nacional» em Portugal por comparação com a média europeia, não são, no seu conjunto, de molde a sugerir uma espécie de fixação obsessiva na identidade nacional portuguesa entre os inquiridos portugueses. De facto, como foi sublinhado, a nacionalidade aparece sempre num lugar secundário em comparação com outros referentes identitários.

Isto não quer dizer, entretanto, que, no tocante à definição dos critérios do que é ser português, não possamos detectar – em relação à média europeia – alguma crispação identitária, evidente sobretudo no maior peso atribuído a critérios etno-culturais (língua, religião, antepassados) na definição do que é ser português ou na importância atribuída ao nascer-se em Portugal para se ser português. Combinados com as conclusões relativas às atitudes dos portugueses perante o racismo ou perante a imigração provenientes de outros estudos, estes dados sugerem que em Por-

⁶ «Portugal: questão que eu tenho comigo mesmo/golpe até ao osso, fome sem entretém/perdigueiro marrado e sem narizes, sem perdizes/rocim engraxado/feira cabisbaixa,/meu remorso/meu remorso de todos nós...» (O'Neill 2005, 211).

tugal é muito menos significativa do que no resto da Europa a aceitação do novo desenho multicultural e multiétnico do país.⁷ Esta crispação identitária deve ser tanto mais sublinhada quanto fornece um dos melhores desmentidos de um dos lugares-comuns mais importantes na tematização do carácter nacional português: a sua suposta plasticidade e adaptabilidade cultural, a sua capacidade de convívio com a diferença. Embora se reencontre em autores anteriores, foi sobretudo com Jorge Dias que essa ideia, como se sabe, foi mais detalhadamente trabalhada. Para Dias, de facto, o carácter português teria «uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres», que seria responsável pela «atitude de tolerância [...] que imprimiu à colonização portuguesa um carácter especial inconfundível» baseado na «assimilação por adaptação» (1990, 146). Também glosadas – do outro lado do Atlântico – por Gilberto Freyre, estas ideias têm mantido uma boa capacidade de circulação, como decorre das teses mais recentes de Boaventura Sousa Santos sobre a cultura portuguesa como uma «cultura de fronteira», marcada por um «enorme cosmopolitismo» (1994, 134) e por uma grande «disponibilidade multicultural» (*ibid.*, 136). O que a crispação identitária espelhada no inquérito mostra são justamente os limites dessa suposta disponibilidade multicultural dos portugueses.

Já quanto ao tema «Portugal como um problema», penso que é à sua luz que pode ser examinado, em primeiro lugar, o carácter vacilante e contraditório do orgulho nacional tal como ele surge nas respostas ao inquérito referentes ao orgulho genérico dos portugueses em relação ao seu país. Portugal não será um problema no exacto sentido que o foi e é para os seus intelectuais, mas é um país problemático no sentido em que há uma espécie de instabilidade no modo como ele é percebido – em termos de orgulho nacional – pelos inquiridos. E é também um problema, em segundo lugar, porque é igualmente pessimista o diagnóstico que os inquiridos fazem acerca das razões práticas para (não) ter orgulho nacional. De facto, como vimos, é pouco orgulhosa a atitude dos portu-

⁷ Cf., em particular, Vala, Brito e Lopes (1999). Na introdução a este livro, os autores afirmam, nomeadamente, que Portugal é um dos países europeus onde um número mais significativo de inquiridos (76%) concorda com a proposição «todos os imigrantes ilegais, sem excepção, devem ser enviados para os seus países de origem» (1999, 9-10). Citando outros estudos, os autores consideram que Portugal «não constitui, assim, uma excepção no cenário das atitudes racistas» prevalecente na Europa (*ibid.*, 10). Posteriormente o *Público* publicou os resultados de uma sondagem em que 75% dos inquiridos afirmam não concordar «com a vinda de mais imigrantes para Portugal» e 62% concordam com «a expulsão de imigrantes sem documentos» (*Público*, 15 de Dezembro de 2003, 26).

gueses inquiridos acerca de itens como o funcionamento da democracia, o sistema de segurança social, o desenvolvimento da economia do país, etc. Neste ponto os inquiridos portugueses estão de acordo com aquele que se tem vindo a transformar recentemente – entre comentaristas, ensaístas e políticos – no discurso dominante acerca de Portugal: um discurso que, uma vez passada a euforia dos anos «europeus» de Cavaco Silva e António Guterres, se estrutura largamente em torno do pessimismo e da descrença.

Por detrás deste pouco orgulho prático em ser português perfila-se também a sombra daquele que vimos ser uma das constantes dos retratos eruditos de Portugal: o tema da decadência e do atraso. Implícita está uma comparação entre um «nós» e os outros avaliada negativamente com recurso a itens precisos, que são aqueles por intermédio dos quais é avaliado o binómio progresso/atraso do país no tocante às suas instituições políticas, económicas, sociais, etc. As diferenças entre esses itens práticos para (não) se estar orgulhoso e o orgulho na história – cujos valores, como vimos, são particularmente elevados – devem ser também sublinhadas. À sua maneira, os inquiridos subscrevem o contraste entre uma história gloriosa e um presente crítico – entre um excesso de passado e um défice de presente – sobre o qual se constrói o *leitmotif* da decadência nacional nos discursos da identidade nacional portuguesa. No presente apenas o desporto e as artes e letras dão motivos de orgulho aos portugueses. Claro que isso remete para a importância genérica dos novos heróis – escritores, artistas, mas, sobretudo, desportistas – na tematização das identidades nacionais. O papel dos novos heróis desportivos na representação e celebração da identidade nacional tem sido, em particular, sublinhada por vários autores. Como refere Edensor:

O desporto está crescentemente situado na matriz mediática da vida nacional, encontra-se institucionalizado nas escolas, está muito bem representado num grande número de formas culturais e na prática quotidiana de milhares de nacionais. Estes contextos quotidianos e espectaculares fornecem um dos instrumentos mais populares por intermédio dos quais a identidade nacional se enraíza [2002, 78].

Podemos, nessa medida, afirmar-se que a articulação entre os feitos desportivos e a identidade nacional é um fenómeno de natureza universal. Mas em Portugal, comparativamente à média europeia, essa importância é claramente mais nítida. Compensa-se assim de forma eficazmente simbólica o modo como em itens práticos não há grandes razões para orgulho.

Capítulo 3

Dimensões étnicas e cívicas e glorificação do passado em representações da identidade nacional portuguesa numa perspectiva comparada

Introdução: dimensões étnicas e cívicas no nacionalismo

No decurso da Segunda Guerra Mundial, Hans Kohn publicou *The Idea of Nationalism* (2005 [1944]), uma das obras fundadoras do estudo do nacionalismo. Nela introduziu uma invenção: a da dicotomia entre dois tipos de nacionalismo (Calhoun 2007). Um, racionalista, definido pelo predomínio dos aspectos cívicos, em que a reivindicação nacionalista surgia ligada à liberdade política, ao humanitarismo universalista, aos direitos do homem. O outro, irracionalista, baseado na história, na cultura, naquilo a que chamou as «exigências etnográficas» e os «mistérios dos velhos tempos e da solidariedade tribal» (Kohn 2005 [1944]).

Estes dois tipos de nacionalismo possuiriam uma distribuição espacial distinta. O primeiro tinha os seus exemplos de eleição no Ocidente europeu (sobretudo na Inglaterra e em França) e nos EUA; o segundo, na Europa central e do Leste – a oriente do Reno (na Alemanha e na Rússia, por exemplo) – e na Ásia. A genealogia desta oposição, que remete para discussões da época no âmbito do sionismo – Kohn era judeu – entre versões mais racionalistas ou mais etno-raciais deste movimento nacionalista, estas últimas por ele reprovadas, foi estabelecida recentemente no prefácio à reedição deste clássico (Calhoun 2007). Ao lermos a obra

de Kohn sentimos a presença da conjuntura em que foi escrita e publicada, facto que nos ajuda a perceber melhor o sentido da dicotomia. Esta pode ser entendida como uma genealogia implícita das raízes da Segunda Guerra Mundial, em que se procura compreender o que separava os Estados em confronto, todos eles dominados pela influência do nacionalismo. Os nacionalismos agressivos, classificados como do Leste, dominados pelo nacionalismo rácico da Alemanha, punham em perigo uma civilização liberal e cosmopolita, situada por ele no Ocidente, onde, em sua opinião, fora possível conciliar o nacionalismo político com a democracia e a liberdade individual.¹

Esta análise, prolongada posteriormente em escritos menores (Kohn 1967), teve a virtude de mostrar a multiplicidade de argumentos presentes nos diversos nacionalismos e exerceu uma enorme influência na investigação posterior. Não nos propomos debater em termos gerais as suas ideias neste capítulo. Alguns já o fizeram, mostrando como Kohn, ao insistir na existência de tipos opostos de nacionalismo, colocou de lado o facto de os nacionalismos, de um modo geral, combinarem, de forma variável, dimensões «cívicas» e «étnicas» (Schöpflin 2001; Grosby 2005; Calhoun 2007; Smith 1991, 2006 e 2008). A Europa do Leste não representará apenas a face não liberal – e étnica – do nacionalismo, pois nela existiram Estados multiétnicos (Hann 2006) e houve impactos significativos do iluminismo e do liberalismo no nacionalismo alemão do tempo da unificação. Entretanto, no Ocidente e num dos países assinalados como exemplo do nacionalismo cívico, a França, existiu um nacionalismo integral próximo do fascismo (a *Action française*) (Arnason 2006). Diversos autores – John Armstrong (1982), Anthony Smith (1986 e 1991), John Hutchinson (2005) ou Adrian Hastings (1997) – têm, entretanto, defendido a importância dos factores étnicos na génese das nações modernas, independentemente da localização espacial destas.

Como outros autores, inspirámo-nos neste texto nesta conhecida dicotomia como instrumento analítico, à maneira dos «tipos ideais» de Weber, para abordar representações da identidade nacional em que nos deparamos com aspectos habitualmente apresentados como «étnicos» e «cívicos».² Iremos centrar o nosso estudo na identidade nacional portu-

¹ Refira-se que Kohn não usou propriamente os termos «étnico» e «cívico» para caracterizar a sua dicotomia, embora esta possua o sentido que lhe é conferido por eles (Schöpflin 2001).

² Um dos autores que utilizam a dicotomia é Brubaker (1992). Lewin-Epstein e Levanon (2005) utilizaram também esta dicotomia na análise de dados do inquérito ISSP-2003. Brubaker (2004, 123-146) questionou a utilidade da dicotomia recentemente, argumen-

guesa. A sua base são os resultados do *International Social Survey Programme* (ISSP-2003), um inquérito sobre a identidade nacional que nos permitirá tratar em termos empíricos e comparativos – o que raras vezes terá sido feito – a nossa problemática. Abordaremos neste ensaio, em primeiro lugar, as respostas dadas às questões que se referem a vários aspectos da definição do que é ser-se verdadeiramente um (cidadão) nacional de um país. Depois, debruçar-nos-emos sobre as respostas a um outro conjunto de questões referentes ao «grau de orgulho» sentido relativamente ao país, que nos permitirão reconstituir uma imagem mais aprofundada, pela sua ancoragem no tempo, das caracterizações da identidade nacional portuguesa. A nossa análise articula-se, assim, com a de João Leal no capítulo precedente.

Já se assinalou que inquéritos como o ISSP permitem o acesso a «concepções populares» do facto nacional, não ficando, por isso, as investigações sobre o nacionalismo e a identidade nacional restringidas às análises e opiniões de historiadores, cientistas políticos, intelectuais e ideólogos (Janmaat 2006). Todavia, há que ter em consideração que essas concepções não são imunes à produção da cultura nacionalista. Há muito que esta penetra no universo dito «popular» – e mais intensamente com a alfabetização e, em geral, a acção do Estado –, devendo essa relação ser tida em consideração. Por esta razão, colocaremos em evidência alguma informação histórica que aponta para essa ligação em Portugal.

Acerca da identidade nacional

É necessário, em primeiro lugar, precisar o conteúdo atribuído a conceitos centrais no nosso estudo, como os de *identidade nacional*, *nação* e *nacionalismo*. Ter uma *identidade nacional* «é estar consciente de pertencer a uma nação e actuar em consonância com esse facto. A identidade nacional deve distinguir-se do ‘nacionalismo’, que se reporta a um projecto ideológico ou movimento a favor da nação» (Hutchinson 2001, 215).

Não há uma definição consensual de nação. Para Anthony Smith, uma *nação* é «uma dada população humana que habita um território histórico e que partilha mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública e

tando, por exemplo, que os entendimentos da nação baseados na cidadania não são mais inclusivos do que os baseados numa ascendência comum, mas a alternativa que propõe entre entendimentos da nação «moldados pelo Estado» e «contra o Estado» não se afigura capaz de resolver os problemas conceptuais colocados pela dicotomia que critica.

de massas, uma economia comum e os mesmos direitos e deveres legais para os seus membros» (Smith 1991, 43). Esta é uma definição modernista, que liga a existência da nação à do Estado, pois sem este não haveria a partilha de alguns destes elementos. Todavia, para Smith, antes de haver nações existiam *etnias* – agregados definidos por um nome próprio colectivo, mitos de uma ancestralidade comum, memórias partilhadas, elementos culturais também comuns, como a língua, religião, costumes, associação com um território (a «terra natal»), a existência de um sentido de solidariedade para sectores específicos da população (Smith 1991, 20–21). Apesar de haver nações modernas sem base étnica – e de muitas etnias terem desaparecido sem darem lugar a nações –, para ele as etnias são relevantes, pois as primeiras nações europeias ter-se-iam formado a partir de tais laços e elas terão servido como modelo para a formação das nações noutros continentes. Uma definição de nação com pontos de convergência com a de Smith concebe-a como «[...] um grupo formado a partir de um ou vários grupos étnicos, e normalmente identificado por uma literatura própria, [que] possui ou reivindica o direito à identidade política e autonomia enquanto povo, em conjunto com o controlo de um determinado território [...] num mundo pensado como consistindo em Estados-nações (Hastings 1997, 3). Todavia, esta última afigura-se mais adequada a captar a existência de nações sem Estado próprio e que podem possuir uma economia comum e estar mesmo submetidas a um mesmo conjunto de normativas legais do que os restantes membros do Estado.

Na opinião de Smith, portanto, bem como na de outros etno-simbolistas – o modo como ele próprio define a sua posição –, como Hutchinson (2005) ou ainda Hastings (1997), as nações possuem uma génese mais ou menos antiga, revalorizando-se a etnicidade na estruturação das nações e da identidade nacional. Outros autores, como Johan Huizinga (1984 [1940]), Josep Llobera (1994) ou Hagen Schulze (1996), fazem reuçar a genealogia das nações (europeias) ao período medieval, inscrevendo-as na longa duração. O próprio Kohn, embora assinalasse a importância do nacionalismo como ideia-força moderna, apontava para a existência de sentimentos de nacionalidade anteriores, produto da história (Kohn 2005 [1944]; Arnason 2006). Em contrapartida, um conjunto importante de investigadores aponta para uma origem mais recente das nações. A industrialização, a expansão do capitalismo e da tipografia, o impacto das transformações políticas e sociais do século XVIII e o desenvolvimento do Estado moderno têm sido apontados, respectivamente, nas propostas modernistas de Gellner (1983), Benedict Anderson (1983), Hobsbawm (1994) ou Michael Mann (1993 e 1994), como factores ex-

plicativos da sua génese. Estes últimos autores, mesmo quando admitem a existência de elementos protonacionais na base das identidades nacionais – como a religião, a língua e a etnicidade, no caso de Hobsbawm –, tendem a colocar a ênfase no papel criativo do nacionalismo e do Estado na produção das nações e das culturas nacionais (Sobral 2003).

Em tudo o que dissemos está implícita a distinção entre *nação* – genericamente um colectivo histórico-cultural – e *Estado*. Quando se fala em *Estado*, queremos designar «o aparelho político [...] que governa um dado território, cuja actividade assenta na lei e na capacidade para usar a força» (Giddens 2004, 691). Tem havido – e há – colectivos que reivindicam ser nações (os Curdos, por exemplo) sem Estado, há Estados que reconhecem várias nações no seu seio – Estados multinacionais (o Reino Unido) – e Estados em que há uma coincidência: os Estados-nações. Portugal é um exemplo destes últimos. Como o caso da Espanha nos recorda, definir o que constitui ou não uma nação não é uma simples questão académica; pelo contrário, é uma parte crucial do debate político contemporâneo.

Aqui não é o lugar próprio para desenvolver o debate em torno da génese das nações, hoje com quase três décadas. A opinião do autor deste ensaio – e de outros (Arnason 2006) –, céptico quanto à existência de qualquer teoria geral que explique, por si só, um fenómeno tão complexo e variado, é a de que a formação das nações se deve ver como o resultado de processos históricos contingentes e diferenciados – de natureza económica, cultural, política e simbólica –, prestando-se a devida atenção aos elementos de longa duração, entre os quais se encontram os classificados por alguns autores como étnicos. Algumas nações são relativamente antigas, como sucede em vários casos na Europa – ao menos para alguns estudiosos do problema –, outras são mais consensualmente tidas como modernas, como ocorre com as que emergiram da descolonização.

No que se reporta ao caso português, concorda com os historiadores que, ora enfatizando mais os factores ideológicos e simbólicos, ora os de natureza política e económica, convergem no sentido de situar a emergência da nação no fim do período medieval (Albuquerque 1974; Mattoso 1985, I e II; Godinho 2004; Elbl 2007; Disney 2009), vendo nele uma consequência da formação do Reino de Portugal (Sobral 2003). É digno de menção o facto de Kohn ter escrito, na obra a que nos reportamos, ser Portugal uma nação consolidada em finais do século XIII (Kohn 2005 [1944]).

Montserrat Guibernau caracterizou a identidade nacional como um sentimento colectivo que implica a crença de se pertencer a uma nação, «acreditando que cada um partilha a maioria dos atributos que a tornam

diferente das outras» (Guibernau 2007, 11). O seu conteúdo não é estático, mas muda historicamente, e não possui o mesmo significado para todos os que se reconhecem nela. A identidade nacional pode ser definida, de modo variável, por elementos como uma história e uma cultura comuns, parentesco (a nação concebida como «família extensa», descendente de antepassados comuns), língua, religião e territórios próprios, etc. (Guibernau 2007, 11). A continuidade ao longo do tempo e a diferenciação face a outros são apresentadas igualmente como elementos fundamentais da identidade nacional. Neles assenta a distinção entre quem pertence ou não à nação (Guibernau 2007, 10), entre «nacionais e estrangeiros». A análise de Barth (1969), que assinala a importância da existência de barreiras (*boundaries*) – que não têm de ser de carácter territorial – na interacção para operar a distinção entre grupos, deve ser tida em consideração. Eisenstadt e Giesen referem como factores fundamentais na fundação das identidades colectivas – entre as quais as nacionais – o que designam como «construção social de fronteiras» e a elaboração de códigos simbólicos de distinção, sendo a diferenciação entre «nós» e os «outros» o núcleo de todas as identidades colectivas (Eisenstadt e Giesen 1975).

Todos estes elementos virão a surgir com a formação da identidade nacional portuguesa. As fronteiras demarcam um território que se vai unificando politicamente e também, progressivamente, uma economia com uma moeda própria – que serve igualmente para significar uma entidade territorializada. Estão associadas ao aparecimento e persistência de marcadores simbólicos da identidade, como a língua definida como oficial (reinado de D. Dinis) ou as armas identificadoras do Reino de Portugal. A construção de um *nós* colectivo decorre da relação com os próprios e do confronto com os outros, principalmente com Castela (posteriormente Espanha), a potência que acabará por se revelar hegemónica numa Península Ibérica em que Portugal sobreviverá como Estado independente. Esta construção também ocorre através da homogeneização interna, que se traduz em perseguição aos que se apresentam no interior do Reino como diferentes do núcleo maioritário cristão – os judeus e também os mouros, expulsos ou convertidos para evitarem a expulsão, como ocorre em 1496, e ainda assim submetidos à perseguição e à discriminação, bem como os ciganos. A nação é muito cedo objectivada por um nome, *Portugal*, o mesmo ocorrendo com os seus habitantes, os *portugueses* (Sobral 2003, 2006). Parece verosímil a ideia, defendida por Mattoso, de existir uma lenta difusão da consciência nacional em finais da Idade Média a partir dos círculos próximos do poder real. Mais, a pró-

pria linguagem regista a emergência de vocábulos como «nação» e «pátria» desde o fim do período medieval para se referir o Reino de Portugal (Albuquerque 1974).³

Tal não significa que haja um percurso linear entre a nação medieval e a realidade nacional contemporânea e que a segunda fosse uma consequência inevitável da primeira. A história poderia eventualmente ter sido diferente se a união das monarquias ibéricas sob os Áustrias (1580-1640) não tivesse fracassado.

O nacionalismo – entendido como a ideologia que defende a primazia dos vínculos nacionais e a aquisição de uma representação política própria, nomeadamente um Estado, quando a nação não o possui – data dos últimos séculos. Contudo, sob a designação homogeneizadora de nacionalismo encontramos movimentos de cariz muito distinto. Uns apresentam-se como emancipadores do colectivo, como os movimentos liberais europeus antiabsolutistas, contrários à dominação aristocrática, ou os movimentos anticoloniais ocorridos nos últimos séculos. Mas há nacionalismos ligados a movimentos autoritários e à afirmação da superioridade étnica ou racial, como ocorreu notoriamente desde a segunda metade do século XIX (Hayes 1963 [1941]) até ao final da Segunda Guerra Mundial. Há ainda quem defenda uma outra acepção, mais antiga, de nacionalismo: a de um sentimento particularista e etnocêntrico, que acompanha o processo de formação das nações – e da sua identidade (Hastings 1997). Em nossa opinião, ambos os fenómenos – o nacionalismo «doutrinário» e o nacionalismo «etnocêntrico» –, com uma história tão distinta, bem como a sua articulação na prática, devem ser tidos em conta.

Embora se deva distinguir analiticamente entre «identidade nacional» e «nacionalismo», como referimos atrás, temos de ter em consideração que a primeira é também um produto do segundo. O «nacionalismo oficial» (Kellas 1998), aquele que é difundido através das agências do Estado, como o sistema escolar, o exército, os aparelhos de propaganda, e a acção nacionalista dos meios de comunicação de massas, de artistas, escritores e publicistas são factores influentes na criação e reprodução das identidades nacionais. O papel do Estado na produção das identidades nacionais (Smith 1991) foi crucial a este respeito. Intensificou-se ao logo do tempo, crescendo muito nos séculos XIX e XX, quando se assistiu a uma

³ Sobre a disseminação e polissemia de termos como pátria e nação, questão controversa, v., além de Albuquerque, Huizinga (1984 [1940]), o capítulo 1 de Catroga neste mesmo volume.

difusão massiva de representações nacionalistas, a uma nacionalização das massas (Mosse 1975) – pela palavra, pelo escrito pela imagem, pelo monumento, pela comemoração –, que visou incorporar a população nessas identidades nacionais oficiais.

A formação das identidades nacionais é, por conseguinte, um processo histórico lento que conduz à criação de sujeitos *nacionais*, isto é, de pessoas para quem a pertença a uma nação – produto de uma longa construção – surge como algo de natural e não questionado. Para entender estes factos devemos prestar atenção a algumas reflexões clássicas que insistem no papel dos processos de socialização na produção dessa identidade. Tal é o caso, em nossa opinião, da obra da antropóloga norte-americana Ruth Benedict sobre o «carácter nacional» japonês, *O Crisântemo e a Espada* (Benedict 2006 [1946]) – apesar das críticas justas às generalizações infundadas ligadas a esta última noção (Reicher e Hopkins 2001), por pressuporem uma homogeneização dos comportamentos. Isso reflecte-se no modo como Benedict viu a cultura japonesa – e as culturas humanas em geral – como totalidades uniformes, redutíveis a um conjunto de princípios – como o pacifismo (o crisântemo) e a agressividade (a espada) –, sem lugar para a variedade e a discordância, pois tais princípios impor-se-iam supostamente a todos os membros da sociedade (De-liège 2006). Porém, pensamos que há elementos da sua abordagem que permanecem válidos. É o caso da importância conferida aos processos de socialização, sem pressupor que há uma incorporação passiva de hábitos inculcados e que estes não são contrariados por muitos dos submetidos à socialização.

A importância da formação de *habitus* nacionais foi um aspecto que mereceu posteriormente a atenção de sociólogos como Norbert Elias (1996), que estudou os alemães – prestando atenção ao modo como se interiorizavam hábitos de obediência e procedimentos violentos, que haviam de culminar no nazismo –, e, de modo muito secundário, Pierre Bourdieu (1994). Estes contributos devem igualmente ser tidos em conta de modo muito crítico em virtude de também eles acentuarem o papel determinante da intervenção das agências socializadoras – sem atender propriamente à dissidência face a essa acção, pressupondo efeitos de homogeneização que têm sido questionados (Day e Thompson 2004). Se os referimos aqui, é porque estes autores conferem relevância às disposições e opiniões devidas não só à acção do Estado e suas agências, mas também reproduzidas no seio da família e outras instâncias de socialização, como o grupo de pares, que são incorporadas pelos agentes sociais, passando a constituir uma matriz de opiniões e de orientação da

acção.⁴ Esses processos são de importância crucial na reificação (Eriksen 1993) e naturalização das identidades nacionais, ou seja, na transformação de uma construção histórica contingente em algo dotado de propriedades supra-humanas, percebidas pelo senso comum como sendo da ordem da natureza, bem como para explicar a diferenciação entre os diferentes tipos de culturas ou configurações nacionalistas, com implicações políticas muito distintas, como as que separam nacionalismos genocidas de outros de teor liberal. O modo como os processos de nacionalização presentes no *habitus* operam e se reproduzem de modo rotineiro no quotidiano – através, por exemplo, da assunção implícita da distinção entre nós (nacionais) e eles (estrangeiros) – foi bem capturado por Michael Billig, que cunhou a expressão *nacionalismo banal* para o denotar (Billig 1995). Isto significa, na sua opinião, um nacionalismo que não se reduz a uma teoria ou ideologia, ou à sua expressão política, mas que é parte da experiência de vida das populações. O mesmo autor assinalou ser a identidade nacional algo «mais do que um estado íntimo psicológico ou uma autodefinição individual: é uma forma de vida vivida diariamente» (Billig 1995, 69). É uma circunstância incontornável para quem foi criado, educado, habita, trabalha, comunica – numa língua específica –, num mundo dividido em colectivos representados como nações. Uma das maneiras mais simples e adequadas de definir a nação talvez seja dizer que «esta constitui uma relação social de autoconsciência colectiva» (Grosby 2005, 10).

É necessário ter presentes estas considerações muito sumárias sobre o facto nacional ao lermos as partes seguintes deste ensaio. Recordamos, entretanto, que as respostas ao inquérito são produto da história da formação e definição de identidades nacionais, a que aqui só podemos aludir muito resumidamente. Respostas dadas num contexto temporal específico não podem ser tomadas, por isso, como um retrato de algo imutável. Deve-se ter em conta, finalmente, que, tal como as respostas contrastantes dadas ao inquérito deixam entrever, falar em colectivos como nações ou identidades nacionais não pressupõe que haja consenso ou uniformidade interna relativamente à sua definição. As nações são «zonas de conflito» (Hutchinson

⁴ Queremos distinguir estas tentativas específicas de estudar configurações diferentes do *habitus* nacional, para nós uma via frutífera de perceber as diferenças entre identidades nacionais (Mennell 2010), do *corpus* discursivo da literatura sobre o «carácter nacional», generalizações sem fundamento empírico, que acompanham o próprio desenvolvimento das nações na Europa e de que falamos mais adiante. Embora não haja uma descontinuidade absoluta entre estes dois tipos de discursos, convém manter presente esta distinção.

2005), como o que dividiu ideologicamente os portugueses acerca da definição de nação – europeia ou pluricontinental – na segunda metade do século passado.

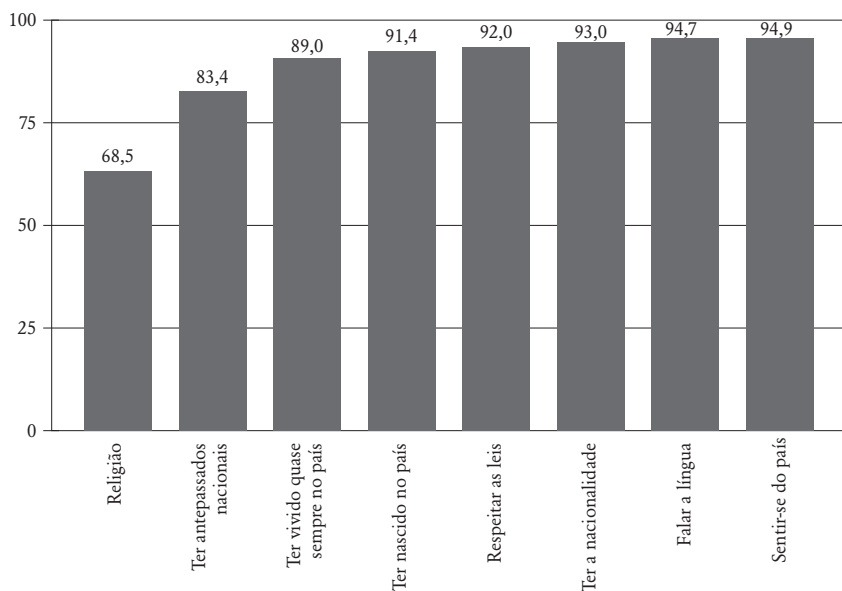
Definições do que é ser-se português numa perspectiva comparada

Iremos começar pelos aspectos seleccionados para se caracterizar o que é ser-se «verdadeiramente português». Olhando para os dados, verificamos que nas respostas a esta questão há uma forte proximidade na valorização de todas as variáveis, de que se afasta um pouco a referência à religião tradicionalmente dominante – inquirida na questão «ser católico».

Em primeiro lugar, surgem-nos praticamente a par o «sentir-se português» e o «saber falar português». O primeiro aspecto implica desde logo o reconhecimento de que existe algo objectivável como português, o que não surpreende: a nação aparece como uma realidade inquestionável, pois existe como entidade para além da experiência individual de cada um e da sua memória. A pertença a essa nação foi aprendida na família, na escola, na vida quotidiana. Desse aprendizado faz parte o do conjunto de lugares-comuns ou estereótipos que participam na construção da similitude entre os seus naturais e que os distinguem de quem é estrangeiro em termos de atitudes e comportamentos e que permitem a concretização do sentir-se. Estes elementos surgem nas primeiras imagens etno-nacionais que circulam na Europa desde o período medieval (Hoppenbrowers 2007) e também em Portugal – «lealdade» portuguesa em contraposição a «falsidade» castelhana no cronista medieval Fernão Lopes, por exemplo (Albuquerque 1974). Imagens mais tarde ampliadas nas descrições do chamado «carácter nacional», que constituem um tipo específico de literatura na Europa moderna e contemporânea (Leerssen 2007, 63-75).⁵ Mas, além disso, «sentir-se» representa experiências emocionais de identificação com algo que até pode ser difícil de definir, pois a nação é há muito concebida como «uma entidade emocional e histórica em que todos os homens se deviam integrar» (Mosse 1988 [1961], 88). Como defende Smith (2000), a identidade nacional corresponde mais

⁵ Júlio Caro Baroja entendia que tratar do «carácter nacional» é uma «actividade mítica», pois não assenta em «factos cientificamente observados e observáveis» (Baroja 2004). As observações de Leerssen não divergem substancialmente das suas quanto à dimensão fictícia e estereotipada de tais relatos.

Figura 3.1 – Ser verdadeiramente português
(% muito importante + importante)



ao que é vivido, sentido e querido do que ao imaginado ou descrito. Esta ênfase na «forte componente emotiva» da identidade nacional é corroborada por muitos outros autores (Llobera 2004) e tem sido empiricamente testada em trabalhos decorrentes da teoria sobre a identidade de Tajfel (1982).

Praticamente a par, aparece o «saber falar português», o que também não constitui surpresa. A distinção entre grupos humanos através da língua é muito antiga (David e Bar-Tal 2009). Trata-se de um elemento de identidade fundamental, pois, como observou o sócio-linguista Joshua Fishman, «[...] as línguas não se limitam a simbolizar as culturas que lhes estão associadas (sendo o principal sistema simbólico da nossa espécie, simbolizam obviamente os povos e as culturas que as utilizam) [...] o que é realmente único e básico na relação entre língua e cultura é o facto de em imensas áreas da vida real a língua *ser* a cultura e nem a lei, a educação, a religião, o governo, a política e a organização social seriam possíveis sem ela» (Fishman 2001, 444-445). A língua está ligada à vida emotiva dos que a falam, à sua experiência, às suas histórias quotidianas ou extraordinárias, à sua comunidade, ao seu passado (id., *ibid.*). Embora ter uma língua exclusiva não seja um requisito necessário para a existência de identidades nacionais distintas – o inglês e o português são línguas

oficiais, e mesmo maternas, de várias nações –, de facto, a posse de uma língua própria foi tida como um dos pilares do sentido de grupo (étnico, nacional) (Edwards 2001).⁶ A língua tem um enorme poder simbólico como marcador visível da identidade e da diferença por permitir uma comunicação histórica entre as gerações, estabelecendo uma comunidade e uma continuidade entre vivos e mortos, e por se pensar, nomeadamente entre os doutrinadores nacionalistas, que cada língua está ligada a visões do mundo próprias (Edwards 2001). Recorde-se que antes da difusão massiva de línguas de comunicação à escala global – e do inglês, em concreto – a língua de cada grupo nacional era com maior nitidez do que na actualidade um símbolo claro da sua especificidade, pois constituía uma barreira aos contactos entre quem a dominava e quem a desconhecia. Esta percepção da articulação entre língua e identidade, teorizada por um Herder (Kohn 2005 [1944]), também estará enraizada no senso comum popular, fruto da história.

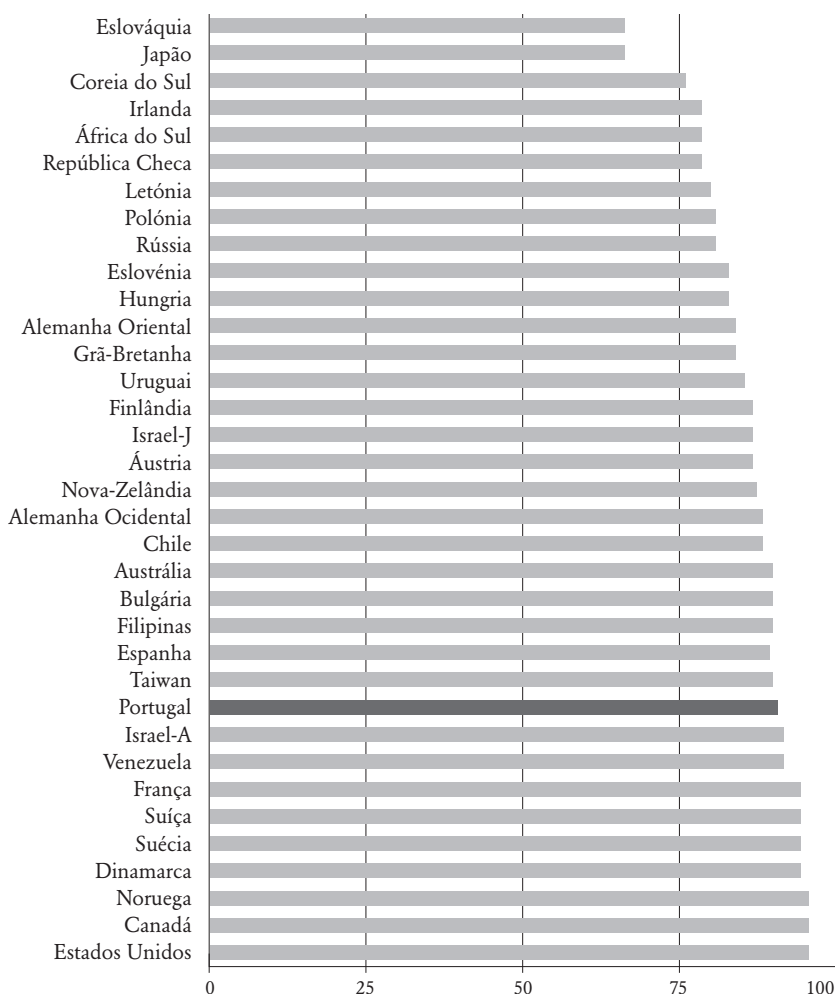
As respostas relativamente à *cidadania* colocam problemas de interpretação. A pergunta em português inquire especificamente sobre a *nacionalidade* – podendo induzir em alguma confusão pela sua falta de clareza. Como já se assinalou, «[...] a nacionalidade e a cidadania pertencem a esferas de sentido e actividade distintas. A primeira é essencialmente um conceito que liga as pessoas na base de uma identidade partilhada [...] enquanto a cidadania é um conceito político que decorre da relação das pessoas com o Estado» (McCrone e Kiely 2000, 25). Como referiram, entre outros, os autores citados, não é necessário que essas esferas estejam alinhadas.⁷ A sua confusão decorre do facto de haver uma quase coincidência entre ambas nos últimos dois séculos, em que a nação foi imaginada como o modelo de comunidade que devia constituir a base de uma entidade política, isto é, de um Estado (Fieschi e Varouxakis 2001, 22; Joppke 2010).⁸

⁶ Sendo a posse de uma língua própria uma parte da concepção «étnica» da nação, na opinião de Smith (2006), o seu papel não se restringirá ao nacionalismo étnico, defendendo-se que é igualmente forte no modelo cívico (David e Bar-Tal 2009). Acrescente-se que a língua constitui o referente de identidade invocado preferencialmente para fundamentar a criação de entidades supranacionais, como a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

⁷ No caso britânico há uma distinção clara entre cidadania (identidade estatal, britânica) e identidade nacional (inglesa, escocesa, galesa, irlandesa – do Norte) (Mc Crone e Bechhofer 2010, 922-923).

⁸ A nossa cautela será porventura excessiva, dados os valores de «cidadania» [nacionalidade] e «respeitar leis e instituições» serem estatisticamente idênticos.

Figura 3.2 – Importância do respeito pelas leis e instituições
(% muito importante + importante)



Em contrapartida, «respeitar as leis e instituições [portuguesas]» é um indicador cívico claro desprovido de ambiguidade (Smith 2006, 170). As respostas portuguesas levam a situar Portugal perto do grupo onde se inserem países de imigração – Canadá (CA) e Estados Unidos (US) –, países em que filhos de imigrantes nascidos nesses territórios adquirem, em geral, a nacionalidade por este facto. Os Estados Unidos são, como já se assinalou, um dos exemplos do nacionalismo ocidental («cívico») de Kohn.

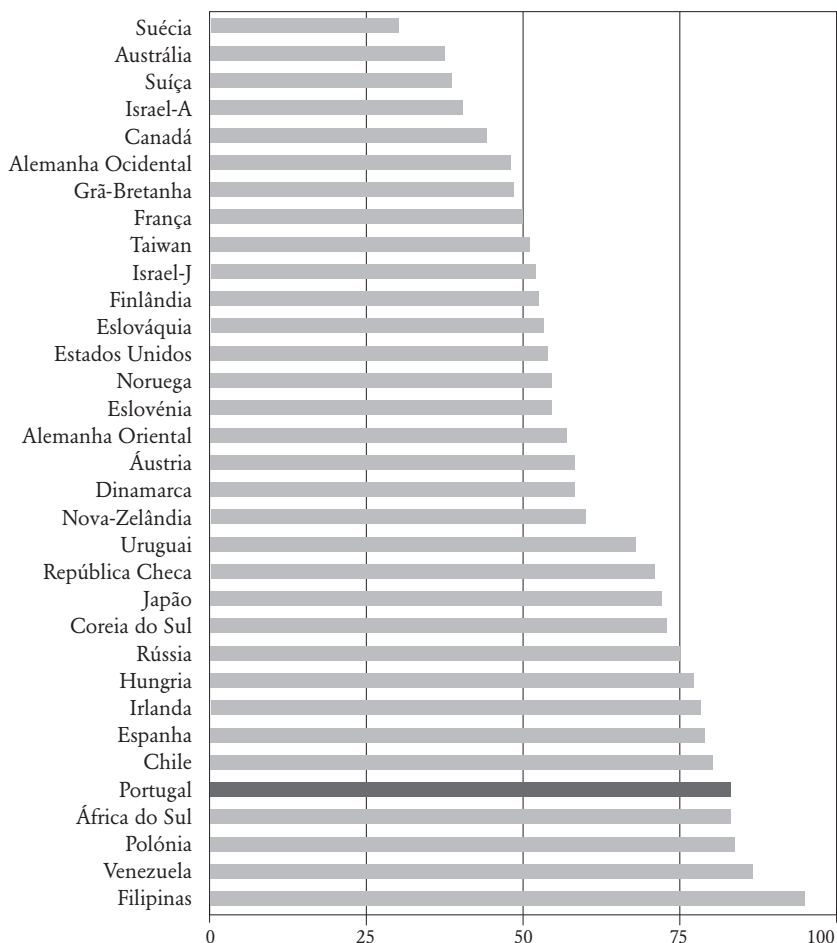
Face às respostas examinadas, poderia pensar-se que há mesmo uma ligeira prevalência de critérios afectivos, culturais e cívicos sobre critérios inequivocamente de tipo étnico na definição do que é ser «verdadeiramente português». Com efeito, sentir-se português, respeitar as leis ou nascer em Portugal – o reconhecimento da nacionalidade pelo nascimento, independentemente da condição dos pais, de acordo com o *ius solis*, é um indicador de nacionalismo cívico (Breton 1988) – são apontados como mais relevantes do que ter uma linha de ascendência portuguesa.

A variável «ter antepassados portugueses», em que a nação é concebida como um tipo de família extensa, é um indicador étnico por excelência – as etnias possuem os seus antepassados míticos, e existe um processo de criação de antepassados no período medieval europeu, parte da criação de identidades colectivas que aí tem lugar (Hoppenbrowsers 2007). A qualidade de *nacional* é concebida como algo transmissível de geração em geração (Zerubavel 2003). Apesar de aparecer como relativamente mais fraca no conjunto das respostas, se a observarmos em perspectiva comparada, verificamos que Portugal pertence a um pólo de países em que ela é muito relevante na caracterização da identidade nacional. Não cabe aqui examinar, mesmo que superficialmente, a situação dos outros países, mas apenas contribuir, com algumas referências pontuais, para um melhor enquadramento das respostas portuguesas. Neste caso, Portugal surge com valores praticamente idênticos ao de um país – a Polónia – onde a ênfase nessa continuidade histórica intergeracional permitiu a sobrevivência nacional durante séculos em que não houve Estado e nitidamente separado de países onde o ter-se antepassados nacionais é um critério claramente secundário face à cidadania. Descontando o caso de difícil interpretação dos árabes cidadãos de Israel, trata-se de países de formação relativamente recente, cujos cidadãos são de múltipla procedência, como a Austrália, o Canadá – países em que se enfatiza o *ius solis*, o nascer localmente, como critério de aquisição da nacionalidade. Mas a Suíça, onde não há *ius solis*, e a Suécia onde a aquisição por nascimento só decorre do *ius sanguinis* – ou seja, de se ser descendente de nacionais –, também surgem entre quem menos valoriza o factor ter antepassados nacionais!⁹

Como explicar tal disparidade entre os critérios legais de aquisição da cidadania/nacionalidade e as respostas ao inquérito? Não pretendemos

⁹ A Suécia e a Suíça são hoje também países de imigração. Todavia, esta é muito mais recente do que nos outros casos mencionados e o seu impacto muito menor.

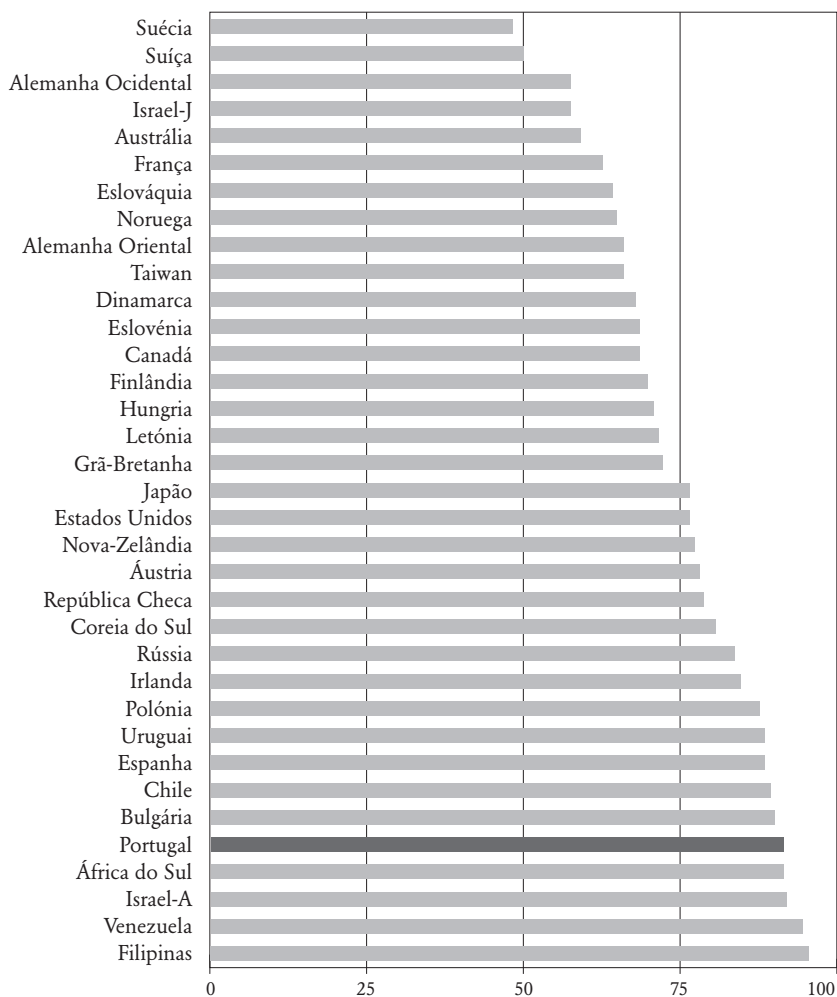
Figura 3.3 – Importância de ter antepassados nacionais
(% muito importante + importante)



dar aqui uma resposta cabal a esta questão, que não é central para os nossos propósitos neste ensaio. Pensamos, contudo, haver uma explicação para o facto de tanto a antiga Alemanha Ocidental como a do Leste e a Áustria conferirem relativamente pouca saliência ao aspecto «ter antepassados» na definição do que é ser-se nacional. Tratando-se de países onde o nacionalismo etno-racial foi levado ao extremo com o nazismo, tal deve entender-se como decorrendo de um forte efeito de censura quanto às suas implicações fatais, como já foi assinalado (Smith e Jarkko 2001). No entanto, tem-se também sublinhado o ressurgir do naciona-

lismo étnico na Alemanha – apesar de se haver facilitado recentemente o acesso à cidadania de habitantes que não são etnicamente alemães – e de um populismo nacionalista na Áustria com o mesmo sentido (Hann 2006).¹⁰

Figura 3.4 – Importância de ter nascido no país
(% muito importante + importante)



¹⁰ O papel primário do *ius sanguinis* na aquisição da nacionalidade comporta um exclusivismo étnico, que discrimina entre quem nasce num determinado país, afectando, por exemplo, os filhos de imigrantes, pois não são descendentes de nacionais.

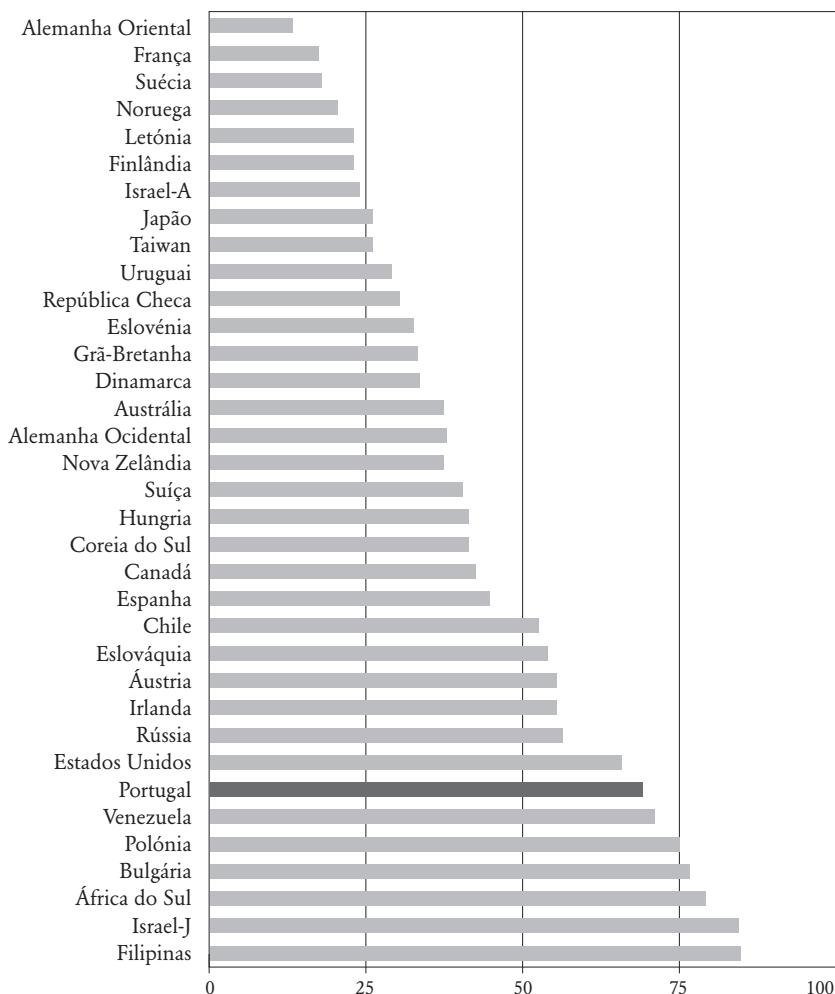
Em Portugal, mais de 90% das respostas conferem importância a «ter nascido no país». O mesmo é pouco relevante para suíços ou suecos, o que neste caso faz com que as opiniões estejam em sintonia com a legislação em matéria de aquisição de nacionalidade. Devem-se registar neste âmbito as assimetrias fortes e compreensíveis entre árabes israelitas – a darem importância a ter nascido no país (acima de 90% das respostas) – e os judeus israelitas, muitos dos quais não nasceram em Israel, a não valorizarem esse facto (com menos de 60% das respostas).

Deve-se atender a que a constância de lugar permite construir um forte sentido de permanência, de persistência (de identidade), para o que contribui o facto de mesmo quando se passa por mudanças dramáticas o meio físico permanecer relativamente estável (Zerubavel 2003). Além disso, o território nacional é um *lar*, uma *pátria*, e é por referência ao mesmo que se constrói um parentesco fictício entre os seus habitantes (Grosby 2005) – utiliza-se mesmo a expressão *casa* (expressão polissémica que também serve, em certos contextos, como sinónimo de família) para descrever Portugal em finais da Idade Média (Albuquerque 1974). Sendo a associação à terra natal um elemento da identidade étnica (Smith 1991), o nascer no território transforma-se numa dimensão inclusiva da nacionalidade – em nacionalismo «cívico» (Breton 1988) –, quando é critério básico ou suficiente de acesso à mesma.

Finalmente, debruçamo-nos sobre a religião, um dos mais antigos vínculos que entram na definição de uma identidade étnica (Smith 1991) e nas identidades protonacionais ou nacionais, muito relevante nos tempos anteriores ao liberalismo e à secularização que frequentemente o acompanhou e que ainda continua a ser, de modo variável, um factor de identificação nacional (Barker 2009). Portugal (com 68,5%) está mais próximo dos que dão maior ênfase à religião – e mesmo com uma percentagem superior à dos EUA, onde a relação entre os ideais do nacionalismo secular e a religião cristã tem sido citada como estando na génese da sua «religião civil» (Jurgensmeyer 2006). Encontra-se no grupo de países em que os inquiridos entendem a religião como fundamental na definição da identidade nacional. Em alguns países, como Israel, para os judeus israelitas, a Bulgária (Barker 2009) e a Polónia (id., *ibid.*), a mesma tem sido um elemento fundamental da comunidade etno-nacional, que perdurou sem possuir um Estado próprio.

Vemos nestes dados tanto um produto de um passado multissecular como da história mais recente. As respostas portuguesas revelam que, apesar da laicização por que o país passou nas últimas décadas do século XIX e em princípios do século XX, nomeadamente durante a sua I Repú-

Figura 3.5 – Importância da religião
(% muito importante + importante)



blica (1910-1926), de forte inspiração positivista, a maioria da população continua a identificar ser-se português com ser-se religioso (católico). Portugal foi representado na retórica nacionalista – como outros povos (Smith 2003; Hutchinson 2005) e à imagem dos hebreus – em termos sacralizados, messiânicos, como «povo eleito», pela Providência divina desde a Idade Média, algo que se reforçou como legitimação da sua expansão imperial ultramarina (Albuquerque 1974; Sobral 2003). Excluíram-se outras religiosidades na busca da homogeneização – basta lembrar,

a este respeito, a perseguição aos judeus ou aos tidos como judaizantes. No decurso do regime da monarquia liberal (1834-1910), o catolicismo permaneceu com o estatuto de «religião de Estado». Foi um pilar do nacionalismo oficial sob o Estado Novo (1933-74). Porém, também em Espanha o franquismo promoveu o «nacional-catolicismo» e o contraste com Portugal é muito significativo, pois só 44,2% dos espanhóis acham ser católico um atributo significativo do ser-se nacional. Talvez o facto reflecta a existência de uma cultura política laica mais poderosa, derrotada em 1939, mas que poder ter aflorado com vigor desde a transição democrática, e uma identificação entre catolicismo e franquismo mais aguda, dadas as circunstâncias da Guerra Civil (1936-39) e a memória que esta deixou. Os países nórdicos, a Alemanha do Leste, a Letónia e a França – nesta última o laicismo faz parte da imagem nacional *oficial* – estão no pólo oposto em relação a Portugal.

Uma síntese do peso relativo de indicadores da identidade nacional

Perante estes resultados, procurámos, para melhor entender o caso português, ampliar a sua análise, situando-o em perspectiva face aos outros países abrangidos no inquérito; ao mesmo tempo iríamos avaliar a presença relativa da dicotomia de Kohn nos dados globais deste. Para esse efeito, começámos por recorrer a uma análise factorial em componentes principais – cujos resultados são apresentados abaixo – às oito questões relativas aos factores considerados importantes para a identidade nacional. Identificaram-se dois factores.¹¹ O seu exame mostra que as dimensões étnicas e cívicas do nacionalismo não são categorias segregadas na mente dos inquiridos, ou seja, que elas não se excluem. Este dado converge com as observações de muitos investigadores do nacionalismo, como os que citámos de início, que insistem no facto de os nacionalismos combinarem habitualmente, de modo variável, dimensões classificadas como «cívicas» e «étnicas», com excepção naturalmente de casos

¹¹ Estes dois factores são responsáveis por 60% da variância das respostas dadas pelos 38 073 indivíduos que responderam a todas estas questões. Todos os indicadores estão bem representados nesta estrutura, uma vez que a comunalidade é sempre superior a 0,43. O primeiro factor é claramente mais relevante (variância explicada de 44%) do que o segundo factor (que apenas explica 14%). A rotação Varimax, que convergiu em 3 iterações, permite identificar os itens correspondentes a cada factor.

Quadro 3.1 – Ser-se verdadeiramente um nacional
(AFCP – rotação Varimax)

	Factor 1	Factor 2
Ter nascido no país	0,81	0,16
Ter antepassados do país	0,81	0,12
Ter vivido no país a maior parte da sua vida	0,69	0,36
Ser [religião]	0,65	0,07
Ter a nacionalidade do país	0,56	0,49
Respeitar as instituições políticas e as leis do país	0,07	0,82
Falar a língua do país	0,25	0,65
Sentir-se do país	0,35	0,64
% variância explicada	44	14

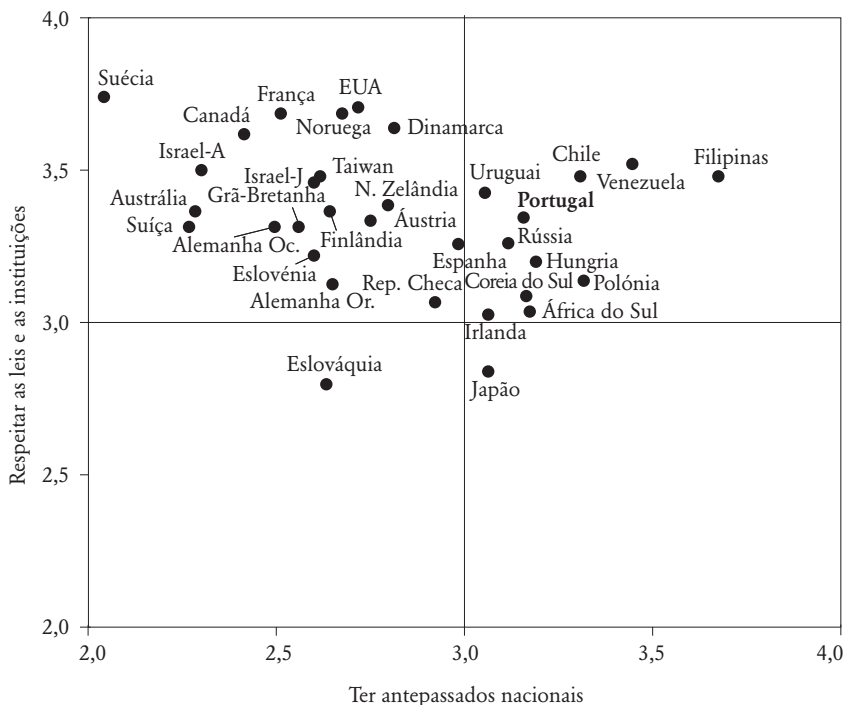
mais radicais, como o foi a Alemanha nazi, um Estado racista. Assim, o primeiro factor inclui dimensões étnicas da identidade nacional (como o item central referente aos antepassados ou o que respeita à religião), mas agrega-lhe alguns que não estão necessariamente associados à etnicidade, como o ter nascido no país (a condição dos filhos de imigrantes) ou ter nele vivido durante a maior parte da sua vida. O segundo factor insere dimensões cívicas da mesma identidade, juntando indicadores que se prendem com o respeito pelas leis e instituições do país, com outros, como falar a língua, elemento frequentemente ligado à existência do nacionalismo étnico (embora a língua possa ser aprendida por quem não tem ascendentes que sejam falantes ou tenha uma outra língua materna).¹² O único indicador com peso factorial idêntico nos dois factores é o indicador «ter a nacionalidade do país».¹³

Em virtude de a análise factorial não distinguir com clareza a dimensão cívica da dimensão étnica no primeiro factor, abandonámos estes resultados e recorremos a indicadores que representam nitidamente o peso das duas dimensões na representação nacional. Assim, como indicador da dimensão étnica escolhemos «ter antepassados nacionais» e como in-

¹² Assinale-se, no entanto, que esta estrutura factorial – em que em cada factor já se incluem dimensões identificadas como «cívicas» e «étnicas» – não emerge em todos os países. Em Portugal – e mais nove países (República Checa, Polónia, Rússia, Filipinas, Japão, Espanha, Eslováquia, Venezuela, Coreia do Sul) – a análise factorial identifica apenas um factor, o que apoia os argumentos de quem sublinha a coexistência de dimensões classificadas como «cívicas» e como «étnicas» na forma como as identidades nacionais são representadas.

¹³ Terá havido confusão entre os conteúdos de «cidadania» e de «nacionalidade», possibilidade a que já aludimos atrás?

Figura 3.6 – Comparação do posicionamento dos países em termos de um indicador de nacionalismo cívico (respeitar as leis e as instituições) e étnico (ter antepassados) (médias)

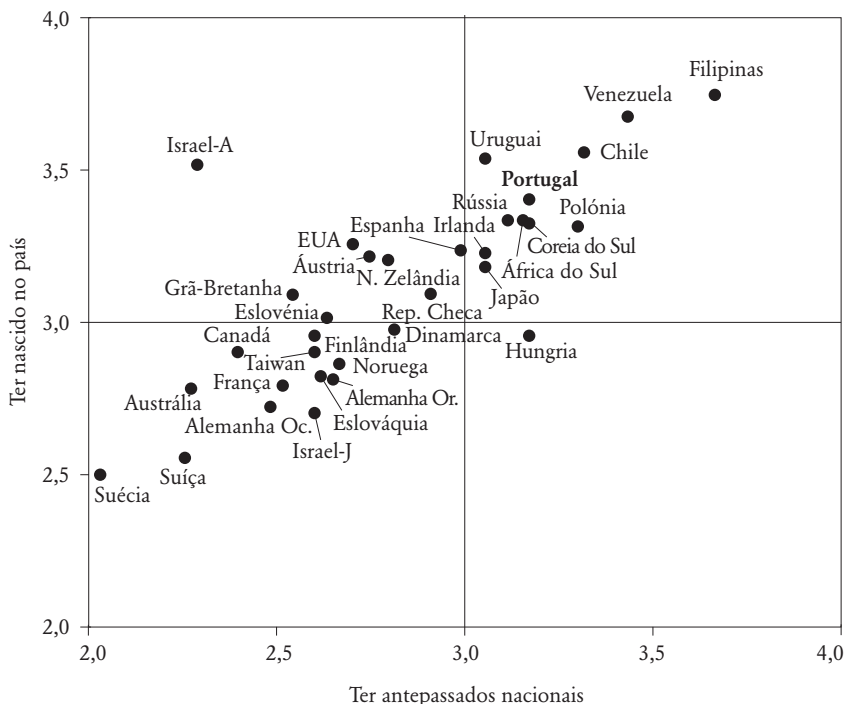


dicadores da dimensão cívica seleccionámos os indicadores «respeitar as instituições políticas e as leis do país» e «ter nascido no país».

Representámos nas figuras 3.6 e 3.7 de modo mais sintético e articulado do que nos gráficos unidimensionais a distribuição dos diversos países abrangidos pelo inquérito no que se reporta ao peso relativo de indicadores étnicos e cívicos na caracterização da identidade nacional – o «ser verdadeiramente...» –, procurando discernir o lugar de Portugal na mesma.

Contrapusemos, em primeiro lugar, os indicadores «ter antepassados» e «respeitar as leis e as instituições». Verificámos que ambos são muito importantes. Observámos, no entanto, que Portugal se insere no conjunto dos que dão simultaneamente muita importância aos factores cívicos e étnicos (entre os quais se encontram alguns países do Leste europeu e alguns antigos países comunistas, onde o fim desses regimes foi acompanhado pelo ressurgir do nacionalismo). Os países da Escandinávia, os paí-

Figura 3.7 – Comparação do posicionamento dos países em indicadores de nacionalismo étnico (ter antepassados) e cívico (nacionalidade decorrente do nascimento) (médias)



ses cuja existência é o produto de migrações em larga escala – Canadá, Austrália, EUA –, países com uma forte tradição cívica e assimilacionista, como a França (Brubaker 1992), e aqueles cujo passado etno-racial é fonte de estigma – as Alemanhas – dão um pouco mais de ênfase às dimensões cívicas do que às étnicas, o mesmo sucedendo com israelitas, árabes e judeus. O Japão aparece destacado no que se refere à prevalência da dimensão étnica, o que estará em sintonia com o tipo de nacionalismo etno-racial historicamente dominante nesse país, apesar de alguma investigação recente assinalar sinais de mudança (Sugimoto 2006).

Confrontámos igualmente as posições dos diversos países no que respeita aos indicadores relativos a «ter nascido» num determinado território» e «ter antepassados», enquadrando igualmente Portugal a este respeito. Lembre-se que se relacionam com dois princípios nucleares da aquisição da nacionalidade/cidadania, o *ius solis* e o *ius sanguinis*, e com dois tópicos recorrentes nos discursos nacionalistas: a «terra» e o «sangue».

Há quem precisamente considere elemento nuclear do nacionalismo dito étnico e do nacionalismo cívico a ênfase colocada no descender de nacionais para se ser membro da nação, no caso do primeiro, e o nascer no território tido como nacional, no do segundo (Grosby 2005). De um modo geral, não encontramos nestes dados uma disjunção. Na maior parte dos casos, a importância atribuída a ter antepassados nacionais tende a ser semelhante à atribuída a ter nascido no país. No grupo dos países que dão relativamente menos importância a ambos os atributos encontramos as Alemanhas, o que parece reflectir uma censura, por razões históricas, a expressões públicas de nacionalismo. Os árabes de Israel destacam-se claramente na ênfase dada ao ter nascido no país, o que está em consonância com as suas reivindicações. Portugal encontra-se claramente no grupo dos que acham importantes ambos os factores. A legislação portuguesa da nacionalidade combina ambos, embora seja prevalente o *ius sanguinis*; o *ius solis* foi reforçado recentemente pela nova lei da nacionalidade de 2006 (Sobral 2007a).

A leitura destes gráficos mostra que, em geral, não nos encontramos perante dimensões que se excluem nas representações do que é ser-se nacional. Na nossa perspectiva, a distribuição revela-nos a existência de um *continuum* com muitos países com tendência a concentrarem-se ao centro e um número menor de outros mais ou menos próximos de cada um dos pólos. Em Portugal, ambos os aspectos – cívicos e étnicos – são relevantes. A nossa análise parece conferir pertinência às observações de Anthony Smith, que utilizou essa imagem do *continuum*: «[...] De facto, todos os nacionalismos contêm elementos étnicos e cívicos que variam em forma e grau diferentes. Umhas vezes predominam os aspectos cívicos; outras, as componentes étnicas e vernaculares» (Smith 1991, 13).¹⁴ Insistia, como o caso da Alemanha bem ilustra, na historicidade inerente a todos estes processos: elementos exaltados num determinado contexto (antepassados/raça) podem ver a sua importância diminuir fortemente noutro momento histórico, sobretudo quando são motivo de censura.¹⁵ O Portugal da década de 40, dominado pela exaltação imperial e colonialista do Estado Novo, em que se assumia como algo indiscutível a superioridade da chamada «raça branca», se enfatizava o peso dos antepassados e se tinha a dominação dos povos colonizados como algo natural,

¹⁴ V. igualmente Smith (2006) e Janmaat (2006).

¹⁵ Mesmo em países de imigração e prevalência do *ius solis*, sem uma antiga história étnica, como os EUA (Grant 2006) e o Canadá (Buckner 2006), tem-se assinalado a mistura de elementos «cívicos» e «étnicos» – e de racismo e discriminação – nos seus nacionalismos oficiais.

é algo bem distinto do Portugal pós-colonial, em que o nacionalismo oficial sublinha os laços de fraternidade horizontal que unirão os países de língua oficial portuguesa. É legítimo presumir que as caracterizações «populares» da identidade nacional fossem então bem diferentes das reveladas nas respostas a este inquérito.

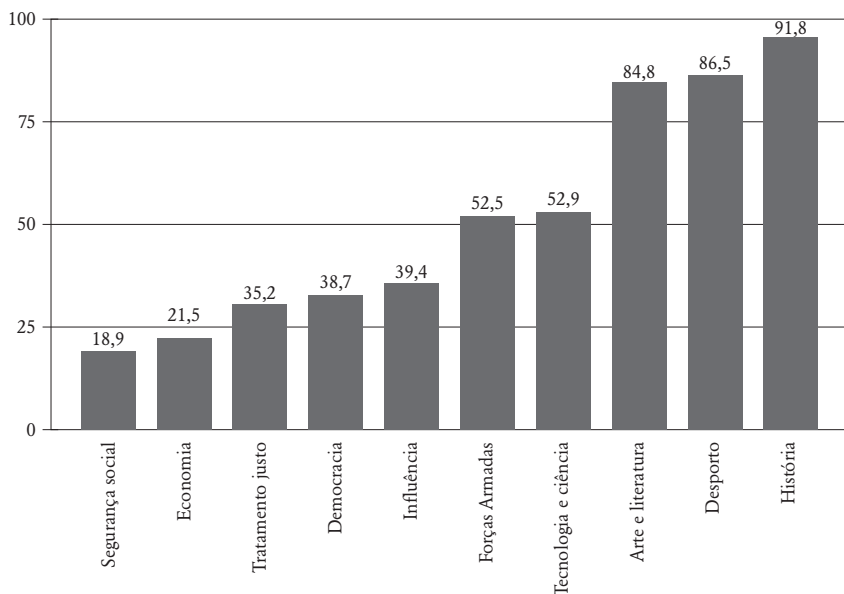
Orgulho e decepção, passado e presente nas representações da identidade nacional portuguesa

Iremos dedicar-nos agora a examinar as avaliações dos inquiridos sobre diferentes aspectos dos seus países, aqui tratados como fontes de «orgulho». Essas fontes de orgulho são parte integrante das representações da identidade nacional, embora algumas possuam um papel mais central do que outras. Encontramos aqui referenciados aspectos que têm a ver com o funcionamento do Estado e dos seus aparelhos (político, militar, segurança social, etc.), com a economia, e outros que se reportam à avaliação dos feitos da comunidade na actualidade e no tempo. Os últimos implicam, por consequência, uma ideia implícita de pertença a um colectivo – a nação – em que passado e presente se encontram imbricados. A representação do passado é uma dimensão nuclear da caracterização da identidade nacional, pois esta possui sempre uma ancoragem no tempo pretérito (David e Bar-Tal 2009), enquanto outras opiniões podem reportar-se a momentos de carácter mais ou menos transitório. A interpretação das respostas dadas a estas questões remete-nos tanto para a conjuntura em que foi realizado o inquérito – pois podem traduzir uma avaliação do presente – como para um passado mais longínquo. A influência nas respostas «populares» – quer estas se reportem à actualidade, quer ao passado – das representações oriundas do aparelho de Estado, do campo intelectual ou dos meios de comunicação deve ser tida em conta, como já se assinalou.¹⁶

Os portugueses têm pouco orgulho na segurança social, na economia, no funcionamento da sua democracia e na sua maioria não acham que todos os grupos sociais sejam tratados de uma forma justa. Também não pensam que o seu país tenha uma grande influência no mundo. Em con-

¹⁶ O desenvolvimento desta temática é feito noutro capítulo desta obra (v. Leal), pelo que faremos aqui uma abordagem limitada do «orgulho nacional».

Figura 3.8 – Fontes de orgulho nacional em Portugal
(% muito importante + importante)



trapartida, têm algum ou muito orgulho na produção cultural do seu país – literatura e artes –, no desporto e na história. A distância é enorme face a países onde é muito grande o número dos que se orgulham da sua segurança social – como a França, a Dinamarca, a Finlândia ou o Canadá –, da sua economia – os EUA, a Irlanda¹⁷ –, da sua democracia – os EUA, a Austrália, o Canadá –, do tratamento justo – o Canadá e os EUA.

Quanto às fontes positivas de orgulho nacional, vemos que Portugal tem uma percentagem elevada que nos aproxima mais do topo dos que se vangloriam das proezas desportivas, algo que também se verifica no que se refere às artes e à literatura, onde está próximo de países notoriamente famosos neste domínio. Este é, afinal, o país de Eusébio, do Benfica, campeão europeu – tão importantes na exaltação nacional nos últimos tempos do Estado Novo (anos 1960) – e do Futebol Clube do Porto,

¹⁷ Na época do inquérito, a Irlanda era o «tigre céltico», designação criada para classificar o seu desempenho económico na segunda metade da década de 90 do século XX e que caiu em desuso com a recessão em 2008. Duvidamos que as respostas na actualidade fossem deste teor. Por isso, sublinhamos mais uma vez que algumas respostas podem estar submetidas a flutuações conjunturais, enquanto outras terão um carácter muito mais estável.

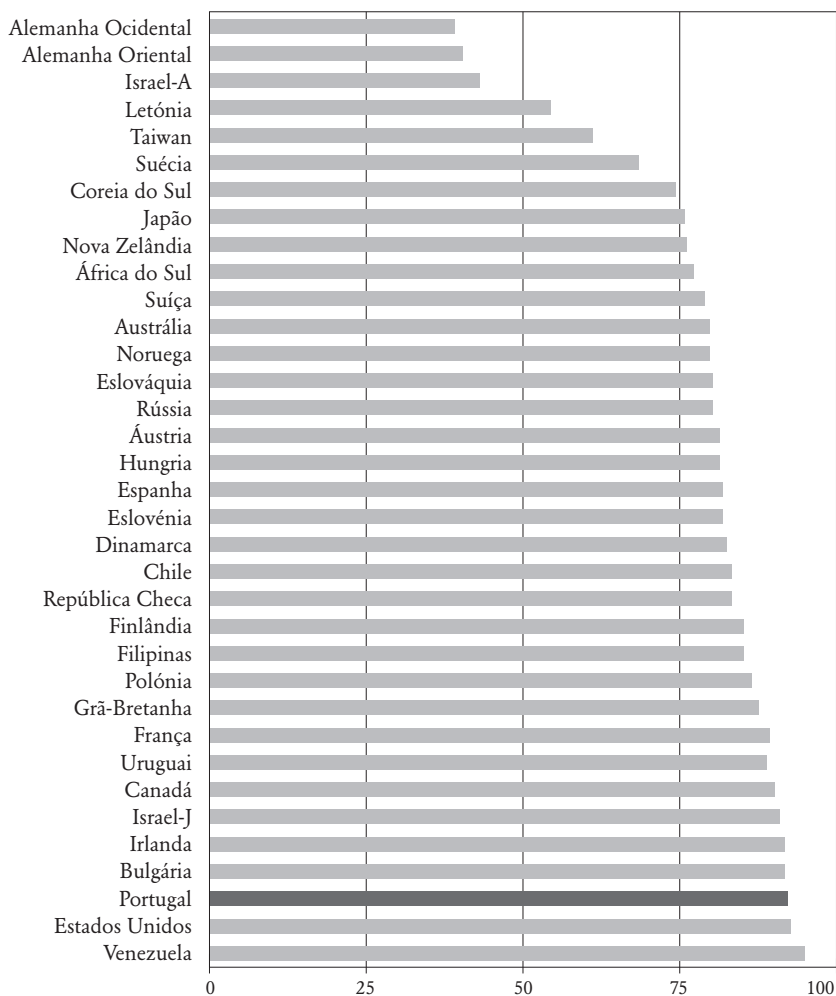
campeão europeu e mundial, de Carlos Lopes e da Rosa Mota. Portugal foi palco de uma forte mobilização nacionalista em torno da selecção nacional aquando do campeonato europeu de futebol de 2004, que aqui decorreu, com intervenções reiteradas das autoridades à exibição de símbolos como a bandeira e a manifestações rituais de apoio à «selecção nacional» nos estádios e fora deles.

Nas artes e na literatura também se assistiu nas últimas décadas em Portugal a uma exaltação do que é português através da divulgação interna da importância internacional da obra de Fernando Pessoa, ou das do arquitecto Siza Vieira e da pintora Paula Rego, da consagração de José Saramago com o Prémio Nobel da Literatura ou da do cineasta Manuel de Oliveira. Apostou-se nas últimas décadas na criação de um «cinema português», ou seja, *nacional*. Constata-se, entretanto, que países com forte presença internacional neste campo – como a Rússia, a República Checa ou a Grã-Bretanha, de que nem vale a pena dar exemplos –, que se pressupunha estar bastante interiorizada pelos nacionais, demonstram menos orgulho relativo neste domínio do que os portugueses. As respostas portuguesas estão muito próximas da de um país onde o campo artístico e intelectual, em geral, é alvo de uma forte promoção, até como símbolo nacional: a França.¹⁸ A Irlanda, por certo através do impacto de figuras como James Joyce, W. B. Yeats e os seus importantes dramaturgos do século XX, surge como o país em que se manifesta mais orgulho neste domínio.

Porém, é no orgulho específico em relação à história que os portugueses pontuam mais alto, sendo apenas ligeiramente ultrapassados pela Venezuela e pelos Estados Unidos (US). No primeiro dos casos, essa imagem estará ligada à recordação do «Libertador» Símon Bolívar, nascido em Caracas – uma figura simbólica cimeira para o nacionalismo latino-americano do século XIX –, cujo legado é invocado explicitamente pelo nacionalismo «chavista» triunfante; no segundo, à reivindicação de um nacionalismo de carácter democratizante e representado como pioneiro, com dimensões messiânicas (Grant 2006, 536-637), e a uma história co-rodada pelo sucesso económico e político. Do outro lado do espectro

¹⁸ A Rússia era considerada um importante foco literário desde finais do século XIX, com autores influentes mundialmente, como Dostoievski, Tolstoi, Gogol, Tchekov. A Grã-Bretanha possui uma pléiade de escritores, a maioria ingleses, de Shakespeare a Thomas Hardy, Joseph Conrad, D. H. Lawrence ou Virginia Wolf (para citar apenas alguns que pertencem ao cânone legítimo). Nem vale a pena falar da música – ou do bailado e da pintura. Em França os intelectuais e artistas têm gozado historicamente de uma enorme influência.

Figura 3.9 – Orgulho na História
(% muito + algum orgulho)



temos as respostas das duas Alemanhas, que, ao demonstrarem pouco orgulho na história, parecem ser a tradução do estigma acarretado pela Segunda Guerra Mundial e pelo Holocausto. Afigura-se também que as respostas dos árabes israelitas (IL-A) são um reflexo das derrotas que marcam a sua história recente.

A exploração comparativa destes dados – como de outros – levar-nos-ia longe, mas nem é este o momento apropriado nem dispomos de espaço para o fazer. O forte orgulho na história portuguesa – porventura

exacerbado pelas decepções da actualidade? – ilustra a interiorização com sucesso de velhos tópicos e narrativas da identidade nacional propagadas por sucessivas elites letradas e pela acção estatal. Um deles é o que apresenta os portugueses como um povo com uma longa existência histórica, pois a sua ascendência remontaria aos lusitanos, população hispânica que resistiu à expansão imperial romana – por esse facto, a sua ascendência foi reivindicada por portugueses e espanhóis. Outros são os que situam as épocas de apogeu de Portugal no passado, no período medieval e sobretudo na época de expansão ultramarina. Como já se mencionou, também em Portugal, à semelhança do sucedido em múltiplos outros casos, circulou a ideia de os portugueses serem um «povo eleito» favorecido pela Providência e encarregado de espalhar a fé cristã pelas suas conquistas.¹⁹ A própria dimensão imperial alcançada pelo pequeno Estado português no século XVI, com territórios e feitorias situados em vários continentes, foi exaltada no seio das elites literárias, como Kohn (2005 [1944]) e outros autores (Boxer 1969; Marcu 1976) mostraram. A história de um povo glorioso, que culminaria na viagem de Vasco da Gama à Índia, constitui a matéria do poema épico *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, obra que veio a conhecer sucesso durante a União Dinástica (1580-1640) (Albuquerque 1974). Ela faria do poeta um símbolo maior da identidade nacional portuguesa, em particular a partir da celebração do seu centenário em finais do século XIX. A era de apogeu imperial ficou como o *mythomoteur* – ou seja, o mito fundador de uma colectividade política – português, na expressão de Armstrong (1982), ou a *idade de ouro* (Smith 1997b) das narrativas do nacionalismo oficial. Este período viu também florir a exaltação da língua, com a publicação da primeira gramática de português (1536) e a elaboração das primeiras histórias de Portugal (XVI-XVII), que possuíam um sentido claramente patriótico (Albuquerque 1974; Sobral 2003).

A narrativa histórica que situa o período do auge português na expansão imperial será reproduzida ao longo dos séculos, sendo difundida massivamente através da escola, da imprensa popular, de rituais comemorativos que a banalizam, como as comemorações do centenário da morte do poeta épico Camões ou as da chegada dos portugueses à Índia e ao Brasil no século XVI realizadas em finais do século XIX (Catroga 1998; Matos 1998; Ramos 1994). Esta narrativa é de tal modo importante que

¹⁹ Essa condição ainda é evocada no século XX numa publicação publicada sob pseudónimo (Lusitanus, 1924) e, de modo mais «moderado», está presente em textos posteriores à Segunda Guerra Mundial do etnólogo Jorge Dias (Sobral 2007b).

não só foi reproduzida e comemorada durante o regime nacionalista e autoritário do Estado Novo (1933-1974), como se prolongou depois de 1974 num contexto pós-colonial (Catroga 1998).²⁰ A exposição internacional de Lisboa de 1998 foi conduzida sob o signo da história das chamadas Descobertas, coincidindo com o 5.º centenário da chegada dos portugueses ao subcontinente indiano. O seu palco foi um espaço junto ao mesmo rio donde haviam partido as expedições. O nome dado à nova ponte que une as duas margens do Tejo, o de Vasco da Gama.

Em contraste, e com as excepções já assinaladas, o presente não é visto como fonte de orgulho, antes espelha decepção. As percepções reflectidas neste tipo de respostas possuirão uma matriz variada. Nelas entrará a consciência do declínio da importância política de Portugal no mundo, decorrente do fim do império colonial, bem como a possibilidade de uma melhor avaliação da situação portuguesa proveniente da emigração em massa e da maior liberdade de circulação de pessoas nas últimas décadas. Nessa apreciação também se conjugam na actualidade o pessimismo da conjuntura actual, difundido nos discursos políticos e nos *media*, de Portugal ser um país com desempenhos inferiores aos da maioria dos membros da União Europeia em matéria económica, de democracia e de justiça social. Mas devemos ter em atenção também o papel da imagem antiga, muito influente no século XIX, de uma *decadência* nacional portuguesa face a um passado representado como glorioso, no reforço deste tipo de diagnóstico (Serrão s. d.).

Em resumo, as fontes de maior glória para os portugueses residem na sua história, no seu passado, tópico que, embora repetido nos últimos séculos, já existia nos séculos XVI e XVII – e de que até *Os Lusíadas* ou o messianismo sebastianista são testemunho –, quando esse passado se encontrava ainda muito próximo do presente (Boxer 1969; Sobral 2006). Este é um sentimento dominante na representação subjectiva da sua *identidade nacional*, da sua memória – pois as nações são macro «comunidades mnemónicas» (Zerubavel 2003), isto é, dispõem de representações organizadas do seu passado, em que o Estado desempenha um papel fortíssimo (Sobral 2006) –, do seu sentido de diferença face a outros. É uma representação que sintetiza para os inquiridos o trajecto da sua comunidade nacional no tempo e que, afinal, mostra as profundas afinidades

²⁰ Em virtude de os tópicos estruturadores das narrativas oficiais da identidade nacional portuguesa já estarem basicamente formados em inícios do século XX, dispensamo-nos de citar aqui a já muito vasta bibliografia que trata de movimentos ou regimes nacionalistas – e em particular do Estado Novo – em épocas mais recentes.

entre elaborações letradas antigas sobre o conteúdo da sua identidade e percepções «populares» actuais, como as reveladas neste aspecto no presente inquérito – o que não deve constituir surpresa, dada a difusão intensa das primeiras.

Conclusões

Começámos por nos referir à oposição que Kohn estabeleceu entre nacionalismos racionalistas e irracionais – do Oeste e do Leste, respectivamente –, os primeiros caracterizados pela prevalência de elementos «cívicos», os segundos pela dos de carácter «étnico». Mencionámos também que diversos autores, embora reconhecendo a importância da dicotomia de Kohn para iluminar distintas dimensões do nacionalismo, o criticaram por ele não discernir que argumentos de tipo «cívico» e de tipo «étnico» se articulam em distintos nacionalismos. A análise comparativa das respostas dadas ao inquérito nos diversos países em que foi realizado revela a presença dessa ligação, com uma ênfase variável entre os diversos casos.

O nosso ensaio, que combinou uma abordagem de representações da identidade nacional portuguesa no presente com dados de natureza histórica, leva-nos a concluir precisamente pela coexistência de elementos de natureza «cívica» e «étnica» no «nacionalismo banal», ou «nacionalismo ordinário» (Edensor 2002), que se revela nas respostas ao inquérito. Aliás, se critérios como o «respeito pelas leis», o «viver em Portugal», ter nele nascido ou ter a «cidadania portuguesa» surgem como importantes, articulam-se a factores «étnicos», de que se destaca o ter antepassados nacionais. De acordo com o mito etno-nacional português, difundido a partir do fim do século XV e retomado, entre outros, por Luís de Camões, essa ascendência remontava aos lusitanos (Albuquerque 1974). Esse mito é revivido nos séculos XIX e XX (Leal, 2000; Sobral 2004). Nos elementos de orgulho referidos sobressai, como acabámos de ver, o orgulho pela história. E a história, numa das suas narrativas oficiais mais influentes – se não a mais influente – é a dessa família imaginária que uniria os lusitanos da Antiguidade aos portugueses da actualidade.

Miguel Cameira
José Marques

Capítulo 4

Identidade nacional e individualismo cultural

Como vemos o nosso país e sentimos a nossa nacionalidade relativamente aos outros povos? O nosso nacionalismo é semelhante ao inglês, ao alemão ou ao de outro país do Centro da Europa com os quais partilhámos hoje, em larga escala, um destino político e económico comum, ao dos países sul-americanos com os quais comungamos a cultura latina, ao dos países do Leste com quem partilhámos uma posição periférica na Europa ou, finalmente, ao nacionalismo dos culturalmente distantes países asiáticos? Neste trabalho tentámos traçar o perfil da identidade nacional portuguesa a partir da comparação com o de outros países inquiridos no módulo *Identidade Nacional* do *International Social Survey Programme* (ISSP-2003). Nesta comparação tivemos como referência o grau de individualismo dos países envolvidos, uma dimensão cultural profusamente investigada em décadas recentes e que descreve a forma de relacionamento predominante entre o indivíduo e a colectividade numa sociedade (Hofstede, 2001). Na nossa análise considerámos igualmente o desenvolvimento económico dos países, uma variável fortemente associada ao individualismo cultural.

Segundo vários autores, a sociedade portuguesa caracteriza-se pela existência de redes sociais informais. Sejam elas redes de «conhecimentos» por interesse («clientelas» e todas as relações que visam a obtenção de «favores» e «cunhas») (Ruivo 1993; Cabral 2003a e 2003b; Mattoso 1998) ou redes de entreajuda (formas de compensar as deficiências do Estado-providência) (Delicado 2003; Hespanha 1993), estas ligações informais desempenham um papel relevante no funcionamento da sociedade portuguesa. Esta forte dependência das redes relacionais e consequente desvalorização do aparelho formal é consistente com os resultados da investigação transcultural das últimas décadas que atribui à sociedade

portuguesa características colectivistas que valorizam fortemente a interdependência social informal (Hofstede 2001; Oyserman, Coon e Kimmelman 2002).

Na análise que efectuámos sobre os dados do ISSP-2003 começámos por examinar a associação entre o nível de individualismo cultural dos países e a existência de formas distintas de nacionalismo. Estes resultados forneceram o enquadramento para abordar o caso português.

O individualismo cultural¹

Os cidadãos de um país comungam crenças e valores que integram a sua cultura nacional e constituem uma parte importante do seu património simbólico. Poderemos entender a cultura nacional como uma concepção simbólica da sociedade e do lugar nela ocupado pelo indivíduo, incluindo o conjunto de princípios organizadores das suas relações tanto com a sociedade, em geral, como com grupos sociais mais específicos (Landau *et al.* 2004). Uma dimensão organizadora e distintiva das culturas nacionais que tem sido largamente estudada nas últimas décadas é a do *individualismo/colectivismo*. Hofstede (1980) definiu o *individualismo* como a preocupação consigo próprio e com a família imediata, o enfoque na autonomia pessoal e na auto-realização e a fundamentação da identidade nas próprias realizações individuais. Pelo contrário, o *colectivismo* corresponderia à preocupação com as relações sociais e à preponderância do grupo sobre o indivíduo. Neste último caso, o indivíduo define-se primariamente como membro do grupo e não como entidade isolada. O grupo, com os seus objectivos comuns e valores partilhados, é central para os indivíduos e funciona como regulador do seu comportamento público e privado.

Existem, no entanto, alguns problemas associados ao construto do individualismo cultural. Em primeiro lugar, embora profusa, a evidência empírica nem sempre é consistente (Oyserman, Coon e Kimmelman 2002). Em segundo lugar, essa evidência enferma de problemas metodológicos nomeadamente relativos a problemas amostrais – a maioria dos

¹ No presente texto adoptamos a concepção unidimensional segundo a qual o *colectivismo* representa o pólo oposto ao *individualismo* numa mesma dimensão cultural. Por isso, usamos o termo «individualismo» como forma reduzida de «individualismo/colectivismo». Contudo, devemos referir que esta concepção não é única. Para alguns autores (Rhee, Uleman e Lee 1996; Oyserman, Coon e Kimmelman 2002; Triandis 1989), *colectivismo* e *individualismo* podem ser dimensões independentes.

inquéritos tem sido aplicada a estudantes e concentra-se num número restrito de países (como os EUA, representando o individualismo, e o Japão ou Hong-Kong, representando o colectivismo). Todavia, segundo Oyserman, Coon e Kimmelmeier (2002), alguns resultados empíricos têm-se mostrado estáveis e fidedignos. Destes, descrevemos já de seguida alguns exemplos de forma a traçar um retrato sumário do individualismo.

A nível psicológico, a investigação tem encontrado diferenças entre o individualismo e o colectivismo em aspectos como o autoconceito, a percepção social e a atribuição causal. Por exemplo, Oyserman, Coon e Kimmelmeier (2002) referem estudos que, usando testes de autodescrição, mostram que respondentes norte-americanos (individualistas) evocam mais atributos pessoais do que respondentes do Sudoeste asiático (colectivistas) ou que estes últimos usam mais identidades sociais para se autodescreverem do que os primeiros (Triandis 1989). Por outro lado, verificou-se nas culturas colectivistas uma distinção importante entre membros do endogrupo (família, casta, ou outro grupo definido pela tradição, etc.) e do exogrupo e uma variação drástica do comportamento em função dessa categorização (Triandis 1989). De facto, a evidência indica que, nos países colectivistas, o comportamento é caloroso na interacção com membros do endogrupo e desconfiado e distante no caso do exogrupo, enquanto, nos países individualistas, o tipo de interacção varia menos porque os outros são percebidos de forma mais «descategorizada». Aliás, segundo Oyserman, Coon e Kimmelmeier (2002), a facilidade de interacção com estranhos é um dos aspectos mais emblemáticos da cultura individualista, onde a maioria das pessoas é considerada digna de confiança.

O individualismo cultural influi noutros aspectos da elaboração da realidade social. De facto, embora exista uma tendência geral para explicar os comportamentos mais como resultado de características da personalidade do que de factores contextuais (Gilbert e Malone 1995; Ross 1977), essa tendência é mais forte nas culturas individualistas do que nas colectivistas (Choi e Nisbett 1998). Este facto é compatível com o princípio individualista, segundo o qual o indivíduo é o principal agente das suas cognições, emoções e comportamentos (Markus e Kitayama 1991).

Do ponto de vista sociológico, o individualismo está associado ao desenvolvimento histórico da classe média e da doutrina da «meritocracia» (Delumeau 1984) e à maior mobilidade social que lhe está associada (Hofstede 2001). Este estado de coisas é consistente com a cultura legal-racional individualista, em que as relações entre os indivíduos são reguladas pela lei formal, que se sobrepõe a normas específicas ou locais. Pelo contrário,

a cultura colectivista basear-se-ia no poder tradicional, em que a gestão dos conflitos é da responsabilidade dos próprios grupos e feita em função das normas específicas desses grupos (Bierbrauer 1994). Assim, enquanto o *particularismo* próprio da cultura colectivista propicia a reprodução de formas tradicionais de desigualdade, o *universalismo* da cultura individualista (a mesma lei para todos) favorece a mobilidade social, o que teria como consequência um nivelamento social (Hofstede 2001).² Consistente com estes dados, a análise realizada por Hofstede (2001) ao nível das empresas revelou que o individualismo está negativamente associado com o corporativismo, a centralização organizacional e a concentração da propriedade accionista, sugerindo uma maior distribuição das influências e da riqueza nas culturas individualistas. Como afirma Hofstede, «o individualismo está histórica e geograficamente ligado ao capitalismo de mercado, à competição e à democracia política» (2001, 245).³

Em finais dos anos 1960, Hofstede encetou um estudo multinacional que estabeleceu um índice de individualismo para 56 países (Hofstede 1980). Esse índice é baseado no peso relativo atribuído a um conjunto de valores de trabalho, nomeadamente o peso *positivo* atribuído à possibilidade de usufruir de tempo para a vida pessoal e para a família próxima e o peso *negativo* atribuído à formação e condições de trabalho. O índice varia entre 0 e 100, representando os valores mais baixos as culturas colectivistas e os mais altos as individualistas.

O índice apresenta limitações a nível do método (redução do construto à mera pontuação em alguns valores de trabalho) e da amostra (circunscrito aos empregados das filiais da IBM).⁴ Apesar disso, a sua validade externa é elevada. O índice de Hofstede correlaciona-se com resultados obtidos noutras tipos de amostra e relativos a outros tipos de valores além dos do trabalho (Inglehart 1997; Schwartz 1994) e revelou-se mais estável e fiável do que se poderia inferir do método utilizado (Oyserman, Coon e Kimmelmeier 2002).

² O GINI é o índice mais usado para medir a desigualdade social, em que 0 corresponde à máxima igualdade e 100 à máxima desigualdade. Nos países inquiridos, a correlação do índice GINI (UNDP, 2005) com o índice de individualismo foi $r(30) = -0,33$, $p = 0,07$.

³ Esta é também a opinião de sociólogos clássicos, como Marx, Durkheim, Weber e Simmel, que viam o individualismo como uma consequência directa da competição e relações do tipo capitalista que começaram a despontar no Ocidente a partir do século XVII com a queda do feudalismo e a emergência da burguesia (mas v. Turner 1988, mais adiante).

⁴ Outro dos problemas apontados por alguns autores é a redução do individualismo e colectivismo a uma dimensão única (v. nota 1).

A utilização do índice em numerosos estudos transculturais revela uma associação clara do individualismo com variáveis sócio-culturais, políticas e económicas (Hofstede 1980 e 2001). De particular interesse para o nosso estudo é a forte correlação encontrada entre o individualismo e o desenvolvimento económico (em 1970, a correlação era $r = 0,84$, $p < 0,001$, para um conjunto de 50 países). De facto, a forte associação com a riqueza nacional relativiza o impacto de alguns dos efeitos mais importantes do individualismo cultural, quer ao nível psicológico, quer sociológico. Por exemplo, a relação encontrada com o bem-estar e satisfação com a vida (Inglehart 1997; Markus e Kitayama 1991) torna-se não significativa quando se controla o produto nacional bruto (PNB) dos países (Oyserman, Coon e Kemmelmeier 2002), o mesmo acontecendo relativamente à correlação positiva com o tamanho das organizações (Hofstede 2001). Com efeito, estudos longitudinais do individualismo revelam que o aumento do índice ao longo do tempo é característico dos países que apresentam maior crescimento económico, o que sugere que a riqueza é a causa e o individualismo o efeito. No entanto, como refere Hofstede (2001), existe um remanescente que não pode ser completamente atribuído à economia, mantendo os países mais individualistas (como a Grã-Bretanha) um índice superior ao dos colectivistas (Hong-Kong) mesmo quando, com o tempo, os respectivos PNB se aproximam. Também o caso do Japão, que experimentou um rápido desenvolvimento económico no período pós-guerra, mantendo ainda assim os traços colectivistas essenciais da sua cultura, sugere que a relação riqueza/individualismo não é absolutamente determinada pela riqueza de um país.⁵

A propósito da forte relação existente entre o individualismo e o desenvolvimento económico, Triandis (1973 e 1984) desenvolveu um modelo que relaciona o sucesso económico das regiões com variáveis tanto

⁵ Por exemplo, Turner (1988), apoiando-se também no exemplo do Japão, defende que a relação entre o individualismo e o capitalismo é meramente contingencial. Para este autor, o individualismo tem raízes próprias e mais longínquas, tendo-se desenvolvido a partir, por exemplo, da ênfase judaico-cristã na pessoa como agente consciente e autónomo (a alma) ou da ênfase do direito romano na responsabilidade individual (*a persona*). A cultura do indivíduo teria recebido um novo impulso com a concepção protestante do indivíduo despido de culpa e, em tempos mais recentes, com as teorias do contrato social de Hobbes e Rousseau, baseadas na diferenciação entre o indivíduo e a sociedade. Nessa altura o individualismo e o capitalismo emergente terão estabelecido uma relação sinérgica, tendo o primeiro fornecido ao segundo a necessária ideologia legitimadora da propriedade privada. Segundo Turner, assiste-se hoje à «emergência de uma forma colectiva de capitalismo [que] opera com um sujeito económico [a corporação] que não é individual nem simplesmente redutível a pessoas individuais» (1988, 57), indicando que o capitalismo e o individualismo não são ideologias inseparáveis.

físicas como sócio-culturais, muitas das quais enquadráveis nas culturas individualistas e colectivistas. O autor defende que o estilo educativo adoptado nas culturas individualistas, promotor da autonomia, da gestão eficaz do tempo, da cooperação, da confiança nos outros ou da orientação para o trabalho, tem como antecedentes particularidades do território relacionadas com a facilidade na obtenção dos recursos e a previsibilidade do meio físico e como resultado principal o desenvolvimento de um sistema organizativo eficaz e gerador de riqueza. Já a educação para a interdependência e a existência de pequenos endogrupos poderosos, característicos das culturas colectivistas, resultaria de um ambiente hostil em que os recursos são obtidos a custo e de forma irregular, produzindo, por sua vez, um sistema ineficaz, fragmentado, sem controlo sobre os grupos de interesse e incapaz de gerar riqueza, exceptuando em alguns sectores privilegiados.⁶

Para além das variáveis do modelo de Triandis (1973 e 1984) já mencionadas, duas outras com particular interesse para a nossa análise são a clareza normativa e a fraca diversidade cultural. Segundo Triandis, a previsibilidade do meio, necessária ao desenvolvimento económico, é incompatível com a existência de numerosas excepções à regra relacionadas com distintos grupos sociais, etnias, etc. Existiria assim nas sociedades economicamente desenvolvidas uma pressão social intensa para a homogeneidade normativa, de forma a imperarem regras únicas aplicáveis a todos os indivíduos, independentemente das suas pertenças étnicas, preferências religiosas, políticas, etc. (aliás, congruente com o atrás mencionado *universalismo* individualista). Trata-se, de certo modo, de uma perspectiva de *assimilação cultural*, no sentido apontado por Berry (1984a), cujas implicações psicológicas passam pela motivação dos indivíduos para se recategorizarem enquanto membros de uma cultura mais geral, em detrimento de uma representação da sociedade enquanto entidade

⁶ A propósito das prioridades educativas nas diversas culturas, é de recordar os resultados encontrados por Almeida (2003) na comparação do conceito de família em diversos países no âmbito do *European Values Study*. A autora verificou que os portugueses valorizavam mais a obediência ou o altruísmo do que a independência ou a imaginação como qualidades a ensinar às crianças. Esta hierarquia de valores educacionais opõe-se aos padrões médios da União Europeia, nomeadamente à Suécia, onde a hierarquia de valores é exactamente a contrária. Estes resultados confirmam a cultura marcadamente colectivista dos portugueses, que privilegia o grupo e a obediência às suas normas. Cf. também os resultados da meta-análise de Bond e Smith (1996), que encontraram uma associação negativa entre os níveis de conformidade no laboratório e os índices de individualismo dos países onde os estudos foram conduzidos.

seccionada em identidades conflituais (Dovidio *et al.* 2004). Em apoio deste aspecto do modelo, no *Eurobarómetro* de 1997, a correlação entre o individualismo e a tolerância à diversidade cultural é de $r(15) = 0,48$, $p < 0,05$. Por exemplo, mais de 80% dos respondentes dos países europeus individualistas (Dinamarca, Suécia, Holanda) são adeptos da assimilação e de que as minorias devem abdicar dos seus costumes, especialmente daqueles que são contrários à lei do país hospedeiro. Pelo contrário, menos de 40% dos respondentes dos países menos individualistas (Espanha, Itália) defendem essa opinião. Nesta sondagem, Portugal situa-se mais próximo destes últimos países, com 56% de respondentes a discordarem de que as minorias devem manter as suas tradições.

Em suma, o individualismo cultural parece constituir uma dimensão relevante para a análise comparativa das identidades nacionais. Partindo do princípio de que a cultura afecta a predominância da identidade pessoal sobre a identidade colectiva, ou vice-versa, e de que a identidade nacional é, por natureza, uma identidade colectiva, poderia esperar-se uma maior importância da identidade nacional nas culturas colectivistas do que nas culturas individualistas. Contudo, a nacionalidade reporta-se a um endogrupo amplo e, por isso, provavelmente irrelevante para as necessidades de interacção no seio das culturas colectivistas. Assim, para os membros dessas culturas, a identidade nacional poderá ser menos relevante do que outras identidades sociais que se tornam psicologicamente mais salientes por serem mais frequentemente mobilizadas na vida quotidiana. Além disso, estando o individualismo associado a aspectos como a riqueza e administrações bem sucedidas, que contribuem para uma identidade nacional positiva, poder-se-á esperar, aparentemente em contraste com a predição anterior, que os membros de culturas individualistas sintam mais orgulho na sua identidade nacional do que os membros de culturas colectivistas. Para além destas questões, parece-nos também clara a necessidade de ter em conta o desenvolvimento económico como variável relevante na análise das relações entre o individualismo cultural e a identidade nacional. É o que faremos na análise empírica reportada a seguir.

Dimensões da identidade nacional

O questionário ISSP-2003 apresenta 59 questões destinadas a medir aspectos da identidade nacional, incluindo aspectos relacionados com as atitudes face à entrada de imigrantes, a ingerência de organismos externos

Quadro 4.1 – Dimensões de identidade nacional para os países em análise
(AFCP – rotação Varimax)

Factor I – Pertença simbólica	
Importância de...	
Ter vivido quase toda a vida no país	0,72
Ter a nacionalidade do país	0,70
Ter nascido no país	0,66
Sentir-se do país	0,64
Ser capaz de falar a língua nacional	0,63
Ter antepassados do país	0,60
Respeitar as instituições políticas e as leis do país	0,48
Ter a religião nacional	0,46
% da variância explicada	6,9
Factor II – Orgulho no sistema	
Orgulho...	
Nas realizações económicas	0,74
No sistema de segurança social	0,73
No funcionamento da democracia	0,72
Na influência política no mundo	0,70
No tratamento igualitário e justo de todos os grupos da sociedade	0,60
Nas Forças Armadas	0,49
Nas realizações científicas e tecnológicas	0,48
% da variância explicada	6,6
Factor III – Xenofobia	
Número de imigrantes a admitir no futuro	0,70
Sua contribuição para o progresso económico do país	0,68
Relação com a taxa de criminalidade	0,67
Verbas oficiais a gastar com a assistência aos imigrantes	0,67
Inovação e diversidade cultural introduzida pelos imigrantes	0,64
Relação com o desemprego dos cidadãos nacionais	0,58
Exclusão dos imigrantes ilegais	0,48
% da variância explicada	6,4
Factor IV – Proteccionismo (relações internacionais)	
Protecção dos negócios locais do impacto das companhias internacionais	0,62
Protecção da cultura nacional relativamente aos produtos estrangeiros	0,62
Restrição na importação de produtos estrangeiros	0,60
Preferência por programas televisivos nacionais	0,59
Limitação do poder do governo nacional por organizações internacionais	0,58
Interdição de compra do território nacional por estrangeiros	0,53
Necessidade de seguir os próprios interesses mesmo que tal implique conflitos	0,53
% da variância explicada	5,7
% da variância explicada (total)	25,4

Nota: Listagem dos itens com cargas superiores a 0,40 em cada um dos factores extraídos.

no governo ou atitudes face às minorias.⁷ Para identificarmos as dimensões principais da identidade nacional medidas no questionário efectuámos uma análise de componentes principais dos 53 itens.⁸ Da análise emergiram quatro factores explicativos da variância total.⁹

O primeiro factor, que denominámos *pertença simbólica*, tem forte saturação dos itens relacionados com a importância atribuída à pertença ao grupo nacional (quadro 4.1). Este factor salienta os aspectos simbólicos da identidade nacional, ao resumir a importância atribuída ao grupo nacional em abstracto, independentemente do desempenho real do Estado em áreas de actividade valorizadas. Portugal situa-se ligeiramente acima da mediana (quadro 4.2), aproximando-se dos países sul-americanos, que apresentam os valores mais elevados, contrastando com a maioria dos países europeus, que apresentam valores tendencialmente baixos.

O segundo factor, *orgulho no sistema*, agrega os itens relacionados com o orgulho no sistema orgânico e produtivo do país e no seu desempenho. A posição de Portugal na cauda dos países considerados, juntamente com os países do Leste europeu, e contrastando com os países anglo-saxónicos (EUA, Inglaterra, Canadá e Austrália) e muitos dos europeus, nomeadamente a Espanha, parece reflectir a insatisfação dos portugueses face ao sistema nacional. Esta pontuação está de acordo com a baixa auto-estima dos portugueses, aparentemente conscientes da sua dimensão no contexto internacional, comparando-se, para leste, com a Europa e, para oeste, com os EUA, e principalmente do sistema nacional, que se situa aquém das suas expectativas.

No terceiro factor, *xenofobia*, encontramos os itens referentes à atitude face aos imigrantes. Nesta dimensão, aos países do Leste europeu, mais xenófobos, opõe-se um grupo de países mais abertos, entre os quais se inclui Portugal, os países sul-americanos e alguns dos países que mais frequentemente são destino de imigração (Austrália, Canadá, Suíça e EUA).

Finalmente, o factor *proteccionismo* agrega os itens relativos à protecção dos valores e produções nacionais. A necessidade de proteger a distintividade cultural encontra-se aqui associada à necessidade de proteger os ne-

⁷ Excluímos da presente análise os dados da Eslovénia, Lituânia, Alemanha do Leste e Israel-árabes, uma vez que não dispúnhamos dos respectivos índices de individualismo; o número de países efectivamente analisados é, assim, de 31, compreendendo um total de 41 488 respondentes.

⁸ Os itens incluídos encontram-se no quadro 4.1; os valores omissos foram preenchidos pela média da variável no respectivo país, excepto nas variáveis categoriais onde não houve substituição.

⁹ A decisão de reter apenas quatro factores baseou-se na análise do *scree plot*, que apresentava uma quebra acentuada do 4.º para o 5.º factor.

Quadro 4.2 – Dimensões de identidade nacional por país
(médias scores factoriais)

Pertença simbólica	Orgulho no sistema	Xenofobia	Proteccionismo				
Filipinas	0,84	EUA	0,94	República Checa	0,73	Rússia	0,64
Venezuela	0,65	Canadá	0,70	Hungria	0,66	Uruguai	0,59
EUA	0,46	Suíça	0,62	Rússia	0,57	Bulgária	0,52
Uruguai	0,46	Grã-Bretanha	0,58	Alemanha Ocid.	0,51	Chile	0,44
Polónia	0,40	Austrália	0,56	Noruega	0,47	Portugal	0,34
Chile	0,35	Áustria	0,51	Japão	0,43	Hungria	0,33
Bulgária	0,31	Espanha	0,45	Grã-Bretanha	0,42	Israel-judeus	0,31
Israel-judeus	0,26	Finlândia	0,44	Eslováquia	0,37	Coreia do Sul	0,21
Canadá	0,22	Irlanda	0,44	Áustria	0,31	Austrália	0,20
Rússia	0,18	África do Sul	0,42	Bulgária	0,27	Eslováquia	0,20
Portugal	0,12	Alemanha Ocid.	0,42	Tailândia	0,21	França	0,18
Dinamarca	0,08	Dinamarca	0,37	Dinamarca	0,10	África do Sul	0,17
Noruega	0,03	Noruega	0,34	Polónia	0,06	Polónia	0,08
França	0,01	Nova Zelândia	0,33	África do Sul	0,06	Filipinas	0,04
Coreia do Sul	-0,02	Chile	0,28	Chile	0,05	Espanha	0,01
Nova Zelândia	-0,04	França	0,27	Irlanda	0,05	República Checa	-0,01
Áustria	-0,10	Suécia	0,06	Finlândia	0,03	Grã-Bretanha	-0,01
África do Sul	-0,15	Venezuela	0,05	França	-0,02	Áustria	-0,09
Hungria	-0,15	Japão	0,05	Suécia	-0,13	Nova Zelândia	-0,13
Finlândia	-0,17	Filipinas	-0,19	EUA	-0,16	Canadá	-0,13
Grã-Bretanha	-0,18	Israel-judeus	-0,21	Suíça	-0,18	EUA	-0,23
República Checa	-0,22	Tailândia	-0,39	Nova Zelândia	-0,18	Finlândia	-0,25
Espanha	-0,27	Uruguai	-0,42	Espanha	-0,28	Venezuela	-0,30
Austrália	-0,27	Hungria	-0,43	Filipinas	-0,36	Tailândia	-0,30
Suécia	-0,28	Polónia	-0,50	Venezuela	-0,39	Suíça	-0,36
Japão	-0,29	Portugal	-0,70	Portugal	-0,41	Irlanda	-0,40
Alemanha Ocid.	-0,33	Coreia do Sul	-0,78	Canadá	-0,45	Dinamarca	-0,40
Suíça	-0,38	República Checa	-0,80	Israel-judeus	-0,50	Alemanha Ocid.	-0,48
Tailândia	-0,40	Rússia	-0,80	Austrália	-0,56	Suécia	-0,56
Irlanda	-0,42	Eslováquia	-0,95	Coreia do Sul	-0,65	Noruega	-0,65
Eslováquia	-0,62	Bulgária	-1,20	Uruguai	-0,96	Japão	-0,98

Nota: Ordenação dos países em função da respectiva pontuação média obtida em cada um dos factores

gócios e o poder nacionais da ingerência estrangeira. Os portugueses aderecem, assim, ao grupo de países que sentem maior necessidade de se proteger, os países do Leste europeu e sul-americanos, por oposição a países mais competitivos (Japão, países do Centro e Norte da Europa, EUA e Canadá).

Da análise das médias nacionais sobressai o facto de os países inquiridos se posicionarem diversamente nas quatro dimensões de identidade nacional, mas quase sempre formando blocos que se podem definir pela proximidade geográfica ou pela semelhança em termos de percurso histórico, da língua e da cultura. Contrariamente às expectativas decorrentes da proximidade geográfica e cultural, Portugal não surge frequentemente

associado à Espanha, mas sim aos países do Leste europeu (excepto na xenofobia) e aos países sul-americanos.

Os resultados sugerem também uma forte relação de pelo menos algumas dimensões da identidade nacional com o desenvolvimento económico dos países: claramente, os países mais ricos apresentam maior orgulho e menor protecção do que os mais pobres. Na secção seguinte resumimos a análise das relações do individualismo cultural e do desenvolvimento económico com as dimensões da identidade nacional encontradas.

Identidade nacional, individualismo e desenvolvimento económico

Nos países inquiridos, a correlação encontrada entre o índice de individualismo de Hofstede (2001) e o desenvolvimento económico, calculado a partir do PNB *per capita* no ano de 2003 (dados do Banco Mundial; UNDP 2005), foi $r(30) = 0,69$, $p < 0,001$,¹⁰ um valor bastante mais baixo do que o encontrado em 1970.

Para examinarmos a relação entre o individualismo e o desenvolvimento económico e as dimensões da identidade nacional começámos por efectuar regressões separadas do índice de individualismo e do PNB, respectivamente, sobre cada uma das dimensões encontradas na análise anterior, seguida de regressões múltiplas com os dois preditores em conjunto. Nestas regressões, a unidade de análise foi o país, e não os respondentes, tendo para isso utilizado as médias de cada uma das dimensões em cada um dos países ($N = 30$).

Como se pode verificar no quadro 4.3, o individualismo e o desenvolvimento económico explicam 50% da variância do orgulho no sistema. Ambas as variáveis predizem significativamente esta dimensão da identidade. Contudo, o decréscimo dos *beta* na regressão múltipla revela que o preditor mais forte é, de facto, o desenvolvimento económico: compreensivelmente, quanto mais ricos são os países, mais os seus cidadãos sentirão orgulho no seu sistema económico. A segunda dimensão melhor predita é o protecção, sendo também o PNB o verdadeiro responsável pelas relações, neste caso negativas, encontradas nas regressões simples: quanto mais pobres são os países, mais os seus cidadãos sentem a necessidade de que a sua cultura, actividades e governo nacionais sejam protegidos da in-

¹⁰ Excepto a Tailândia, cujo PNB não constava da fonte consultada.

Quadro 4.3 – Dimensões da identidade nacional, individualismo e PNB
(coeficientes de regressão estandardizados)

	Pertença simbólica	Orgulho no sistema	Xenofobia	Proteccionismo
Individualismo	-0,34 (-0,43)	0,24 (0,60)	0,31 (0,23)	0,21 (-0,34)
PNB	-0,19 (-0,46)	0,51 (0,68)	-0,12 (0,10)	-0,79 (-0,64)
R^2 ajustado	0,25 *	0,50 ***	0,06	0,44 ***

Nota: Os valores entre parênteses correspondem aos *beta* da regressão simples. O R^2 ajustado refere-se à regressão múltipla.

$N = 31$; * $p < 0,05$; *** $p < 0,001$.

fluência externa. Quanto à pertença simbólica, verifica-se uma ligeira predominância da cultura sobre a economia: os resultados sugerem que um maior colectivismo cultural está associado a sentimentos mais fortes de pertença ao país. Finalmente, no que diz respeito à xenofobia, o valor preditivo das duas variáveis é praticamente nulo.

O caso português

Como se pode verificar no quadro 4.4, que apresenta as ordenações pelo índice de individualismo e PNB, Portugal contribui para que a correlação entre as duas variáveis não seja maior nesta amostra, uma vez que a sua posição na ordenação segundo o PNB é bastante superior à da sua posição em termos de individualismo. Portugal apresenta-se como um país marcadamente colectivista, embora a sua posição segundo o PNB seja a de um país com um desenvolvimento bastante próximo da mediana da amostra no que diz respeito à dimensão cultural.

No entanto, é de salientar a possibilidade de alguma desactualização do índice de individualismo português, tendo em conta as rápidas mudanças sociais e económicas que ocorreram no país na sequência do 25 de Abril de 1974. De facto, estudos mais recentes apontam para um aumento relativamente rápido do individualismo na sociedade portuguesa (Bond e Smith 1996; Inglehart 1997; Schwartz 1994). Por exemplo, numa réplica restrita do mesmo estudo realizada por Hofstede (2001) em finais dos anos 1980 Portugal surge como *outlier* na comparação com os índices originais, apresentando mais 20 pontos, juntamente com a Espanha (+23) e a Turquia (+18). Numa outra réplica restrita realizada em 1997 (Hofstede 2001), Portugal surge de novo como *outlier* nas mesmas comparações, desta vez com mais 33 pontos, apenas acompanhado de outro *outlier* na direcção contrária, a Alemanha, com menos 18 pontos. Em conjunto, estes resultados sugerem que o índice original português pode

Quadro 4.4 – Índice de individualismo (Hofstede 2001) e PNB *per capita* (em dólares) (UNDP 2005) por país

Individualismo		Produto nacional bruto	
EUA	91	Irlanda	37 738
Austrália	90	Noruega	37 670
Grã-Bretanha	89	EUA	37 562
Hungria	80	Dinamarca	31 465
Canadá	80	Canadá	30 677
Nova Zelândia	79	Suíça	30 552
Dinamarca	74	Áustria	30 094
Suécia	71	Austrália	29 632
França	71	Japão	27 967
Irlanda	70	Alemanha (Ocid.)	27 756
Noruega	69	França	27 677
Suíça	68	Finlândia	27 619
Alemanha (Ocid.)	67	Grã-Bretanha	27 147
África do Sul	65	Suécia	26 750
Finlândia	63	Nova Zelândia	22 582
.....			
Polónia	60	Espanha	22 391
República Checa	58	Israel-judeus	20 033
Áustria	55	Portugal	18 126
Israel-judeus	54	Coreia do Sul	17 971
Eslováquia	52	República Checa	16 357
Espanha	51	Hungria	14 584
Japão	46	Eslováquia	13 494
Rússia	39	Polónia	11 379
Uruguai	36	África do Sul	10 346
Filipinas	32	Chile	10 274
Bulgária	30	Rússia	9 230
Portugal	27	Uruguai	8 280
Chile	23	Bulgária	7 731
Coreia do Sul	18	Venezuela	4 919
Tailândia	17	Filipinas	4 321
Venezuela	12	Tailândia	–

Nota: A linha horizontal a tracejado corresponde à mediana das variáveis.

encontrar-se hoje proporcionalmente menos actualizado que o da maioria dos outros países inquiridos.

Não obstante, a análise das relações entre a identidade nacional, o individualismo e o desenvolvimento económico sustenta a ideia de um perfil nacional português tipicamente colectivista e pobre. De facto, o muito baixo orgulho no sistema, típico dos países colectivistas e menos desenvolvidos, e o elevado protecçãoismo, associado ao baixo desenvolvimento económico, sugerem um país culturalmente mais semelhante

Quadro 4.5 – Orgulho no sistema, protecționismo e pertença simbólica nos diversos grupos de países e em Portugal
(médias dos quatro itens principais da identidade nacional)

	Total	Individua- lismo	Colecti- vismo	Portugal	Ricos	Pobres
Orgulho no sistema						
Nas realizações económicas	2,50	2,77	2,25	1,92	2,79	2,26
No funcionamento da democracia	2,54	2,81	2,28	2,24	2,85	2,29
Na sua influência política no mundo	2,42	2,63	2,22	2,23	2,61	2,31
No sistema de segurança social	2,36	2,70	2,05	1,85	2,74	2,04
Protecționismo (relações internacionais)						
Exposição à cultura estrangeira prejudica a nacional	3,03	2,79	3,25	3,41	2,63	3,40
Preferência a programas nacionais na televisão	3,36	3,07	3,63	3,86	2,92	3,74
Grandes companhias prejudicam negócios locais	3,60	3,61	3,59	3,94	3,59	3,65
Governo devia limitar importação de produtos	3,50	3,38	3,61	3,57	3,31	3,69
Pertença simbólica						
Importância de ter vivido quase toda a vida no país	3,16	3,04	3,28	3,24	3,07	3,26
Importância de ter a nacionalidade do país	3,40	3,40	3,39	3,34	3,43	3,39
Importância de ter nascido no país	3,13	2,99	3,26	3,30	3,00	3,28
Importância de sentir-se do país	3,46	3,39	3,52	3,43	3,41	3,50

Nota: A escala de resposta varia entre um mínimo de 1 e um máximo de 5 de concordância.

ao Uruguai ou à Bulgária do que à Espanha ou à Nova Zelândia, ao contrário do que sugere o PNB de 2003.

Examinámos em mais detalhe as médias das respostas portuguesas aos principais itens dos factores extraídos na primeira parte da nossa análise, comparando-as com as médias gerais da amostra e, separadamente, com as dos países individualistas e colectivistas e com as dos países «ricos» e «pobres». ¹¹ No que diz respeito à dimensão *orgulho no sistema*, os portugueses envergonham-se particularmente das realizações económicas e do sistema de segurança social; o orgulho na influência política no mundo e no funcionamento da democracia situa-se na média dos países colecti-

¹¹ Para a nossa análise considerámos colectivistas os países inquiridos no ISSP-2003 com um índice de individualismo abaixo da mediana (= 60) e individualistas os países com índice acima desse valor. Denominámos «ricos» os países com PNB superior à mediana (= 22 392 dólares) e «pobres» os países com PNB inferior, embora esta última denominação seja claramente abusiva, dado o nível geral de riqueza nos países inquiridos (quadro 4.4).

vistas e pobres inquiridos (quadro 4.5). No que diz respeito ao *proteccionismo*, os portugueses parecem demonstrar igual preocupação com os aspectos culturais e com os aspectos económicos, ultrapassando em quase todos os itens as médias dos países colectivistas e pobres e revelando, assim, uma forte vulnerabilidade face ao exterior (ou possivelmente um marcado etnocentrismo). Também nos diversos aspectos da *pertença simbólica*, os resultados portugueses assemelham-se aos dos países colectivistas e pobres possuidores de um sentimento nacional ligeiramente superior ao dos países individualistas e ricos.

Em suma, os resultados confirmam as semelhanças do perfil português com os dos países mais colectivistas e mais pobres no que diz respeito às dimensões identitárias que mais fortemente diferenciam estes países, ou seja, as que se referem ao país presente e concreto.

Individualismo, desenvolvimento económico e tolerância à diversidade

O inquérito ISSP-2003 fornece ainda outros conjuntos de questões que não foram distinguidas pela análise factorial mas que são pertinentes para a nossa análise. Um deles refere-se à atitude face a costumes minoritários, que, como referimos, constitui um correlato do desenvolvimento económico no modelo de Triandis (1973 e 1984). Com efeito, os resultados do inquérito ISSP-2003 revelam uma associação elevada do índice de individualismo e, sobretudo, do desenvolvimento económico com as respostas às questões «o governo deve prestar assistência às minorias étnicas para preservarem os seus costumes e tradições» e «as minorias étnicas devem manter os seus costumes e tradições ou misturar-se e adaptar-se à sociedade em geral».

Como se pode ver no quadro 4.6, a direcção das associações encontradas é consistente com o modelo de Triandis (1973 e 1984). Os valores revelam que a economia está bastante mais associada do que a cultura à intolerância face à diversidade. De facto, o poder preditivo da cultura relativamente à primeira das questões parece ser em muito devido à sua associação ao PNB; na segunda questão, o factor predominante é claramente o PNB. Estes resultados são contraditórios com o que podemos observar em relação ao factor *xenofobia*, que, como vimos atrás, não está associado de forma expressiva a nenhum dos dois preditores. Aparentemente, os países mais prósperos têm uma atitude face aos imigrantes idêntica à dos países mais pobres. Contudo, enquanto nos países prós-

Quadro 4.6 – Individualismo, desenvolvimento económico e tolerância à diversidade
(coeficientes de regressão estandardizados)

	Assistir minorias a preservar tradições (a)	Minorias devem adaptar-se à sociedade (b)
Individualismo	-0,36 (-0,71)	-0,20 (0,54)
PNB	-0,52 (-0,77)	0,49 (0,63)
R ² ajustado	0,65 ***	0,42 ***

Nota: Os valores entre parênteses correspondem aos *beta* da regressão simples. O R² ajustado refere-se à regressão múltipla.

(a) A escala varia entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente).

(b) As minorias devem: 1 = manter as suas tradições ou 2 = adaptar-se à sociedade em geral. Percentagem de respondentes em cada país que optaram pela segunda modalidade de resposta (as minorias devem adaptar-se à sociedade em geral).

N = 30; **p < 0,01; ***p < 0,001.

Quadro 4.7 – Individualismo, colectivismo e tolerância à diversidade nos diversos grupos de países e em Portugal
(médias e percentagens)

	Total	Individualismo	Colectivismo	Portugal	Ricos	Pobres
Assistir minorias a preservar tradições (a)	2,12	1,75	2,48	2,47	1,68	2,56
Minorias devem adaptar-se à sociedade (b)	56,0	69,7	42,5	46,6	70,5	41,7
N	30	15	15	-	15	15

(a) A escala varia entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente).

(b) Percentagem de respondentes que concordam que «as minorias devem manter as suas tradições».

peros se espera que os imigrantes assimilem os valores e costumes do país hospedeiro, os respondentes dos países menos prósperos revelam maior tolerância face às tradições dos imigrantes. Também neste aspecto, as respostas portuguesas se aproximam das respostas dos países mais desfavorecidos economicamente (quadro 4.7).

Individualismo, desenvolvimento económico e participação política

Finalmente, concentrámo-nos num aspecto relevante para a análise das relações entre a identidade nacional e o individualismo cultural – o interesse e participação na política nacional. De facto, o interesse na governação, legislação e, em geral, na política do país é revelador da forma como o cidadão percipiona o sistema nacional e se situa enquanto actor

Quadro 4.8 – Individualismo, colectivismo e participação eleitoral
(percentagens)

	Total	Individualismo	Colectivismo	Portugal	Ricos	Pobres
	78,4	83,5	73,6	73,7	82,8	73,7
<i>N</i>	29	14	15	–	15	14

desse sistema: se o sistema tem um efeito directo e imediato sobre a sua vida ou se, pelo contrário, o impacto na sua vida é reduzido e diferido, portanto, revertendo num menor interesse em participar na política nacional (Hofstede 2001). A lógica racional-legal do individualismo prescreve um controlo próximo dos processos oficiais, dos órgãos produtores e executores das leis formais do país por parte dos cidadãos. Já na lógica particularista da cultura colectivista, a política nacional deverá ter um impacto menor nos cidadãos, sendo moderado pela influência concreta e próxima dos colectivos sociais, esses sim objecto de constante escrutínio (Bierbrauer 1994).

O questionário ISSP - 2003 permite uma medida muito sumária desta variável através do item «Votou nas últimas eleições». As regressões realizadas sobre as percentagens a esse item em cada país ($N = 29$),¹² tomando como preditores, em primeiro lugar, o individualismo e o desenvolvimento económico, separadamente, e, depois, os dois preditores em conjunto, revelaram que a participação eleitoral varia de forma idêntica com a cultura e com o desenvolvimento económico. De facto, tanto o individualismo como o PNB predizem significativamente a participação eleitoral.¹³ A regressão múltipla mostrou que nenhum dos preditores é mais responsável do que o outro pelo exercício do direito de voto, respectivamente.¹⁴

Este resultado é consistente com análises realizadas a partir dos dados da sondagem *Eurobarómetro* (1994), segundo as quais o individualismo está positivamente associado ao interesse na política, no caso, da União Europeia, $r(12) = 0,55$; $p < 0,05$. Por exemplo, enquanto a Dinamarca, um país com um elevado índice de individualismo, exibia o maior interesse na política, com 72% dos respondentes a registarem bastante ou algum interesse, Portugal registava apenas 26%. O quadro 4.8 mostra como, nos dados do ISSP-2003, a percentagem de portugueses que ponderaram ter votado nas últimas eleições se aproxima muito mais da

¹² Excepto a África do Sul, onde essa questão não foi colocada.

¹³ $\beta = 0,38$ e $0,37$; $p < 0,05$; R^2 ajustado = $0,14$, respectivamente.

¹⁴ $\beta = 0,23$ e $0,21$; ns ; R^2 ajustado = $0,16$, respectivamente.

dos países colectivistas do que da dos individualistas, revelando menos interesse e envolvimento na política do país, nomeadamente, do que a média da amostra total. Este resultado é também coerente com resultados anteriores, que mostram, por parte dos portugueses, um nível baixo de procura e consumo de informação política, uma fraca motivação para formar opiniões pessoais de índole política e uma forte tendência para seguir líderes de opinião (Cabral 1997).

Conclusão

No presente capítulo tentámos traçar um perfil da identidade nacional portuguesa a partir da sua comparação com um conjunto diversificado de países. Os resultados revelaram um sentimento mediano de pertença nacional, uma receptividade razoável aos imigrantes, um orgulho baixo no sistema nacional e uma necessidade elevada de autoprotecção relativamente a influência e poderes externos. Dado que as amostras dos países do Centro e Norte da Europa revelaram padrões de identidade nacional bastante distintos do padrão português, pode concluir-se que o facto de todos se situarem na mesma zona geográfica, de os seus representantes se reunirem no mesmo fórum europeu, de obedecerem a directivas comuns, etc., tem um impacto negligenciável na forma como os seus cidadãos se relacionam com os respectivos países. A Europa, concretamente a União Europeia, parece, pois, constituir-se de formas bastante diversas de viver a pertença nacional e de atitudes bastante diferentes dos cidadãos face aos respectivos países.

De facto, em duas das dimensões da identidade nacional os portugueses aproximam-se mais dos cidadãos dos países sul-americanos e do Sudoeste asiático, os quais registaram os índices mais elevados de pertença nacional e de receptividade aos imigrantes. Noutras duas dimensões, os portugueses assemelham-se mais aos cidadãos dos países da Europa do Leste, os quais revelaram os índices mais baixos de orgulho no sistema e um elevado protecçionismo. Na elevada receptividade à imigração e à diversidade de costumes, os portugueses aproximam-se também dos cidadãos dos países sul-americanos. Na ausência de causas evidentes para estas semelhanças, neste estudo considerámos o individualismo cultural dos países tal como foi quantificado por Hofstede (1981). A consideração desta variável teve em conta a sua pertinência teórica para analisar o papel das identidades colectivas na autodefinição individual (Oyserman, Coon e Kimmelmeier 2002; Triandis, 1989). De facto, a análise revelou asso-

ciações significativas entre esta variável e alguns aspectos da identidade nacional, nomeadamente os sentimentos de pertença nacional e a participação política. Este facto sugere que subjacente às semelhanças entre Portugal e os países sul-americanos e do Sudoeste asiático no que diz respeito a estas dimensões está o facto de todos partilharem a mesma orientação cultural colectivista. Estes resultados apoiam modelos anteriores que predizem uma forte associação do individualismo, respectivamente, com a identificação a grupos sociais (Oyserman, Coon e Kimmelman 2002; Triandis 1989) e com o interesse dos cidadãos na política nacional (Bierbrauer 1994; Hofstede 2001). Contudo, ficam por explicar nesta análise resultados como os dos EUA que, não obstante serem caracterizados pelo índice máximo de individualismo, apresentam uma média elevada na pertença simbólica ao país, ou, no extremo oposto, de Taiwan, em que um elevado colectivismo cultural coexiste com um fraco sentimento de pertença ao país. É óbvio, no entanto, que, embora várias hipóteses especulativas pudessem ser levantadas, uma discussão mais exaustiva destes casos atípicos extremos ultrapassaria o âmbito do presente estudo.

Nesta análise tivemos ainda em conta o desenvolvimento económico, dada a sua comprovada relação com o individualismo cultural (Hofstede 1981 e 2001; Triandis 1973 e 1984). Os resultados obtidos sugerem que, nas dimensões «orgulho no sistema» e «proteccionismo», o impacto do individualismo é, em grande parte, devido ao desenvolvimento económico que lhe está associado, o que parece indicar que a semelhança entre o perfil português e alguns dos países da Europa do Leste nas duas primeiras dimensões se relaciona com a afinidade existente entre os respectivos níveis económicos (apesar de Portugal apresentar no ano em questão um PNB superior à média daqueles países). Contudo, também neste conjunto de resultados ficam por explicar as razões pelas quais países como a Venezuela ou as Filipinas, países menos ricos do que Portugal, apresentam níveis muito superiores de orgulho no sistema e níveis muito inferiores de proteccionismo, sugerindo a existência de outros factores que ficaram fora do âmbito da presente análise.

Finalmente, na receptividade aos costumes dos grupos imigrantes, o contraste entre os valores registados pelos portugueses e os dos cidadãos do Norte e Centro da Europa pode ser explicado, na lógica do modelo psicológico de desenvolvimento económico de Triandis (1973 e 1984), pela sua menor necessidade de uniformidade normativa, que é característica das culturas fortemente apostadas no crescimento económico.

Em suma, apesar dos casos atípicos extremos, correspondendo a países com percursos e situações actuais particulares, podemos afirmar que, quer

o individualismo cultural, quer o desenvolvimento económico, representam variáveis a ter em conta na análise de aspectos da identidade nacional como os que foram abordados neste estudo. No presente caso revelaram ser recursos válidos para a compreensão das similitudes e diferenças entre o perfil de identidade nacional português e o dos restantes países abrangidos pelo ISSP e, eventualmente, para a compreensão dos comportamentos do público português em relação a assuntos que têm vindo a marcar o quotidiano político e económico do país.

Parte II
Identidade nacional,
conflitos e integração

Capítulo 5

Identidade nacional, inclusão social e exclusão na história da América

Os americanos ficam muitas vezes desconcertados perante as cenas de violência sangrenta dos conflitos étnicos e religiosos que têm dividido tantos países um pouco por todo o mundo. Durante o conflito que afectou os Balcãs na década de 1990, a maioria dos americanos espantou-se ao saber que, em pleno final do século XX, os sérvios consideravam os massacres e actos de genocídio por eles então praticados uma justa vingança por acontecimentos ocorridos séculos antes. A maioria dos americanos vê isto como uma estranha doença social que afecta culturas muito mais antigas do que a sua e sente-se grata pelo facto de os seus antepassados lhe terem escapado ao migrarem para os Estados Unidos.

Perante a propagada ideia nacionalista segundo a qual pessoas com identidades étnicas e religiosas diferentes pura e simplesmente não podem viver em conjunto de modo pacífico no mesmo país, muitos americanos hão-de interrogar-se ingenuamente: por que não? Desde as origens da colonização, a América acolheu uma miscelânea populacional que incluiu dissidentes religiosos, minorias étnicas e refugiados políticos. Entre 1820 e 2005 entraram nos Estados Unidos mais de 70 milhões de imigrantes. Em 1850, cerca de 10% da população era constituída por pessoas nascidas fora do território nacional e em 1910 essa percentagem tinha aumentado para perto dos 15%. Actualmente, a população norte-americana nascida no estrangeiro cifra-se em mais de 28 milhões de indivíduos (números de 2000), uma percentagem ligeiramente superior a 10% do total (Campbell e Lennon 1999). Em grandes cidades, como Nova Iorque ou Chicago, 80% da população era constituída por imigrantes e filhos de imigrantes. Um número enorme dos mais variados grupos étnicos, seitas religiosas e dissidentes políticos radicais desembocou nos Estados Unidos.

Seria lógico que uma nação formada por imigrantes que fugiam à perseguição e ao ódio nos seus países de origem acabasse por assistir à repetição no seu próprio seio, talvez até de forma agravada, a esses mesmos padrões de intolerância e violência. Seria natural que, em vez do cadinho de fusão (*melting pot*) que conhecemos, tivesse surgido um barril de pólvora repleto de ódios explosivos. Por que razão escapou a América a este destino? E será que escapou mesmo?

Gangues de Nova Iorque

Um filme recentemente realizado por Martin Scorsese dá-nos uma ideia de como seria um mundo assim. A cena inicial de *Gangues de Nova Iorque* (2002), cuja acção se situa nas ruas desta cidade em meados do século XIX, mostra-nos um exemplo perfeito de etno-nacionalismo violento. Aos nossos olhos surgem duas tribos de aspecto rude que, brandindo armas tão rudimentares e primitivas como mocas e facas, se envolvem numa luta de morte pelo domínio de uma mísera nesga de terra, um antro de criminalidade conhecido como Five Points, na zona baixa de Manhattan. Ambos os contendores falam a mesma língua e clamam pertencer à raça branca. Ambos se dizem cristãos devotos e invocam a sua fé como fonte de inspiração para aniquilar os outros cristãos. Ao longo de todo o filme perpassa claramente a ideia de que todos são impelidos por um desejo comum de ascensão social e de aquisição de bens materiais. O que está em causa naquele conflito é o acesso às oportunidades económicas e ao poder político.

Ambos os grupos são também, cada qual a seu modo, patriotas fervorosos. Os nativistas dizem-se defensores do verdadeiro americanismo, e o seu líder, Bill «The Butcher» Cutting (O Talhante)¹ (representado por Daniel Day-Lewis), tem uma águia americana gravada no seu olho de vidro. Chega mesmo a aparecer, em determinada cena, envolto numa bandeira americana. Quanto aos imigrantes irlandeses, sem deixarem de cultivar fortes laços de solidariedade étnica e religiosa em face do preconceito e do tratamento discriminatório de que se sentem vítimas, identificam-se mais com a sua pátria de adopção do que com a luta pela independência da terra em que nasceram. Os irlandeses alistam-se em

¹ *Nota do editor:* em inglês, *butcher* tem não só o sentido de talhante, como o da pessoa que mata os outros de modo violento e cruel. A alcunha da personagem combina os dois sentidos.

massa no exército da União durante a Guerra Civil, e tornam-se apoiantes fiéis do Partido Democrata e da sua organização local, a máquina política de Tammany Hall.²

O chefe desta organização, William Marcy «Boss» (Patrão) Tweed, acolhe de braços abertos estes «americanos em nascimento» que chegam da Irlanda, dando-lhes emprego e outros favores em troca de votos. Aos que acabam de desembarcar espera-os, ainda no cais, uma sopa quente oferecida pelo «Boss» Tweed. Não-de retribuir votando a favor de Tammany. Ao avistar um navio que chega com mais imigrantes irlandeses, Tweed exclama: «Olha Hall, um carregamento de americanos.» Bill «The Butcher» (O Talhante) responde: «Vão votar em quem o arcebispo lhes disser; e o arcebispo só faz o que lhe manda o seu rei com chapéu pontiagudi, sentado no trono lá em Roma.» «Se eu tivesse armas que chegassem, Sr. Tweed, mataria cada um deles antes que chegassem a pôr o pé em solo americano.»³

Aquilo que divide as duas forças que se enfrentam em Five Points nesta manhã gélida é um misto de etnia, nativismo e religião. De um lado estão os americanos protestantes, nascidos em território americano, em regra de ascendência anglo-saxónica, encabeçados por Bill «O Talhante»; do outro estão os imigrantes católicos irlandeses, chefiados pelo «Padre» Vallon (representado por Liam Neeson). Os protestantes não pretendem que os irlandeses se convertam ao protestantismo ou alterem os seus costumes – não pretendem *assimilá-los* à vida americana. O que eles querem é *expulsá-los* de Five Points, se não mesmo da América – ou, pelo menos, subjugar-los firmemente, se ficarem.

Quanto aos irlandeses, surgem retratados como gente fortemente identificada com a sua religião e que comunga de uma memória comum de perseguições – mas que também quer *tornar-se americana*. O seu objectivo na batalha de Five Points parece ser a defesa do seu direito de plena inclusão na nova nação, mas sem abrir mão da sua identidade étnica e religiosa.

A batalha é preparada e irá decorrer de acordo com convenções rituais que evocam lutas sanguinolentas do Velho Mundo. Um dos guerreiros

² *Nota do editor:* Tammany Hall foi a máquina política do Partido Democrático na cidade de Nova Iorque, cuja política controlou entre a segunda metade do século XIX e a década de 30 do século XX. Emergiu como grupo em 1789 e o seu nome refere-se ao edifício Tammany. Defendia os direitos dos imigrantes, sobretudo irlandeses.

³ Muitas das citações mais memoráveis de filmes podem encontrar-se em «The Internet Movie Database»: <http://www.imdb.com/title/tt0217505/quotes> (acedido em Janeiro de 2008).

irlandeses lembra que o seu pai foi morto em combate na Irlanda numa guerra «com mil anos ou mais». E acrescenta: «Nunca pensámos que nos seguisse até aqui.» Outro responde: «Não seguii. Já cá estava à nossa espera quando chegámos.» Enquanto os combatentes de ambos os lados tomam as respectivas posições em lados opostos da praça, Bill «O Talhante» proclama: «Por meu desafio, encontramos-nos aqui, de acordo com as antigas leis da guerra e neste mesmo campo por todos escolhido, para decidir de uma vez por todas quem domina Five Points: se nós, os nativos, nados de pleno direito nesta bela terra; ou se as hordas estrangeiras que vêm conspurcá-la.» O chefe dos irlandeses católicos, «Padre» Vallon, replica: «De acordo com as antigas leis da guerra, aceito o desafio dos ditos ‘nativos’. Têm atormentado sem descanso o nosso povo, mas de hoje em diante não nos atormentarão mais. Saibam todos que a mão que quer varrer-nos desta terra será prontamente decepada.»

A batalha de Five Points é uma selvática refrega corpo a corpo, com múltiplos mortos de ambos os lados, incluído o «Padre» Vallon. O resto do filme acompanha os passos do filho deste, chamado Amsterdam (representado por Leonardo DiCaprio), na busca de vingança contra Bill «O Talhante», o assassino do pai. Esta *vendetta* pessoal tem como pano de fundo o exacerbado conflito étnico entre irlandeses e «americanos nativos» na área de Five Points e arredores.

O filme de Scorsese baseou-se num livro de grande impacto, com o mesmo título, escrito por Herbert Asbury em 1928. Asbury escreveu uma série de *best-sellers* sobre o sórdido submundo de grandes cidades americanas, livros pejados de relatos chocantes da vida imoral e violenta dos imigrantes e da classe trabalhadora. *Gangues de Nova Iorque* foi publicado no mesmo ano em que o favorito de Tammany Hall, Al Smith, era o candidato do Partido Democrata às eleições presidenciais americanas. Quatro anos antes, o Congresso tinha aprovado legislação restritiva da entrada de imigrantes para apaziguar a inquietação crescente da população anglo-saxónica protestante. A história inspira-se em parte na vida de William Poole (conhecido como «Bill the Butcher»), um cabecilha violento de um gangue da cidade de Nova Iorque que se tornou porta-voz político dos Know Nothings, um grupo político nativista. O grande rival de Poole, John Morrissey, era um pugilista nascido na Irlanda que trabalhava para o Tammany Hall (Bilington 1964 [1938]).⁴

⁴ Embora publicada há setenta anos, permanece como a melhor síntese sobre o nativismo e o anticatolicismo; v. igualmente Anbinder (1992).

A adaptação cinematográfica do livro veio a público em 2002, numa altura em que se verificava outra grande vaga de imigração, oriunda desta vez, não da Europa, mas da América Latina e da Ásia. O filme ficou pronto para exibição em 2001, mas o ataque terrorista de 11 de Setembro desse ano levou os produtores a retardarem a estreia, com receio de que os espectadores americanos reagissem mal à visão de cenas de violência e caos social na cidade de Nova Iorque.

A obra confrontou os americanos do início do século XXI com uma visão sombria do seu passado colectivo, que muitos terão considerado chocante e irreal. Em vez da habitual narrativa acerca da vitória da determinação individual, da assimilação e do eventual sucesso sobre a injustiça e o preconceito étnico, surge-nos o retrato de uma sociedade profundamente dividida por ódios e desconfianças – algo que a maioria dos americanos gosta de considerar uma maldição própria de *outras* partes do mundo, de locais *donde* as pessoas fogem para *ir para* a América. Na perspectiva popular americana, identidades étnicas e religiosas tão primitivas e anacrónicas entranham-se de tal modo em certas culturas que quem nelas está integrado não consegue desembaraçar-se desse espartilho para viver a sua vida como indivíduo livre. A América oferece aos imigrantes a oportunidade de escaparem a essas identidades colectivas, de as transcenderem, de se tomarem indivíduos e não membros de um grupo.

O filme, aliás, à semelhança do livro em que se baseia, toma certas liberdades em relação ao rigor histórico, o que não é de surpreender numa produção de Hollywood. O enredo e a encenação dão-nos uma visão dramática exagerada da sociedade nova-iorquina de meados do século XIX. Mas, apesar de tudo isto, o certo é que o filme retrata com intensidade um ambiente de conflito étnico e religioso virulento mais facilmente associável a Belfast, ao Kosovo ou a Bagdade do que a Nova Iorque.

Brancura, racismo e assimilação

O confronto étnico é um dado adquirido na vida de uma nação de imigração multiétnica. Desde a década de 1960, os historiadores têm revelado a importância fulcral das identidades étnicas e religiosas na vida política e social americana. Mais recentemente, os americanos têm centrado muito mais a sua atenção na questão da raça, e sobretudo nas relações entre negros e brancos, considerando que os imigrantes de origem europeia elevaram o seu estatuto social através da afirmação da sua «brancura» (*whiteness*) num confronto racista com os afro-americanos e outros não-brancos.

Embora com variações nas matérias abordadas e na ênfase revelada, estes *whiteness studies* tendem geralmente a considerar que as divisões historicamente mais importantes na sociedade americana assentam na ideia de que a pertença à raça branca se sobrepõe a divergências étnicas ou religiosas quando se trata de definir a posição social.

Uma lista de títulos publicados dá-nos uma ideia deste tipo de argumentação: *The Invention of the White Race*, de Theodore Allen; *The Wages of Whiteness* e *Working Toward Whiteness: How America's Immigrant Became White*, de David Roediger; *Whiteness of a Different Color*, de Mathew Jacobson; *How the Irish Became White*, de Noel Ignatiev; *White on Arrival: Italians, Race, Color, and Power*, de Thomas Guglielmo; *Are Italians White?*, de Jennifer Guglielmo e Salvatore Salerno; *How Jews Became White Folks*, de Karen Brodtkin; *Making Whiteness*, de Grace Hale. Isto para referir apenas alguns entre as centenas de livros e ensaios representativos desta linha de investigação (Kolchin 2002).⁵

Os *whiteness studies* defendem a noção hoje corrente de que a raça, em especial aquilo que se tornou conhecido como «raça branca», constitui uma identidade social e culturalmente construída, não sendo (tal como o não é a identidade nacional) algo de natural ou intemporal. Na América, os imigrantes oriundos da Europa podiam «tornar-se» brancos (isto é, podiam invocar a pertença à raça dominante) e por via disso adquirir algo da superioridade própria do grupo social mais privilegiado do país, formado pelos WASPs [*White Anglo-Saxons Protestants* (Protestantes Brancos Anglo-saxónicos)]. A motivação estava no acesso aos benefícios óbvios, de ordem psicológica e material, derivados da pertença ao grupo social dominante: acesso a empregos, melhores zonas residenciais, cargos políticos e um sem-número de outras possibilidades proporcionadas a quem fosse identificado como branco e vedadas aos considerados não-brancos.

O corolário desta luta do imigrante para «tornar-se branco» – de acordo com a maior parte dos defensores do «argumento da branquidão» – é que certos grupos de imigrantes procuram elevar-se à custa dos grupos de não-brancos, em especial dos negros. Os grupos de imigrantes poderiam demonstrar a sua identidade e inclusão na raça superior depreciando e hostilizando a raça inferior. O racismo dirigido contra os negros permite

⁵ Uma bibliografia completa dos estudos da branquidão *whiteness studies online* encontra-se em *Towards a Bibliography of Critical Whiteness Studies*, do Centro para a Democracia numa Sociedade Multirracial da Universidade de Illinois: http://cdms.ds.uiuc.edu/pages/Research_CDMS/06-07_ResearchProjects/CriticalWhiteness/Table_of_Contents.html (acedido em 31 de Janeiro de 2008).

que o imigrante seja considerado branco e diminui a discriminação e o preconceito que separa quem chega da Europa e a população branca dominante. Defende, em suma, que a *inclusão* social dos imigrantes europeus implica a *exclusão* dos negros e outros não-brancos.

O argumento que defende a existência da inclusão a partir da brancura parece adequar-se ao modo como a maioria dos americanos vê a sua sociedade nos dias de hoje: organizada em torno de categorias raciais correntemente designadas por «brancos», «negros» (ou «afro-americanos»), «asiáticos» e «hispânicos». Cada uma destas categorias abarca populações muito diversas, divididas inteiramente através de diferenças étnicas, religiosas e raciais. Veja-se, por exemplo, que os porto-riquenhos negros e os brancos de Portugal são ambos considerados «hispânicos» e que tanto os cambojanos como os paquistaneses são indistintamente qualificados como «asiáticos». A afirmação de que todos os que têm ascendência europeia pertencem a uma raça «branca» só nos parece hoje lógica porque esquecemos os conflitos profundos que dividiram os imigrantes europeus segundo linhas étnicas e religiosas. Os «estudos da brancura» pretendem, afinal, que se considere a amálgama dos grupos étnicos brancos algo que os imigrantes se esforçaram por alcançar e que em tal contexto a «brancura» foi definida por oposição aos negros e a outros não-brancos.

Este último aspecto parece pressupor que imigrantes europeus e negros se enfrentaram no mesmo terreno, que disputaram os mesmos empregos, as mesmas casas e os mesmos cargos políticos. A verdade, porém, é que antes da Primeira Guerra Mundial os imigrantes e os negros viviam, em regra, bastante afastados entre si. Antes da grande migração (em boa verdade houve duas vagas migratórias, uma durante a Primeira Guerra Mundial e outra durante a Segunda Guerra Mundial), a esmagadora maioria da população negra vivia nas áreas rurais do Sul, ao passo que os imigrantes oriundos da Europa se concentravam em áreas urbanas fora do Sul. Em 1910, os negros constituíam menos de 11% da população e fora do Sul pouco mais representavam do que 1%. Os nascidos no estrangeiro eram quase 15% da população, mas, destes, apenas 2,5% viviam no Sul, com forte concentração nas cidades portuárias.

A grande migração afastou do Sul milhões de negros, que entraram em contacto directo, sobretudo nas grandes urbes industriais, com as populações de imigrantes. Em 1960 já só metade dos afro-americanos permanecia no Sul. Nessa altura, os avanços do Movimento dos Direitos Civis em prol da igualdade de direitos dos negros entraram em colisão nas cidades do Norte com filhos e netos de imigrantes. Algumas das reac-

ções mais violentas contra o fim da segregação resultaram numa resposta étnica virulenta em cidades situadas fora do Sul.

Até à década de 1960, quando as leis da imigração se tornaram de novo mais permissivas, a tendência registada desde a Primeira Guerra Mundial era de uma diminuição contínua da percentagem da população americana constituída por pessoas nascidas no estrangeiro. Assim, a proporção destas pessoas desceu de 15% em 1910 (a percentagem mais alta até agora registada) para menos de 5% em 1970 (o valor mais baixo registado em quase dois séculos) (Daniels 2004). Foi o fim da imigração da Europa que desencadeou a grande migração de trabalhadores negros do Sul para o Norte.

Estes factos elementares da vida demográfica americana não negam a existência de fricção entre imigrantes e negros durante o século XIX, pois é bem certo que houve conflito sempre que se enfrentaram. Simplesmente, um tal padrão de separação territorial leva-nos a questionar a relevância do conflito entre negros e brancos na vida quotidiana da maioria dos imigrantes antes da Primeira Guerra Mundial. O conflito étnico e religioso que opôs, nas zonas urbanas, os imigrantes a *outros brancos* terá sido muito mais significativo para a experiência dos imigrantes.

A ameaça católica

A discriminação contra os estrangeiros não protestantes, sobretudo os católicos e os judeus, foi uma característica generalizada da sociedade americana ao longo do século XIX e em grande parte da primeira metade do século XX. A etnicidade e a religião determinavam todos os aspectos da vida individual, desde o local de residência e a escolha da pessoa com quem casar até ao tipo de trabalho e às probabilidades de ser bem sucedido. A hostilidade dos americanos «nativos» em relação aos imigrantes derivava de um conjunto de preconceitos baseados na reputação dos respectivos grupos étnicos no Velho Mundo, nas suas aptidões e nível de instrução, na sua aparência física e, acima de tudo, na sua religião.

A animosidade contra os irlandeses (o maior grupo de imigrantes antes da década de 80 do século XIX) resultou do receio protestante de uma ameaça católica em solo americano. A tradição anticatólica americana tinha raízes teológicas profundas entre os colonos puritanos e outras correntes protestantes dissidentes, mas intensificou-se após 1815. A derrota de Napoleão e a restauração do Antigo Regime no Congresso de Viena de 1815 suscitaram o receio americano de que o Papa e os seus aliados

monárquicos tentassem destruir a América como república modelo, vista como um exemplo a seguir pelos revolucionários liberais europeus (Billington 1964 [1938]).

Um dos mais influentes arautos do alerta contra esta maquinação papal foi Lyman Beecher, um pastor e reformador da Nova Inglaterra. Em *Plea for the West* (1835), uma colectânea de sermões sobre a ameaça católica na América, Beecher apela aos americanos para que apoiem o funcionamento de escolas protestantes no Midwest, que então começava a encher-se de colonos. O autor advertia que «o conflito que decidirá o destino do Oeste [da América...] será um conflito sobre as instituições que hão-de educar os seus filhos, que hão-de ensinar-lhes ou a superstição, ou a luz evangélica, o despotismo ou a liberdade» (Beecher 1835). Para esta corrente de opinião, a vastidão do território americano, a dispersão populacional e a insipiência da organização social eram factores que se conjugavam para tornar a América particularmente vulnerável a ataques bem orquestrados pelas altas esferas do poder eclesiástico e monárquico do Velho Mundo.

O entranhado receio político de grandes conspirações comandadas por padres e reis nunca esteve muito afastado dos temas recorrentes de raptos e abusos sexuais que seriam perpetrados em segredo, abrigados entre as paredes de mosteiros e conventos católicos.

Boston foi, desde os primórdios da colonização, um bastião do anticatolicismo. Realizavam-se aí anualmente as manifestações do Dia do Papa (*Pope's Day*) para celebrar a derrota de Guy Fawkes, o católico que encabeçou uma conjura (a chamada Conspiração da Pólvora) destinada a fazer explodir o edifício do Parlamento de Londres.

Na década de 1820, as Irmãs Ursulinas fundaram em Boston um convento com uma escola para crianças católicas. Nem a instalação de uma mesquita com uma escola muçulmana teria suscitado maior desconfiança e hostilidade. Um dos relatos mais sensacionais sobre a depravação católica foi divulgado por Rebecca Reed, uma jovem protestante que frequentou o externato das Ursulinas em 1832. Segundo o seu livro intitulado *Six Months in a Convent* (1835), ela teria sido uma das várias raparigas raptadas e aprisionadas no convento para serem forçadas a converterem-se ao catolicismo, sob ameaça de sevícias grotescas, que descreve com chocante minúcia. Durante o ano anterior à publicação do livro correram pela cidade rumores sobre este relato. Houve reuniões de protesto e cidadãos revoltados ameaçaram atacar o convento. A certa altura formou-se uma comissão de representantes da cidade para inspeccionar o convento e investigar os factos. A comissão concluiu que ninguém lá estava

contra vontade e disso deu conta publicamente, mas nem assim a indignação popular esmoreceu. No Verão de 1834, com os ânimos a fervilhar, Lyman Beecher dedicou vários sermões ao tema do perigo católico. Em Agosto, um grupo de homens incendiou o convento e formou-se um ajuntamento para ver as freiras a fugirem das chamas. Treze dos cabecilhas da agressão foram levados a julgamento, mas doze foram absolvidos e o único que o não foi acabou por obter um perdão do governador. O Estado dava assim a sua bênção à perseguição violenta dos católicos.

Quando o livro de Rebecca Reed surgiu, em 1835, foi avidamente procurado pelos sobressaltados leitores protestantes, e este sucesso de popularidade estimulou uma catadupa de novelas e confissões sobre as chocantes vidas secretas dos padres e das freiras católicas. A obra de Maria Monk *The Awful Disclosures of Maria Monk* (1836), um relato em tom sensacional, tornou-se um campeão de vendas tanto no Canadá como nos Estados Unidos. Continha descrições escabrosas de relações sexuais entre as freiras de um convento onde a autora tinha vivido, em Montreal, e os padres que lá entravam por um túnel secreto. Segundo Maria Monk, os bebés gerados por essas relações eram assassinados e os cadáveres lançados num poço de cal que havia na cave do edifício. Quanto a ela, tinha conseguido fugir antes de lhe matarem o filho que carregava no ventre. Estas histórias de exploração sexual no interior de conventos exerciam sobre o público uma atracção pornográfica e acabaram por ser interiorizadas pelos americanos precisamente em vésperas do grande afluxo de imigrantes católicos na década de 40 do século XIX.

A chegada dos irlandeses

Esta mistura estranha de ingredientes teológicos, políticos e sexuais estava já a ser bem doseada e aplicada pelo anticatolicismo americano havia pelo menos uma década quando surgiu, oriunda da Europa, a maior vaga de imigrantes católicos que alguma vez demandara a América. A fome da batata,⁶ que assolou toda a Irlanda, aliada à política de expulsão dos arruinados rendeiros irlandeses levada a cabo pelos ingleses, desencadeou um enorme êxodo da população sobrevivente, que se prolongou até

⁶ *Nota do editor:* A fome da batata assolou a Irlanda entre 1845 e 1852. Em virtude da conjugação dos efeitos de uma doença que atacou o tubérculo e das atitudes dos proprietários e autoridades britânicas, cerca de um milhão de pessoas morreu e outro tanto foi forçado a emigrar. Estima-se que a Irlanda perdeu entre 20% e 25% da sua população.

muito depois de a fome ter acabado. Perante a chegada de um tão grande número de irlandeses à América, o anticatolicismo passou a exprimir-se sob a forma de hostilidade étnica, dirigida contra os «selvagens irlandeses» enquanto povo.

O sentimento anti-irlandês na América alicerçou-se numa tradição inglesa ancestral que remontava aos tempos da conquista da Irlanda pelos Tudor. A seguir à reconquista por Oliver Cromwell, em meados do século XVII, a região do Ulster foi massivamente povoada com colonos escoceses, numa tentativa de instalar o protestantismo na Irlanda. Muitos destes irlandeses-escoceses tinham vindo para as colónias inglesas da América muito antes da revolução que conduziu à sua independência, fixando-se no interior, nas florestas da Pensilvânia, e mais a sul, nas Carolinas. O facto de terem forjado uma reputação de brigões, insubordinados e amigos de beber *whisky* não terá deixado de influenciar o modo como foram encarados os irlandeses que chegaram mais tarde. Estes, os que fugiam da grande fome, distinguiram-se desde logo por serem católicos, mas também pelo seu grande número, por serem extremamente pobres e se concentrarem nos bairros mais miseráveis das grandes cidades do Nordeste. Eram jovens, numa primeira fase sobretudo homens, praticamente sem nenhuma qualificação laboral. Mas chegavam a uma economia em acelerada expansão industrial, desesperadamente necessitada de mão-de-obra. Por isso, depressa trocaram a enxada de camponês por martelos, pás e picaretas, com que abriram canais, assentaram linhas férreas e ergueram cidades.

É frequente referir os irlandeses como exemplo típico do imigrante desprezado que tenta agarrar-se ao privilégio da cor branca da pele, hostilizando os negros. Tanto o filme de Scorsese *Gangues de Nova Iorque* como o livro que lhe serviu de base seguem este arraigado estereótipo que vê os irlandeses como racistas hostis aos negros. Nos motins contra o alistamento no exército da União ocorridos em 1863 na cidade de Nova Iorque, descritos no auge violento do filme, os trabalhadores portuários irlandeses irromperam pelas ruas da cidade, protestando contra o alistamento, a guerra civil e a ideia de combater para libertar os negros – vários dos quais, aliás, foram linchados pela turba enraivecida. Os irlandeses são tidos como sobremaneira hostis para com os negros, com quem competem nos últimos lugares da escala social tanto em histórias académicas como na imaginação popular. David Roediger e James Barret, dois defensores dos «estudos da brancura», chegam a afirmar que os irlandeses acabaram por desempenhar não só o papel de instrutores que «ensinavam o sistema racial dos Estados Unidos» a outros grupos de imigrantes eu-

ropeus, como também o de mediadores que «avaliavam o nível de civilização dos novos imigrantes» (Roediger e Barrett 2004). É certo que os irlandeses fizeram por merecer boa parte da sua reputação de «negróforos», desde logo pela sua actuação nos motins antialistamento de 1863, mas já é menos evidente que esta reputação de violência e intolerância tenha contribuído para melhorar a sua condição social ou atenuar o preconceito contra eles e torná-los mais bem aceites pelos anglo-americanos dominantes – poderá pensar-se mesmo que terá sucedido o contrário.

Nativismo

Fosse qual fosse o papel desempenhado pelos irlandeses no racismo antinegro dos brancos, o certo é que eles também foram vítimas de um preconceito étnico e religioso persistente. O estereótipo que associava o irlandês à violência, à desordem, à embriaguez e à ignorância entranhou-se profundamente no espírito americano e foi amplamente reproduzido na imprensa popular. Jornais e revistas mostravam repetidamente caricaturas em que «Paddy», o típico irlandês, surgia com ar simiesco, o de um brutamontes sub-humano com um cacete numa mão e uma garrafa de *whisky* na outra. Não era raro encontrar nos anúncios de oferta de emprego, sobretudo para o serviço doméstico, a menção «não se aceitam irlandeses».

A oposição aos irlandeses e aos católicos assumiu uma forma política quando os irlandeses começaram a afluir em grande número. O *Know Nothing* (Nada Sei) era um partido político gerado a partir de algumas sociedades secretas de protestantes anglo-americanos que tinham surgido nos anos 40 do século XIX para defender o «americanismo autêntico» contra a torrente de imigração. Embora a sua designação oficial fosse «Native American Party» (mais tarde apenas «American Party»), sempre foi chamado «Know Nothing» tanto pela imprensa da altura como pelos historiadores, ao que se diz, porque os seus membros tinham instruções para responder com essa mesma expressão quando questionados sobre as actividades da organização ou a identidade dos seus membros. O termo tornou-se sinónimo de nativismo e fanatismo tacanho na história americana e tem sido usado ultimamente em debates sobre a imigração nos Estados Unidos (Anbinder 1992).

O *Know Nothing* pretendia restringir a entrada de imigrantes, sobretudo os oriundos de países católicos, e alargar de cinco para vinte e um anos o período de permanência indispensável para um imigrante poder ad-

quirir a nacionalidade americana e o direito de votar. Este partido chegou a ter uma influência considerável, embora efêmera, na política americana. Granjeou forte apoio nas grandes cidades onde havia fortes concentrações de irlandeses, de Boston a São Francisco. Nas eleições para a Câmara dos Representantes de 1854 conquistou um quarto dos lugares em disputa e dois anos mais tarde o seu candidato à presidência, o antigo presidente Millard Fillmore, obteve um quinto dos votos.

À ascensão meteórica do *Know Nothing* seguiu-se um rápido ocaso, sobretudo devido à absorção da maioria dos seus apoiantes pelo Partido Republicano, em 1860. Outros movimentos iriam emergir periodicamente no cenário político americano (o exemplo mais infame foi talvez o Ku-Klux-Klan na década de 20 do século passado), mas sempre de acordo com este padrão de grande popularidade repentina e rápido declínio. Por que razão é que o nativismo nunca conseguiu desempenhar de forma duradoura e sustentada um papel de protagonista na política e na sociedade americanas?

As necessidades práticas da economia, a realidade política e o idealismo basilar da nação americana opunham-se à inclinação para o nativismo. Em primeiro lugar, a procura galopante de mão-de-obra adicional num novo país em expansão económica acelerada e contínua sempre tornou inviável qualquer veleidade de restringir a admissão de imigrantes. Quanto às restrições do direito de voto ou de outros direitos de cidadania, a verdade é que a orientação predominante na vida política americana desde os anos 1820 era favorável à expansão da democracia e do direito de voto. Os partidos políticos tentavam cativar os votos dos imigrantes e não desprezá-los. Perante o crescente peso político dos imigrantes no seio dos dois principais partidos (os alemães e outros protestantes tendiam a alinhar pelos republicanos; os católicos preferiam geralmente os democratas), eram poucas as figuras políticas que podiam dar-se ao luxo de abraçar abertamente uma política nativista.

Finalmente, tais ideias contradiziam o próprio credo identificador da nação americana. Numa expressão que ficou famosa, Tom Paine afirmou que a América seria «um asilo da humanidade», um lugar onde aqueles que fugissem do despotismo e da miséria poderiam encontrar abrigo e iniciar uma nova vida. O nacionalismo americano nunca assentou na ideia de que os americanos fossem um povo especial e superior aos outros. Em vez disso, teve na sua génese os princípios liberais da liberdade, da igualdade, do direito ao autogoverno e do consentimento popular a viver de acordo com uma constituição defensora desses ideais. Este ideal nacional erigia a América como uma república modelar baseada nos

ideais universais da liberdade, da igualdade e da busca de prosperidade, que todos, em toda a parte, procuravam alcançar. Os europeus que migravam para a América faziam-no precisamente porque, degradados pela pobreza e oprimidos pelos poderes eclesiásticos e monárquicos do Velho Mundo, não conseguiam alcançar esses objectivos nos seus países de origem. Se os valores e ideais da América possuíam um carácter universal, então, conseqüentemente, qualquer pessoa poderia «tornar-se americana». Não havia nenhum teste sanguíneo para ser admitido na nação ou prova de aptidão física para se adquirir a cidadania; bastava a vontade de emigrar para a América, permanecer nela e tornar-se americano. Se algum imigrante, por força da sua experiência no Velho Mundo, trazia consigo hábitos reprováveis, poderia sempre redimir-se no ambiente americano de liberdade e prosperidade. Eram estes os ideais subjacentes à nação americana. É certo que tais ideais distorciam a realidade e reflectiam um certo preconceito (como acontece com todos os nacionalismos). Mas a verdade é que criavam um padrão pelo qual os americanos aferiam o seu próprio comportamento em relação aos recém-chegados.

Voltando à questão dos imigrantes irlandeses. Havia, evidentemente, estereótipos extremamente desfavoráveis sobre eles e um indisfarçado preconceito de base étnica e religiosa. Numa análise mais cuidada, porém, verificamos que os aspectos negativos apontados aos irlandeses eram considerados, não características raciais imutáveis, mas consequência da opressão exercida sobre eles pela Inglaterra e por Roma. Nas expressivas palavras de um observador, os irlandeses eram mais «ignorantes e desafortunados» do que intrínseca e irremediavelmente inaptos para obterem a integração na nação americana. A hostilidade dos americanos em relação ao Papa e à Grã-Bretanha ajudava a colocar os irlandeses numa posição de vítimas dignas de compreensão e passíveis de redenção na América (Knobel 1986).

Talvez a mais importante força contrária à afirmação do nativismo tenha sido a rapidez com que os imigrantes conseguiam «tornar-se americanos». O caminho de acesso à plena cidadania quase não tinha obstáculos e ao fim de cinco anos de permanência uma pessoa nascida no estrangeiro podia adquirir a nacionalidade por naturalização, com direitos de voto iguais aos de qualquer outro cidadão. Na década de 40 de Oitocentos, quando se dá um aumento da imigração, quase todos os requisitos (de carácter censitário ou capacitário) para adquirir o direito de voto e que restringiam o seu acesso tinham já sido abandonados e praticamente todos os adultos do sexo masculino podiam votar. O Partido Democrata sempre foi particularmente aberto aos imigrantes. As estruturas partidárias

das grandes cidades, como a liderada pelo Boss (Patrão) Tweed, ofereciam pequenos favores e empregos públicos para conquistar a sua fidelidade. A figura do polícia irlandês tornou-se um elemento dos grandes centros urbanos e o político irlandês depressa ascendeu na hierarquia partidária tanto a nível local como estadual.

A Guerra Civil também contribuiu para americanizar milhares de imigrantes. Mais do que um em cada quatro soldados da União tinha nascido no estrangeiro e muitos mais tinham pelo menos um progenitor imigrante. O exército unionista possuía diversas unidades predominantemente formadas por irlandeses, alemães ou indivíduos com outras identidades étnicas. Os alemães, refugiados da revolução de 1848, eram firmes apoiantes da causa da União e alistaram-se em grande número. Um quarto dos efectivos militares unionistas era natural da Alemanha ou era filho de alguém nascido na Alemanha. Na cidade de Nova Iorque, a Guarda Garibaldi apelou aos italianos, aos alemães, aos húngaros e aos «patriotas de todas as nações» para combaterem pela causa da União. Em muitos aspectos, a Guerra Civil americana foi para muitos destes voluntários uma verdadeira luta pela causa liberal internacional e foi também, para todos eles, uma oportunidade para provarem que pertenciam à nação que tinham escolhido. Os jornais celebravam o valor das brigadas formadas por estes imigrantes e aplaudiam o seu patriotismo. Embora houvesse muitos irlandeses hostis à guerra e renitentes à incorporação militar, cerca de 150 000 deles lutaram pela União. A Brigada Irlandesa, comandada pelo revolucionário irlandês Thomas Francis Meagher, depressa se distinguiu como a mais afamada das unidades formadas por irlandeses.

Depois da Guerra Civil e do período da reconstrução subsequente, o fluxo migratório reactivou-se, desta vez a partir, não já do Norte da Europa, mas sim do Sul e do Leste desse continente e em número muito superior. Italianos, gregos, húngaros, polacos e judeus russos tornaram-se conhecidos como os «novos imigrantes». O alarme suscitado por estes «novos imigrantes» cresceu na última década do século XX e culminou numa série de leis restritivas, promulgadas entre 1917 e 1924. Estas leis marcaram o fim da entrada indiscriminada de imigrantes nos Estados Unidos. Ironicamente, irlandeses, alemães e outros «velhos imigrantes» da Europa do Norte passaram então a ser apontados como exemplo de assimilação bem sucedida, em contraposição aos «novos imigrantes» mediterrânicos, eslavos e judeus, considerados inassimiláveis e indesejáveis. A lei da imigração de 1924, que permaneceu em vigor até 1965, foi concebida para estimular a continuação da migração a partir da Irlanda e do Norte da Europa e pôr termo à afluência dos novos imigrantes.

O debate que entretanto se estabeleceu sobre o carácter indesejável de diversos grupos étnicos baseava-se na convicção de que o ideal seria haver alguma assimilação, e não que cada grupo étnico existisse como uma subcultura separada no seio da sociedade americana. Para muitos, a assimilação significava apenas aculturação: aprender inglês, adoptar hábitos americanos de trabalho, de alimentação ou de vestuário. Mas também se falava em assimilação biológica através de casamentos mistos. Em 1908 surgiu a popular peça de Israel Zangwill *The Melting Pot (O Cadinho de Fusão)*, que consagrou a expressão constante do título, associada à ideia de que a América era o lugar onde as clivagens e hostilidades étnicas do Velho Mundo eram preteridas em favor de uma nova sociedade híbrida, miscigenada. A peça centrava-se numa história de amor contrariado por barreiras étnicas e religiosas – um tema recorrente na literatura americana em que o amor dos jovens acaba habitualmente por triunfar sobre os ódios do Velho Mundo. «A América é o cadinho de Deus,» explica uma das personagens da peça, «é o grande crisol onde todas as raças da Europa se derretem para ganhar uma nova forma. Aqui estais [...] com as vossas cinquenta línguas e histórias e os vossos cinquenta ódios e rivalidades sangrentas. Mas não continuareis assim por muito tempo [...] este é o fogo de Deus [...] todos para dentro do alforjar! Deus está a fazer os americanos!» (Zangwill 1908).

Na década de 40 do século passado, os estudos sociológicos sobre casamentos mistos revelaram a existência de um «triplo cadinho» em que protestantes, católicos e judeus continuavam a casar dentro do respectivo grupo religioso, mas cada vez menos dentro do seu grupo étnico. Assim, enquanto em 1870 a proporção dos americanos de origem irlandesa que casavam com americanas com a mesma origem era de 93%, em 1940 era de apenas 45%. Neste mesmo ano só 25% dos americanos de origem alemã casavam dentro do seu grupo étnico (Kennedy 1944; Herberg 1955). Depois da década de 1960 registou-se um acréscimo dos casamentos entre pessoas não só de diferentes grupos étnicos, mas também de diferentes religiões e raças (Wildsmith, Gutman e Gratton 2003). Entre os judeus, outrora o grupo com maior endogamia, o aumento dos casamentos com não-judeus foi de tal ordem que os líderes judaicos começaram a recear o desaparecimento dos judeus da América, não já por força de ódios persecutórios ou de genocídio, mas como consequência da aceitação e do amor dos outros.⁷ Para grande parte dos descendentes de imi-

⁷ Marc Gellman, «Choosing outside the chosen», *Newsweek*, 31 de Janeiro de 2008, estima que metade dos judeus casa com não-judeus.

grantes europeus, muitos deles pertencentes à quarta ou quinta geração na América, a sua identidade étnica passara a ser uma questão de escolha. Quando o censo nacional de 1980 pediu aos inquiridos que identificassem etnicamente os seus antepassados, ofereceu-lhes uma lista com três possibilidades de opção. O resultado foi confuso: apenas metade dos inquiridos referira uma só etnia ancestral; outros apontaram duas ou três; muitos outros ainda responderam apenas «americana» ou nem sequer responderam à pergunta (Waters 1990).

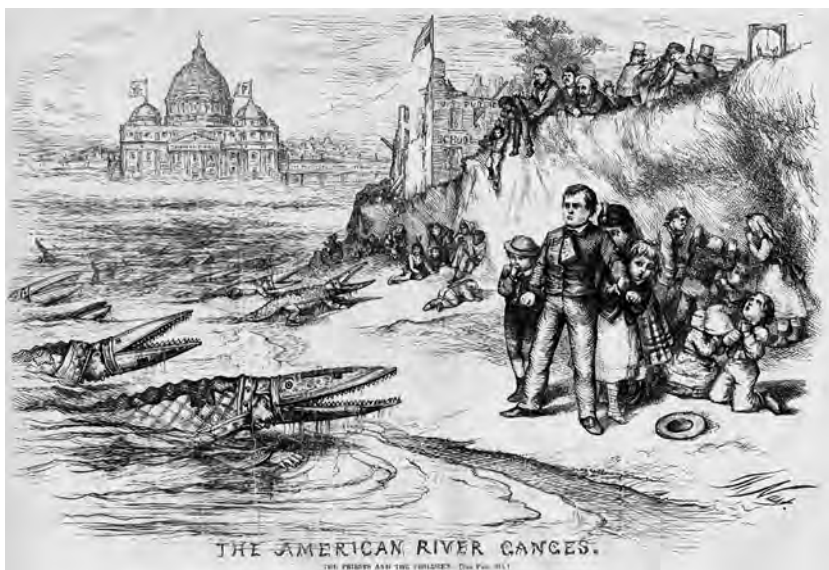
Entre os descendentes dos imigrantes europeus, a identidade étnica de cada um já não era um factor determinante do local de trabalho, do de residência, da escola a frequentar ou da escolha da pessoa a desposar. A discriminação social de base étnica entrou em declínio na América do pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), em parte, graças ao enorme contributo que o nazismo de Hitler e a guerra fria deram para estigmatizar as diversas formas de fanatismo e intolerância. O declínio da discriminação étnica e religiosa coincidiu discretamente com o Movimento dos Direitos Civis, que pretendia acabar com as injustiças contra os negros. Ambos os movimentos foram favorecidos pelo impulso de limpeza moral que percorreu a América em plena guerra fria, quando o país se considerava o líder do «mundo livre». A eleição como presidente, em 1960, de John F. Kennedy, descendente de imigrantes irlandeses católicos, foi proclamada como um marco histórico na caminhada da América em direcção à tolerância e à assimilação (McGreevy 2003).⁸

A partir dos anos 60 do século XX, o debate sobre a exclusão e a justiça social centrou-se nos afro-americanos e noutros grupos que nada tinham a ver com os imigrantes europeus. Houve grupos étnicos brancos que se mostraram ressentidos com toda a atenção subitamente dada aos negros, sublinhando que a sua própria história de discriminação estava a ser entretanto esquecida. Na última década do século, com o movimento cívico de defesa dos negros já em fase de acalmia, verificou-se um novo e enorme afluxo de imigrantes oriundos da Ásia e da América Latina. De novo se ergueram vozes alarmadas quanto à vontade e capacidade de assimilação por parte de todos estes não-europeus, e os políticos começaram uma vez mais a discutir formas de restringir a entrada de novos imigrantes e de deportar os encontrados em situação ilegal. As etnias de quem imigrava e de quem se lhes opunha tinham mudado, mas o novo debate sobre a imigração, sobre quem tinha lugar e quem daria um contributo válido ao país, soou como um eco bem familiar do passado da América.

⁸ Esta obra de McGreevy é uma síntese ponderada do catolicismo na América.

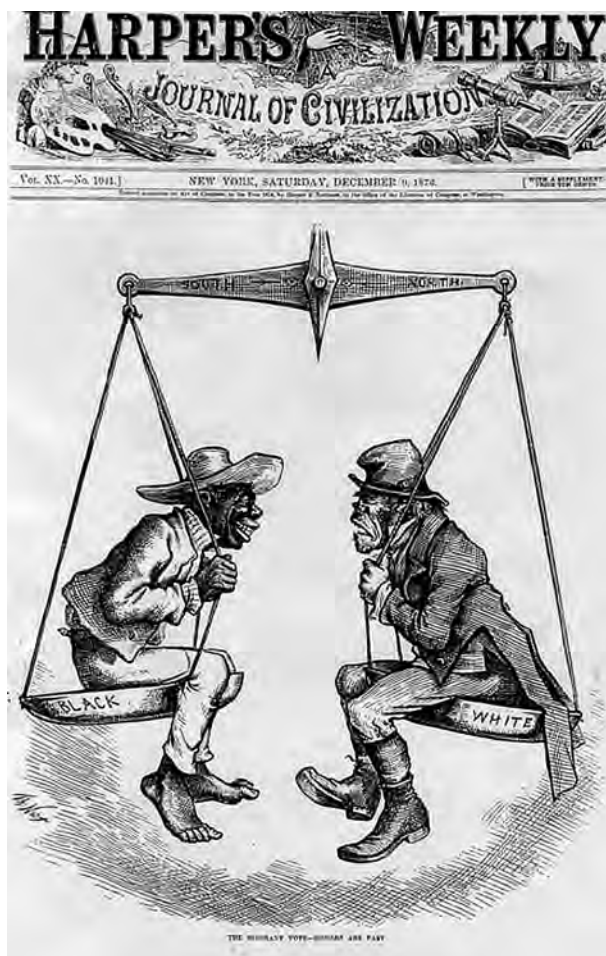
A Ameaça irlandesa católica em ilustrações americanas

Figura 5.1 – «O rio Ganges da América: os padres e as crianças», de Thomas Nast, *Harper's Weekly*, 30 de Setembro de 1871



No alto do barranco, observando a invasão de sacerdotes com forma de crocodilo, estão *William «Boss» Tweed* e outros membros do «Tweed Ring», um grupo de políticos que governou os destinos da cidade de Nova Iorque a partir do *Tammany Hall* – o edifício representado ao fundo, a fazer lembrar a Basílica de São Pedro, com a bandeira irlandesa e uma cruz no topo. No centro da figura, à beira do declive, vê-se uma escola pública em ruínas e com a bandeira americana hasteada em posição invertida, assinalando o desastre. O homem que protege as crianças encurraladas na margem tem uma Bíblia sobre o peito.

Figura 5.2 – «O voto do ignaro – uma honra fácil», de Thomas Nast, *Harper's Weekly*, 9 de Dezembro de 1876



O antigo escravo negro do Sul e o imigrante irlandês do Norte surgem em igual plano, nenhum deles considerado merecedor do direito de voto. As feições simiescas eram uma característica do estereótipo étnico do irlandês.

Don H. Doyle

Figura 5.3 – «O dia que nós celebramos», de Thomas Nast, *Harper's Weekly*, 6 de Abril de 1867



A figura representa o motim irlandês em Nova Iorque após um incidente ocorrido durante um desfile comemorativo do dia de São Patrício. A representação dos irlandeses como criaturas sub-humanas, semelhantes a macacos, de moca (o tradicional *shalaylie*) em punho, era coisa corriqueira na imprensa popular da época.

Figura 5.4 – «A sociedade de propagação – mais livres que bem-vindos», Nathaniel Currier (c. 1855)



O Papa Pio IX e alguns bispos desembarcam em solo americano para, tal como Cristóvão Colombo, propagar a fé católica. «Jovem América», o rapaz que os enfrenta de Bíblia na mão, anuncia-lhes que os americanos «estão decididos a ‘nada saberem’ para além do que diz este livro, que é o verdadeiro guia sobre as coisas do espírito».

Figura 5.5 – «A maneira irlandesa habitual de fazer as coisas», de Thomas Nast, *Harper's Weekly*, 2 de Setembro de 1871



Esta ilustração, que, à semelhança de tantas outras, retrata o irlandês como um ser sub-humano, ébrio e agressivo, alude a ameaças de violência dos irlandeses aos seus inimigos, os da Ordem de Orange.

Dominique Joye
Nicole Schöbi
Eva Green

Capítulo 6

Imigração, União Europeia e identidade nacional: será a Suíça um caso especial?

Introdução

Tem sido argumentado que determinadas especificidades políticas e culturais da Suíça influenciam as percepções que os cidadãos suíços têm do seu país e das instituições internacionais – percepções essas tidas como diferentes das dos cidadãos de outros países europeus. Esta perspectiva permite formular as hipóteses que passamos a enunciar.

Uma vez que a Suíça é um Estado federal com diversas línguas e culturas, os suíços deverão sentir-se mais fortemente ligados à sua região ou comunidade local do que ao país globalmente considerado. Por outro lado, essa ligação regional ou local deve ser mais intensa na Suíça do que nos países formados com base em critérios exclusivamente nacionais.

A prosperidade económica do país e as suas tradições de democracia directa, a nível interno, e neutralidade, a nível externo, sedimentaram a ideia de que a Suíça é um *Sonderfall*, uma excepção.¹ Por isso, a identidade nacional suíça poderá ser diferente de outras identidades nacionais.

A pressão externa contribuiu para a formação de uma consciência nacional helvética. Exemplo disto foi a preocupação com a manutenção

¹ O conceito de *Sonderfall* é de origem alemã. Tomada à letra, a expressão significa «caso especial»; mas é empregue com um sentido mais específico e complexo para referir a Suíça enquanto país cujas tradições de federalismo, democracia directa e neutralidade o excluem, supostamente, do destino comum dos restantes países – uma entidade excepcional cujas características devem ser preservadas. A particular relevância da expressão no caso suíço deve-se, provavelmente, ao peso que ela adquire no debate político, sobretudo quando há referendos sobre a Europa.

da neutralidade aquando da Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, o tratamento dado, após o conflito, aos fundos judeus – assunto que ainda recentemente foi alvo das atenções internacionais – suscita também a questão do relacionamento com as superpotências e da genuinidade da independência de pequenos países, como a Suíça. Neste contexto, e ainda em reacção às pressões externas, a percepção do relacionamento com as instituições internacionais, nomeadamente a União Europeia, será, provavelmente, mais negativa na Suíça do que noutros países.

Poder-se-á esperar que a identidade nacional e as percepções de cidadania sejam moldadas por estes factores. Além disso, a imigração desempenha um papel importante no campo da identidade nacional, e a imigração na Suíça apresenta duas características que importa salientar.

Já no início do século XX 15% da população da Suíça era constituída por estrangeiros e a percentagem actual chega aos 20%. Com excepção do período entre as duas guerras mundiais, a população estrangeira tem marcado uma presença constante e significativa. Registaram-se, no entanto, alterações profundas na composição dessa população, quer ao nível das nacionalidades, quer das características demográficas. Assim, à inicial preponderância de imigrantes oriundos de países próximos sucedeu um aumento contínuo de imigrantes provenientes de regiões remotas; e a um afluxo estritamente determinado pelo mercado de trabalho seguiu-se uma imigração muitas vezes motivada pela existência de laços familiares.

Por outro lado, o debate político sobre a imigração e as supostamente necessárias restrições tem também uma longa história. Data dos anos 1970 a defesa pública, por alguns movimentos cívicos, do argumento do «barco cheio»² (Häsler 1967), argumento este que ainda hoje é esgrimido na agenda política suíça.³

Uma vez que existe na Suíça uma abundante literatura quer sobre a identidade nacional, quer sobre a imigração, e dado que estes conceitos estão no centro do debate político⁴ (Kriesi *et al.* 1999), o nosso objectivo

² Esta expressão foi introduzida por Alfred Häsler no seu livro *Das Boot ist voll: die Schweiz und die Flüchtlinge 1933-1945* (1967) – edição em francês *La barque est pleine: la Suisse, terre d'asile?: la politique de la Confédération envers les réfugiés, de 1933 à 1945* (1968). M. Imhof realizou um filme com o mesmo título, estreado em 1981.

³ Os dados obtidos pela investigação sobre eleições e referendos na Suíça têm invariavelmente confirmado a relevância das questões associadas à imigração. O tratamento deste tema está, aliás, fortemente associado aos êxitos eleitorais dos partidos populistas, a começar pelo Schweizerische Volkspartei (Partido Popular Suíço). V., por exemplo, Kriesi (2005) e o número especial dedicado às eleições suíças da *Swiss Political Science Review* (vol. 12, n.º 4, 2006).

⁴ Para uma visão global, cf. Kriesi *et al.* (1999).

será estudar a relação entre a identidade nacional e as atitudes face à imigração no contexto actual. Identidade nacional e imigração são temas interligados na medida em que ambos permitem aos suíços definirem-se a si mesmos perante «outros», seja para construir a imagem de um estrangeiro, seja para formar um endogrupo – o que implica a existência de um exogrupo (Esses *et al.* 2005). Mais concretamente, há duas linhas de reflexão que importa explorar.

Tendo em conta que o debate sobre a participação da Suíça na construção da Europa envolve a ideia de um *Sonderfall*, com a consequente preservação do estatuto de neutralidade, do federalismo e da democracia directa, em que medida pode tal debate reflectir-se na identidade nacional e nas atitudes face à imigração decorrentes da maior abertura de fronteiras?

No contexto da construção europeia, a tensão entre interesses ideológicos e interesses económicos desempenhou um papel crucial tanto na discussão sobre a imigração na Suíça como no debate político que envolveu várias eleições. Será a integração na Europa encarada como uma situação abstracta sobre a qual as pessoas terão meramente uma opinião favorável ou desfavorável? Ou será antes vista como uma medida instrumental que pode ou não levar a uma melhoria do bem-estar material das pessoas ou da situação económica do país?

Assim, importa explorar a eventual existência de particularidades da Suíça quanto às relações entre a identidade nacional, as atitudes face à integração na União Europeia e a imigração. Para este fim utilizaremos os dados do *International Social Survey Programme* (ISSP-2003). Abordaremos, especificamente, dois tipos de questões.

Na primeira parte deste capítulo investigamos se, e em que medida, a Suíça se destaca como um caso especial, quando comparada com outros países europeus, em termos de identidade nacional, atitudes face à imigração e abertura a outros países.

A segunda parte do capítulo centra-se na própria Suíça e analisa a influência que a identidade nacional e as atitudes face à imigração e à abertura a outros países têm no apoio à integração da Suíça na União Europeia.

A Suíça no contexto da Europa ocidental

Estudaremos nesta secção um subgrupo de nove países que participaram no estudo do ISSP-2003: Grã-Bretanha, Irlanda, Noruega, Suécia, Espanha, França, Dinamarca, Suíça e Finlândia.

Entre o local e o global: identidade difusa ou *Sonderfall* revisitado?

Dada a importância do federalismo na matriz da vida política suíça, será de esperar não só que neste país a identificação local e regional seja particularmente elevada em comparação com outros países, mas também que essas formas de ligação se revelem mais fortes do que a ligação à nação.⁵

O quadro 6.1 mostra que há realmente diferenças entre países, mas não as esperadas.⁶ É certo que, por exemplo, a França, país fortemente centralizado, não apresenta uma identificação local elevada, mas a Espanha revela um elevado grau de identificação local, e neste caso esperar-se-ia uma maior ligação às regiões. Ao contrário do que poderia prever-se para um país com grande descentralização, os dados mostram ainda que o nível de identificação local registado na Suíça quase coincide com a média europeia.

Também surpreendentemente, os inquiridos suíços revelam maior ligação à Europa do que os inquiridos de outros países. Portanto, apesar do cepticismo manifestado em sucessivos referendos, a vocação europeia da Suíça parece inegável – pelo menos em termos geográficos. Quanto ao grau de identificação dos suíços com o seu país, este mostra-se mais elevado do que a média europeia.

Ainda que a interpretação das respostas dadas neste questionário exija alguma cautela, uma vez que a bateria de perguntas é naturalmente limitada e o modo como essas perguntas são entendidas pelos inquiridos pode sofrer alguns desvios resultantes da tradução e da especificidade dos contextos culturais, ainda assim, os resultados obtidos sobre os graus de identificação a nível local, regional, nacional e internacional de modo algum corroboram a ideia de que a Suíça é uma excepção. Importa agora investigar mais profundamente o conteúdo da identidade nacional no contexto suíço.

Identidade nacional

A discussão sobre o conceito de identidade nacional nunca deixou de ser controversa (Reicher e Hopkins 2001). Por exemplo, quais serão os requisitos para alguém ser considerado suíço? Para analisar esta questão

⁵ A questão da identidade nacional é particularmente delicada nos estados federais. V., por exemplo, Billiet, Maddens e Beerten (2003) para o caso belga.

⁶ A escala de resposta para a pergunta «em que medida se sente próximo» variava entre 1, «muito próximo», e 4, «nada próximo». Recodificámos esta variável de modo que a escala esteja organizada de forma ascendente – 1, «nada próximo», e 4, «muito próximo».

Quadro 6.1 – Identificação local, regional, nacional e supranacional em nove países europeus (médias)

País	Em que medida se identifica com a sua localidade	Em que medida se identifica com a sua região	Em que medida se identifica com o seu país	Em que medida se identifica com a Europa
Grã-Bretanha	3,07	2,97	3,08	1,97
Irlanda	3,22	3,25	3,45	2,41
Noruega	2,92	2,94	3,32	2,72
Suécia	2,96	2,84	3,26	2,54
Espanha	3,47	3,43	3,33	2,90
França	3,00	3,04	3,46	2,60
Dinamarca	3,03	2,63	3,47	2,61
Suíça	3,08	3,02	3,32	2,98
Finlândia	3,02	2,58	3,39	2,35
Total	3,16	3,01	3,33	2,53

Escala: 1, «nada próximo», a 4, «muito próximo».

seleccionámos um conjunto de critérios de atribuição da nacionalidade, incluídos no questionário ISSP-2003. A pergunta foi apresentada da seguinte forma: «Algumas pessoas acham que os aspectos que lhe vou referir são importantes para se sentir verdadeiramente [nacionalidade]. Outras pessoas acham que não. E o(a) sr.(a), qual a importância que dá a cada um deles...». ⁷ Avaliámos a posição assumida pelos inquiridos relativamente aos diversos critérios de nacionalidade apresentados. Por outras palavras, quisemos saber qual era a relação que se estabelece entre as diferentes «concepções» de nacionalidade e como varia de país para país a aceitação destes mesmos aspectos ou critérios determinantes. Foi efectuada uma análise factorial em componentes principais. Começámos por identificar a estrutura subjacente ao agrupamento das variáveis (quanto maior a correlação com uma componente, maior o papel na dimensão considerada). A seguir comparámos as respostas obtidas nos diversos países. ⁸

⁷ Esta questão é também analisada para outros países nos capítulos 2, de João Leal, e 3, de José Sobral, nesta obra.

⁸ Devemos ter sempre presente que uma das dificuldades inerentes aos inquéritos internacionais é a comparação entre as respostas dadas a determinada pergunta nos diferentes países. Isto porque a percepção do sentido da pergunta e a escolha da resposta por parte dos inquiridos são influenciadas, quer pelo significado específico das palavras empregues em cada país, quer pelo contexto nacional concreto. Nesse caso a análise factorial pode ser a solução para encontrar «uma resposta média», menos sensível a este tipo de variações e por isso mesmo mais apta a servir de instrumento de comparação.

Quadro 6.2 – Critérios determinantes da nacionalidade
(*pesos factoriais*)

	Dimensão étnica	Dimensão cívica
Ter antepassados [nacionalidade do país]	0,85	0,06
Ter nascido em [país]	0,83	0,06
Ter vivido em [país] a maior parte da vida	0,70	0,27
Ser [religião]	0,68	-0,05
Ter cidadania [nacionalidade do país]	0,58	0,43
Respeitar as leis e instituições políticas de [país]	-0,06	0,78
Saber falar [língua do país]	0,07	0,75
Sentir-se [nacionalidade do país]	0,40	0,57
<i>% variância explicada</i>	35,3	22,5

Método de extracção: análise factorial em componentes principais. Método de rotação: *Varimax* com normalização Kaiser.

A análise extraiu duas componentes que agrupavam todas as variáveis (quadro 6.2).⁹ Na primeira componente, a pertença a um país surge associada às raízes e a elementos formais constitutivos da cidadania política *stricto sensu*. Na linha de Heath e Tilley (2005),¹⁰ dizemos que esta é uma «dimensão étnica». Já a segunda componente valoriza aspectos que podem ser considerados sinais de integração, como o uso da língua e o respeito pelas instituições do país de acolhimento. É o que designamos, uma vez mais na esteira de Heath e Tilley (2005), por «dimensão cívica»¹¹ (v. também Green 2007).

O quadro 6.3 mostra que a «dimensão étnica» é muito importante na Irlanda e relativamente pouco importante nos países nórdicos.¹² Em con-

⁹ Estes resultados suscitam duas questões: serão os referentes idênticos para todos os inquiridos? E, no caso de haver diferenças, será o país o factor de diferenciação? Sem pretender entrar em pormenores, refira-se que um estudo efectuado com base no IN-DSCAL concluiu que existem diferenças de avaliação e ponderação de país para país no respeitante à importância atribuída aos vários aspectos da nacionalidade. Contudo, assumimos que os aspectos considerados foram igualmente entendidos pelos inquiridos, o que nos permite utilizar os resultados obtidos como variáveis explicativas nos modelos a seguir desenvolvidos.

¹⁰ Heath e Tilley (2005); v. uma distinção semelhante em Green (2007).

¹¹ Os resultados são idênticos aos apresentados por Sobral no capítulo 3, apesar de este autor ter incluído na análise 33 países, e não apenas 9, como sucede aqui. No conjunto, estes resultados indicam: (a) uma grande estabilidade dos entendimentos de senso comum sobre esta questão, apesar da imensa diversidade dos países envolvidos; (b) clarividência do senso comum relativamente à dimensão cívica, mas não relativamente à dimensão étnica. Futuros estudos deverão testar a hipótese de uma correlação entre as duas dimensões no pensamento leigo, quotidiano (nota dos organizadores).

¹² As variáveis originais foram codificadas de 1, «muito importante», até 4, «nada importante». Recodificámos as variáveis de modo que a ordenação da escala fosse ascen-

Quadro 6.3 – Concepções de nacionalidade
(*médias dos scores factoriais*)

País	Dimensão étnica	Dimensão cívica
Grã-Bretanha	0,07	-0,13
Irlanda	0,74	-1,07
Noruega	-0,12	0,40
Suécia	-0,59	0,43
Espanha	0,39	-0,45
França	-0,23	0,44
Dinamarca	0,07	0,33
Suíça	-0,22	-0,21
Finlândia	-0,04	-0,09
<i>Eta</i> ²	0,353	0,474

trapartida, quase todos os países nórdicos (com a única excepção da Finlândia) e a França atribuem grande importância ao respeito pelas instituições e à língua («dimensão cívica»).

A posição dos inquiridos suíços é vincadamente «neutra». Nem o apoio à «cidadania étnica» (que seria de esperar, visto que a lei suíça estabelece critérios de atribuição da nacionalidade baseados no princípio do *ius sanguinis*) nem o apoio à «cidadania cívica» se mostram particularmente fortes. Mais uma vez, pois, a hipótese de a Suíça constituir um «caso especial» é posta em causa.

Imigração

A imigração é, desde há muito, um tema de discussão relevante na Suíça. Os referendos sobre o assunto têm-se sucedido desde há mais de trinta anos, independentemente das políticas nacionais seguidas em cada momento. Recorremos a seis itens do ISSP-2003 para avaliar as atitudes face à imigração e aos imigrantes. As variáveis seleccionadas permitem distinguir entre os inquiridos com uma visão crítica da imigração e os que vêem nessa mesma imigração consequências positivas. A análise factorial em componentes principais que efectuámos extraiu uma única componente que reflecte esta oposição (quadro 6.4).

dente: 1, «nada importante», até 4, «muito importante». Assim, um *score* factorial negativo indica baixa saliência de uma das duas concepções sobre a nacionalidade num dado país. O valor do *eta* refere-se ao «tamanho» das diferenças entre países, o que neste caso pode ser considerado elevado.

Quadro 6.4 – Percepções sobre a imigração
(*pesos factoriais*)

	Atitudes face aos imigrantes
O governo gasta demasiado dinheiro na assistência aos imigrantes	-0,81
Na sua opinião, o número de imigrantes em [país] deveria ser...	0,76
Os imigrantes beneficiam a economia de [país]	0,72
Os imigrantes melhoram a sociedade [país], trazendo novas ideias e culturas	0,72
Os imigrantes fazem com que as taxas de criminalidade aumentem	-0,70
Os imigrantes tiram oportunidades de emprego às pessoas que nasceram em [país]	-0,68
<i>% variância explicada</i>	53,9

Método de extracção: análise factorial em componentes principais. Método de rotação: *Varimax* com normalização Kaiser.

Escala: 1, «concordo completamente», a 5, «discordo completamente».

Quadro 6.5 – Atitudes face aos imigrantes
(*médias dos scores factoriais*)

País	Média
Grã-Bretanha	0,34
Irlanda	0,04
Noruega	0,23
Suécia	-0,21
Espanha	-0,29
França	0,15
Dinamarca	-0,04
Suíça	-0,32
Finlândia	0,03
<i>Eta²</i>	0,208

De acordo com a escala utilizada, os valores positivos correspondem aos países que, em média, são menos críticos e os negativos indicam aqueles países onde globalmente se revelaram atitudes mais críticas relativamente aos imigrantes. Também aqui importa usar de cautela na interpretação dos resultados, dado que os contextos nacionais são de tal modo variados que a própria noção de «população imigrante» pode mudar de significado de um país para outro.¹³

¹³ Pode haver enviesamentos menos conhecidos ou subestimados que nem por isso deixam de ter influência. Numa comunicação que apresentou sobre os resultados da primeira vaga do *European Social Survey*, Jaak Billiett assinalou que em certos países, como a Holanda, o facto de ter havido muitos inquiridos que inicialmente se mostraram relutantes a responder mas acabaram por ser convencidos a fazê-lo provocou o aumento da proporção das respostas críticas relativamente à imigração.

O quadro 6.5 mostra que a Suíça está longe de ser o país com atitudes menos favoráveis em relação aos imigrantes.¹⁴ Embora as médias nacionais não diverjam significativamente umas das outras, são mesmo os inquiridos suíços que, além dos espanhóis, se mostram menos críticos, em contraste com os noruegueses e, mais ainda, os britânicos. Este resultado tem interesse porque demonstra que a persistência da questão da imigração no debate político helvético, com reflexo até em diversas iniciativas da sociedade civil, não aumentou o distanciamento dos suíços em relação aos estrangeiros neste domínio – e quase se diria que ocorreu o contrário. Também aqui a análise não sustentou a ideia de *Sonderfall*.

Abertura internacional

Outro tema recorrente na Suíça é o da política de abertura a outros países. Desde logo, a construção e o alargamento da União Europeia têm figurado na agenda política. Por outro lado, os tratados submetidos a escrutínio nos diversos países membros da União sempre mereceram a atenção da comunicação social suíça.¹⁵ Por outro lado, e ao mesmo tempo, as questões da globalização da economia e da relação entre os domínios local e global também fazem parte da opinião pública. Analisámos as atitudes perante a abertura ao exterior utilizando nove itens do questionário do ISSP-2003.

A análise factorial em componentes principais apresentada no quadro 6.6 revelou duas dimensões distintas: a primeira componente distingue entre interesse nacional e pressão internacional, ao passo que a segunda se atém ao livre comércio internacional e à regulação das trocas externas por instituições internacionais. A escala utilizada varia entre 1 (concorda totalmente) e 5 (discorda totalmente). Um país com *score* negativo concorda com a existência de restrições à importação de produtos estrangeiros (primeira componente) e com a reserva de prioridade aos bens de produção nacional (segunda componente) (v. quadro 6.7).

O quadro 6.7 revela claras diferenças entre países no que se refere à abertura ao exterior. Também aqui a posição da Suíça fica distante da hipótese do caso de excepção: os suíços não mostram, em média, uma

¹⁴ A este mesmo resultado chegaram outros estudos internacionais (v. o *Eurobarómetro* 2000 sobre a Suíça, que incluiu perguntas do *Eurobarómetro* 53 e a primeira vaga do *European Social Survey*). Não se observou relação entre as respostas e a proporção de estrangeiros residentes nos países considerados.

¹⁵ A adesão da Suíça ao Acordo de Schengen foi ratificada por referendo efectuado em Junho de 2005.

Quadro 6.6 – Atitudes face à abertura internacional
(*pesos factoriais*)

	Interesse nacional	Trocas comerciais (abertura)
Para proteger a economia nacional, [país] devia limitar a importação de produtos estrangeiros	0,705	-0,007
[país] deve defender os seus interesses mesmo que isso conduza a conflitos com outras nações	0,575	0,093
Os estrangeiros não deviam ser autorizados a comprar terra no [país]	0,555	-0,311
A televisão do [país] devia dar prioridade aos filmes e programas nacionais	0,642	-0,023
As grandes empresas internacionais estão a provocar cada vez mais danos às empresas no [país]	0,638	0,224
As organizações internacionais estão a retirar demasiado poder ao governo no [país]	0,669	-0,077
O crescente consumo de filmes, livros e música estrangeiros está a prejudicar a cultura a nível nacional e local	0,641	-0,087
O «comércio livre» favorece a existência de melhores produtos no [país]	-0,029	0,667
De uma forma geral, o [país] deve seguir as decisões das organizações internacionais a que pertence, mesmo que o governo não concorde com elas	-0,119	0,637
No caso de alguns problemas, como, por exemplo, a poluição do ambiente, as instituições internacionais deviam ter o direito de impor soluções	0,156	0,728
<i>% variância explicada</i>	28,5	13,9

Método de extracção: análise factorial em componentes principais. Método de rotação: *Varimax* com normalização Kaiser.

Escala: 1, «concordo completamente», a 5, «discordo completamente».

maior preferência pelos interesses nacionais nem se opõem mais ao livre comércio ou à regulação do comércio externo por instituições internacionais do que os inquiridos de outros países. Neste campo, a Suíça projecta mais a imagem de um país «empreendedor e aberto ao mundo» do que «tímido e fechado sobre si». Dir-se-ia que vemos aqui a Suíça da Organização Mundial do Comércio, e não a Suíça do *Grütli*.¹⁶

Mas o facto de a Suíça surgir, em termos médios e numa comparação com outros países, como um país relativamente aberto ao mundo exterior não implica que haja consenso sobre o tema a nível interno. Importa, pois, aprofundar a análise neste campo.

¹⁶ *Grütli* é o lugar mítico onde nasceu a Suíça.

Quadro 6.7 – Abertura internacional
(médias dos scores factoriais)

	Interesse nacional	Trocas comerciais (abertura)
Grã-Bretanha	-0,32	-0,14
Irlanda	-0,16	-0,16
Noruega	0,15	-0,08
Suécia	0,23	-0,28
Espanha	0,50	1,40
França	-0,44	-0,46
Dinamarca	-0,08	-0,12
Suíça	0,21	-0,36
Finlândia	-0,00	0,11
<i>Eta²</i>	0,29	0,54

A importância da identidade nacional, das atitudes face à imigração e da abertura ao exterior nas atitudes face à integração na União Europeia

Até agora apresentámos a estrutura de opiniões sobre a identidade nacional, atitudes face à imigração e atitudes face à abertura internacional. A seguir veremos em que medida estes factores influenciam as atitudes face à integração na União Europeia. Foram efectuadas análises de regressão com duas variáveis dependentes: atitudes face ao equilíbrio de poderes entre os governos nacionais e a União Europeia; intenção de voto sobre a adesão ou saída da União.

A variância explicada através do modelo que examinou as atitudes face ao equilíbrio de poderes (quadro 6.8) não é elevada (10%). O quadro 6.8 mostra-nos que a abertura ao estrangeiro, quer seja do ponto de vista do apoio ao comércio livre, quer da ausência de receio do poder das grandes organizações, é o factor determinante da concordância com o reforço do poder da União Europeia. As percepções de cidadania de base étnica e as atitudes negativas face à imigração predizem a oposição ao poder da União Europeia, ao passo que as percepções de cidadania de base cívica predizem o apoio a esses mesmos poderes. Os homens opõem-se mais do que as mulheres aos poderes da UE, mas a idade não tem tanto peso quanto o sexo. Importa também notar que o impacto do país, medido através de uma variável *dummy* (Suíça/outros países), não se mostra rele-

Quadro 6.8 – A UE devia ter mais poderes do que o governo nacional
(coeficientes de regressão)

	Coeficientes estandardizados	
	β	Teste t
(Constante)		49,12 ***
Interesse nacional	-0,23	-14,70 ***
Comércio livre	0,14	9,77 ***
Atitudes face à imigração	0,08	4,86 ***
Cidadania étnica	0,09	5,66 ***
Cidadania cívica	-0,08	-5,82 ***
Suíça (não/sim)	-0,01	0,63
Nível de escolaridade	0,06	4,29 ***
Idade	0,04	2,63 ***
Sexo (feminino)	0,06	4,07 ***

Variável dependente: a UE devia ter mais poder do que o governo nacional, $R^2=0,10$.

*** $p < 0,001$.

Escala: 1 «Devia ter muito menos poder» a 5 «Devia ter muito mais poder».

vante. Por outras palavras, a questão do equilíbrio de poderes entre cada país e a União tem resposta semelhante, seja na Suíça, seja noutros países europeus. Uma vez mais a hipótese de *Sonderfall* não obtém confirmação.

Se passarmos para a questão da eventual adesão ou saída da União Europeia,¹⁷ o panorama altera-se ligeiramente.¹⁸ Em primeiro lugar, há um aumento da variância explicada: mais de 20%, utilizando o R^2 Nagelkerke. O quadro 6.9 revela que a tendência dos resultados obtidos é semelhante ao resultado anterior. No entanto, a variável *dummy* – Suíça/outros países – é relevante. Dito de outro modo, pelo menos no caso suíço, os factores determinantes nos diversos países, no que se refere a um eventual voto sobre a integração na União Europeia, ou não são os mesmos ou não têm a mesma importância.

Análise detalhada do caso suíço

Os resultados que observámos revelaram que os inquiridos suíços divergiam dos inquiridos de outros países quanto ao apoio à integração do seu país na União Europeia. Assim, e para analisar esta diferença, utiliza-

¹⁷ A formulação da pergunta depende de os países analisados pertencerem ou não à União Europeia: nos Estados membros questiona-se uma eventual saída da União, ao passo que nos outros Estados se questiona a hipótese de adesão.

¹⁸ Recorremos aqui à regressão logística, uma vez que a variável dependente é binária (sim vs. não).

Quadro 6.9 – Adesão ou saída da UE
(coeficientes de regressão logística)

	B	Wald
Interesse nacional	-0,73	230,1 ***
Comércio livre	0,15	14,9 ***
Atitudes face à imigração	0,31	41,3 ***
Cidadania étnica	0,16	10,9 ***
Cidadania cívica	-0,08	3,2
Nível de escolaridade	-0,03	1,0
Idade	-0,01	9,9 ***
Sexo	0,46	33,0 ***
Constante	-1,16	35,50 ***

R^2 Nagelkerke = 0,197; *** $p < 0,001$.

remos num primeiro momento o mesmo modelo para investigar mais pormenorizadamente o apoio dos suíços à integração europeia. Num segundo momento testaremos um modelo adaptado ao contexto suíço.

O modelo internacional e a Suíça

O modelo internacional testado no ponto anterior apresenta valor explicativo no caso da Suíça superior a 0,22, R^2 Nagelkerke. Curiosamente, e em comparação com os dados internacionais, deparamos agora com menos variáveis preditoras de apoio à integração na UE – essencialmente, a abertura internacional e as atitudes positivas face à imigração (quadro 6.10). As variáveis relacionadas com a identidade nacional perdem significado estatístico neste novo modelo. Assim sendo, construímos um modelo específico para a Suíça.

Um modelo para a compreensão das atitudes dos suíços face à Europa

Neste novo passo da análise, o nosso objectivo foi elaborar um modelo adaptado ao contexto suíço. Segundo Castel (2003), o distanciamento e o receio em relação aos «outros» – representados pelos estrangeiros – estão muitas vezes ligados a uma percepção de desqualificação pessoal no mercado laboral. A introdução deste aspecto económico sugere que o facto de a pessoa estar numa situação financeira precária, trabalhar num sector económico em crise ou viver numa região isolada pode gerar dificuldades de afirmação individual. Nestas circunstâncias, os estrangeiros e a abertura internacional são vistos como ameaças.

Quadro 6.10 – Adesão à UE, Suíça
(coeficientes de regressão logística)

	B	Wald
Interesse nacional	0,50	10,25 ***
Comércio livre	-0,51	15,39 ***
Atitudes face à imigração	-0,54	13,87 ***
Cidadania étnica	0,08	0,46
Cidadania cívica	0,19	2,56
Nível de escolaridade	0,05	0,40
Idade	0,00	0,01
Sexo	0,40	4,01 *
Constante	-1,04	4,22 *

R^2 Nagelkerke = 0,224; * $p < 0,05$; *** $p < 0,001$.

Por isso, introduzimos factores económicos e as percepções sobre eles no modelo explicativo das atitudes perante a pertença à UE (v. figura 6.1, posição social, contexto social e percepção da evolução da situação económica). Incluímos dois tipos de variáveis económicas na análise.

Por um lado, tomámos em conta o sector de actividade económica em que o inquirido trabalha, distinguindo entre sectores em previsível declínio ou sectores em expansão. Colocámos como hipótese que, quando a economia se retrai e o sector de actividade do inquirido atravessa uma crise, o «contrato social» – o acordo que «faz a sociedade» – é posto em causa.¹⁹

Por outro lado, atendemos às percepções sobre a evolução da situação económica do país e da própria pessoa. Estas percepções deverão influenciar as atitudes face à imigração e à integração na UE.

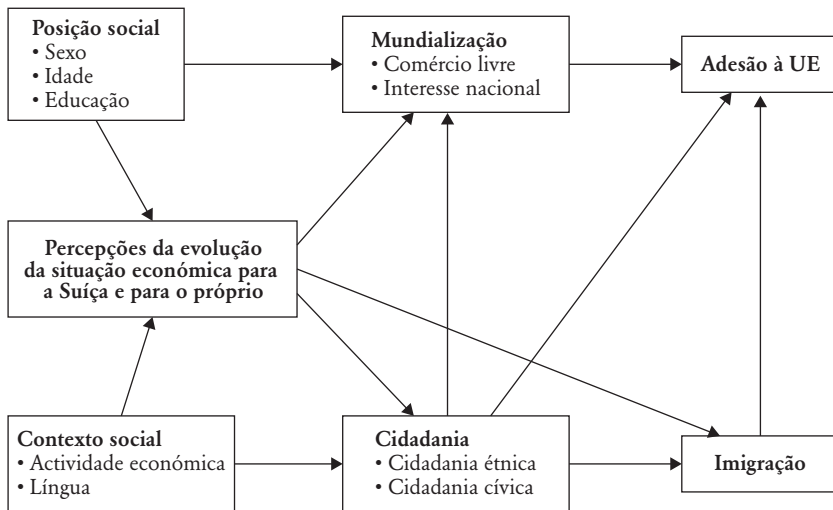
Testámos estas hipóteses com um modelo causal completo formado a partir de uma série de regressões múltiplas.²⁰ A figura 6.1 mostra a hierarquização das medidas no modelo.

Neste modelo (figura 6.1), as atitudes face à Europa dependem das atitudes face à globalização e à imigração e também das orientações face à de cidadania. É expectável que a posição social objectiva, o contexto social e ainda a avaliação subjectiva da evolução económica, quer a nível

¹⁹ Esta ideia foi desenvolvida num debate sobre a influência das condições económicas sobre as opiniões políticas. V., por exemplo, a discussão lançada por Klaus Armingeon e continuada por Brunetti e Weder (2000). Numa perspectiva psico-sociológica, cf. Esses *et al.* (2001).

²⁰ A variável dependente «Europa» é, neste caso, ordinal, e não binária, pois avalia o grau de aceitação do inquirido relativamente à pertença à União Europeia.

Figura 6.1 – Modelo teórico



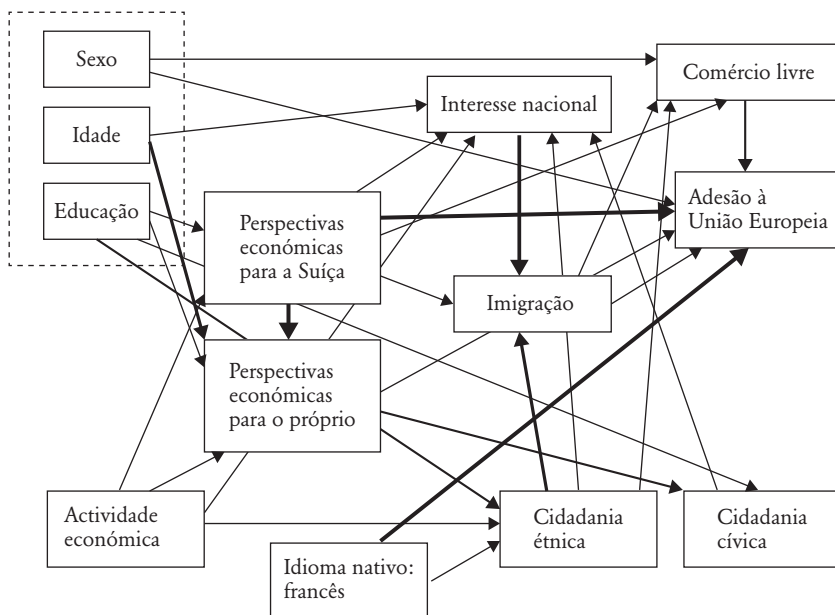
pessoal, quer societal, tenham efeitos indirectos sobre o apoio à integração na União Europeia. A descrição de resultados do modelo é baseada nos coeficientes de regressão apresentados no quadro 6.11 e representada na figura 6.2

De acordo com os resultados obtidos, a importância dos factores económicos é evidente. O apoio à Europa é dominado pela expectativa de uma melhoria da situação económica da Suíça (há um efeito, não indirecto, mas sim directo). Este factor revela-se mais importante do que a própria expectativa de uma melhoria da situação pessoal.

A concepção de cidadania, isto é, aquilo que faz com que um estrangeiro possa ser considerado cidadão nacional, não tem impacto directo sobre o apoio à Europa. Existe, porém, um efeito indirecto, quer por via da ideia de protecção contra a globalização, quer através das atitudes face à imigração.

Estes resultados não surgem, digamos, a pairar num «vazio sociológico». Assim, o facto de o idioma falado em casa ser o francês é importante na explicação do apoio à Europa – e isto apesar de importar sublinhar que o facto de ter o francês como língua materna não influencia as atitudes perante os imigrantes nem perante a globalização. Por outro lado, a instrução desempenha um papel bastante importante, ainda que indirectamente. Também o sector económico em que o inquirido trabalha, medido através da variável «domínio de actividade», que distingue entre

Figura 6.2 – Representação gráfica do modelo



Nota: A espessura das setas é proporcional aos tamanhos dos efeitos (v. quadro 6.11).

actividades em expansão e em declínio, é um bom predictor. O impacto destes factores sociológicos é, porém, mais indirecto, através de variáveis intermédias, sobretudo relativas às perspectivas económicas.

Conclusões

Para concluir, gostaríamos de salientar, em primeiro lugar, um resultado inequívoco: numa comparação internacional, independentemente do prisma por que se analise a questão, não é possível considerar a Suíça um caso à parte, um *Sonderfall*. Poder-se-á, no limite, dizer que no contexto da integração na União Europeia, os suíços divergem dos outros europeus. A Suíça poderá ser um *Sonderfall* em termos políticos, mas isso não se reflecte nas atitudes dos seus cidadãos.

Em segundo lugar, importa também salientar a relação entre os factores que explicam o apoio à Europa. Tanto quando se analisa o caso suíço como ao nível europeu, as percepções sobre a globalização e sobre a imigração apresentam um impacto nítido no apoio à integração na União

Quadro 6.11 – Modelo completo – Suíça
(coeficientes de regressão múltipla)

	Europa	Atitudes face à imigração	Interesse nacional	Comércio livre	Cidadania étnica	Cidadania cívica	Perspectiva económica para o próprio	Perspectiva económica para a Suíça
Europa	Depend.							
Atitudes face à imigração	0,19 ***	Depend.						
Interesse nacional	-0,16 ***	-0,30 ***	Depend.					
Comércio livre	0,15 ***	0,15 ***	-	Depend.				
Cidadania étnica	-	-0,28 ***	0,29 ***	-0,13 ***	Depend.			
Cidadania cívica	-	-	0,13 ***	-	-	Depend.		
Perspectiva económica para o próprio	0,11 ***	-	-	-	-0,08 ***	-0,08 **	Depend.	
Perspectiva económica para a Suíça	0,34 ***	0,07 **	0,17 **	0,14 ***	-0,13 ***	-	-0,38 ***	Depend.
Sector de actividade económica	-	-	0,10 ***	-	-	-	-0,06 **	-0,10 ***
Lar «francófono»	0,20 ***	-	-	-	-	-	-	-
Nível de escolaridade	-	-0,10 **	0,23 ***	-	0,18 ***	-0,08 **	-	-0,06 ***
Idade	-	-	-0,12 ***	-	-0,24 ***	-0,12 ***	-	-
Sexo	0,07 ***	-	-	-0,09 ***	-	-	-	-
R ²	0,45	0,36	0,30	0,06	0,14	0,03	0,15	0,12

*** $p < 0,05$; ** $p < 0,001$.

Europeia. Em contrapartida, a identidade nacional *stricto sensu* não tem, no caso da Suíça, um impacto directo no apoio à integração do país na UE.

Em terceiro lugar, as expectativas económicas a propósito da integração na Europa merecem também atenção. Verificou-se que mesmo num país como a Suíça, com grande probabilidade um contribuinte líquido no caso de entrada na União, a expectativa de melhores condições económicas parece estar na base do apoio a essa entrada e à abertura das fronteiras à imigração. Importa ainda sublinhar que as perspectivas económicas influenciam as atitudes dos suíços, quer quando estes consideram a sua situação pessoal, quer quando têm em vista a prosperidade do país.

Carmen Huici
Ángel Gómez
Antonio Bustillos

Capítulo 7

Identidade nacional, regional e europeia: identidade comparativa e diferenciações regionais em Espanha *

A María Ros: *in memoriam*

Este nosso trabalho, que constitui uma homenagem a Maria Rós, falecida em Dezembro de 2006, recorre a um dos mais importantes contributos que esta autora deu à psicologia social espanhola: o estudo das identificações com categorias sócio-políticas cujos níveis de inclusão diferem entre si – desde as categorias infranacionais (regiões autónomas, no actual quadro organizativo do Estado espanhol) até à nacional (Espanha) e à supranacional (União Europeia). Trata-se de analisar a repercussão dessas identificações e das relações complexas que entre elas se estabelecem nas relações entre indivíduos pertencentes às diferentes categorias. O nosso objectivo é, pois, fornecer um panorama dos estudos que se baseiam na identidade comparativa, assinalar as influências e relações entre a nossa investigação e outras efectuadas no mesmo campo e identificar as implicações teóricas destes trabalhos.

O jogo das identidades assume especial relevância na actualidade europeia, um tempo em que tanto os Estados membros da União como os candidatos à integração apresentam diversos graus de entitatividade – isto

* Este capítulo é uma versão modificada do artigo dos mesmos autores «La identidad comparativa veinte años después: repercusiones en el dominio de las relaciones intergrupales», publicado na *Revista de Psicología Social*, num número especial em homenagem a Maria Ros (2008), 23 (3), 297-313.

é, registam divergências quanto à medida em que são percebidos como uma unidade pelos indivíduos que os integram. Muitos destes Estados também divergem quanto ao grau em que albergam no seu seio categorias infranacionais susceptíveis de gerarem lealdades sobreponíveis à lealdade perante o próprio Estado e capazes de reivindicarem um novo estatuto no quadro da União. Neste caso, em que categorias sociais diferentes coexistem no âmbito de determinada entidade política, importa distinguir as situações em que as identificações se ordenam de modo congruente, com é o caso dos ingleses no Reino Unido e dos andaluzes ou dos castelhanos em Espanha, das situações em que tal não acontece, porque a identificação com a categoria infranacional é muito superior à existente com a nacional, como acontece com os bascos. Importa também considerar as repercussões sobre as relações entre os membros das categorias infranacionais nos casos em que a relação com a categoria nacional é congruente com a que se estabelece com a categoria infranacional e nos casos em que não o é ou se verifica mesmo uma relação negativa entre ambas as categorias. Neste último caso, é fácil encontrar uma maior variabilidade das posições dos indivíduos no interior da categoria infranacional, o que deve ser considerado um indício de conflito no seio desta a propósito da lealdade perante o Estado nacional. Por exemplo, num estudo efectuado com uma amostra representativa da população espanhola, Sangrador (1996) detectou, ao comparar a identificação com a Espanha e com as categorias autonómicas catalã e basca, que, enquanto no primeiro caso não existe relação, no segundo existe uma relação negativa. Além disso, encontrou maior variabilidade na identificação com a Espanha no País Basco do que em qualquer outra das autonomias estudadas.

Importa ainda ter em conta que há grandes variações entre o número de categorias infranacionais que existem em cada Estado, desde, por exemplo, as 17 que encontramos actualmente em Espanha até às 2 existentes na Bélgica. Isto deverá repercutir-se não só no modo como as identificações com as respectivas categorias infranacionais e com a nacional influenciam as relações entre os indivíduos a elas pertencentes, mas também na intensidade das posições conflituantes, que podem chegar ao ponto de questionarem a unidade nacional. Por outro lado, a relação entre a categoria infranacional e a nacional terá repercussão na posição dos indivíduos perante a categoria supranacional europeia, seja no plano da avaliação que dela fazem (Huici *et al.* 1997), seja na disponibilidade para adoptar as directrizes que dela emanam (Mols e Haslam 2008).

Como já se referiu, a investigação sobre a identidade comparativa constitui não apenas um dos contributos fulcrais que María Ros deu à psicologia social em Espanha, mas também um testemunho do seu espírito de iniciativa, capacidade de trabalho e inteligência penetrante, bem patentes na abordagem de questões tão cruciais como a das identidades nacional, autonómica e europeia no contexto espanhol e num momento histórico decisivo: o da consolidação do Estado das autonomias, num contexto de transição para a democracia e de integração da Espanha no que é hoje a União Europeia. Esta abordagem pressupõe a capacidade de detectar os problemas relevantes e dar-lhes resposta numa perspectiva psico-social e com recurso a instrumentos adequados.

A investigação sobre a identidade comparativa teve início em 1985, no âmbito de um primeiro projecto em que participaram, além da própria María Ros, Carmen Huici e Ignacio Cano. Logo então surgiu o interesse pelo que viria a constituir o foco de atenção prioritário em questões de identidade social: a identificação com categorias sociais que apresentam diferentes graus de inclusividade e a sua repercussão sobre as relações intergrupais. Basicamente, coloca-se como hipótese que, quando uma pessoa se identifica mais com uma dessas categorias e menos com outra, a primeira será mais relevante para essa pessoa individualmente considerada (que se sentirá, por exemplo, mais galega do que espanhola) e influirá mais nas suas relações com membros de outras categorias e na valoração dessas categorias (por exemplo, castelhanos ou Castela). Seguiu-se uma longa série de trabalhos centrados nesta hipótese, num total de vinte, que contaram com a participação adicional de outros investigadores, espanhóis e britânicos: Ángel Gómez, Mercedes Carmona, Nicholas Hopkins, Nicholas Emler, Hector Grad e Antonio Bustillos.

Na segunda parte do presente texto procurar-se-á detectar eventuais influências da referida investigação em trabalhos posteriores sobre a identidade comparativa, tanto de autores espanhóis como de outros países, e indicar quais os âmbitos de aplicação da psicologia social quando a identificação simultânea com categorias sociais de diferentes níveis de inclusão é tida em conta.

Como se sabe, a noção de identidade comparativa surge no âmbito da teoria da identidade social, que dominou o campo das relações intergrupais nos últimos trinta anos. É uma noção que se baseia no conceito de identidade social proposto por Tajfel (1972 e 1978). Para este autor, a identidade social resulta da pertença psicológica a um grupo social e consiste no conhecimento dessa pertença e num conjunto de conotações emocionais e valorativas a ela associadas. O facto de a identidade social

ter um carácter positivo ou negativo será uma consequência dinâmica das comparações sociais com outros grupos relevantes em determinado contexto social.

A construção do conceito de identidade comparativa teve também em conta os desenvolvimentos da teoria da autocategorização (Turner *et al.* 1987), segundo a qual o autoconceito é o resultado de uma série de autocategorizações a diferentes níveis de abstracção ou generalidade. Assim, uma pessoa pode categorizar-se quer enquanto indivíduo (caso em que o nível de abstracção que utiliza é o mais baixo e as comparações que efectua pertencem ao nível intragrupal), quer enquanto membro de certos grupos sociais, activando a sua identidade social, o que implica o recurso a um nível de abstracção intermédio. Neste segundo caso, a pessoa estabelece comparações com membros de outros grupos. Por último, pode pensar nela mesma como ser humano, aqui já com recurso ao nível de abstracção mais elevado, na medida em que a sua atenção foca aquilo que mais tem de comum com as outras pessoas. Esta corrente teórica propõe que há uma série de categorias que fazem parte do autoconceito e variam quanto ao nível de especificidade e de inclusão. Dentro do nível social é possível distinguir categorias mais ou menos inclusivas, como, por exemplo, ocidental, europeu, espanhol ou andaluz. Para a mesma teoria existe uma relação hierárquica formal entre estas várias categorias inclusivas e sobrepostas, desde as menos inclusivas até às mais inclusivas. O relevo que um indivíduo atribui a determinada categoria dependerá do contexto social. Esta saliência de uma categoria social em relação às outras, ou entre o nível social e o pessoal, reflectir-se-á no comportamento. Turner *et al.* (1987) propõem que a relação existente entre os níveis pessoal, social e como ser humano é de antagonismo funcional, de modo que, quando um dos níveis está activado, os outros deixam de influir no comportamento. O antagonismo funcional entre os vários níveis de autocategorização existe porque «a saliência de um nível produz semelhanças intracategoria e diferenças entre categorias, o que reduzirá ou inibirá a percepção das diferenças intracategoria e das semelhanças intercategorias que servem de base, respectivamente, aos níveis mais baixos e mais elevados de categorização» (Turner *et al.* 1987, 49).

A identidade comparativa

A noção de identidade comparativa abrange o carácter relacional da identidade social, mas amplia-o por duas vias. Assim, não se limita a con-

siderar a relação entre o grupo próprio e um exogrupo de comparação, mas antes tem em conta diversos exogrupos, naquilo que poderíamos designar como relações horizontais (Huici e Ros 1993; Ros, Cano e Huici 1987; Ros, Huici e Cano 1994), e, além disso, considera simultaneamente o grau de identificação com duas ou mais categorias sociais cujas inclusividades são diferentes, isto é, que se relacionam verticalmente. Em termos gerais, pode dizer-se que a investigação sobre a identidade comparativa pretende observar o modo como estas últimas identificações influem na relação com um ou vários grupos. No que diz respeito às categorias com as quais os indivíduos se identificam, elas podem ser congruentes, de modo que subjectivamente uma se inclui na outra, ou incongruentes, caso em que essa inclusão não se verifica e a identificação com a categoria de menor inclusividade é muito superior à identificação com a categoria mais inclusiva (por exemplo, a pessoa sente-se muito espanhola e pouco europeia). Neste caso diríamos que existe uma forte identidade comparativa. No limite, podemos conceber situações em que a identificação com certa categoria se relaciona negativamente com a identificação com uma categoria diferente, o que poderia ser visto como um indicador de existência de conflito entre ambas as categorias num determinado contexto social. Foi inicialmente proposto que a identidade comparativa implicava que a identificação com a categoria menos inclusiva fosse superior à identificação com a categoria de maior inclusividade. Mas esta posição inicial deu posteriormente lugar a outra mais abrangente, em que qualquer das identificações podia ser mais forte do que a outra.

Segundo o nosso ponto de vista (Ros, Huici e Gómez 2000), quando se verifica uma alta identidade comparativa relativamente a uma categoria social, é provável que essa categoria assuma grande saliência de modo continuado e que isso se reflecta nas interações com membros de outros grupos, ocorrendo um aumento de favoritismo endogrupal nas comparações intergrupais. Em estudos recentes sobre a medida da identidade social, onde se assinala o seu carácter multidimensional, foi evidenciado que a saliência crónica corresponde à centralidade ou importância que uma identidade tem para o indivíduo (Cameron 2004; Leach *et al.* 2008). Por outro lado, espera-se que a alta identidade comparativa esteja relacionada com a percepção de entitatividade da categoria. Os estudos efectuados sob esta perspectiva incorporam, pois, diversas áreas de análise dos efeitos da identidade comparativa: estudo das atitudes face ao uso de línguas autóctones como indicador de identidade social; estudo da sobrevalorização da relação entre grupos e traços estereotípicos; estudo das atitudes face a categorias supra-ordenadas, como a União Europeia;

estudo sobre preferências por estratégias de aculturação; estudo sobre a percepção de entitatividade. Importa ainda fazer referência aos estudos sobre a validade convergente da identidade comparativa. Uma vez que a maioria destes estudos foi já descrita noutras publicações, cingir-nos-emos agora a um resumo dos seus aspectos fulcrais. Ressalva-se o último deles, ainda não publicado, que abordaremos um pouco mais pormenorizadamente.

O estudo psico-social do uso das línguas no contexto espanhol: a noção de identidade comparativa

A noção de identidade comparativa, ou, mais precisamente, a ideia de comparar a identificação com categorias de diferentes níveis, foi aplicada pela primeira vez num estudo sobre percepções entre grupos linguísticos em Espanha (Ros, Cano e Huici 1987). Entre outras questões, os autores estudaram processos de diferenciação intergrupar com uma amostra de estudantes pertencentes a cinco grupos linguísticos: catalães, bascos, galegos, valencianos e castelhanos. Um dos resultados com interesse consistiu na existência de diferenças claras entre grupos quanto ao grau de identificação com a respectiva autonomia e com a Espanha, o que sugere a utilidade de ter simultaneamente em consideração ambas as identificações, com recurso a um índice inicialmente designado por identidade substractiva (identificação com a autonomia-identificação com a Espanha). Os resultados do estudo sugeriram que a relação existente entre os grupos autonómicos e os padrões de favoritismo entre eles dependia em grande medida da relação que cada um desses grupos tinha com a categoria supra-ordenada (Espanha), o que comprovou o interesse de ter em conta ambas as identificações – a estabelecida com o grupo linguístico e com a categoria «espanhol». Outro resultado com interesse foi o facto de as explicações dadas pelos inquiridos sobre o uso das várias línguas dependerem dos graus de identificação acima referidos. Assim, aqueles que se identificavam mais com a autonomia do que com a Espanha explicavam o uso da língua autóctone regional em termos de identificação e defesa activa do grupo respectivo numa perspectiva política, cultural ou linguística. Ao invés, quem se identificava menos com a sua comunidade autonómica do que com a Espanha explicava a sua posição em termos individuais, de facilidade ou preferência pessoal (Ros, Huici e Cano 1994).

Identidade comparativa e atitudes face a categorias supranacionais: estudo do caso europeu

Num estudo efectuado em duas regiões europeias – Andaluzia e Escócia – pretendeu-se mostrar como a identificação com a região e com a nação tinha influência na valoração do significado da categoria supranacional europeia (Huici *et al.* 1997). Na Escócia, região em que se verifica uma alta identidade comparativa (identificação alta com a região e baixa com a nação), as aspirações de mudança social, no respeitante às relações entre as regiões e o Estado, estavam associadas à «desidentificação» com a Grã-Bretanha e à identificação com a Europa. Já na Andaluzia, região com baixa identidade comparativa e onde predomina uma identidade dual, a identidade europeia estava associada a benefícios para a região, para a nação e para as relações entre ambas. Um outro estudo levado a cabo na mesma altura na Grã-Bretanha e em Itália (Cinnirella 1997) serviu para mostrar que a identificação com a Europa dependia da percepção de que a integração na Europa constituía ou não uma ameaça para a categoria nacional: assim, no caso da Grã-Bretanha havia uma baixa identificação com a Europa e considerava-se a entrada na União Europeia uma ameaça, ao passo que em Itália acontecia o contrário. Estes dois estudos encetaram uma linha de investigação que ora tem em conta a identificação com diferentes níveis, nacionais e infranacionais, no âmbito do estudo das atitudes e da identificação com a Europa (Opp 2005), ora observa os efeitos das autocategorizações a diversos níveis sobre a identificação com a categoria supra-ordenada europeia (Rutland e Cinnirella 2000; Riketta 2002), ora se debruça sobre os efeitos das identificações a nível nacional e supranacional face à ameaça da expansão europeia decorrente da integração de novos países (Ullrich, Christ e Schlüter 2006).

Identidade comparativa, auto-estima colectiva e favoritismo endogrupal

O interesse na descoberta da validade convergente e discriminante do conceito de identidade comparativa suscitou uma investigação mais aprofundada não só sobre a relação entre diferentes medidas de identidade social, mas também sobre a influência que a identidade comparativa

exerce sobre os processos de diferenciação intergrupar (Huici e Ros 1995; Ros, Huici e Gómez 2000). Para responder a estas questões foram efectuados dois estudos, um na Catalunha e outro em Madrid, ambos com estudantes de bacharelato. No estudo da Catalunha, os inquiridos responderam com recurso a duas escalas de identificação com a Catalunha e com a Espanha. Uma dessas escalas consistia em avaliar, em medidas independentes, o grau e a intensidade da identificação com cada uma das referidas categorias sociais para obter, a partir das respostas dadas, o índice de identidade comparativa (identificação com a Catalunha – identificação com a Espanha). A segunda consistia na escala de identidade dual de Moreno (1988). Os inquiridos responderam ao item «tenho tendência a considerar-me...» com uma das seguintes respostas: (a) espanhol e nunca catalão; (b) a maioria das vezes espanhol e algumas vezes catalão; (c) espanhol e catalão; (d) a maioria das vezes catalão e algumas vezes espanhol; (e) catalão e nunca espanhol; (f) nem espanhol nem catalão. Estas duas escalas de identidade diferenciam-se entre si porque a primeira permite conhecer a intensidade de cada uma das identificações sociais, o que permite estudar a relação entre ambas, enquanto a segunda, que estabelece uma comparação directa de ambas as identidades, permite conhecer a identidade, dual ou exclusiva, mas não a respectiva intensidade. Os inquiridos responderam ainda, enquanto membros do grupo catalão, a duas subescalas, de identidade e de auto-estima pública, retiradas das escalas de auto-estima colectiva de Luhtanen e Crocker (1992), numa versão especificamente centrada na auto-estima derivada da pertença e da identificação com uma categoria social. A subescala de identidade pode ser considerada uma medida da acessibilidade crónica da categorização para os indivíduos, porquanto se refere à importância da pertença a um grupo (no caso concreto, o catalão) para o autoconceito da pessoa, e inclui itens como «o facto de ser catalão constitui uma parte importante da minha auto-imagem».

Também foram obtidos não só os estereótipos do grupo de pertença catalão e do exogrupo andaluz, mas também medidas da importância das dimensões do estereótipo. Uma das hipóteses principais do estudo era que a identidade comparativa catalã, medida através do índice de identidade comparativa e da escala de identidade única ou dual, mostraria uma maior relação com a saliência crónica da categoria catalã, medida pela subescala de identidade de Luhtanen e Crocker, do que a relação que se estabelecesse entre esta medida de saliência e a simples identificação com a Catalunha. Esperava-se também que os inquiridos cuja identidade comparativa fosse elevada estabelecessem diferenças entre o en-

dogrupo e o exogrupo nas dimensões de comparação relevantes (honesto, aberto e trabalhador), ao passo que aqueles inquiridos cuja identidade comparativa fosse baixa (identificação semelhante com a Catalunha e com a Espanha) não estabeleceriam essas diferenças. Os resultados confirmaram as hipóteses, porquanto foram obtidas relações significativamente mais elevadas entre as medidas de identidade comparativa e a medida de saliência da identidade catalã do que entre a medida da identificação com a Catalunha e a medida de saliência. Por outro lado, e também conforme era esperado, os inquiridos catalães com alta identidade comparativa estabeleceram diferenças a favor do seu grupo quando o compararam com o grupo andaluz (nas dimensões de comparação relevantes). Já os inquiridos com identidade comparativa baixa não destacaram essas diferenças entre o seu grupo e o exogrupo. Nas dimensões de comparação pouco relevantes, porém, ambos os grupos de inquiridos revelaram o mesmo padrão, desta vez favorável ao exogrupo.

Os resultados obtidos neste estudo indicam, por um lado, que a identidade comparativa é uma medida melhor da acessibilidade crónica de uma categoria (isto é, da importância que essa categoria tem para o autoconceito da pessoa) do que a medida directa da identificação com essa categoria. Assim, se quisermos determinar em que medida ser catalão, andaluz ou galego faz parte do autoconceito de um indivíduo, importa ter em conta não apenas a sua identificação com a categoria respectiva, mas também a sua identificação com a Espanha.

Por outro lado, os resultados indicaram também que a identidade comparativa constitui um dos determinantes da diferenciação intergruppal, pois as pessoas com alta identidade comparativa são aquelas que mais interessadas se mostram em manter a distintividade relativamente ao exogrupo nas dimensões de comparação importantes. Este último resultado evidencia mais uma vez que a função de diferenciação desempenhada pelos estereótipos serve para manter a distintividade positiva do grupo de pertença, tal como defendeu Tajfel (1981), uma vez que essa função há-de assumir particular relevância para aqueles indivíduos que têm no seu grupo uma parte importante do autoconceito.

Quanto ao estudo efectuado em Madrid, as medidas utilizadas foram as mesmas do estudo da Catalunha e os grupos em comparação foram os espanhóis e os franceses. Também neste estudo se verificou que os participantes com alta identidade comparativa, alta identificação nacional e baixa identificação autonómica revelam uma maior diferenciação intergruppal nas dimensões de comparação relevantes do que os inquiridos com uma alta identificação nacional e autonómica, isto é, com uma iden-

tidade dual. Este estudo serviu para ampliar a noção de identidade comparativa, na medida em que permitiu verificar de um modo mais geral que a saliência de uma categoria é maior quando existe uma alta identificação com ela e não existe alta identificação com categorias de outros níveis.

Estudo sobre a identidade comparativa e estratégias de aculturação

Outro estudo, realizado mais tarde (Ros e Huici 1996), tratou, entre outras questões, de estabelecer uma relação entre a nossa conceptualização de identidade comparativa e o modelo de Berry (1980 e 1984b) sobre as diferentes formas de aculturação. Foi publicada uma descrição pormenorizada deste estudo em Huici, Ros e Gómez (2003). Berry descreveu algumas das estratégias empregues pelas minorias étnicas em situações de aculturação no seio de sociedades plurais. Estas estratégias consistem em manter ou não a distintividade étnica e em aceitar ou não a cultura do grupo maioritário. Embora o modelo original se refira a processos de aculturação de minorias étnicas, pensou-se que seria possível estabelecer um certo paralelismo com a situação existente em Espanha na fase de transição política para a democracia no que se refere à manutenção da diversidade cultural. No modelo de Berry alude-se precisamente à importância do facto de a sociedade maioritária seguir uma ideologia assimilacionista ou uma ideologia tolerante perante a diversidade étnica. Importa considerar que em Espanha ocorreu uma mudança entre a época da ditadura, em que predominava uma ideologia assimilacionista e se contrariava a manifestação de sinais de diversidade cultural (como o uso de línguas autóctones que não fossem o castelhano), e o tempo da democracia, em que se assiste ao fomento da igualdade entre os diversos grupos e a uma aceitação dos sinais de diversidade cultural. Assim, por exemplo, a democracia traduziu-se na institucionalização do uso das línguas autonómicas, que passaram a ser reconhecidas como línguas oficiais, além do castelhano, na Constituição de 1978.

As formas de aculturação propostas por Berry (1984b) são a assimilação, a integração, a separação e a marginalização. A assimilação consiste na adopção da cultura do grupo maioritário sem atender à manutenção da cultura do grupo minoritário. A integração caracteriza-se pela manutenção de ambas as culturas. A estratégia de separação caracteriza-se pelo interesse em manter a cultura própria do grupo minoritário e não adoptar

a do grupo maioritário. Quanto à marginalização, consiste na falta de interesse por qualquer das referidas culturas. Significa isto que as estratégias de aculturação se definem a partir do interesse relativo pelas culturas que coexistem numa dada sociedade.

Em princípio, o modelo de partida podia relacionar-se com a nossa conceptualização de identidade comparativa, que pressupõe, como já dissemos, a consideração simultânea de duas identidades ou, por outras palavras, a identificação relativa com duas categorias sociais.

Espera-se, pois, que exista uma relação entre as preferências pelas formas de aculturação propostas por Berry e a identidade comparativa, isto é, o grau de identificação com as categorias autonómica e nacional. Ao estabelecer a correspondência entre as duas perspectivas, seria de esperar que se verificasse: preferência pela estratégia de integração nos casos de alta identificação com a comunidade autónoma e com a Espanha; preferência pela estratégia de assimilação nos casos de alta identificação com a Espanha e baixa identificação com a comunidade autónoma; preferência pela separação nos casos de alta identificação com a comunidade autónoma e baixa com a Espanha; preferência pela marginalização quando houvesse baixa identificação com ambas as categorias.

Participaram neste estudo 464 estudantes universitários (85% mulheres e 15% homens) de faculdades pertencentes a seis comunidades autónomas espanholas (Andaluzia, Catalunha, Castela, Galiza, Madrid e País Basco). Os inquiridos foram classificados em função da identidade nacional (alta/baixa) e da identidade autonómica (alta/baixa). Em termos gerais, os resultados obtidos corroboraram parcialmente as hipóteses no respeitante às preferências por estratégias de aculturação. Com efeito, houve dois grupos que se ajustaram às previsões: o grupo de identidade autonómica alta e identidade espanhola alta preferiu a estratégia da integração e o grupo com identidade autonómica alta e baixa identidade espanhola escolheu a estratégia da separação. Já o grupo em que ambas as identidades eram baixas pendeu para a estratégia da integração, e não para a da marginalização, e o grupo com alta identidade espanhola e identidade autonómica baixa escolheu não só a estratégia da assimilação, como se esperava, mas também a da integração. Verificou-se claramente que a estratégia da integração era preferida por três dos quatro grupos.

Ao compararmos os grupos uns com os outros, verificamos que os resultados se ajustam mais às previsões: assim, a marginalização foi mais escolhida pelo grupo com ambas as identidades baixas do que pelos três grupos restantes; a assimilação foi mais escolhida pelo grupo com alta identidade espanhola e baixa identidade autonómica do que pelos ou-

tros; a integração teve mais preferência por parte do grupo com ambas as identidades elevadas do que entre os outros três; a separação teve mais escolha por parte do grupo com identidade autonómica alta e baixa identidade espanhola do que por parte de qualquer outro grupo. Tudo considerado, obtivemos um apoio moderado para as hipóteses de investigação. Interessa sublinhar, por um lado, que a preferência pela integração surge relativamente distribuída pelos vários grupos e, por outro, que a marginalização é uma opção pouco contemplada por qualquer deles.

Por outro lado, este estudo revelou resultados semelhantes aos obtidos em trabalhos anteriores quanto à relação entre alta identidade comparativa e favoritismo nos casos em que o endogrupo correspondia à categoria autonómica e o exogrupo ao resto dos espanhóis.

Num estudo publicado na mesma altura que o nosso, Florack e Piontkowski (2000) estabelecem uma relação entre a identificação europeia e nacional (no caso concreto, com a Alemanha e com a Holanda) e as atitudes face à participação e à aculturação no contexto da integração na União Europeia. A identificação com a Europa traduz-se no apoio à participação em diversos domínios sócio-estruturais, como o comércio, a justiça, etc. Também ficou patente um efeito conjunto das identificações a diferentes níveis na manutenção da cultura nacional. Os indivíduos com baixa identificação europeia e alta identificação nacional mostraram-se mais defensores da distintividade cultural da respectiva nação. Verificou-se, pois, que uma alta identidade comparativa se traduz num menor apoio à estratégia de assimilação.

Identidade comparativa: relações e implicações teóricas

Como já referimos, a propósito dos estudos europeus e das atitudes de aculturação, existem outros trabalhos directamente relacionados com a investigação sobre a identidade comparativa. Não há dúvida de que o estudo sobre a influência da identificação ou a saliência das autocategorizações a diferentes níveis de inclusividade nas atitudes face a categorias supra-ordenadas e nos processos de diferenciação intergrupual tem-se mostrado útil em diversos domínios: no domínio sócio-político, com especial ênfase nos trabalhos na área da integração na União Europeia (Cinnirella 1997; Klandermans, Sabucedo e Rodríguez 2004; Opp 2005; Rutland e Cinnirella 2000; Riketta 2002; Ullrich, Christ e Schlüter 2006), sem esquecer outros contextos, como o sul-africano (Eaton 2002) e o venezue-

lano (2000); no domínio das organizações, para o tratamento de questões como a determinação dos diferentes níveis de identificação relevantes (identificação com a própria carreira, com a equipa de trabalho, com a organização e com a profissão) e a sua relação com as atitudes e comportamentos perante o trabalho (van Dick *et al.* 2004), nomeadamente sobre os factores que predizem as identificações a diferentes níveis (Lipponen *et al.* 2005), ou ainda a intenção de deixar o trabalho (Vanderberghe *et al.* 2001), nos domínios das atitudes ambientais (Carrus, Bonaiuto e Bonnes 2005) e da identidade social derivada da comunicação através de meios informáticos (Amaral e Monteiro 2002). Importa também destacar um amplo conjunto de estudos correlacionais e experimentais que relacionam a identificação a diferentes níveis com certos processos intergrupais, como o preconceito (Rodríguez *et al.* 2005), o favoritismo endogrupal e os estereótipos (Hopkins e Moore 2001), o desenvolvimento da identidade nacional, regional e europeia nas crianças e a sua relação com os estereótipos do grupo de pertença e os estereótipos face a exogrupos aos níveis regional e nacional (Giménez de la Peña *et al.* 2003) ou ainda a auto-estereotipia (Mattera *et al.* 2005).

Na nossa opinião, um dos contributos relevantes da investigação sobre a identidade comparativa consistiu em demonstrar que a relação entre a identificação e a diferenciação intergrupala é mais forte quando se tem em conta a identificação a dois níveis de inclusão do que quando se considera a identificação a um único nível. Embora segundo a perspectiva da teoria da identidade social se considere que existe uma forte relação entre a identificação com o grupo e a tendência para a diferenciação, a verdade é que a investigação sobre a questão só confirmou parcialmente tal hipótese (Hinkle e Brown 1990; v. capítulo 8 neste volume).

Entre os setenta trabalhos que invocam a identidade comparativa (sem contar com as autocitações), foi recentemente publicado um que faz uma abordagem original sobre o modo como a percepção das relações entre o país e a União Europeia está associada aos sentimentos em relação à Europa e à implementação das normas e orientações europeias por parte de outros políticos de quatro regiões periféricas: o País de Gales e a Cornualha, na Grã-Bretanha; a Frísia e o Limburgo, na Holanda (Mols e Haslam 2008). O trabalho debruça-se sobre o modo como as dinâmicas intergrupais domésticas moldam as atitudes dos políticos face à União Europeia. É feito o estudo dessas atitudes com base nas dinâmicas entre entidades com níveis de inclusividade diferentes. Esta abordagem é particularmente interessante quando envolve regiões periféricas e o respectivo Estado central. Trata-se aqui, uma vez mais, de atitudes face à União

Europeia, tendo em conta identificações a diferentes níveis. Os dois Estados membros escolhidos divergem nas relações com a União: negativas no caso britânico, positivas no holandês. Foram feitas entrevistas a políticos regionais e locais, pessoas que têm uma importância decisiva na formação da opinião pública e na aplicação das disposições dimanadas da União. O estudo coloca como hipóteses, por um lado, que as relações sócio-estruturais entre região e Estado determinam o nível de inclusividade em que os indivíduos se definem e se identificam com os outros e, por outro, que a disposição para adoptar a categoria supra-ordenada Europa depende da avaliação das relações entre as categorias regional e nacional. O modo como os políticos regionais consideram a integração na União Europeia e as disposições que desta dimanam é em parte determinado pelo desejo de conservar a distintividade da respectiva identidade regional. Considerando que os processos de identidade comparativa podem pôr em causa aquilo que é percebido como a posição tradicional do Estado central em relação à União Europeia, argumentamos que naquelas regiões periféricas em que as relações região-Estado são vistas como problemáticas os políticos regionais terão um discurso «desafiador» das posições do Estado central relativamente à União. Assim, na Grã-Bretanha os políticos das regiões periféricas tenderão a considerar o normativo europeu uma dimensão compatível com a identidade regional, ao passo que na Holanda, pelo contrário, os cidadãos acusarão o seu «governo central» de conformismo excessivo perante esse mesmo normativo. Os resultados das entrevistas, centradas na posição dos políticos regionais em relação à União Europeia, confirmaram substancialmente a hipótese no caso das regiões britânicas e parcialmente no caso das regiões holandesas (Frísia e Limburgo). Globalmente, mostrou-se que as relações entre as regiões e o Estado e os processos de identificação a diferentes níveis permitem compreender as atitudes face à União Europeia como categoria supra-ordenada, face aos normativos e decisões dela emanadas e, provavelmente, face à sua implementação. Em suma, a posição perante a União Europeia e as suas directrizes surge em boa medida como uma reacção à posição assumida nesse mesmo âmbito pelo Estado central. Tratar-se-á então de uma reafirmação da distintividade regional. Este estudo salienta, na mesma linha dos nossos trabalhos, a importância de compreendermos melhor a dinâmica da identidade e os processos comparativos que desempenham um papel decisivo na formação das atitudes face à União Europeia.

Identidade a diferentes níveis e antagonismo funcional

Fizemos já referência à questão do antagonismo funcional, suscitada no âmbito da teoria da autocategorização, a propósito da identidade pessoal e social, para referir a saliência de uma ou outra em função da situação considerada. Alguns autores interpretaram este antagonismo no sentido de não ser de esperar que ocorram relações positivas entre identificações a diferentes níveis, isto é, que estas sejam compatíveis, e parecem surpreendidos quando se deparam com essas mesmas relações (Hilton *et al.* 1996; Mlicki e Ellemers 1996; Opp 2005). Parece-nos, no entanto, que essa interpretação não se compagina verdadeiramente com a visão da teoria da autocategorização. Esta, embora insista na influência do contexto na saliência de uma categoria em relação a outras numa situação específica, admite que certas categorias podem apresentar uma acessibilidade crónica e centralidade para os indivíduos (Oakes 1987). Por isso considera plausíveis todas as combinações possíveis entre a identificação com o país e as identificações com as categorias infranacionais em diversos contextos: desde a relação negativa entre identidades até à positiva (como no caso de identidade dual) e à independência entre identidades. Como refere Eaton (2002), na perspectiva da identidade comparativa, a identificação a um nível de inclusividade é influenciada pela identificação a outros níveis, pois tem efeitos sobre a acessibilidade das categorias. Segundo algumas interpretações recentes, podemos admitir que algumas autocategorizações sejam mais ou menos susceptíveis de ser activadas pelo contexto social, o que definitivamente constitui uma limitação para o antagonismo funcional (Rutland e Cinnirella 2000). Para estes autores, as autocategorizações mais centrais e acessíveis são mais difíceis de alterar, enquanto as frágeis ou embrionárias são mais dependentes do contexto comparativo. Por outro lado, a posição da teoria da autocategorização sobre o antagonismo funcional entre os níveis individual e social do autoconceito foi recentemente matizada com a consideração de que a conduta é o resultado da interacção de factores contextuais e individuais (Turner *et al.* 2006).

Identidade comparativa, identidade dual e atitudes face ao exogrupo

Um trabalho de grande relevo no âmbito das questões suscitadas na perspectiva da identidade comparativa é o recentemente efectuado na Alemanha por Ullrich, Christ e Schlüter (2006) sobre o papel moderador da identificação a dois níveis – subgrupo (nacional) e supra-ordenado (europeu) – face à ameaça intergrupar decorrente da entrada de novos países na União Europeia. Os investigadores procuraram saber se a identificação dual (alta identificação com o país e com a Europa) produz atitudes mais positivas ou mais negativas relativamente aos exogrupos. São considerados os diferentes tratamentos dados à questão por dois modelos teóricos: o de Hornsey e Hogg (2000), que destaca os possíveis efeitos negativos da recategorização de subgrupos dentro de uma categoria supra-ordenada e da estratégia assimilacionista, na medida em que podem implicar uma ameaça à distintividade dos subgrupos, e o da projecção do endogrupo (Mummendey e Wenzel 1999), em que se afirma que as avaliações negativas sobre um exogrupo integrado numa categoria supra-ordenada são uma consequência da percepção de que as características do exogrupo contrariam o protótipo da categoria supra-ordenada, ao passo que as características do grupo de pertença se projectam nessa mesma categoria supra-ordenada. Segundo Mummendey e Wenzel (1999), esta tendência é mais acentuada nas pessoas que têm uma alta identidade dual. Assim, enquanto para o primeiro modelo a identidade dual reduziria a tendência para a diferenciação intergrupar, para o segundo modelo, e por força do mecanismo de projecção endogrupal, a predição é a oposta. Embora o estudo de Ullrich, Christ e Schlüter (2006) não pretenda directamente estabelecer uma contraposição entre estes dois modelos, o certo é que acaba por corroborar o modelo da projecção endogrupal. Com efeito, o estudo mostra que os indivíduos com alta identidade dual (nacional e europeia) são os que reagem mais à percepção de ameaça decorrente da entrada de novos membros na União Europeia. Tal reacção traduz-se numa avaliação mais negativa destes exogrupos, avaliação esta que é concomitante à projecção das características do endogrupo sobre a categoria europeia. Os três autores procuram mostrar a complementaridade dos dois modelos e consideram ser possível que as vantagens da identidade dual se limitem às minorias, não ocorrendo no caso das maiorias; e sugerem que a ameaça intergrupar talvez seja uma das condições situacionais que limitam os efeitos benéficos da identidade

dual. Esta discussão assume particular interesse na óptica da identidade comparativa, mais próxima da posição de Hornsey e Hogg (2000) do que do modelo da projecção endogrupal.

Mas há alguns dados que são compatíveis com ambas as posições. Geralmente, e conforme se viu, só a alta identidade comparativa, e não a dual, suscita o favoritismo. No entanto, no nosso primeiro estudo sobre percepção entre grupos linguísticos em Espanha surgiram padrões de favoritismo específico entre os grupos que diferiam na sua relação com a categoria nacional – o que deu origem à noção de identidade comparativa. Contudo, também se verificou que o favoritismo mais generalizado ocorria no grupo com baixa identidade comparativa, o que equivale à identidade dual. Este resultado foi interpretado no sentido de o grupo cuja língua era dominante (o dos falantes de castelhano) poder sentir-se ameaçado pelo uso de outras línguas dentro do contexto espanhol. Isto seria compatível com a posição do modelo da projecção endogrupal: quando há uma ameaça, o grupo que revela mais favoritismo é o maioritário com identidade dual. Na mesma ordem de ideias, os resultados obtidos no nosso último estudo sobre a influência da identidade comparativa sobre a acessibilidade crónica da categoria autonómica podem ser interpretados como apoio indirecto a esta orientação: no caso dos catalães e bascos, ao aumento da identidade comparativa corresponde o aumento da acessibilidade crónica das categorias respectivas; no caso dos madrilenos, cuja média de identidade comparativa é inferior a 3, é a aproximação à identidade dual que prediz significativamente a acessibilidade crónica da categoria autonómica.

Do nosso ponto de vista, é importante tomar em consideração a que contextos sócio-políticos são aplicados estes modelos de processos intergrupais. Será pertinente associar a posição de Hornsey e Hogg (2000) àqueles contextos multiculturais em que a opção se faz entre a estratégia assimilacionista e a estratégia da manutenção das identidades culturais e o segundo modelo, o da projecção do endogrupo, àquelas situações em que há um processo de criação de uma nova categoria supra-ordenada, como a Alemanha reunificada ou a União Europeia. No contexto espanhol, que abrange minorias muito diferentes (por exemplo, bascos e catalães) e grupos muito representativos da maioria e ameaçados pela perda da sua posição de predominância (por exemplo, castelhanos e madrilenos), é possível que ambos os processos – defesa da distintividade ou da projecção endogrupal – ocorram simultaneamente, embora em subgrupos diferentes. Estas questões poderão justamente merecer uma análise sistemática em futuras investigações sobre a identidade comparativa.

Conclusões

Como parece evidente, a investigação sobre a identidade comparativa deu os seus frutos, que, em nossa opinião, se centram na demonstração da complexidade da identificação com categorias sociais que se situam a diferentes níveis de inclusão e das suas repercussões nas relações intergrupais, como o favoritismo e as atitudes face ao uso das línguas ou face a categorias supra-ordenadas – alargando o espectro da análise dos processos derivados da identidade social. A dinâmica da comparação de identidades permite obter preditores mais exactos sobre as atitudes intergrupais. O desenvolvimento desta linha de pesquisa esteve claramente ligado a contextos sociais mais alargados, tal como foi proposto por Tajfel. Destacámos já na introdução o papel desempenhado por María Ros ao empreender esta tarefa e ao levar outros a nela participarem e realizá-la com sucesso. Grande parte das ideias, a começar pela da identidade comparativa, são fruto da sua inteligência e conhecimentos, bem como da sua capacidade de estabelecer relações entre diferentes áreas da psicologia social. Em suma, María Ros conjugava de modo insuperável a criatividade e a capacidade de trabalho. O facto de serem escassos os trabalhos contemporâneos dos nossos sobre questões semelhantes às por nós tratadas e numerosos os trabalhos posteriores sobre essas mesmas questões é bem revelador de que a nossa abordagem focou uma área com interesse, em momento oportuno e seguindo uma perspectiva teórica adequada.

No contexto da análise da identidade nacional, as questões de maior alcance que actualmente se colocam referem-se aos factores contextuais que podem influir nos efeitos da identidade dual ou da identidade exclusiva e aos processos psico-sociais implicados, assim como aos seus efeitos sobre o favoritismo endogrupal. Por outro lado, tem interesse investigar outros factores, para além da identidade, que influem na percepção de entitatividade de um grupo – isto na linha de trabalhos recentes que assinalam a importância da percepção de continuidade colectiva por via da «persistência» cultural ou histórica (Sani *et al.* 2007). Também será importante estudar o modo como os factores ideológicos, como o nacionalismo, podem dar lugar a favoritismo endogrupal e à depreciação de um exogrupo em contextos histórico-sociais específicos.

Finalmente, e como já foi referido, escusado será salientar a importância que, do ponto de vista político e no actual contexto da Europa e do seu contínuo processo de construção, assume o estudo do papel desempenhado pelas identidades a nível nacional e infranacional e da sua repercussão na construção da identidade europeia.

Jorge Vala
Cícero Pereira
Rui Costa-Lopes
Jean-Claude Deschamps

Capítulo 8

Atitudes face à imigração e identidade nacional

A identificação com o país é um dos processos através dos quais as pessoas constroem uma identidade colectiva, partilhando com outros crenças, memórias e projectos. No estudo do *International Social Survey Programme* (ISSP) de 2003-2004 sobre a identidade nacional perguntava-se qual a importância atribuída a uma série de grupos (grupo profissional, étnico, etário, religioso, político, e ainda o género, a nação, a família, a região e a classe social) para a autodefinição pessoal dos respondentes. A nacionalidade é considerada um factor importante para a sua autodefinição por 14% dos portugueses e 12% dos cidadãos de um largo número de países da UE,¹ atribuindo-se mais importância apenas à família e ao género, no caso de Portugal, e à família e ao grupo profissional, no caso do conjunto dos países da UE considerados. No mesmo sentido, 51% dos cidadãos portugueses sentem-se muito identificados com Portugal e o mesmo sucede, relativamente aos respectivos países, com 45% dos cidadãos da UE.

A pergunta a que procurámos responder neste capítulo é a de saber em que medida a saliência da identificação com o país e os significados da identidade nacional estão associados a atitudes face aos que não partilham a mesma nacionalidade, especificamente face aos imigrantes.

Esta pergunta parte de uma primeira constatação – a de que o reconhecimento da pertença a um grupo ou categoria social e a sua integração na autodefinição têm geralmente efeitos na forma como reagimos aos membros do grupo a que pertencemos (endogrupos) e aos membros dos grupos a que não pertencemos (exogrupos) (Tajfel e Turner 1979; v. também, noutro contexto teórico, Deschamps e Moliner 2009).

¹ Os países europeus considerados são os seguintes: Alemanha, Reino Unido, Áustria, Irlanda, Holanda, Suécia, Espanha, França, Dinamarca, Finlândia.

Porém, nem todos os grupos têm a mesma importância na nossa auto-identificação e, conseqüentemente, nem todos terão a mesma importância na organização dos nossos comportamentos e atitudes. Um dos factores que determinam o peso com que um dado grupo afecta um indivíduo a nível comportamental, perceptivo e atitudinal é não só a pertença a esse grupo, como a força do sentimento de pertença, isto é, o grau de identificação (Ellemers, Spears e Doosje 1999). Pela nossa parte, propomos que os significados associados às identidades determinam a orientação e a intensidade das atitudes intergrupais.

Dada a importância que a identidade nacional assume, como mostram os dados acima referidos, é de esperar que ela tenha impactos significativos na forma como pensamos a relação entre os que partilham e os que não partilham a nossa pertença nacional. De facto, esta questão, e especificamente a relação entre a identidade nacional e as atitudes face à imigração, é um tema de debate recorrente na arena política em geral (O'Rourke e Sinnott 2006). Abordamos, assim, um problema que permanece e que neste momento atinge uma acuidade particular. Por exemplo, o debate sobre a identidade nacional promovido em França pelo presidente Sarkozy e o seu governo desencadeou, até 30 de Dezembro de 2009, 23 000 reacções registadas no *site* oficial do debate. Dessas reacções, cerca de 40% evocam temas relacionados com a imigração (v. *Le Monde*, 7 de Janeiro de 2010).

Identidade nacional e atitudes intergrupais negativas

A literatura em psicologia social hesita na associação entre a identificação endogrupal e as atitudes negativas face a outros grupos (e. g., McGarty 2001). De facto, a principal teoria neste domínio disciplinar sobre este tema, a teoria da identidade social (Tajfel e Turner 1979), tem originado posições e estudos empíricos com resultados ambíguos ou mesmo muito diferentes quanto a esta questão. Esta teoria define a identidade social como a parte da identidade do indivíduo que decorre da pertença a grupos e do valor associado a essa pertença. Uma das premissas fundamentais da teoria é a de que os indivíduos gostam de pensar positivamente sobre os grupos a que pertencem, dado que a sua auto-estima decorre, pelo menos em parte, de uma identidade social positiva. Por sua vez, uma identidade social positiva depende de uma avaliação positiva

do endogrupo em comparação com exogrupos relevantes. Assim se poderá explicar não só a emergência de favoritismo endogrupal, mas também da derrogação de outros grupos (exogrupos) (Tajfel e Turner 1979). Ou seja, a partir desta teoria podemos pensar que, quanto maior a identificação com um grupo, maior o favoritismo em relação a esse grupo e aos seus membros e, muito provavelmente, mais fortes as atitudes negativas relativamente a outros grupos e às pessoas que os integram.

Por exemplo, no caso específico da relação entre identificação nacional e atitudes face a imigrantes, num estudo realizado com amostras representativas de quatro países europeus (França, Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha), Pettigrew e Meertens (1995) verificaram que, quanto maior a identificação com a nação, maior a orientação para o preconceito e discriminação de imigrantes. Também Blank e Schmidt (1997, cit. *in* Blank e Schmidt 2003) encontraram suporte empírico para a existência desta relação usando dados correlacionais de amostras nacionais representativas (ISSP-1995: Áustria, EUA, Itália, RDA, RFA, Reino Unido e Rússia). Mais recentemente, Wagner e colegas (Wagner *et al.* 2007) analisaram a correlação entre o nível de identificação nacional e a derrogação de imigrantes com base em dados longitudinais de quase 600 cidadãos alemães. Usando dois pontos de medição separados por quatro anos no tempo, os autores mostraram que a associação entre a identificação nacional e as atitudes negativas face aos imigrantes é, efectivamente, positiva.

A questão pode, porém, ser mais complexa, exigindo um estudo sistemático de moderadores da relação entre a identificação com um grupo e a derrogação de exogrupos significativos. De facto, Hinkle e Brown (1990) efectuaram uma revisão de 14 estudos que testavam a relação entre identificação e atitudes intergrupais ou discriminação de exogrupos e mostraram que essa relação era praticamente nula. Também Inglehart (1995), num estudo envolvendo 43 países, mostrou uma correlação entre identidade nacional e conservadorismo, mas não entre identidade nacional e etnocentrismo. Na mesma linha, uma análise do *Eurobarómetro* 47,1 de 1997, realizado em 15 países europeus, não evidenciou uma correlação significativa entre o orgulho nacional e as atitudes relativamente a pessoas de «outra raça, religião ou cultura» (Deschamps e Lemaine 2004). Para alguns autores, estes resultados fazem sentido no quadro da teoria da identidade social, uma vez que esta teoria não defenderia uma relação directa entre a identificação endogrupal e a derrogação exogrupal, mas apenas o favoritismo endogrupal (McCarty 2001; Mummendey 1995). De facto, é apenas isso que mostra o estudo experimental inicial de Tajfel

(Tajfel *et al.* 1971), realizado com matrizes de atribuição de pontos a um exogrupo e a um endogrupo. Esse estudo mostrou que as pessoas favorecem de diferentes formas os membros dos seus grupos relativamente aos de outros grupos quando se trata de distribuir recursos positivos. Porém, quando se trata de distribuir recursos negativos, ou custos, o favoritismo endogrupal não se manifesta (Mummendey 1995). Podemos assim pensar numa dissociação entre um sentimento de positividade *versus* um endogrupo e de negatividade *versus* o exogrupo correspondente (Brewer 1999)

De qualquer forma, pode haver condições que facilitam uma associação entre a identificação grupal e a discriminação exogrupal e que podem ajudar a explicar resultados, como os de Pettigrew e Meertens (1995), no contexto dos processos migratórios. Por exemplo, Hinkle e Brown (1990) avançaram a hipótese de que a relação entre a identificação e os enviesamentos negativos face a outros grupos depende de factores moderadores. Estes autores propuseram que a identificação com o endogrupo pode ter diferentes significados e desenvolveram uma taxonomia de grupos que inclui duas dimensões ortogonais: individualismo *vs.* colectivismo (v. Triandis 1995) e orientação relacional *vs.* autónoma (orientação para a comparação ou não). Considerando esta taxonomia, Hinkle e Brown defendem que a relação entre a identificação endogrupal e as atitudes negativas face aos outros grupos apenas emergirá para indivíduos ou grupos com uma orientação colectivista e relacional (saliência das comparações intergrupais). Brown e colegas (1992) apresentam dados que suportam esta hipótese: a associação entre a identificação endogrupal e os enviesamentos intergrupais foi mais elevada no quadrante colectivista-relacional do que em todos os outros. Também Mummendey, Klink e Brown (2001) mostraram que a identificação nacional e a derrogação de outros grupos podem não se correlacionar, ao mesmo tempo que também mostram que essa correlação é provável quando a comparação entre um endogrupo e um exogrupo está saliente. Neste contexto, as percepções de ameaça podem representar um papel fundamental (Sindic e Reicher 2009).

Pela nossa parte, consideramos importante salientar os estudos que têm mostrado o papel moderador das representações sobre a nação na relação entre a identidade nacional e as atitudes exgrupais negativas. Por exemplo, alguns estudos mostram que, quando o país é representado como um conjunto de entidades (Billiet, Maddens e Beerten 2003), e não como uma entidade única, a probabilidade de uma relação positiva entre a identificação e as atitudes exgrupais negativas é menor. Esta hipótese poderá de facto ser invocada para explicar a ausência de relação

entre a identidade nacional e as atitudes negativas face à imigração na Suíça e no Reino Unido (ISSP-2003), o mesmo ocorrendo na Bélgica (v. Billiet, Maddens e Beerten 2003), países frequentemente representados como um agregado de entidades.

Será ainda importante considerar a representação da história da nação um factor importante na relação entre a identificação nacional e a hostilidade face a outros grupos (Citrin, Wong e Duff 2001; Liu e Hilton 2005). Nesta perspectiva, que enfatiza o papel da representação prevalecte da história da nação, Kelman (1997) examinou a relação entre a identificação nacional e as perspectivas de paz e hostilidade exogrupal no caso do conflito israelo-palestiniano. É também no contexto da representação sobre a história da nação que propusemos uma explicação para o facto de Portugal aparecer recorrentemente como uma excepção, quando estudos com amostras representativas analisam a relação entre a identificação e as atitudes exgrupais negativas. Num estudo sobre o racismo em Portugal (Vala, Brito e Lopes 1999), como num estudo com resultados do ISSP-2003 (dados de oito países europeus) ou no estudo do ESS-2004 (v. Vala, Lopes e Lima 2008), verifica-se consistentemente, contrariamente ao que sucede na média de outros países europeus, uma dissociação entre o grau de identificação e as atitudes negativas face a imigrantes. Na nossa interpretação, a activação da identidade nacional torna saliente a representação luso-tropicalista da colonização e esta coíbe a expressão de atitudes negativas explícitas face aos ex-colonizados (embora o mesmo não se passe com atitudes menos explícitas; v. Vala, Lopes e Lima 2008). Nas bases de dados transnacionais e nos estudos que realizámos até agora apenas encontramos uma excepção a este padrão: um estudo sobre a memória do descobrimento do Brasil em que se mostra que os que mais se identificam com Portugal têm uma imagem mais negativa dos escravos e dos índios do que aqueles que se identificam menos (Vala e Saint-Maurice 2004).

No presente estudo examinámos dois conjuntos de hipóteses não investigadas até agora na literatura neste domínio. O primeiro conjunto de hipóteses retoma os estudos sobre a *identidade comparativa*, analisa o seu impacto nas atitudes face à imigração e estuda o seu papel no quadro da relação entre valores e atitudes face à imigração (Ramos e Vala 2009). O segundo conjunto de hipóteses incide no estudo do impacto dos significados da identidade nacional nas atitudes face à imigração. Concretamente, neste segundo caso estudámos o efeito da identidade nacional pensada como patriotismo *vs.* nacionalismo na atitude face à imigração. Argumentámos que as consequências da identidade nacional nas atitudes intergrupais serão melhor compreendidas quando a identidade nacional

é estudada em contexto comparativo; argumentámos também que tão ou mais importante do que o impacto do grau de identificação nacional nas atitudes intergrupais serão os conteúdos de que é investida a identidade nacional.

Identidade comparativa, valores e oposição à imigração

Ros, Huici e Gomez (2000; v. capítulo 7 deste livro) salientaram que muitos dos trabalhos que focam a identidade social e comparações e diferenciações intergrupais remetem para uma identidade social sustentada apenas em comparações binárias entre um endogrupo e um exogrupo. Ros e colegas introduziram então o conceito de *identidade comparativa*, propondo que, quando se estudam as consequências da identificação grupal, se devem ter em conta as relações entre auto-identificações sociais a diferentes níveis de abstracção. Note-se que a componente comparativa da identidade social não remete aqui para a existência ou inexistência de uma comparação com exogrupos, mas sim para a importância que a identificação com endogrupos a diferentes níveis de abstracção ou inclusão pode revestir. Assim, a *identidade comparativa* pode ser definida como a comparação de graus de identificação com dois grupos em níveis diferentes de inclusão (e. g., identificação com Portugal e com a Europa). Ros e colegas defendem que a consideração simultânea de identificações com mais que uma categoria/grupo permite entender melhor as atitudes intergrupais.

Neste estudo, a identidade nacional comparativa é analisada comparando-se o grau de identificação com o país e o grau de identificação com a Europa. A hipótese que colocamos é a de que, quanto maior a identidade nacional comparativa (isto é, maior identificação com o país do que com a Europa), maior a oposição à imigração, hipótese ainda não testada no estudo da análise da relação entre identificação nacional e atitudes face à imigração. Por outro lado, e na sequência de estudos anteriores que mostraram que os valores igualitários facilitavam a aceitação da imigração, enquanto os valores de conservação da ordem social facilitavam a oposição à imigração (Ramos e Vala 2009), examinámos depois a hipótese de a identidade comparativa representar o papel de mediador na relação entre os valores sociais e a oposição à imigração.

Dados e variáveis

Para analisar o efeito da identidade nacional e da identidade nacional comparativa na oposição à imigração usámos os dados do ISSP-2003 recolhidos na Suíça e em Portugal, recorrendo a perguntas adicionais que introduzimos no questionário-base. Estas perguntas adicionais foram fruto de uma colaboração entre o ICS e a equipa de psicologia social da Universidade de Lausana. Para analisar as relações entre a identidade nacional comparativa, os valores e a oposição à imigração usámos os dados do ESS-2004 obtidos em Portugal, na Suíça e na Polónia. Neste caso recorreremos a perguntas do questionário-base do ESS sobre valores sociais e sobre oposição à imigração e a perguntas complementares introduzidas nas versões portuguesa, polaca e suíça do ESS, resultado de uma colaboração entre o ICS, a FORS e o Instituto de Filosofia e Sociologia da Academia Polaca de Ciências.²

Resultados

O impacto da identificação com o país³ na oposição à imigração⁴ foi analisado com recurso à análise de regressão múltipla, considerando variáveis independentes a medida de identificação e dois índices sobre crenças relativas aos imigrantes. Um destes índices agrega diferentes variáveis que procuram avaliar a preocupação com a imigração a nível de aspectos instrumentais (percepção de ameaça no campo económico; percepção de privação relativa económica; percepção de interdependência negativa a nível económico);⁵ o outro índice avalia aspectos simbólicos relacionados com

² Agradecemos a colaboração científica de Dominique Joye, da FORS, Universidade de Lausana, e de Franciszek Sztabinski e Pavel Sztabinski.

³ A identificação nacional foi avaliada pelo seguinte indicador: «em que medida se sente identificado com» Portugal/Suíça. Codificámos as respostas de modo a variarem de 1 (nada identificado) a 4 (muito identificado).

⁴ O indicador de oposição à imigração é o seguinte: «actualmente acha que o número de imigrantes em Portugal/Suíça devia...»: 1 (aumentar muito) a 5 (diminuir muito).

⁵ Os indicadores usados são os seguintes: *percepção de ameaça económica* – «de uma forma geral, os imigrantes são bons para a economia portuguesa/suíça», com as respostas codificadas a variarem de 1 (concordo totalmente) a 5 (discordo totalmente); *privação relativa económica* – «comparando com a situação económica dos imigrantes, como avalia, actualmente, a sua situação económica? A sua situação é:...», com as respostas a variarem de 1 (bastante melhor do que a dos imigrantes) a 5 (muito pior do que a dos imigrantes); *interdependência negativa* – «qual das seguintes opiniões corresponde melhor à sua maneira de pensar?», onde as respostas possíveis eram: «os trabalhadores portugueses/suíços têm interesses incompatíveis com os interesses dos imigrantes» vs. «os trabalhadores portugueses e imigrantes devem defender os seus interesses em comum».

a imigração (percepção de que os imigrantes são uma ameaça a nível cultural; percepção de privação relativa a nível de questões processuais).⁶ As variáveis que medem aspectos simbólicos e aspectos instrumentais relacionados com a oposição à imigração foram introduzidas na regressão como variáveis de controlo do efeito da identidade nacional.

Como se pode verificar no quadro 8.1, a identidade nacional em Portugal e na Suíça não é um preditor da oposição à imigração. Como referimos atrás, este resultado pode estar relacionado com as crenças lusotropicalistas, no caso de Portugal, e com a representação do país como um conglomerado, mais do que uma entidade única, no caso da Suíça. Este resultado pode, porém, indicar apenas uma dissociação entre a identificação com o país e a derrogação de outros grupos, como discutido e mostrado em estudos anteriores (Mummendey 1995; Brewer 1999), o que indicaria que a identificação nacional não conduz necessariamente a atitudes negativas face a outros grupos ou nações. Finalmente, este resultado pode indicar que a identificação nacional, como outras identificações, deve ser medida de forma comparativa quando o objectivo é avaliar as consequências da saliência e acessibilidade de uma dada identificação nas relações intergrupais. Será que, quando a identificação com a nação é maior do que a identificação com uma categoria supra-ordenada do mesmo campo, as atitudes intergrupais são negativas? É esta a questão que passamos a analisar.

Seguindo a hipótese de Ros e colegas (Ros, Cano e Huici 1987; Huici, Ros e Gómez 2003) sobre a identidade comparativa e estendendo-a ao contexto das atitudes face à imigração, propomos que, quanto maior a diferenciação, em termos identitários, entre a nação e uma categoria supra-ordenada, como a Europa, maior a orientação para a discriminação de um exogrupo relevante, como os imigrantes. Assim, se medirmos a identidade nacional, comparando-a com a identidade europeia, obteremos uma medida da identidade nacional comparativa que reflecte melhor a saliência e a acessibilidade cognitiva e emocional desta dimensão da identidade social.⁷

⁶ O indicador de *percepção de ameaça simbólica* é: «A cultura e os valores que nos deixaram os nossos antepassados desaparecerão se a imigração no nosso país não for fortemente controlada.» Codificámos as respostas de modo a variarem de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente). O indicador de *privação relativa procedimental* é: «De uma forma geral, as autoridades dão mais atenção aos problemas dos imigrantes do que aos problemas das pessoas como o(a) senhor(a)». Codificámos as respostas de modo a variarem de 1 (discorda totalmente) a 5 (concorda totalmente).

⁷ A *identificação comparativa* foi operacionalizada num índice resultante da subtracção do item de identificação com a Europa («em que medida se sente identificado com a Europa») ao item de identificação com Portugal/Suíça.

Quadro 8.1 – Efeitos da identidade nacional e dos aspectos instrumentais e simbólicos na oposição à imigração em Portugal e na Suíça (coeficientes de regressão estandardizados)

	Portugal	Suíça
Identidade nacional	<i>n. s.</i>	<i>n. s.</i>
Aspectos instrumentais	0,32***	0,17***
Aspectos simbólicos	0,22***	0,51***
R ² ajustado	0,19***	0,38***

n. s. = não significativo; *** $p < 0,001$.

Quadro 8.2 – Efeitos da identidade comparativa e dos aspectos instrumentais e simbólicos na oposição à imigração em Portugal e na Suíça (coeficientes de regressão estandardizados)

	Portugal	Suíça
Identidade comparativa	0,08***	0,10***
Aspectos instrumentais	0,32***	0,16***
Aspectos simbólicos	0,21***	0,49***
R ² ajustado	0,20***	0,39***

*** $p < 0,001$.

Para analisar o efeito da identidade comparativa na oposição à imigração recorreremos aos mesmos procedimentos estatísticos e às mesmas variáveis de controlo usadas anteriormente. Neste caso verificámos (quadro 8.2) que, quanto maior a identidade comparativa, maior a oposição à imigração, mesmo quando introduzimos no modelo testado variáveis que medem aspectos simbólicos e instrumentais bastante importantes na avaliação da imigração. Note-se que o impacto da identidade comparativa é, no entanto, menor do que o impacto decorrente da percepção de ameaça nos campos simbólico e instrumental.

Podemos agora avançar na compreensão do papel da identidade nacional comparativa na determinação das atitudes face à imigração. Neste novo passo analítico, propomos que a saliência da identidade nacional comparativa decorre de valores, sendo apoiada por determinadas constatações de valores e travada por outras, e funciona como mediador do efeito dos valores sociais na avaliação dos fenómenos de imigração.

Num estudo sobre a relação entre valores e atitudes face à imigração em cinco países (França, Alemanha, Holanda, Reino Unido e Portugal) mostrou-se que nos vários países analisados, com excepção de Portugal,

os valores designados por Schwartz (1992) como valores de autotranscendência (compreensão, tolerância, protecção do bem-estar dos outros, preocupação com a natureza) predizem negativamente a oposição à imigração. Mostrou-se também que os valores de conservação da ordem social (respeito pela tradição, pela religião e pela família, conformidade social) predizem positivamente, nos cinco países, a mesma orientação comportamental (Ramos e Vala 2009).

Assim, apesar da excepção referida em Portugal, podemos propor que estes valores estão associados à identidade nacional comparativa e que o efeito dos valores na oposição à imigração poderá ser mediado por essa mesma dimensão da identidade social. Desta forma, os valores, enquanto dimensões normativas da vida social, seriam princípios orientadores da acção (neste caso, a oposição à imigração), sendo este efeito mediado pela saliência de um tipo particular de factores cognitivos e emocionais: a identidade social (neste caso, a identidade social comparativa).

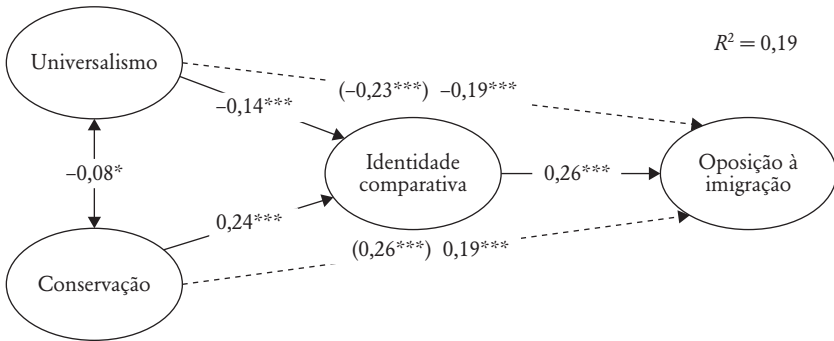
Para testarmos esta hipótese usámos, como referido, as bases de dados de três países do ESS-2004 (Portugal, Polónia e Suíça). No modelo testado, os valores do universalismo⁸ e da conservação são considerados preditores da oposição à imigração.⁹ O modelo prediz que, quanto maior o universalismo, menor a identidade comparativa e menor a oposição à imigração, quanto maior a conservação, maior a identidade comparativa e maior a oposição à imigração e, quanto maior a identidade comparativa, maior a oposição à imigração.

Estas hipóteses foram testadas com base nos princípios estatísticos propostos por Baron e Kenny (1986). Como podemos ver na figura 8.1, as nossas hipóteses verificam-se claramente no caso da Suíça. Porém, em Portugal e na Polónia os valores universalistas apresentam-se pouco relacionados com a oposição à imigração e essa relação, além de reduzida, não é mediada pela identidade comparativa (figuras 8.2 e 8.3).

⁸ Os inquiridos indicavam em que medida achavam parecida com eles a pessoa descrita nas seguintes situações: «Um homem\mulher que acha importante que todas as pessoas no mundo sejam tratadas igualmente. Acredita que todos devem ter as mesmas oportunidades na vida»; «Um homem para quem é importante ouvir pessoas diferentes de si. Mesmo quando discorda de alguém, continua a querer compreender essa pessoa». Codificámos as respostas de modo a variarem de 1 («não tem nada a ver comigo») a 6 («exactamente como eu»).

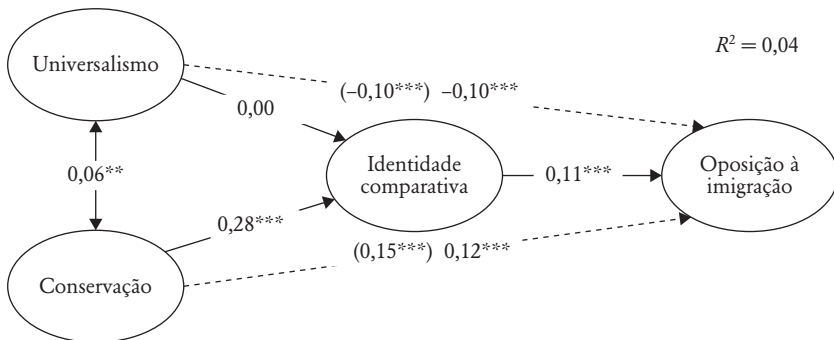
⁹ Os inquiridos indicavam «em que medida acha que [país] deve deixar que pessoas de raça ou grupo étnico diferente do que a maioria [nacionalidade] venham e fiquem a viver cá». Codificámos as respostas de modo a variarem de 1 (deve deixar vir muitas pessoas) a 4 (não deve deixar vir ninguém).

Figura 8.1 – Relação entre os valores e a oposição à imigração na Suíça mediada pela identidade comparativa



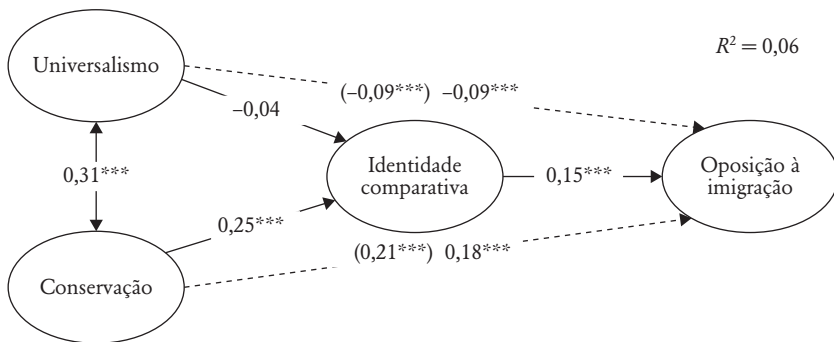
* $p < 0,05$; *** $p < 0,001$.

Figura 8.2 – Relação entre os valores e a oposição à imigração em Portugal mediada pela identidade comparativa



** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Figura 8.3 – Relação entre os valores e a oposição à imigração na Polónia mediada pela identidade comparativa



*** $p < 0,001$.

As hipóteses formuladas verificam-se, pois, apenas na Suíça, mostrando-se, nomeadamente, como a saliência da identidade nacional face à identidade europeia (identidade nacional comparativa) decorre de valores de conservação e se correlaciona negativamente com valores universalistas. Mostrou-se também como a identidade comparativa é um dos processos que sustentam a relação entre valores e a oposição à imigração.¹⁰

Os resultados de Portugal e da Polónia mostram, por sua vez, que os valores de conservação da ordem social facilitam a saliência da identidade nacional face à identidade europeia, mas que os valores universalistas não se correlacionam com essa mesma saliência.¹¹ Ou seja, noutra linguagem, o nacionalismo e o europeísmo serão independentes dos valores universalistas, mas encontram-se positivamente associados – no caso do nacionalismo – ou negativamente associados – no caso do europeísmo – aos valores de conservação da ordem social. Estes resultados não são facilmente enquadráveis na hipótese de que a identificação com categorias mais inclusivas está associada a valores universalistas. Resultados igualmente problemáticos foram obtidos por Likata e Klein (2002) num estudo com uma amostra não representativa de estudantes belgas. Os resultados destes autores mostram que as pessoas que mais se identificam com a Europa expressam maior xenofobia e que a identidade nacional na Bélgica não se correlaciona com atitudes negativas face aos imigrantes, como viria também a verificar Billiet *et al.* (2003).

No conjunto, estes resultados indicam que para compreendermos os impactos da identidade nacional nas relações com outros grupos é insuficiente o estudo da saliência da identificação, ainda que a saliência ou identificação comparativa represente um avanço empírico significativo neste domínio. É neste contexto que propomos que o entendimento das atitudes intergrupais decorrentes da identificação com a nação implica conhecer os significados associados à identidade nacional.

¹⁰ De facto, na Suíça os efeitos mediados pela identidade comparativa são significativos tanto no caso do universalismo (teste de Sobel = $-5,81$, $p < 0,001$) como da conservação (teste de Sobel = $8,20$, $p < 0,001$).

¹¹ Nestes países apenas o efeito da conservação é significativamente mediado pela identidade comparativa: Portugal (teste de Sobel = $4,31$, $p < 0,001$); Polónia (teste de Sobel = $5,24$, $p < 0,001$).

Identidade nacional, patriotismo, nacionalismo e atitudes face à imigração

A hipótese que examinamos agora é, pois, a de saber se a identidade nacional é ou não investida de significados diversos no pensamento social e se a tais significados correspondem atitudes intergrupais diferentes.

Como sabemos, é recorrente a distinção entre nacionalismo e patriotismo em psicologia social (e. g., para uma revisão, Worchel e Coutant 1996 e Mummendey, Klink e Brown 2001) e na ciência política (e. g., Huddy e Khatib 2007). Embora alguma literatura neste domínio associe patriotismo, simultaneamente, ao sentimento de ligação ao país, solidariedade e virtudes cívicas e a crenças sobre a superioridade do país e orientações para a competição (e. g., Spinner-Haleve e Theiss-Morse 2003), é relativamente consensual hoje uma distinção entre dimensões. Assim, na sequência, nomeadamente, de Kosterman e Feshbach (1989), mas também de Staub (1997), o patriotismo tem sido associado a uma forte ligação emocional ao país e aos seus símbolos, enquanto o nacionalismo corresponderia a conteúdos da identidade nacional que remetem para crenças na superioridade da nação e orientações para a competição e a dominação (Sidanius *et al.* 1997; Bar-Tal 1993; Karazava 2002). É nesta mesma linha que Staub (1997) distingue entre patriotismo cego (ou nacionalismo) e patriotismo construtivo (Schatz, Staub e Lavine 1999). O que na nossa perspectiva analítica importa, contudo, é saber se no senso comum esta distinção está presente, ainda que de forma implícita, e se estas duas dimensões do conteúdo da identidade nacional têm consequências diferenciadas nas atitudes intergrupais, especificamente nas relações entre nacionais e não nacionais.

A multidimensionalidade dos conteúdos da identidade nacional foi mostrada, por exemplo, num estudo de Feshbach e Sakano (1997) realizado nos EUA e no Japão, tendo sido obtidas estruturas factoriais bastante semelhantes nos dois países em torno de quatro factores (*patriotismo* – sinto orgulho em ser...; ser... é parte da minha identidade; *nacionalismo* – tendo em vista a superioridade moral e material de... os outros países deveriam ter formas de governo semelhantes às nossas; quanto maior a influência de... noutros países, melhor eles estão; *internacionalismo* – orientação para a cooperação internacional; *liberdades cívicas* – orientação para a defesa dos direitos cívicos, como a liberdade de exprimir pontos de vista negativos sobre o país). Estes resultados foram globalmente replicados no Japão por Karazawa (2002). Por sua vez, num estudo de Huddy e Khatib

(2007), com dados do *National Social Survey* (EUA) de 1996, foram identificados três factores ortogonais: identidade nacional (grau de identificação), patriotismo e nacionalismo.

São alguns os estudos que, para além de analisarem a multidimensionalidade dos conteúdos da identidade nacional, analisaram também a relação dessas dimensões com a xenofobia e o etnocentrismo. Por exemplo, os resultados de uma pesquisa sobre a identidade nacional e as atitudes intergrupais na África do Sul (Duckitt e Mphuting 1998) mostram que o nacionalismo, mas não o patriotismo, se correlaciona com o etnocentrismo. Por sua vez, Dowds e Young (1997), num estudo com dados do ISSP, mostram que apenas o nacionalismo exclusivo se correlaciona com a xenofobia. Da mesma forma, Blank e Schmidt (2003), num estudo realizado na Alemanha, distinguem empiricamente nacionalismo e patriotismo e mostram que este corresponde a maior tolerância e aquele a menor tolerância face a diferentes minorias, nomeadamente estrangeiros. Também Viki e Calitri (2008) verificaram que o nacionalismo, mais do que o patriotismo, estava associado à infra-humanização de exogrupos.

No conjunto, os resultados de pesquisas anteriores permitem formular a hipótese de que o senso comum distingue entre patriotismo e nacionalismo e que o primeiro destes entendimentos da identidade nacional estará dissociado de posições negativas face à imigração e da percepção de ameaça, enquanto o segundo facilita avaliações negativas da imigração e a percepção de que os imigrantes constituem uma ameaça no plano simbólico e no plano dos recursos.

Dados e variáveis

Para analisar as dimensões do conteúdo da identidade nacional e o seu impacto nas atitudes face à imigração usámos os dados do ISSP-2003 recolhidos em Portugal, Alemanha, Áustria, Dinamarca, Espanha, França, Finlândia, Reino Unido e Suécia, países da UE antes do alargamento com presença na referida edição do ISSP. Os indicadores de nacionalismo e patriotismo que foram utilizados decorrem largamente das escalas de Kosterman e Feshbach (1989).¹² Como variáveis dependentes, medi-

¹² Indicadores de nacionalismo: prefiro ter a nacionalidade portuguesa a ter a nacionalidade de qualquer outro país do mundo; o mundo seria um lugar melhor se as pessoas dos outros países fossem parecidas com os portugueses; de uma forma geral, Portugal é melhor do que a maioria dos outros países; as pessoas devem apoiar o seu país mesmo quando o país tomou uma posição errada; Portugal deve defender os seus interesses mesmo quando isso conduza a conflitos com outras nações. Indicadores de patriotismo:

mos não só a oposição à imigração, como também a percepção de ameaça simbólica (no plano dos valores e costumes) e realista (no plano económico e dos recursos) associada aos imigrantes (Stephan *et al.* 2005).

Resultados

O primeiro passo desta parte do nosso estudo consistiu em realizar um conjunto de análises factoriais confirmatórias dos indicadores do conteúdo da identidade nacional. Propusemos a hipótese de que este conteúdo está organizado em três factores correlacionados. Como podemos ver nos resultados sumariamente apresentados na figura 8.4, temos assim um factor de nacionalismo e dois factores de patriotismo: um destes refere o patriotismo baseado no funcionamento do sistema sócio-político e o outro refere o patriotismo associado à história do país.¹³

Nas figuras 8.5, 8.6 e 8.7 podemos verificar que as diferenças entre países, com algumas excepções, são muito pequenas, embora estatisticamente significativas. De qualquer forma, Portugal, a Áustria e a Dinamarca são os países que apresentam valores de nacionalismo mais elevados.¹⁴ Ainda no que toca às diferenças entre países, estas são mais relevantes a nível do patriotismo do que do nacionalismo. Portugal é, neste contexto, o país onde se exprime menor orgulho relativamente ao funcionamento do sistema socio-político (v. capítulo 4, de Cameira e Marques) e um dos países com índices mais elevados no patriotismo baseado na história do país (v. Leal e Sobral, respectivamente, nos capítulos 2 e 3).

qual o grau de orgulho que sente por Portugal relativamente a cada um destes aspectos (sinto muito orgulho/nenhum orgulho) – a forma como a democracia funciona; a influência política de Portugal no mundo; o desenvolvimento da economia; o sistema de segurança social; a forma justa como todos os grupos sociais são tratados; a sua história.

¹³ Estimámos três modelos factoriais, sendo um formado pelos três factores correlacionados que propusemos e dois modelos alternativos. O modelo proposto apresenta bom ajustamento aos dados, $\chi^2_{42} = 2461,42$, $p < 0,001$; CFI = 0,91; AGFI = 0,94; RMSEA = 0,07. O primeiro modelo alternativo também previa três factores, mas não correlacionados, o qual não apresentou ajustamento satisfatório aos dados, $\chi^2_{45} = 4535,87$, $p < 0,001$; CFI = 0,84; AGFI = 0,90; RMSEA = 0,09. O segundo modelo alternativo propunha que o conteúdo da identidade seria formado por dois factores: nacionalismo e patriotismo, saturando num único factor o patriotismo «sistema» e «história». O ajustamento desse modelo aos dados é apenas razoável, $\chi^2_{43} = 2987,73$, $p < 0,001$; CFI = 0,89; AGFI = 0,93; RMSEA = 0,08. De maior importância para a nossa análise, o modelo dos três factores correlacionados que propomos ajusta-se significativamente melhor aos dados do que os dois modelos alternativos com $\Delta\chi^2$ significativos a $p < 0,001$.

¹⁴ Quando se compara Portugal com o conjunto dos restantes países, os valores de nacionalismo são significativamente mais elevados em Portugal.

Figura 8.4 – Análise factorial confirmatória das dimensões de conteúdo da identidade nacional

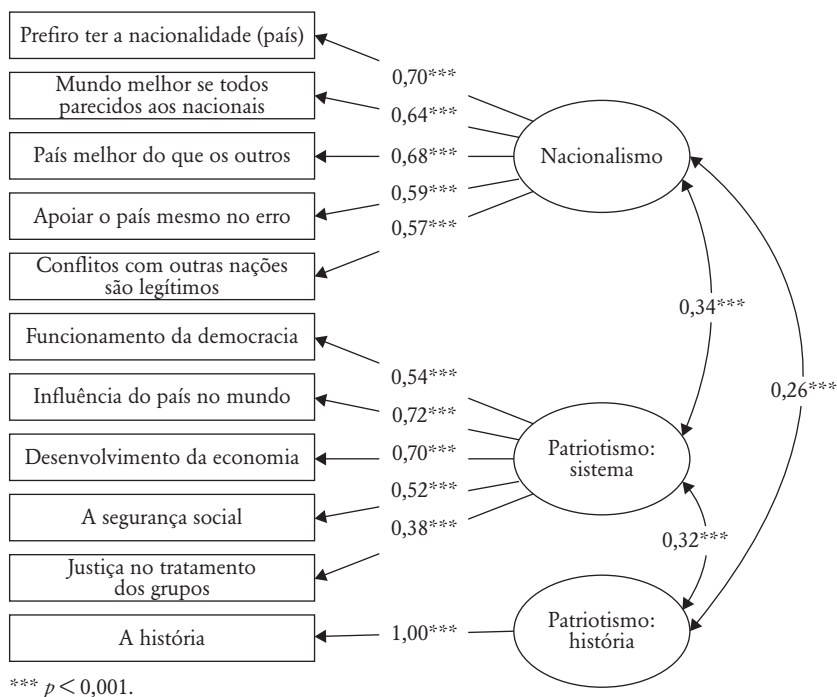


Figura 8.5 – Nacionalismo: comparação entre países (médias)

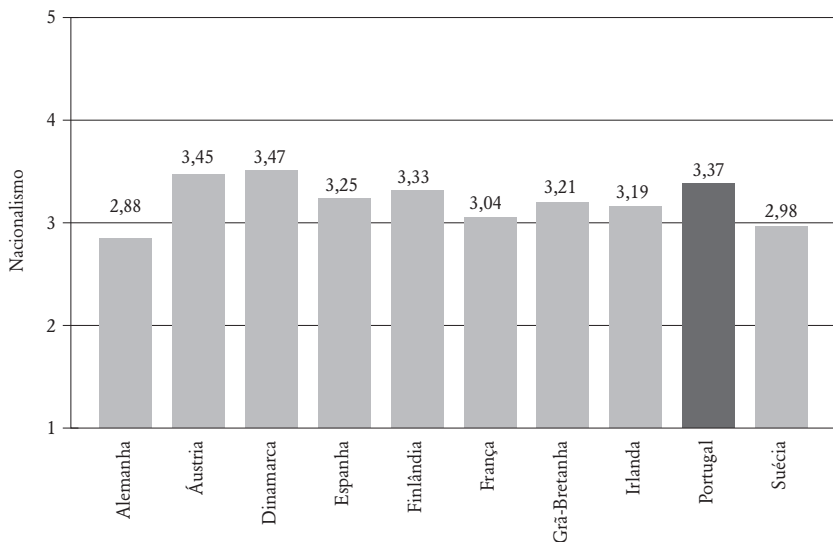


Figura 8.6 – Patriotismo (sistema): comparação entre países
(médias)

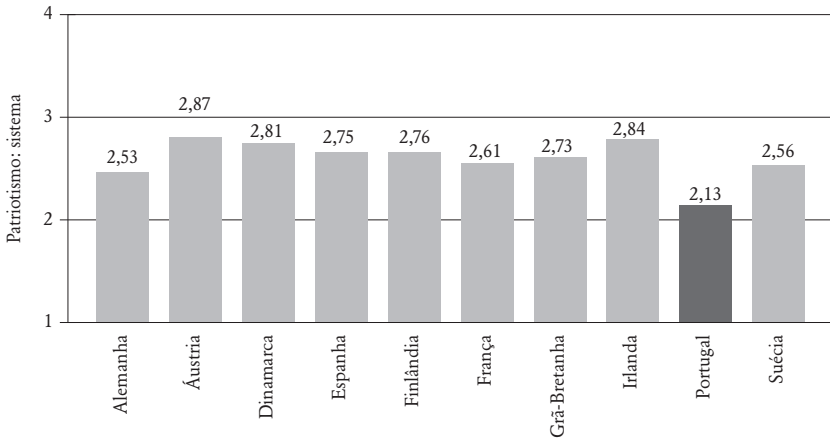
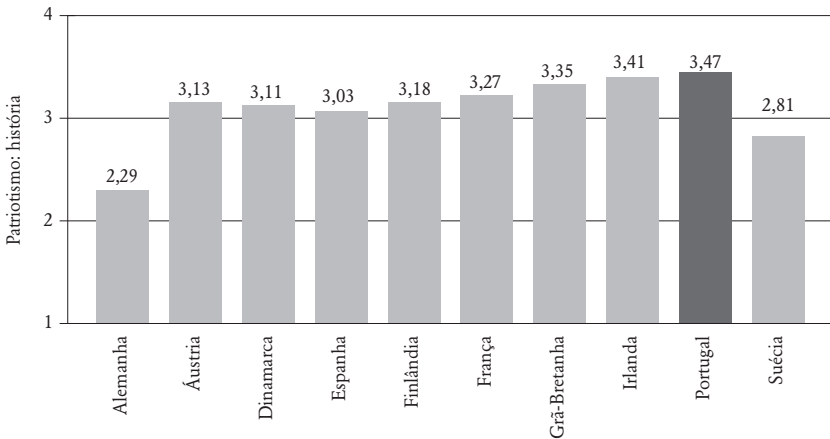


Figura 8.7 – Patriotismo (história): comparação entre países
(médias)



O passo seguinte do nosso percurso analítico consistiu em correlacionar estas duas dimensões do conteúdo da identidade nacional com as atitudes face à imigração. Para tal recorreremos à análise de regressão múltipla, considerando variáveis independentes as dimensões do nacionalismo e do «patriotismo-sistema» e o «patriotismo-história». Considerámos variáveis de controlo duas variáveis sócio-demográficas (escolaridade e idade) e o grau de identificação comparativa (v. quadro 8.3). Os resultados do primeiro modelo de regressão mostram que, quanto mais ele-

Quadro 8.3 – Patriotismo e nacionalismo como preditores das atitudes face à imigração
(coeficientes de regressão estandardizados)

Preditores	Atitudes face à imigração					
	Oposição à imigração		Ameaça simbólica		Ameaça realista	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 1	Modelo 2
Escolaridade	-0,21***	-0,10***	-0,16***	-0,06***	-0,22***	-0,08***
Idade	0,06***	<i>n. s.</i>	0,05***	<i>n. s.</i>	0,04***	<i>n. s.</i>
Identidade comparativa	0,14***	0,11***	0,17***	0,14***	0,18***	0,12***
Nacionalismo		0,33***		0,39***		0,44***
Patriotismo (sistema)		-0,22***		-0,26***		-0,17***
Patriotismo (história)		<i>n. s.</i>		<i>n. s.</i>		<i>n. s.</i>
R^2 ajustado	0,08***	0,13***	0,07***	0,14***	0,10***	0,21***

n. s. = não significativo; *** $p < 0,001$; amostras dos países referidos na figura 8.5.

vada é a escolaridade dos inquiridos, menor é a oposição à imigração e menor é a percepção de ameaça. A identificação comparativa também prediz significativamente as atitudes face à imigração, de tal forma que, quanto mais saliente é a identidade nacional relativamente à europeia, maior é a oposição à imigração e a percepção de ameaça.

O segundo modelo de regressão apresentado no quadro 8.3 testa, efectivamente, o impacto do nacionalismo e do patriotismo nas atitudes face à imigração. Os resultados mostram, de acordo com as hipóteses formuladas, que o nacionalismo está fortemente associado à oposição à imigração e à percepção de ameaça (tanto ao nível simbólico como realista). O patriotismo baseado na história encontra-se dissociado dessas atitudes. Por sua vez, o patriotismo baseado no sistema político está associado com a menor oposição à imigração e com a menor percepção de ameaça. Por outras palavras, quanto mais se exprime orgulho no funcionamento do sistema sócio-político nacional, menos oposição se manifesta relativamente à imigração e menos se considera que os imigrantes representam uma ameaça.

A nossa hipótese previa uma simples dissociação entre patriotismo e atitudes face à imigração, enquanto os resultados mostram que o patriotismo baseado no sistema sócio-político pode facilitar atitudes positivas face a exogrupos relevantes, como os imigrantes. Este resultado, em particular, merece maiores desenvolvimentos no futuro. Por exemplo, seria necessário perceber se esta associação do patriotismo baseado no sistema com atitudes face à imigração se processa através de uma menor intolerância ou através de uma maior tolerância face aos imigrantes.

Conclusões

Este trabalho procurou saber em que medida a saliência da identificação com o país e os significados da identidade nacional estão associados a atitudes face aos que não partilham a mesma nacionalidade, especificamente face aos imigrantes. Para tal recorremos a dados de amostras representativas de países europeus recolhidas no âmbito do ESS e do ISSP.

Inicialmente, mostrou-se que as consequências da identidade nacional nas atitudes intergrupais são melhor compreendidas quando a identidade nacional é estudada em contexto comparativo. Embora a saliência ou identificação comparativa representem um avanço empírico significativo neste domínio, argumentámos que é necessário conhecer os significados associados à identidade nacional para um melhor entendimento das atitudes intergrupais decorrentes da identificação com a nação. Foi neste sentido que se analisaram os impactos de duas dimensões do conteúdo da identidade nacional (patriotismo e nacionalismo). Os resultados a este nível mostraram claramente que o nacionalismo é uma dimensão da identidade nacional claramente facilitadora de posições mais negativas face à imigração. Em contrapartida, os resultados relativos ao patriotismo mostram que este, quando baseado numa avaliação positiva do sistema sócio-político, facilita atitudes tolerantes face à imigração.

A investigação aqui apresentada sobre os significados da identidade nacional (patriotismo e nacionalismo) e os seus impactos nas atitudes face à imigração são estimulantes no sentido em que mostram a importância do conteúdo associado a uma modalidade de identificação para se entender o significado e a repercussão pessoal e social dessa mesma identificação.

Neste sentido, importa aprofundar a diversidade dos conteúdos identitários, em geral, e os que se encontram associados à identidade nacional, em particular (Rothi, Lyons e Chrysochoou 2005). Concretamente, sugerimos que se estude o impacto da representação da natureza da nação sobre as atitudes face à imigração, contrapondo uma representação *cívica* a uma representação *etnista* da nação (Lewin-Epstein e Levanon 2005; Brubaker 1992; Sobral neste volume).

De facto, a nível da reflexão teórica sobre a *natureza da nação*, encontramos duas orientações dominantes com impactos na conceptualização da identidade nacional: uma orientação que associa a identidade nacional a uma perspectiva étnica e genealógica da nação; outra que a associa a uma perspectiva cívica e territorial (para uma discussão, v. Habermas 1994 e Smith 1999; v. também a introdução a este volume). A primeira

pressupõe uma comunidade primordial e a sua permanência através da descendência. A identidade nacional é neste caso sobretudo uma questão «intrínseca» e natural e que tem por base raízes linguísticas e culturais e características sociais e psicológicas comuns. A segunda perspectiva entende a identidade nacional como uma comunidade política associada a um território demarcado e acentua a dimensão legal das instituições comuns. Entre estas duas perspectivas, outras, mais matizadas, foram desenvolvidas, como, por exemplo, a que propõe que a identidade nacional está baseada numa combinação de subgrupos que se organizam através de instituições e da participação cívica, tendo tido origem em processos diversos, nomeadamente migratórios (Castles e Miller 1998).

Estas diferentes perspectivas têm sido discutidas em Portugal, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista da sua aplicação ao caso português (Cabral 1992; Catroga neste volume; Mattoso 1998; Sobral 2003 e 2004). Do ponto de vista do nosso problema, a questão que se coloca é a de saber quais as categorias que o senso comum, através da reflexão quotidiana colectiva, construiu e usa para pensar a origem da nação e da identidade nacional, tentando verificar em que medida estas estão assentes na ideia de etnismo em oposição a uma concepção cívica e territorial da nação.

Além disso, será importante examinar a relação entre as representações sobre a natureza da nação e as relações que as pessoas mantêm com outros grupos, nomeadamente com imigrantes. O nosso argumento é o de que a oposição à imigração e a percepção dos imigrantes como uma ameaça no campo simbólico e instrumental estará assente numa concepção etnista e não numa concepção cívica da nação.

Em síntese, este trabalho revelou não só a diversidade e complexidade do conceito de identidade nacional, como a importância da sua saliência e dos seus conteúdos para um melhor entendimento das atitudes face à imigração e aos imigrantes. De uma forma mais geral, este estudo sugere que para compreender o impacto da identificação com um dado grupo nas relações com outros grupos será importante não só conhecer o grau de identificação, mas também os significados da identidade.

Nota metodológica

O International Social Survey Programme

O *International Social Survey Programme* (ISSP) é uma ampla rede internacional de estudos transnacionais, envolvendo a aplicação anual de inquéritos em mais de quatro dezenas de países. O ISSP iniciou a sua actividade em 1985 e tem como principais objectivos:

- Desenvolver e produzir dados internacionais, numa perspectiva comparativa e longitudinal, sobre diferentes domínios da vida social e sobre um conjunto alargado de variáveis de caracterização sócio-demográfica;
- Criar instrumentos de análise e de suporte metodológico para a construção e prossecução de inquéritos de cariz transnacional e longitudinal;
- Construir uma infra-estrutura de conhecimento com vista a apoiar a pesquisa de investigadores em ciências sociais;
- Disponibilizar dados à comunidade científica e ao público em geral.

Os inquéritos ISSP são aplicados anualmente a amostras representativas da população dos países participantes com 18 ou mais anos, sem limite superior, independentemente da sua nacionalidade ou situação legal.

Os questionários são constituídos por um módulo temático e por um módulo sócio-demográfico, que inclui questões sobre a caracterização demográfica, a educação, a ocupação, os rendimentos, a classe social, a participação política e religiosa.

Em Portugal, o ISSP integra o programa *Atitudes Sociais dos Portugueses* (ASP), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e é coordenado por Jorge Vala e Manuel Villaverde Cabral. Desde a sua in-

tegração nesta rede de pesquisa em 1997 foram realizados os seguintes estudos:¹

Módulo temático	Ano
Orientações perante o trabalho	1997; 2005
Religião	1998; 2008
Desigualdades sociais	1999; 2009
Ambiente	2000; 2010*
Família e papéis de género	2002; 2012*
Identidade nacional	2003; 2013*
Cidadania	2004
Papel do governo	2006

* Em preparação.

O presente volume reúne a análise dos dados resultante da aplicação do módulo *Identidade Nacional* (ISSP-2003).² Este módulo abrange temas relacionados com a avaliação e a identificação de grupos de pertença, de fontes de orgulho nacional, do posicionamento do país face ao exterior (em relação a outros países e organizações internacionais) a diferentes níveis – desenvolvimento económico, instituições nacionais, desporto, património histórico e cultural.

Para além destas dimensões, a equipa portuguesa, em colaboração com a equipa suíça (coordenada por Jean-Claude Deschamps e Dominique Joye), introduziu um módulo complementar sobre as atitudes face aos imigrantes, focando as estratégias de relação das comunidades de acolhimento com os imigrantes.

Em termos metodológicos, a selecção da amostra e a recolha dos dados³ do inquérito estiveram a cargo da TNS-Euroteste. A amostra corresponde a uma amostra aleatória estratificada definida a partir do universo de pessoas com 18 ou mais anos residentes em Portugal continental, de acordo com os dados dos censos 2001. Foram considerados critérios para estratificação da amostra a região (NUTS II) e o número de habitantes (*habitat*). Foi utilizada a técnica de entrevista pessoal (face a face)

¹ Os resultados destes estudos encontram-se publicados noutros volumes das ASP na Imprensa de Ciências Sociais.

² O inquérito *ISSP – Identidade Nacional* foi aplicado em mais 33 países: África do Sul, Alemanha Ocidental, Alemanha do Leste, Austrália, Áustria, Bulgária, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos da América, Filipinas, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Hungria, Irlanda, Israel, Japão, Letónia, Noruega, Nova Zelândia, Polónia, República Checa, Rússia, Suécia, Suíça, Tailândia, Uruguai e Venezuela.

³ O trabalho de campo decorreu entre Abril e Setembro de 2004.

em casa dos entrevistados, mediante um questionário estruturado, com uma duração média de 60 minutos. A amostra final corresponde a 1602 entrevistas (erro da amostra = $\pm 2,4\%$; $\alpha = 0,05$).

Informação detalhada sobre a metodologia de construção da amostra e de recolha de dados, bem como o acesso à base de dados e a documentação sobre o inquérito, encontram-se disponíveis no *site* do ISSP (www.issp.org) e do programa ASP (www.atitudessociais.org). Mais informação sobre os conceitos e procedimentos estatísticos aplicados na análise de dados do presente inquérito pode ser consultada no *site* das ASP ou no vol. 6 desta mesma colecção.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, Martim de. 1974. *A Consciência Nacional Portuguesa*. Lisboa: ed. do autor.
- Allen, Theodore. 1994. *The Invention of White Race*. 2 vols. Nova Iorque: Verso.
- Almeida, Ana Nunes. 2003. «Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis». In *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, eds. Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 50-97.
- Amaral, Maria João, e Maria Benedicta Monteiro. 2002. «To be without being seen. Computer-mediated communication and social identity management». *Small Group Behaviour*, 33: 575-589.
- Anbinder, Tyler. 1992. *Nativism and Slavery: The Northern Know Nothings and the Politics of the 1850's*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Anderson, Benedict. 1991 [1983]. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.
- Armstrong, John. 1982. *Nations before Nationalism*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.
- Arnason, Johan P. 2006. «Nations and nationalisms: between general theory and comparative history». In *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, eds. Gerard Delanty e Krishan Kumar. Londres: Sage, 44-56.
- Barker, Philip W. 2009. *Religious Nationalism*. Abingdon, Oxford e Nova Iorque: Routledge.
- Baroja, Julio Caro. 2004 [1970]. *El Mito del Carácter Nacional*. Madrid: Editorial Caro Raggio.
- Baron, Reuben M., e David A. Kenny. 1986. «The moderator-mediator variable distinction in social psychological research: conceptual, strategic, and statistical considerations». *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (6): 1173-1182.
- Bar-Tal, Daniel. 1993. «Patriotism as fundamental beliefs of group members». *Politics and Individual*, 3: 45-62.
- Barth, Frederick. 1969. «Introduction». In *Ethnic Groups and Boundaries*, ed. Fredrick Barth. Londres: George Allen and Unwin, 9-37.
- Beecher, Lyman. 1835. *A Plea for the West*.
- Belissa, Marc, e Bernard Cottret, dirs. 2005. *Cosmopolitismes, patriotismes, Europe et Amérique (1773-1802)*. Rennes: Les Perséides.

- Benedict, Ruth. 2006 [1946]. *The Chrysanthemum and the Sword: Patterns of Japanese Culture*. Boston, MA: Mariner Books.
- Benei, Véronique. 2008. *Schooling Passions: Nation, History, and Language in Contemporary Western India*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Berry, John W. 1980. «Acculturation as varieties of adaptation». In *Acculturation: Theory, Models and Some New Findings*, ed. Amado M. Padilla. Boulder, CO: Westview, 9-25.
- Berry, John W. 1984a. «Cultural relations in plural societies». In *Groups in Contact: The Psychology of Desegregation*, eds. Norman Miller e Marilyn B. Brewer. Orlando, EUA: Academic Press, 11-27.
- Berry, John W. 1984b. «Multicultural policy in Canada: a social psychological analysis». *Canadian Journal of Behavioural Science*, 16: 353-370.
- Bethencourt, Francisco. 1991. «A sociogénese do sentimento nacional». In *A Memória da Nação*, orgs. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 473-503.
- Bhabha, Homi K. 1990. «Introduction: narrating the nation». In *Nation and Narration*, ed. Homi K. Bhabha. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1-8.
- Bierbrauer, Günter. 1994. «Toward an understanding of legal culture: variations in individualism and collectivism between Kurds, Lebanese, and Germans». *Law and Society Review*, 28: 243-264.
- Billiet, Jaak, Bart Maddens e Roeland Beerten. 2003. «National identity and attitude towards foreigners in a multinational state: a replication». *Political Psychology*, 24: 241-257.
- Billig, Michael. 1995. *Banal Nationalism*. Londres: Sage.
- Billington, Ray Allen. 1964 [1938]. *The Protestant Crusade, 1800-1860: A Study of the Origins of American Nativism*. Nova Iorque: s. ed.
- Blank, Thomas, e Peter Schmidt. 2003. «National identity in a united Germany: nationalism or patriotism? An empirical test with representative data». *Political Psychology*, 24: 289-312.
- Bond, Rod, e Peter B. Smith. 1996. «Culture and conformity: a meta-analysis of studies using Asch's (1952b, 1956) line judgment task». *Psychological Bulletin*, 119: 111-137.
- Bourdieu, Pierre. 1994. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil.
- Boxer, Charles R. 1969. *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.
- Branco, Jorge Freitas, e Luísa Tiago de Oliveira. 1993. *Ao Encontro do Povo*. 1. *A Missão*, Oeiras: Celta.
- Breton, Raymond. 1988. «From ethnic to civic nationalism». *Ethnic and Racial Studies*, 11 (1): 85-102.
- Brewer, Marilyn B. 1999. «The psychology of prejudice: ingroup love or outgroup hate?». *Journal of Social Issues*, 55 (3): 429-444.
- Brodin, Karen. 1998. *How Jews Became White Folks: And What That Says about Race in America*. Chapell Hill: Rutgers University Press.
- Brown, Ruppert J., et al. 1992. «Recognizing group diversity: individualist-collectivist and autonomous-relational social orientations and their implications for intergroup processes». *British Journal of Social Psychology*, 31: 327-342.
- Brubaker, Rogers. 1992. *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press.
- Brubaker, Roger. 2004. *Ethnicity without Groups*. Cambridge, MA e Londres: Harvard University Press.

- >Buckner, Philip. 2006. «Nationalism in Canada». In *Nationalism in the New World*, eds. Don H. Doyle e Marco Antonio Pamplona. Athens, GA e Londres: The University of Georgia Press, 99-116.
- Cabral, Manuel Villaverde. 1992. «Portugal e a Europa: diferenças e semelhança». *Análise Social*, 28: 943-954.
- Cabral, Manuel Villaverde. 1997. *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2003a. «A identidade nacional portuguesa: conteúdo e relevância». *Dados*, 46 (3): 513-533.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2003b. «O exercício da cidadania política em perspectiva histórica (Portugal e Brasil)». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18: 31-60.
- Calafate, Pedro, ed. 2006. *Portugal como Problema*. 4 vols. Lisboa: Público-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Calhoun, Craig. 2001. *Nationalism*. Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Calhoun, Craig. 2007. *Nations Matter: Culture, History and the Cosmopolitan Dream*. New York: Routledge.
- Campbell, J. Gibson, e Emily Lennon. 1999. «Historical census statistics on the foreign-born population of the United States: 1850-1990». Population Division Working Paper no. 29; disponível em <http://www.census.gov/population/www/documentation/twps0029/twps0029.html>.
- Carrus, Giuseppe, Marino Bonaiuto e Mirilia Bonnes. 2005. «Environmental concern, regional identity, and support for protected areas in Italy». *Environment and Behaviour*, 37: 237-257.
- Castel, Robert. 2003. *L'insécurité sociale*. Paris: La république des idées, Seuil.
- Castles, Stephen, e Mark J. Miller. 1998. *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. Londres: Macmillan.
- Catroga, Fernando. 1998. «Positivistas e republicanos», «História e ciências sociais em Oliveira Martins» e «As ritualizações da história». In *História da História em Portugal (Séculos XIX-XX)*, eds. Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga. Lisboa: Temas & Debates.
- Catroga, Fernando. 2006. *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil*. Coimbra: Almedina.
- Choi, Incheol, e Richard E. Nisbett. 1998. «Situational salience and cultural differences in the correspondence bias and actor-observer bias». *Personality and Social Psychology Bulletin*, 24: 949-960.
- Cinnirella, Marco. 1997. «Towards an European identity? Interactions between the national and European identities manifested by university students in Britain and Italy». *British Journal of Social Psychology*, 36: 19-31.
- Citrin, Jack, Cara Wong e Brian Duff. 2001. «The meaning of American national identity: patterns of ethnic conflict and consensus». In *Social Identity, Intergroup Conflict, and Conflict Reduction*, eds. Richard D. Ashmore, Lee Jussim e David Wilder. Londres: Oxford University Press, 71-100.
- Cole, John W., e Eric R. Wolf. 1974. *The Hidden Frontier. Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*. Nova Iorque: Academic Press.
- Coulanges, Fustel de. 1971. *Cidade Antiga. Estudo sobre o Culto, o Direito e as Instituições da Grécia e de Roma*. 10.^a ed. Lisboa: Clássica Editora.
- Cuchet, Violaine Sebillotte. 2007. *Libérez la patrie. Patriotisme et politique en Grèce ancienne*. Paris: Belin.

- Danforth, Loring. 1995. *The Macedonian Conflict. Ethnic Nationalism in a Transnational World*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Daniels, Roger. 2004. «Guarding the golden door: American immigration policy and immigrants since 1882». In *Thirteenth Census of the United States Taken in the Year 1910*. Vol. 1. Washington, D. C.: Bureau of the Census.
- David, Ohad, e Daniel Bar-Tal. 2009. «A sociopsychological conception of national identity: the case of national identity as an example». *Personality and Social Psychology Review*, 13 (4): 354-379.
- Day, Graham, e Andrew Thompson. 2004. *Theorizing Nationalism*. Houndmills e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Delicado, Ana. 2003. «A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo». In *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, eds. Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 199-256.
- Deliége, Robert. 2006. *Une histoire de l'anthropologie: écoles, auteurs, théories*. Paris: Éditions du Seuil.
- Delumeau, Jean. 1984. *A Crivilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa.
- Dias, Jorge A. 1990 [1953]. «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa». *Estudos de Antropologia*, 1: 135-157.
- Disney, Anthony R. 2009. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. Vol. 1. *Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dovidio, John F., et al. 2004. «Social inclusion and exclusion: recategorization and the perception of ingroup boundaries». In *The Social Psychology of Inclusion and Exclusion*, eds. Dominic Abrams, Michael A. Hogg e José M. Marques. Nova Iorque: Psychology Press, 245-264.
- Dowds, Lizanne, e Ken Young. 1997. «National identity». In *British Social Attitudes: The 13th Report*, eds. Roger Jowell et al. Dartmouth: Social and Community Planning Research.
- Duckitt, John, e Thobi Mphuting. 1998. «Group identification and intergroup attitudes: a longitudinal analysis in South Africa». *Journal of Personality and Social Psychology*, 74: 80-85.
- Dziembowski, Edmond. 1998. *Un nouveau patriotisme français 1750-1770. La France face à puissance anglaise à l'époque de la Guerre de Sept Ans*. Oxford: Voltaire Foundation.
- Eaton, Liberty. 2002. «South African national identity: a research agenda for social psychologists». *South African Journal of Psychology*, 32: 45-53.
- Edensor, Tim. 2002. *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*. Oxford e Nova Iorque: Berg.
- Edwards, John. 2001. «Language and nation» In *Encyclopaedia of Nationalism*, ed. Athena S. Leoussi. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers.
- Eisenstadt, Shmuel Noah e Bernhard Giesen. 1995. «The construction of collective identity». *Archives européennes de sociologie*, xxxvi: 72-102.
- Elbl, Ivana. 2007. «Group identities in the early Portuguese overseas expansion in Africa: concepts and expressions». *Portuguese Studies Review*, 15 (1-2): 37-61.
- Elias, Norbert. 1996. *The Germans: Power Struggles and the Development of Habitus in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Cambridge: Polity Press.
- Ellemers, Naomi, Russell Spears e Bertjan Doosje. 1999. *Social Identity: Context, Commitment, Content*. Oxford: Blackwell.
- Eriksen, Thomas H. 1993. *Ethnicity and Nationalism*. Londres: Pluto.
- Esses, Victoria M., et al. 2001. «The immigration dilemma: the role of group competition, ethnic prejudice, and national identity». *Journal of Social Issues*, 57: 389-412.

- Esses, Victoria M., et al. 2005. «Attitudes towards immigrants and immigration: the role of national and international identity». In *The social Psychology of Inclusion and Exclusion*, eds. Dominic Abrams, Michael A. Hogg e José M. Marques. Nova Iorque: Psychology Press, 317-337.
- Eurobarometer. 1994. *The First Year of the New European Union*. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb42/eb42_en.pdf.
- Eurobarometer. 1997. *Racism and Xenophobia in Europe*. http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_113_en.pdf.
- Febvre, Lucien. 1996. «*Honneur et patrie*». *Une enquête sur le sentiment d'honneur et l'attachement à la patrie*. Paris: Perrin.
- Felice, Domenico, dir. 2000. *Poteri, democrazia, virtù. Montesquieu nei movimenti repubblicani all'epoca della Rivoluzione francese*. Milão: Franco Angeli.
- Feshbach, Seymour, e Noboru Sakano. 1997. «The structure and correlates of attitudes toward one's nation in samples of United States and Japanese college students: a comparative study». In *Patriotism in the Lives of Individuals*, eds. Daniel Bar-Tal e Ervin Staub. Chicago, IL: Nelson-Hall Publishers, 91-107.
- Fieschi, Catherine, e Giorgios Varouxakis. 2001. «Citizenship and nationality». In *Encyclopaedia of Nationalism*, ed. Athena S. Leoussi. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers, 21-25.
- Fishman, Joshua A. 2001. «Concluding comments». In *Handbook of Language and Ethnic Identity*, ed. Joshua A. Fishman. Oxford e Nova Iorque: Oxford University, 444-454.
- Florack, Arnd, e Ursula Piontkowski. 2000. «Acculturation attitudes of the Dutch and the Germans toward the European Union: the importance of national and European identification». *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 21: 1-13.
- Fusi, Juan Pablo. 2004. *La Pátria Lejana. El Nacionalismo en el Siglo XX*. Madrid: Santillana Ediciones Generales.
- Geertz, Clifford. 1963. «The integrative revolution: primordial sentiments and civil politics in the new States». In *Old Societies and New States. The Quest for Modernity in Africa and Asia*, ed. Clifford Geertz. Nova Iorque: Free Press, 107-113.
- Gellner, Ernest. 1983. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- Giddens, Anthony. 2004. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gilbert, Daniel T., e Patrick D. Malone. 1995. «The correspondence bias». *Psychological Bulletin*, 117: 21-38.
- Giménez de la Peña, Almudena, et al. 2003. «Stereotype development in Andalusian children». *The Spanish Journal of Psychology*, 6: 28-34.
- Godechot, Jacques. 1983. *La grande nation*, Paris: Aubier-Montaigne.
- Godinho, Paula. 2005. «Três olhares da antropologia sobre a fronteira galego-portuguesa: apresentação». *Lethes. Cadernos Culturais do Limia*, 6: 78-81.
- Godinho, Paula. 2007. «Fronteira desvanecida: recomunitarização e estratégias patrimonializantes na raia». In *Educación Social, Animación Sociocultural y Desarrollo Comunitario*. Vol. 1, eds. X. M. Cid e Américo Peres. Vigo: Universidade de Vigo/UTAD, 293-304.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 2004. *Portugal: a Emergência de Uma Nação*. Lisboa: Colibri.
- Grant, Susan-Mary. 2006. «A nation before nationalism: the civic and ethnic construction of America». In *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, eds. Gerard Delanty e Krishan Kumar. Londres: Sage, 527-549.
- Green, Eva G. T. 2007. «Guarding the gates of Europe: a typological analysis of immigration attitudes in 21 European countries». *International Journal of Psychology*, 42: 365-379.

- Grosby, Steven. 2002. *Biblical Ideas of the Nation: Ancient and Modern*. Winona Lake, IN: Eisenbrauns.
- Grosby, Steven. 2005. *Nationalism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Gugliemo, Jennifer, e Salvatore Salerno, eds. 2003. *Are Italians White? How Race is Made in America*. Nova Iorque: Routledge.
- Gugliemo, Thomas. 2003. *White on Arrival: Italians, Race, Color and Power in Chicago, 1980-1945*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Guibernau, Montserrat. 2007. *The Identity of Nations*. Oxford: Polity Press.
- Habermas, Jürgen. 1994. «Citizenship and national identity». In *The Condition of Citizenship*, ed. Bart van Steenberg. Londres: Sage Publications, 20-35.
- Habermas, Jürgen. 1998. *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, Jürgen. 2002. *A Inclusão do Outro*. São Paulo: Loyola.
- Habermas, Jürgen. 2007. *Identidades Nacionales y Posnacionales*. 3.^a ed. Madrid: Tecnos.
- Hale, Grace. 1998. *Making Whiteness: The Culture of Segregation in the South, 1890-1940*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Handler, Richard. 1988. *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- Hann, Chris. 2006. «Nation and nationalism in Central and Eastern Europe». In *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, eds. Gerard Delanty e Krishan Kumar. Londres: Sage, 399-409.
- Hastings, Adrian. 1997. *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hayes, Carlton J. 1931. *The Historical Evolution of Modern Nationalism*. Nova Iorque: The Macmillan Company.
- Hayes, Carlton J. 1963 [1941]. *A Generation of Materialism 1871-1900*. Nova Iorque, Evanston e Londres: Harper Torchbooks.
- Heath, Anthony F., e James R. Tilley. 2005. «British national identity and attitudes toward immigration». *International Journal of Multicultural Societies*, 7 (2): 119-132.
- Heiberg, Marianne. 1989. *The Making of the Basque Nation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Herberg, Will. 1955. *Protestant, Catholic, Jew: An Essay in American Religious Sociology*. Nova Iorque: Doubleday.
- Herzfeld, Michael. 1986. *Ours Once More. Folklore, Ideology and the Making of Modern Greece*. Nova Iorque: Pella Publishing Company.
- Herzfeld, Michael. 1997. *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Hespanha, Maria José F. 1993. «Para além do Estado: a saúde e a velhice na sociedade-providência». In *Portugal: Um Retrato Singular*, ed. Boaventura de Sousa Santos. Porto: Afrontamento, 315-335.
- Hilton, Denis J., et al. 1996. «Social representations of history and attitudes to European unification in Britain, France and Germany». In *Changing European Identities: Social Psychological Analysis of Social Change*, eds. Glynis M. Breakwell e Evanthia Lyons. Woburn, MA: Butterworth-Heinemann, 275-295.
- Hinkle, Steve, e Ruppert J. Brown. 1990. «Intergroup comparisons and social identity: some links and lacunae». In *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances*, eds. Dominic Abrams e Michael A. Hogg. Hemel Hempstead: Wheatsheaf, 48-70.

- Hobsbawm, Eric J. 1994 [1990]. *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hobsbawm, Eric J., e Terence Ranger. 1983. *The Invention of Traditions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hofstede, Geert H. 1980. *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Newbury Park, CA: Sage.
- Hofstede, Geert H. 2001. *Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions, and Organizations across Nations*. Newbury Park, CA: Sage.
- Holy, Ladislav. 1996. *The Little Czech and the Great Czech Nation: National Identity and the Post-Communist Social Transformation*. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Hopkins, Nick, e Christopher Moore. 2001. «Categorizing the neighbours: identity, distance, and stereotyping». *Social Psychology Quarterly*, 64: 239-252.
- Hoppenbrowers, Peter. 2007. «The poetics and anthropology of national character (1500-2000)». In *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters*, eds. Manfred Beller e Joep Leerssen. Amesterdão e Nova Iorque: Rodopi, 45-63.
- Hornsey, Matthew J., e Michael A. Hogg. 2000. «Subgroup relations: a comparison of mutual intergroup differentiation and common ingroup identity models of prejudice reduction». *Personality and Social Psychology Bulletin*, 26: 242-256.
- Huddy, L., e N. Khatib. 2007. «American patriotism, national identity, and political involvement». *American Journal of Political Science*. 51 (1), 63-77.
- Huici, Carmen, e Maria Ros. 1993. «Identidad comparativa y diferenciación intergrupala». *Psicothema*, 5: 225-236.
- Huici, Carmen, e Maria Ros. 1995. «Social categorization at different levels: the concept of comparative identity». Comunicação apresentada no IV European Congress of Psychology, Julho, Atenas.
- Huici, Carmen, Maria Ros e Ángel Gómez. 2003. «Identidad comparativa, diferenciación intergrupala y identidad cultural». In *Estudios de Psicología Social*, coords. José Francisco Morales e Carmen Huici. Madrid: UNED, 35-54.
- Huici, Carmen, et al. 1997. «Comparative identity and evaluation of socio-political change: perceptions of the European Community as a function of the salience of regional identities». *European Journal of Social Psychology*, 27: 97-113.
- Huizinga, Johan. 1984 [1940]. «Patriotism and nationalism in European history». In *Men and Ideas: History, the Middle Ages, the Renaissance*. Pinceton, NJ: Princeton University Press, 97-155.
- Huizinga, Johan. 1984 [1959]. *Men and Ideas: History, the Middle Ages, the Renaissance*. Pinceton, NJ: Princeton University Press.
- Hutchinson, John 2001. «National identity». In *Encyclopaedia of Nationalism*, ed. Athena S. Leoussi. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers.
- Hutchinson, John. 2005. *Nations as Zones of Conflict*. Londres: Sage.
- Ignatiev, Noel. 1995. *How the Irish Became White*. Nova Iorque: Routledge.
- Inglehart, Ronald. 1995. «Changing values, economic development and political change». *International Social Science Journal*, 145: 379-404.
- Inglehart, Ronald. 1997. *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Pinceton, NJ: Princeton University Press.
- Jacobson, Matthew. 1998. *Whiteness of a Different Color. European Immigrants and the Alchemy of Race*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Janmaat, Jan G. 2006. «Popular conceptions of nationhood in old and new European member states: partial support for the ethnic-civic framework». *Ethnic and Racial Studies*, 29 (1): 50-78.
- Jenkins, Richard. 2008. *Social Identity*. Oxford e Nova Iorque: Routledge.
- Joppke, Christian. 2010. *Citizenship and Immigration*. Cambridge: Polity Press.
- Jurgensmeyer, Mark. 2006. «Nationalism and religion». In *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, eds. Gerard Delanty e Krishan Kumar. Londres: Sage, 182-191.
- Kantorowicz, Ernst H. 1989. *Les deux corps du roi*. Paris: Gallimard.
- Karazawa, Minoru. 2002. «Patriotism, nationalism, and internationalism among Japanese citizens». *Political Psychology*, 23: 645-666.
- Kedourie, Elie. 1960. *Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- Kellas, James G. 1998. *The Politics of Nationalism and Ethnicity*. Houndmills e Londres: Macmillan.
- Kelman, Herbert C. 1997. «Group processes in the resolution of international conflicts: experiences from the Israeli-Palestinian case». *American Psychologist*, 52: 212-220.
- Kennedy, Ruby Jo Reeves. 1944. «Single or triple melting pot? Inter-marriage trends in New Haven, 1870-1940». *The American Journal of Sociology*, 49: 331-39;
- Klandermans, Bert, José Manuel Sabucedo e Mauro Rodríguez. 2004. «Inclusiveness of identification among farmers in the Netherlands and Galicia (Spain)». *European Journal of Social Psychology*, 34: 279-295.
- Knobel, Dale T. 1986. *Paddy and the Republic: Ethnicity and Nationality in Antebellum America*. Middletown, CO: Wesleyan University Press.
- Kohn, Hans. 1945. *The Idea of Nationalism*. Nova Iorque: Mac Millan.
- Kohn, Hans. 1955. *Nationalism, its Meaning and History*. Princeton, NJ: Van Nostrand.
- Kohn, Hans. 1967. *Prelude to Nation-States: The French and German Experience, 1789-1815*. Princeton, NJ: Van Nostrand.
- Kohn, Hans. 2005 [1944]. *The Idea of Nationalism: A Study in its Origins and Background*. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers.
- Kolchin, Peter. 2002. «Whiteness studies: the new history of race in America». *Journal of American History*, 89 (1): 154-173.
- Kosterman, Rick, e Seymour Feshbach. 1989. «Toward a measure of patriotic and nationalistic attitudes». *Political Psychology*, 10: 257-274.
- Kriesi, Hanspeter. 2005. *Direct Democratic Choice: The Swiss Experience*. Lanham, LD: Lexington Books.
- Kriesi, Hanspeter, et al., eds. 1999. *Nation and National Identity*. Zurique: Rüegger.
- La Bruyère, Jean de. 1950 [1694]. «Du souverain ou de la république». In *Les caractères*. Paris: Hachette, 185.
- Lanaro, Silvio. 1996. *Patria*. Veneza: Marsilio.
- Landau, Mark J., et al. 2004. «A function of form: terror management and structuring the social world». *Journal of Personality and Social Psychology*, 87: 190-210.
- Leach, Colin W., et al. 2008. «Group-level self-definition and self-investment: a hierarchical (multi-component) model of in-group identification». *Journal of Personality and Social Psychology*, 95: 144-165.
- Leal, João. 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Leal, João. 2006. *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Leerssen, Joep. 2007. «The poetics and anthropology of national character (1500-2000)». In *Imagology: The Cultural Construction and Literary Representation of National Characters*, eds. Manfred Beller e Joep Leerssen. Amesterdão e Nova Iorque: Rodopi, 63-74.
- Lefer, Celso. 1989. «O significado da República». *Estudos Históricos*, 2 (4): 2.
- Lelievre-Botton, Sylvie. 1996. *Droit du sol, droit du sang. Patriotisme et sentiment national chez Rousseau*. Paris: Ellipses.
- Le Monde. 2010. *L'Identité nationale: le débat s'est bien focalisé sur l'immigration* (retirado em 22 de Março de 2010, <http://decodeurs.blog.lemonde.fr/2010/01/07/identite-nationale-le-debat-sest-bien-focalise-sur-limmigration/#xtor=RSS32280322>).
- Lewin-Epstein, Noah, e Asaf Levanon. 2005. «National identity and xenophobia in an ethnically divided society». *International Journal of Multicultural Societies*, 7: 90-118.
- Leyens, Jacques-Philippe, et al. 2002. «Expressing emotions and decoding them: ingroups and outgroups do not share the same advantages». In *From Prejudice to Intergroup Emotions: Differentiated Reactions to Social Groups*, eds. Diane M. Mackie e Eliot R. Smith. Nova Iorque: Psychology Press, 135-151.
- Lipponen, Jukka, et al. 2005. «Predicting the different profiles of organizational identification: a case of shipyard subcontractors». *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 78: 97-112.
- Liu, James H., e Denis Hilton. 2005. «How the past weighs on the present: social representations of history and their role in identity politics». *British Journal of Social Psychology*, 44: 1-21.
- Llobera, Josep R. 1994. *The God of Modernity. The Development of Nationalism in Western Europe*. Oxford: Berg.
- Llobera, Josep R. 2004. *Foundations of National Identity*. Oxford: Berg.
- Löfgren, Orvar. 1989. «The nationalization of culture». *Ethnologia Europaea*, XIX: 5-24.
- Lourenço, Eduardo. 1978. *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lourenço, Eduardo. 1988. *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Lusitanus. 1924. *Sinais dos Tempos*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.^a
- Mann, Michael. 1993. *The Sources of Social Power: The Rise of Classes and Nation-States*. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mann, Michael. 1994. *A Political Theory of Nationalism and its Excesses*. Madrid: Instituto Juan March de Estudios y Investigaciones.
- Marcu, Eva D. 1976. *Sixteenth Century Nationalism*. Nova Iorque: Abaris Books.
- Markus, Hazel, e Shinobu Kitayama. 1991. «Culture and the self: implications for cognition, emotion, and motivation». *Psychological Review*, 98: 224-253.
- Matos, Sérgio Campos. 1998. *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Mattera, Camilla, et al. 2005. «Autostereotyping and national identity in the Spanish context». *Revista Interamericana de Psicología*, 39: 83-92.
- Mattoso, José. 1985. *Identificação de Um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal, 1096-1325*. Vols. I e II. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mattoso, José. 1998. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- McCrone, David. 1998. *The Sociology of Nationalism*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- McCrone, David, e Richard Kiely. 2000. «Nationalism and citizenship». *Sociology*, 34 (1): 19-34.

- McDonald, Maryon. 1989. «*We Are not French!*» *Language, Culture and Identity in Brittany*. Londres: Routledge.
- McGarty, Craig. 2001. «Social identity theory does not maintain that identification produces bias, and self-categorization theory does not maintain that salience is identification: two comments on Mummendey, Klink and Brown». *British Journal of Social Psychology*, 40: 173-176.
- McGreevy, John T. 2003. *Catholicism and American Freedom: A History*. Nova Iorque: WW Norton & Company.
- Medeiros, António. 2006. *Dois Lados de Um Rio. Nacionalismo e Etnografias na Galiza em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mennell, Stephen. 2010. «L'histoire, le caractère nationale et la civilisation américaine». *Vingtième siècle*, 106: 143-159.
- Mlicki, Pawel P., e Naomi Ellemers. 1996. «Being different or being better? National stereotypes and identification of Polish and Dutch students». *European Journal of Social Psychology*, 26: 97-114
- Mols, Frank e Alexander Haslam. 2008. «Understanding EU attitudes in multilevel governance contexts: a social identity perspective». *West European Politics*, 31: 442-463.
- Monnier, Raymonde. 2006. «Patrie, patriotisme des lumières à la révolution. Sentiment de patrie et culte des heros». In *Dictionnaire des usages socio-politiques (1770-1815)*. *Patrie, patriotisme*, eds. Jacques Guilhaumou e Raymonde Monnier. Paris: Champion, 11-63.
- Montesquieu. 1964. *Oeuvres complètes*. Paris: Seuil.
- Morin, Edgar. 2008. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Mosse, George L. 1975. *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.
- Mosse, George L. 1988 [1961]. *The Culture of Western Europe: The Nineteenth and Twentieth Centuries*. Boulder e Londres: Westview Press.
- Mummendey, Amélie. 1995. «Positive distinctiveness and social discrimination: an old couple living in divorce». *European Journal of Social Psychology*, 25: 657-670.
- Mummendey, Amélia, e Michael Wenzel. 1999. «Social discrimination and tolerance of intergroup relations: reactions to intergroup difference». *Personality and Social Psychology Review*, 3: 158-174.
- Mummendey, Amélie, Andreas Klink e Ruppert J Brown. 2001. «Nationalism and patriotism: national identification and out-group rejection». *British Journal of Social Psychology*, 40: 159-172.
- Nora, Pierre, org. 1984-1992. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- Oakes, Penelope. 1987. «The salience of social categories» In *Rediscovering the Social Group. A self-categorization Theory*, eds. John C. Turner et al. Oxford: Blackwell, 117-141.
- O'Neill, Alexandre. 2005. *Poesias Completas*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Opp, Karl-Dieter. 2005. «Decline of the nation state? How the European Union creates national and subnational identifications». *Social Forces*, 84: 653-680.
- O'Rourke, Kevin. H., e Richard Sinnott. 2006. «The determinants of individual attitudes towards immigration». *European Journal of Political Economy*, 22 (4): 838-861.
- Ortega y Gasset, José. 1988. *Notas de Andar y Ver*. Madrid: Alianza.
- Oyserman, Daphna, Heather M. Coon e Markus Kemmelmeier. 2002. «Rethinking individualism and collectivism: evaluation of theoretical assumptions and meta-analyses». *Psychological Bulletin*, 128: 3-72.
- Pessoa, Fernando. 1978. *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa: Ática.

- Pettigrew, Thomas F., e Roel Meertens. 1995. «Subtle and blatant prejudice in Western Europe». *European Journal of Social Psychology*, 25: 57-75.
- Pettigrew, Thomas F., et al. 1998. «Outgroup prejudice in Western Europe». *European Review of Social Psychology*, 8: 241-273.
- Pina Cabral, João. 1991. *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.
- Pocock, John. 1975. *The Machiavelian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Prentice, Deborah A., e D. T. Miller. 2007. «Psychological essentialism of human categories». *Current Directions in Psychological Science*, 16 (4): 202-206.
- Ramos, Alice, e Jorge Vala. 2009. «Predicting opposition towards immigration: economic resources, social resources and moral principles». In *Quod Erat Demonstrandum: From Herodotus' Ethnographic Journeys to Cross-Cultural Research*, eds. Gari Aikaterini e Kostas Mylonas. Atenas: Atrapos Editions, 245-264.
- Ramos, Rui. 1994. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Reicher, Steven, e Nick Hopkins. 2001. *Self and Nation*. Londres: Sage.
- Rhee, Eum, James S. Uleman e Hoon K. Lee. 1996. «Variations in collectivism and individualism by ingroup and culture: confirmatory factor analysis». *Journal of Personality and Social Psychology*, 71: 1037-1054.
- Riketta, Michael. 2002. «Intergroup comparisons within the context of nested self-categorizations: effects of regional and national comparisons on the acceptance of the European Unión». *Group Processes & Intergroup Relations*, 5: 119-131.
- Rodríguez, Armando, et al. 2005. «El efecto de las identidades nacionales con distintos niveles de inclusividad en el prejuicio hacia exogrupos». *Psicothema*, 17: 441-446.
- Roediger, David. 1999. *The Wages of Whiteness. Race and the Making of the American World Class*. Nova Iorque: Verso.
- Roediger, David, e James Barrett. 2004. «Making new immigrants 'inbetween': Irish hosts and white panethnicity, 1890 to 1930». In *Not Just Black and White: Historical and Contemporary Perspectives on Immigration, Race, and Ethnicity in the United States*, eds. Nancy Foner e George M. Fredrickson. Nova Iorque: Russell Sage Foundation, 167-196.
- Ros, Maria, e Carmen Huici. 1996. «Comparative identity and cultural beliefs». Comunicação apresentada no XI General Meeting of EAESP, Gmunden, Áustria.
- Ros, Maria, Carmen Huici e Ángel Gómez. 2000. «Comparative identity, category salience and intergroup relations». In *Social Identity Processes. Trends in Theory and Research*, eds. Dora Capozza e Ruppert Brown. Londres: Sage, 81-95.
- Ros, Maria, Carmen Huici e José I. Cano. 1994. «Ethnolinguistic vitality and social identity: their impact on ingroup bias and social attribution». *International Journal of the Sociology of Language*, 108: 145-166.
- Ros, Maria, José I. Cano e Carmen Huici. 1987. «Language and intergroup perception in Spain». *Journal of Language and Social Psychology*, 6: 243-259.
- Rosanvallon, Pierre. 2004. *Le modèle politique français. La société civile contre le jacobinisme de 1789 à nos jours*. Paris: Seuil.
- Rosati, Massimo. 2000. *Il patriotismo italiano*. Roma-Bari: Laterza.
- Ross, Lee. 1977. «The intuitive psychologist and his shortcomings». *Advances in Experimental Social Psychology*, 10: 174-220.
- Rothbart, Myron, e Marjorie Taylor. 1992. «Category labels and social reality: do we view social categories as natural kinds?» In *Language, Interaction and Social Cognition*, eds. Gun Semin e Klaus Fiedler. Newsbury Park: Sage, 11-36.

- Rothi, Despina M., Evanthia Lyons e Xenia Chrysoschoou. 2005. «National attachment and patriotism in a European nation: a British study». *Political Psychology*, 26 (1): 135-155.
- Rousseau, Jean-Jacques. 1964. *Oeuvres complètes*. III. *Du contrat social. Écrits politiques*. Paris: Bibliothèque de la Pléiade-Gallimard.
- Ruivo, Fernando. 1993. «Estado e poder relacional: a intervenção informal dos poderes locais em Portugal». In *Portugal: Um Retrato Singular*, ed. Boaventura Sousa Santos. Porto: Afrontamento, 407-437.
- Rutland, Adam, e Marco Cinnirella. 2000. «Context effects on Scottish national and European self-categorization: the importance of category accessibility, fragility and relations». *British Journal of Social Psychology*, 39: 495-519.
- Salgado, Heliodoro. 1889. «Questões d'hoje». *Bohemia Nova*, ano I, n.º 6.
- Sangrador, José L. 1996. *Identidades, Actitudes y Estereotipos en la España de las Autonomías*. Madrid: CIS.
- Sani, F., et al. 2007. «Perceived collective continuity: seeing groups as entities through time». *European Journal Social Psychology*, 37: 1118-1134.
- Santos, Boaventura Sousa. 1994 [1993]. «Modernidade, identidade e cultura de fronteira», *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Afrontamento, 119-137.
- Santos, Irene Stridhorst dos. 2002a. «Pratiques culturelles et circulation en Europe. Les lusodescendants». *Revue de synthèse*, 123: 167-192.
- Santos, Irene Stridhorst dos. 2002b. «Des lusodescendants dans les sociétés française et portugaise: mémoires de la migration et appartenances enchevêtrés». *Recherches en anthropologie au Portugal*, 8: 17-38.
- Schatz, Robert T., Ervin Staub e Howard Lavine. 1999. «On the varieties of national attachment: blind versus constructive patriotism». *Political Psychology*, 20: 151-174.
- Schöpflin, George. 2001. «Ethnic and civic nationalism (Hans Kohn's typology)». In *Encyclopaedia of Nationalism*, ed. Athena S. Leoussi. New Brunswick e Londres: Transaction Publishers.
- Schulze, Hagen. 1996. *État et nation dans l'histoire de l'Europe*. Paris: Éditions du Seuil.
- Schwartz, Shalom H. 1992. «Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries». In *Advances in Experimental Social Psychology*. Vol. 25, ed. M. Zanna. San Diego, CA: Academic Press, 1-65.
- Schwartz, Shalom H. 1994. «Beyond individualism-collectivism: new cultural dimensions of values». In *Individualism and Collectivism: Theory, Method and Application*, eds. Uichol Kim et al. Newbury Park, CA: Sage, 77-119.
- Serrão, Joel. S. d. «Decadência». In *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 2, ed. Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 270-274.
- Shils, Edward. 1975 [1957]. «Primordial, personal, sacred and civil ties». In *Center and Periphery: Essays in Macrosociology*, ed. Edward Shils. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 111-126.
- Sidanius, Jim, et al. 1997. «The interface between ethnic and national attachment». *Public Opinion Quarterly*, 61: 103-1033.
- Silva, Luís Miguel. 2000. «Identidade nacional: práticas e representações num contexto de fronteira». Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Simondi, Simonde de. 1996 [1832]. *Storia delle repubbliche italiane*. Turim: Bollati Boringhieri.

- Sindic, Denis, e Steven D. Reicher. 2009. «'Our way of life is worth defending': testing a model of attitudes towards superordinate group membership through a study of Scots' attitudes towards Britain». *European Journal of Social Psychology*, 39 (1): 114-129.
- Smith, Anthony D. 1986. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell.
- Smith, Anthony D. 1991. *National Identity*. Harmondsworth: Penguin.
- Smith, Anthony D. 1997a. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Smith, Anthony D. 1997b. «The 'golden age' and national revival». In *Myths & Nationhood*, eds. Geoffrey Hosking e George Schöpflin. Londres: Hurst & Company, 36-59.
- Smith, Anthony D. 1998. *Nationalism and Modernism*. Londres: Routledge.
- Smith, Anthony D. 1999. *Nações e Nacionalismo Numa Era Global*. Oeiras: Celta.
- Smith, Anthony D. 2000. *The Nation in History*. Cambridge: Polity Press.
- Smith, Anthony D. 2001. *Nationalism: Theory, Ideology, History*. Cambridge: Polity Press.
- Smith, Anthony D. 2003. *Chosen Peoples: Sacred Sources of National Identity*. Oxford: Oxford University Press.
- Smith, Anthony D. 2006. «Ethnicity and nationalism». In *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, eds. Gerard Delanty e Krishan Kumar. Londres: Sage, 169-181.
- Smith, Anthony D. 2008. *The Cultural Foundations of Nations: Hierarchy, Covenant, and Republic*. Oxford: Blackwell.
- Smith, Tom, e Lars Jarkko. 2001. *National Pride in Cross-National Perspective*, Chicago, IL: National Opinion Research Center/University of Chicago.
- Sobral, José Manuel. 2003. «A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português». *Análise Social*, 165: 1093-1126.
- Sobral, José Manuel. 2004. «O Norte, o Sul, a raça, a nação: representações raciais da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)». *Análise Social*, 171: 255-284.
- Sobral, José Manuel. 2006. «Memória e identidade nacional: considerações de carácter geral e o caso português». In *Nação e Estado, entre o Local e o Global*, ed. Manuel Carlos Silva. Porto: Afrontamento, 137-163.
- Sobral, José Manuel. 2007a. «Cidadania, nacionalidade e imigração: um breve historial das suas inter-relações contemporâneas com referência ao caso português». In *Cidadania no Pensamento Político Contemporâneo*, ed. Isabel Estrada Carvalhais. Estoril: Principia, 137-163.
- Sobral, José Manuel. 2007b. «O outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela antropologia portuguesa». *Revista de História das Ideias*, 28: 479-526.
- Spinner-Halev, Jeff, e Elizabeth Theiss-Morse. 2003. «National identity and self-esteem». *Perspectives on Politics*, 1: 515-632.
- Staub, Ervin 1997. «Blind versus constructive patriotism: moving from embeddedness in the group to critical loyalty and action». In *Patriotism: in the Lives of Individual and Nations*, eds. Daniel Bar-Tal e Ervin Staub. Chicago: Nelson-Hall, 213-228.
- Stephan, Walter G., et al. 2005. «The effects of feeling threatened on attitudes toward immigrants». *International Journal of Intercultural Relations*, 29: 1-19.
- Sugimoto, Yoshio. 2006. «Nation and nationalism in contemporary Japan». In *The Sage Handbook of Nations and Nationalism*, eds. Gerard Delanty e Krishan Kumar. Londres: Sage, 473-487.
- Tajfel, Henri. 1972. «La categorisation sociale». In *Introduction à la psychologie sociale*, ed. Serge Moscovici. Paris: Larousse, 272-302.

- Tajfel, Henri. 1978. *Differentiation between Social Groups. Studies in the Social Psychology of Intergroup Relations*. Londres: Academic Press.
- Tajfel, Henri. 1981. *Human Groups and Social Categories*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, Henry. 1982. «Social psychology of intergroup relations». *Annual Review of Psychology*, 33 (1): 1-39.
- Tajfel, Henri, e John C. Turner. 1979. «An integrative theory of intergroup conflict». In *The Social Psychology of Intergroup Relations*, eds. William G. Austin e Stephen Worchel. Monterey, CA: Brooks/Cole, 33-47.
- Tajfel, Henri, et al. 1971. «Social categorization and intergroup behavior». *European Journal of Social Psychology*, 1 (2): 149-178.
- Tambiah, Stanley J. 1996. *Levelling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia*. Berkeley, CA e Londres: University of California Press.
- Triandis, Harry C. 1973. «Subjective culture and economic development». *International Journal of Psychology*, 8: 163-180.
- Triandis, H. C. 1984. «Towards a psychological theory of economic growth». *International Journal of Psychology*, 19: 79-95.
- Triandis, H. C. 1989. «The self and social behavior in differing cultural contexts». *Psychological Review*, 96: 506-520.
- Triandis, Harry C. 1995. *Individualism and Collectivism*. San Francisco, CA: Westview Press.
- Turner, Bryan S. 1988. «Individualism, capitalism and the dominant culture: a note on the debate». *Journal of Sociology*, 24: 47-64.
- Turner, John C., et al. 2006. «Reconceptualizing personality: producing individuality by defining the personal self». In *Individuality and the Group: Advances in Social Identity*, eds. Tim Postmes e Jolanda Jetten. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 11-36.
- Turner, John C., et al., eds. 1987. *Rediscovering the Social Group: A Self-Categorization Theory*. Oxford: Blackwell.
- Ullrich, Johannes, Oliver Christ e Elmar Schlüter. 2006. «Merging on mayday: subgroup and superordinate identification as joint moderators of threat effects in the context of European Union's expansion». *European Journal of Social Psychology*, 36: 857-876.
- UNDP. 2005. *Human Development Report 2005*. Disponível em <http://hdr.undp.org/reports/global/2005/>.
- Vala, Jorge. 2007. «Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano». In *Psicologia Social*. 7.^a ed., eds. Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, Jorge, e Ana de Saint-Maurice. 2004. «Representações sociais e memória social: os actores e a colonização do Brasil». *Psicologia*, 17: 385-405.
- Vala, Jorge, Diniz Lopes e Marcus Lima. 2008. «Black immigrants in Portugal: luso-tropicalism and prejudice». *Journal of Social Issues*, 64 (2): 287-302.
- Vala, Jorge, Rodrigo Brito e Diniz Lopes. 1999. *Expressões dos Racismos em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Van Den Bergh, Pierre. 1978. «Race and ethnicity: a sociobiological perspective». *Ethnic and Racial Studies*, 1: 402-407.
- Van Dick, Rolf, et al. 2004. «The utility of a broader conceptualization of organizational identification: which aspects really matter?». *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 77: 171-191.

- Vanderberghe, Christian, *et al.* 2001. «An examination of the cross cultural validity of a multidimensional model of commitment in Europe». *Journal of Cross Cultural Psychology*, 32: 322-347.
- Viroli, Maurizio. 2001. *Per amore della patria. Patriotismo e nazionalismo nella storia*. Roma: Laterza.
- Viroli Maurizio, dir. 2004. *Libertà politica e virtù civile. Significati e percorsi del repubblicanesimo classico*. Milão: Franco Agnelli.
- Voltaire. 1994. *Dictionnaire philosophique*. Paris: Gallimard.
- Wagner, Ulrich, *et al.* 2007. «A longitudinal test of the relation between national ingroup evaluation and outgroup derogation». Manuscrito não publicado.
- Waters, Mary C. 1990. *Ethnic Options: Choosing Identities in America*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Wilson, William, 1976. *Folklore and Nationalism in Modern Finland*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Worchel, Stephen, e Dawna Coutant. 1996. «The tangled web of loyalty: nationalism, patriotism, and ethnocentrism». In *Patriotism in the Life of Individuals and Nations*, eds. Daniel Bar-Tal e Ervin Straub. Chicago: Nelson-Hall, 190-210.
- Zangqill, Israel. 1908. *The Melting Pot*. Nova Iorque: Act 1.
- Zerubavel, Eviatar. 2003. *Time Maps: Collective Memory and the Social Shape of the Past*. Londres: The University of Chicago Press.
- Zulaika, Joseba. 1992. *Basque Violence. Metaphor and Sacrament*. Reno e Las Vegas, NE: University of Nevada Press.

Índice de autores

A

Albuquerque, Martim de, 85, 87, 90,
97-98, 108, 110
Allen, Theodore, 138
Almeida, Ana Nunes de, 116
Amaral, Maria João, 185
Anbinder, Tyler, 136, 144
Anderson, Benedict, 19, 47, 67, 84
Armstrong, John, 18, 82, 108
Arnason, Johan P., 82, 84-85

B

Barker, Philip W., 97
Baroja, Julio Caro, 90
Baron, Reuben M., 200
Barrett, James, 144
Bar-Tal, Daniel, 91-92, 104, 203
Barth, Frederick, 23, 86
Beecher, Lyman, 141-142
Beerten, Roeland, 158, 194-195
Belissa, Marc, 44
Benedict, Ruth, 88
Benei, Véronique, 23
Berry, John, 116, 182-183
Bethencourt, Francisco, 216
Bhabha, Homi K., 19
Bierbrauer, Günter, 114, 127, 129
Billiet, Jaak, 158, 162, 194-195, 202
Billing, Michael, 22-24, 29, 89
Billington, Ray Allen, 141
Blank, Thomas, 193, 204

Bonaiuto, Marino, 185
Bond, Rod, 116, 122
Bonnes, Mirilia, 185
Bourdieu, Pierre, 88
Boxer, Charles R., 108-109
Branco, Jorge Freitas, 68
Breton, Raymond, 94, 97
Brewer, Marilyn B., 22, 194, 198
Brodkin, Karen, 138
Brown, Ruppert J., 185, 193-194, 203
Brubaker, Rogers, 82, 102, 209
Buckner, Philip, 103

C

Cabral, Manuel Villaverde, 111, 128,
210-211
Calafate, Pedro, 77
Calhoun, Craig, 22, 81-82
Cameira, Miguel, 205
Campbell, J. Gibson, 133
Cano, José I., 175, 177-178, 198
Carrus, Giuseppe, 185
Castel, Robert, 167
Castles, Stephen, 210
Catroga, Fernando, 42, 87, 108-109,
210
Choi, Incheol, 113
Christ, Oliver, 179, 184, 188
Chrysochoou, Xenia, 209
Cinnirella, Marco, 179, 184, 187
Citrin, Jack, 195

Cole, John W., 22
Coon, Heather M., 112-115, 128-129
Cottret, Bernard, 44
Coulanges, Fustel de, 36
Coutant, Dawna, 203
Cuchet, Violaine Sebillotte, 33

D

Danforth, Loring, 68
Daniels, Roger, 140
David, Ohad, 91-92, 104
Day, Graham, 88
Delicado, Ana, 111
Deliège, Robert, 88
Delumeau, Jean, 113
Dias, Jorge A., 79, 108
Disney, Anthony R., 85
Doosje, Bertjan, 192
Dovidio, John F., 117
Dowds, Lizanne, 204
Duckitt, John, 204
Duff, Brian, 195
Dziembowski, Edmond, 43

E

Eaton, Liberty, 184, 187
Edensor, Tim, 80, 110
Edwards, John, 92
Eisenstadt, Shmuel Noah, 86
Elbl, Ivana, 85
Elias, Norbert, 21, 88
Ellemers, Naomi, 187, 192
Eriksen, Thomas H., 89
Esses, Victoria M., 157, 168

F

Febvre, Lucien, 45, 49
Felice, Domenico, 41
Feshbach, Seymour, 203-204
Fieschi, Catherine, 92
Fishman, Joshua A., 91
Florack, Arnd, 184
Fusi, Juan Pablo, 51

G

Geertz, Clifford, 18, 47
Gellner, Ernest, 18-19, 47, 84
Giddens, Anthony, 85
Giesen, Bernhard, 86
Gilbert, Daniel T., 113
Giménez de la Peña, Almudena, 185
Godechot, Jacques, 43
Godinho, Paula, 69
Godinho, Vitorino Magalhães, 85
Gómez, Ángel, 175, 177, 180, 182, 198
Grant, Susan-Mary, 103, 106
Green, Eva G. T., 160
Grosby, Steven, 18, 82, 89, 97, 103
Gugliermo, Jennifer, 138
Gugliermo, Thomas, 138
Guibernau, Montserrat, 85-86

H

Habermas, Jürgen, 62-64, 209
Hale, Grace, 138
Handler, Richard, 68
Hann, Chris, 82, 96
Haslam, Alexander, 174, 185
Hastings, Adrian, 19, 46-47, 82, 84, 87
Hayes, Carlton J., 20, 87
Heath, Anthony F., 160
Heiberg, Marianne, 68
Herberg, Will, 148
Herzfeld, Michael, 68
Hespanha, Maria José F., 111
Hilton, Denis J., 187, 195
Hinkle, Steve, 185, 193-194
Hobsbawm, Eric J., 18-19, 23, 47, 84-85
Hofstede, Geert H., 111-115, 121-123, 127-129
Hogg, Michael A., 188-189
Holy, Ladislav, 22
Hopkins, Nick, 22, 88, 158, 185
Hoppenbrowers, Peter, 94
Hornsey, Matthew J., 188-189
Huddy, L., 203

Huici, Carmen, 174-175, 177-180, 182, 196, 198

Huizinga, Johan, 20, 84, 87

Hutchinson, John, 19, 47, 82-84, 90, 98

I

Ignatiev, Noel, 138

Inglehart, Ronald, 114-115, 122, 193

J

Jacobson, Matthew, 138

Janmaat, Jan G., 83, 103

Jarkko, Lars, 95

Jenkins, Richard, 23

Joppke, Christian, 92

Jurgensmeyer, Mark, 97

K

Kantorowicz, Ernst H, 40

Karazawa, Minoru, 203

Kedourie, Elie, 19, 47

Kellas, James G., 87

Kelman, Herbert C., 195

Kemmelmeyer, Markus, 112-115, 128-129

Kennedy, Ruby Jo Reeves, 148

Kenny, David A., 200

Khatib, N., 203

Kiely, Richard, 92

Kitayama, Shinobu, 113, 115

Klandermands, Bert, 184

Klink, Andreas, 194, 203

Knobel, Dale T., 146

Kohn, Hans, 20, 25, 48, 81-82, 84-85, 92-93, 99, 108, 110

Kolchin, Peter, 138

Kosterman, Rick, 203-204

Kriesi, Hanspeter, 156

L

La Bruyère, Jean de, 40, 44

Lanaro, Silvio, 51

Landau, Mark J., 112

Lavine, Howard, 203

Leach, Colin W., 177

Leal, João, 68, 83, 104, 110, 159, 205

Lee, Hoon K., 112

Leerssen, Joep, 90

Lefer, Celso, 36

Lelievre-Botton, Sylvie, 42

Lennon, Emily, 133

Levanon, Asaf, 82, 209

Lewin-Epstein, Noah, 82, 209

Leyens, Jacques-Philippe, 22

Lima, Marcus, 195

Lipponen, Jukka, 185

Liu, James H., 195

Llobera, Josep R., 19, 21-23, 47, 84, 91

Löfgren, Orvar, 67

Lopes, Diniz, 195

Lourenço, Eduardo, 77

Lusitanus, 108

Lyons, Evanthia, 209

M

Maddens, Bart, 158, 194-195

Malone, Patrick D., 113

Mann, Michael, 19, 84

Marcu, Eva D., 108

Markus, Hazel, 113, 115

Marques, José, 205

Matos, Sérgio Campos, 108

Mattera, Camilla, 185

Mattoso, José, 21, 85-86, 111, 210

McCrone, David, 22, 92

McDonald, Maryon, 68

McGarty, Craig, 192

McGreevy, John T., 149

Medeiros, António, 68

Meertens, Roel, 193-194

Mennell, Stephen, 89

Miller, D. T., 22

Miller, Mark J., 210

Mlicki, Pawel P., 187

Mols, Frank, 174, 185

Monnier, Raymonde, 44

Monteiro, Maria Benedicta, 185
Montesquieu, 34, 41-44, 57
Moore, Christopher, 185
Morin, Edgar, 52
Mosse, George L., 88, 90
Mphuting, Thobi, 204
Mummendey, Amélie, 188, 193-194,
198, 203

N

Nisbett, Richard E., 113
Nora, Pierre, 23

O

O'Neill, Alexandre, 78
O'Rourke, Kevin H., 192
Oakes, Penelope, 187
Oliveira, Luísa Tiago de, 68
Opp, Karl-Dieter, 179, 184, 187
Ortega y Gasset, José, 34
Oyserman, Daphna, 112, 113-115,
128-129

P

Pessoa, Fernando, 77, 106
Pettigrew, Thomas F., 193-194
Pina Cabral, João, 68
Piontkowski, Ursula, 184
Pocock, John, 41
Prentice, Deborah A., 22

R

Ramos, Alice, 195-196, 200
Ramos, Rui, 108
Ranger, Terence, 23
Reicher, Stephen, 22, 88, 158, 194
Rhee, Eum, 112
Riketta, Michael, 179, 184
Rodríguez, Armando, 185
Rodríguez, Mauro, 184
Roediger, David, 138, 143-144
Ros, Maria, 173, 175, 177-178, 180,
182, 190, 196, 198

Rosanvallon, Pierre, 48
Rosati, Massimo, 40
Ross, Lee, 113
Rothbart, Myron, 22
Rothi, Despina M., 209
Rousseau, Jean-Jacques, 42-44, 49, 57,
115
Ruivo, Fernando, 111
Rutland, Adam, 179, 184, 187

S

Sabucedo, José Manuel, 184
Saint-Maurice, Ana de, 195
Sakano, Noboru, 203
Salerno, Salvatore, 138
Salgado, Heliodoro, 35
Sangrador, José L., 174
Sani, F., 190
Santos, Boaventura Sousa, 79
Santos, Irene Stridhorst dos, 69
Schatz, Robert T., 203
Schlüter, Elmar, 179, 184, 188
Schmidt, Peter, 193, 204
Schöpflin, George, 82
Schulze, Hagen, 84
Schwartz, Shalom H., 114, 122, 200
Serrão, Joel, 109
Shils, Edward, 18
Sidanius, Jim, 203
Silva, Luís Miguel, 69
Simondi, Simonde de, 45
Sindic, Denis, 194
Sinnott, Richard, 192
Smith, Anthony D., 18-19, 22, 47-48,
50, 67, 72, 82-84, 87, 90, 92-93, 97-
98, 103, 108, 209
Smith, Peter B., 116, 122
Smith, Tom, 95
Sobral, José Manuel, 23, 48, 50, 67, 85-
86, 98, 103, 108-110, 159-160, 205,
209-210
Spears, Russel, 192
Spinner-Halev, Jeff, 203

Staub, Ervin, 203
Stephan, Walter G., 205
Sugimoto, Yoshio, 102

T

Tajfel, Henri, 21-23, 91, 175, 181, 190-
-194
Taylor, Marjorie, 22
Theiss-Morse, Elizabeth, 203
Thompson, Andrew, 88
Tilley, James R., 160
Turner, Bryan S., 114-115
Turner, John C., 22-23, 176, 187, 191-
-193

U

Uleman, James S., 112
Ullrich, Johannes, 179, 184, 188

V

Vala, Jorge, 22, 50, 67, 79, 195-196, 200
Van den Berghe, Pierre, 17-18, 47

Van Dick, Rolf, 185
Vanderberghe, Christian, 185
Varouxakis, Giorgios, 92
Viroli, Maurizio, 36, 40, 54
Voltaire, 43-44

W

Wagner, Ulrich, 193
Waters, Mary C., 149
Wenzel, Michael, 188
Wilson, William, 68
Wolf, Eric R., 22
Wong, Cara, 195
Worchel, Stephen, 203

Y

Young, Ken, 204

Z

Zangqill, Israel, 148
Zerubavel, Eviatar, 94, 97, 109
Zulaika, Joseba, 68

«Finalmente, a obra que se impunha. A identidade nacional como fenómeno sociológico e cultural analisado com critérios objectivos por especialistas das ciências sociais, sem esquecer interpretações tradicionais, porventura pertinentes, mas quase sempre subjectivas e impressionistas. A obra que permite finalmente romper o cerco das amarras ideológicas, emotivas e transcendentais do conceito que nos envolve a todos. Não será definitiva, mas vai ficar, sem dúvida, como referência imprescindível.»

José Mattoso, historiador, professor
catedrático jubilado da FCSH-UNL



International Social Survey Programme

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-281-7



9 789726 712817